

ANISTIA
INTERNACIONAL



INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

As pessoas iluminaram a noite da Praça Tahrir, no Cairo, Egito, quando souberam que o Presidente Mubarak havia renunciado, em fevereiro de 2011.





ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento mundial que conta com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas que realizam campanhas para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos. Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A missão da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e ações com o objetivo de prevenir e de pôr fim aos abusos mais graves contra todos os direitos humanos: civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esses direitos formam um todo indivisível. A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos nem buscados para investigar ou para fazer campanhas contra abusos dos direitos humanos. A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões.

A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Os membros do Comitê Executivo Internacional, eleitos pelo Conselho para que implementem suas decisões, são: Bernard Sintobin (Bélgica, Flanders – tesoureiro internacional), Euntae Go (Coreia do Sul), Guadalupe Rivas (México – vice-presidente), Julio Torales (Paraguai), Nicole Bieske (Austrália), Pietro Antonioni (Itália – presidente), Rune Arctander (Noruega), Sandra S. Lutchman (Países Baixos) and Zuzanna Kulinska (Polônia).

Unidos contra a injustiça, trabalhamos juntos pelos direitos humanos.

Publicado em 2012
originalmente em inglês por
Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

Impresso em papel 100
por cento reciclado
pós-consumo por
Polestar UK Print Ltd
Exeter
Reino Unido

© Amnesty International 2012
Índice AI: POL 10/001/2012

www.amnesty.org

ISBN: 978-0-86210-476-4

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta
publicação poderá ser
reproduzida, armazenada
em sistema de recuperação
ou transmitida, em qualquer
formato ou por qualquer
meio eletrônico, mecânico,
por fotocópia, gravação
e/ou outros, sem a
autorização prévia
dos editores.

Todas as fotografias aparecem
com os respectivos créditos e
legendas na própria imagem.



INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL **O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO**

Este relatório abrange o período
entre janeiro e dezembro de 2011.



© AP Photo/Ng Han Guan

Jornalistas entrevistam o ativista Ai Weiwei em frente a sua casa, após ele retornar de um período de detenção, em Pequim, na China, 22 de junho de 2011.





"A borboleta, para nós, simboliza o desejo de realizar sonhos e de abrir as asas, lutando com força por nossos direitos". Martha Munguía, da Aliança de Centros de Mulheres da Nicarágua

Mulheres, meninas, homens e meninos saíram às ruas, na Nicarágua, no Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe, 28 de setembro de 2011.

SUMÁRIO

INFORME ANUAL

2012

Dados sobre os países
Abreviaturas

PARTE I

Ensaio

Liderança das ruas/15

PARTE II

Panorama regional

África/31

Américas/41

Ásia e Oceania/53

Europa e Ásia Central/63

Oriente Médio e Norte da África/75

PARTE III

Países

Afeganistão/89

África do Sul/92

Alemanha/97

Angola/99

Arábia Saudita/101

Argentina/106

Bolívia/107

Brasil/109

Canadá/113

China/115

Colômbia/120

Cuba/124

Egito/126

Espanha/132

Estados Unidos da América/135

França/140

Guiné-Bissau/142

Haiti/144

Índia/146

Indonésia/151

Irã/153

Iraque/158

Israel/Territórios Palestinos Ocupados/162

Itália/167

Japão/171

México/172

Moçambique/177

Palestina/179

Paquistão/182

Paraguai/186

Portugal/187

Reino Unido/188

República Democrática do Congo/193

Rússia/197

Síria/202

Sri Lanka/207

Sudão/210

Sudão do Sul/214

Timor-Leste/216

Venezuela/217

Zimbábue/219

DADOS SOBRE OS PAÍSES

Os dados no cabeçalho de cada seção de país neste relatório foram obtidos das seguintes fontes:

Todos os dados sobre **expectativa de vida** e sobre **taxa de alfabetização** de adultos são do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), obtidos em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Complete.pdf

Os dados mais recentes disponíveis são de expectativa de vida ao nascer (2011) e taxa de alfabetização (percentagem de pessoas maiores de 15 anos 2005-2010). Para mais informações, visite o site do PNUD ou acesse www.uis.unesco.org.

Para alguns países que se inserem na faixa de “alto desenvolvimento humano” o PNUD pressupôs uma taxa de alfabetização maior do que 99 por cento. Nesses casos, tal dado não consta no cabeçalho de informações básicas dos países.

Todos os dados sobre **população** são de 2011 e os dados sobre **mortalidade de crianças até 5 anos** são de 2009; ambos do Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011, do Fundo de População das Nações Unidas, acessados em <http://foweb.unfpa.org/SWP2011/reports/EN-SWOP2011-FINAL.pdf>.

A versão do relatório em português pode ser acessada em:

http://www.unfpa.org.br/swop2011/swop_2011.pdf

Os dados de população visam tão somente a indicar o número de pessoas afetadas pelas questões apresentadas neste relatório.

A Anistia Internacional reconhece as limitações desses dados e não toma posição em questões tais como disputas de territórios ou a inclusão ou exclusão de certos grupos populacionais.

Certas seções de países neste relatório não fazem referência a algumas ou a nenhuma das categorias mencionadas acima. Essas omissões se devem a diversas razões, entre as quais a ausência da informação nos documentos da ONU citados acima.

Os dados aqui apresentados eram os mais recentes disponíveis no momento em que este relatório foi impresso e têm apenas uma função de contextualização. Devido a diferenças de metodologia e aos períodos de referência dos dados, comparações entre países devem ser feitas com cuidado.

ABREVIATURAS

ACNUR, a agência da ONU para os refugiados

AI

CEDAW

CERD

CIA

CICV

Comitê CEDAW

Comitê CERD

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura

Convenção da ONU contra a Tortura

Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados

Convenção da ONU sobre Refugiados

Convenção Europeia dos Direitos Humanos

ECOWAS

EUA

FPNU

LGBT

NGO

OEA

OIT

OMS

ONU

OSCE

OTAN

PIDESC

Relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão

Relator especial da ONU sobre a tortura

Relator especial da ONU sobre a violência contra a mulher

Relator especial da ONU sobre povos indígenas

SADC

UA

UE

UNICEF

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Anistia Internacional

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

Agência Central de Informações dos EUA

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Comitê da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes

Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

Convenção relativa ao Status dos Refugiados

Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

Estados Unidos da América

Fundo de População das Nações Unidas

Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

Organização Não Governamental

Organização dos Estados Americanos

Organização Internacional do Trabalho

Organização Mundial da Saúde

Organização das Nações Unidas

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

Organização do Tratado do Atlântico Norte

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Relator especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências

Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

União Africana

União Europeia

Fundo das Nações Unidas para a Infância





Manifestantes indígenas e ambientalistas a caminho de La Paz, na Bolívia, para protestar contra os planos do governo de construir uma estrada que cortaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure, onde vivem milhares de pessoas. Agosto de 2011.





INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE UM: ENSAIO

12



Salil Shetty, secretário-geral da Anistia Internacional, com lideranças do povo Anmatyerr, discute a falta de serviços básicos para as comunidades aborígenes que vivem em áreas remotas. Território do Norte, Austrália, outubro de 2011.

LIDERANÇA DAS RUAS

Salil Shetty, secretário-geral

Mudança, coragem e conflito marcaram 2011 – um ano em que as pessoas se ergueram para protestar contra governos e contra outros atores poderosos, de uma maneira que não se via há décadas. Elas contestavam os abusos do poder, a falta de prestação de contas do Estado, a desigualdade crescente, o aprofundamento da pobreza e a ausência de liderança em todos os níveis de governo. O contraste entre a coragem dos manifestantes que exigiam direitos e a incapacidade das lideranças de corresponder a essa coragem por meio de ações concretas, voltadas a construir sociedades mais fortes e fundadas no respeito aos direitos humanos, era dolorosamente gritante.

No início, os protestos e a instabilidade pareciam se restringir àqueles países em que a insatisfação e a repressão já eram previsíveis. Entretanto, no decorrer do ano, começou a ficar claro que o fracasso dos governos em assegurar justiça, segurança e dignidade humana estava fermentando protestos por todo o mundo. De Nova York a Moscou, de Londres a Atenas, de Dacar a Campala, de La Paz a Cuernavaca e de Phnom Penh a Tóquio, o povo ocupou as ruas.

No Oriente Médio e no norte da África, um estopim foi aceso quando o ultraje e o desespero de um jovem tunisiano somaram-se à ira de milhares de manifestantes, avançando pelo país e levando à queda do governo do Presidente Ben Ali. Enquanto os protestos se alastravam pela região, os governos “ocidentais” eram surpreendidos pelos acontecimentos. Embora soubessem que a indignação dos manifestantes com a

repressão e com a falta de oportunidades econômicas era plenamente justificada, não queriam perder seu "relacionamento especial" com os governos repressores, tidos como uma garantia contra a instabilidade, em uma região estratégica, com enormes reservas de petróleo e de gás.

A reação dos governos aos protestos pacíficos na região foi brutal e, geralmente, fatal. O número de pessoas mortas, feridas ou presas por exercerem seus direitos não parava de crescer. Dezenas de milhares de pessoas foram desalojadas, e algumas se lançaram à perigosa travessia do Mar Mediterrâneo em busca de refúgio na outra margem. O espectro de um grande número de refugiados aportando do norte da África inflamou ainda mais a retórica xenófoba de alguns políticos europeus.

No Egito, já faz mais de um ano que o ex-presidente Hosni Mubarak deixou o poder e que o Conselho Supremo das Forças Armadas assumiu o comando, no que prometeu ser uma fase de transição. Muitos consideram que o Conselho esteja instigando a violência ou deixando de combatê-la a fim de legitimar o argumento de que somente um Estado governado por militares é forte o suficiente para garantir a segurança.

Porém, o mais perturbador sobre o Egito é, possivelmente, o fato de mais de 12 mil civis terem sido processados pelos militares ou terem sido julgados por tribunais militares – mais do que durante os 30 anos de regime Mubarak. A suspensão da Lei do Estado de Emergência, um notório instrumento de abuso, era uma das principais demandas dos manifestantes. Entretanto, o governo interino, assim como o governo Mubarak, alega necessitar de poderes especiais para garantir a segurança.

Outra prática herdada do governo Mubarak é o despejo forçado de pessoas que vivem em assentamentos informais. A grande maioria das mortes ocorridas durante a Revolução de 25 de Janeiro foi de pessoas das comunidades marginalizadas, como as que viviam em assentamentos informais ou em favelas. Por décadas, os egípcios têm convivido com a versão governamental do que seria segurança. Eles merecem uma versão melhor.

Sob o regime militar, a situação das mulheres tem sido especialmente ruim. Em março de 2011, as forças de segurança prenderam um grupo de jovens mulheres que participavam das manifestações na Praça Tahrir. Elas foram submetidas a testes de virgindade e ameaçadas pelos militares. Em dezembro, um tribunal administrativo do Egito julgou ilegal essa prática, e ordenou que não mais se submetessem mulheres detidas a testes de virgindade. Certamente, tratou-se de um passo positivo; porém, em termos de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, há ainda um longo caminho a percorrer, apesar da participação central que as mulheres tiveram nos protestos. Quando a Anistia Internacional pediu aos vários partidos políticos do Egito que se comprometessem com a proteção de princípios básicos de direitos humanos, como a liberdade de expressão e de reunião, a abolição da pena de morte, a liberdade religiosa, a não discriminação e a igualdade de gênero, os dois partidos que conquistaram a maioria das cadeiras no parlamento não corresponderam ao chamado. O Partido da Liberdade e da Justiça (da Irmandade Muçulmana), que conquistou 235 assentos (47 por cento), não deu resposta ao

pedido da Anistia Internacional. O partido salafista Al Nur, o segundo no parlamento, com 121 cadeiras (24 por cento), recusou-se a promover os direitos das mulheres ou a abolição da pena de morte.

Na Líbia, o coronel Muammar Kadafi respondeu aos protestos das ruas prometendo destruir os manifestantes, que ele repetidamente chamava de "ratos". O coronel e seu filho, Saif al-Islam – anteriormente "defensor das reformas na Líbia" – declararam aberta a temporada de caça a qualquer pessoa considerada desleal ao regime. O fato inédito de o Conselho de Segurança da ONU ter submetido a Líbia ao Tribunal Penal Internacional foi um sinal claro da importância de que os Estados prestem contas de seus atos. Ainda assim, a situação no país degenerou para um conflito armado. Em outubro, quando Kadafi foi assassinado sob custódia, suas forças já haviam sequestrado e torturado milhares de combatentes adversários capturados e outros detidos. Centenas de milhares de pessoas fugiram dos conflitos, o que provocou deslocamentos em massa. A Líbia permanece instável: o Conselho Nacional de Transição não detém o controle efetivo do país, enquanto prosseguem as torturas, as execuções extrajudiciais e outras formas de represálias, bem como os deslocamentos forçados.

O Irã deu continuidade à repressão iniciada após as eleições de 2009, tendo demonstrado sua disposição de prender praticamente qualquer pessoa que se considerasse desafiar o Presidente Ahmadinejad. O governo mantém os meios de comunicação sob intenso controle, jornais são proibidos e sites na internet e canais estrangeiros de televisão por satélite são bloqueados. Manifestações contrárias às políticas governamentais são dispersadas com violência, e os críticos do governo são presos e detidos de modo arbitrário; mesmo assim, as pessoas continuam defendendo seu direito à liberdade de expressão.

O mundo assistiu a esse mesmo padrão de protestos e de reações mortais repetir-se em diversos países. No Bahrein, o governo reprimiu as manifestações escorando-se no poderio militar da Arábia Saudita. Em junho, Hillary Clinton, a secretária de Estado dos EUA, reiterou o apoio estadunidense ao país, afirmando que o Bahrein era um "importante parceiro", mesmo diante das evidências perturbadoras de que o governo estava usando força letal contra manifestantes pacíficos, bem como prendendo e torturando lideranças opositoras. O silêncio da secretária de Estado expressava o desejo do governo dos Estados Unidos de garantir que o Bahrein continuasse a servir de base para sua Quinta Frota, mesmo que isso significasse fechar os olhos para as revoltantes violações de direitos humanos cometidas no país.

No Iêmen, o presidente Ali Abdullah Saleh também se recusou a deixar o poder, mesmo depois de gravemente ferido em um atentado à bomba. Por diversas vezes, ele voltou atrás, depois de ter fechado acordos para transferir a presidência, mesmo diante dos extensos protestos nacionais que pediam sua expulsão. Em novembro de 2011, finalmente, ele renunciou, em troca de imunidade processual pelos crimes cometidos durante seu regime e no curso dos levantes opositoras para destituí-lo. Ali Abdullah Saleh entregou o

governo nas mãos de seu vice-presidente, Abd Rabbu Mansour Hadi, que foi empossado como novo Presidente em uma eleição sem concorrentes, em fevereiro de 2012.

Na Síria, o presidente Bashar al-Assad aferrava-se teimosamente ao cargo, mesmo diante dos intensos levantes populares contra seu regime repressor. Milhares de civis foram mortos ou feridos, e muitos outros foram deslocados. O fato de militares sírios terem usado tanques de guerra para bombardear a cidade de Homs demonstra sua total falta de consideração com a vida dos moradores. Integrantes do exército sírio que desertaram e fugiram do país afirmam ter recebido ordens para matar pessoas que participavam de manifestações pacíficas ou, em alguns casos, que simplesmente caminhavam pelas ruas. Em fevereiro de 2012, o representante especial do secretário-geral da ONU para as crianças em conflitos armados informou que centenas de crianças haviam sido mortas durante os levantes, e que crianças de apenas 10 anos de idade foram capturadas, detidas e torturadas.

A comunidade internacional tem um papel crucial em estabelecer a justiça e a segurança para a população da região. Contudo, até hoje, sua atuação tem sido quase sempre inadequada.

PODER, RESPONSABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A comunidade internacional tem encontrado dificuldades para reagir de modo efetivo. Os debates são marcados por medo, oportunidades, hipocrisia e boas intenções.

Em 2011, ao procurar resolver os problemas surgidos em diversos países da região, a Liga Árabe ocupou o centro do palco. Seu apoio à resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia foi decisivo para assegurar que nenhum dos cinco membros permanentes exercesse seu poder de veto. No entanto, evidentemente constrangida pelo temor de alguns de seus membros de que os protestos pudessem chegar a seus países, a Liga foi incapaz de pôr fim à repressão e à brutalidade.

Enquanto a situação na Síria se deteriorava, a Liga Árabe formou uma missão de monitoramento para visitar o país. Porém, a legitimidade da missão foi imediatamente questionada quando a Liga Árabe nomeou o general Mohammed Ahmed Mustafa al-Dabi, ex-chefe do serviço de inteligência militar do Sudão, para encabeçar a missão. Sob o comando de Dabi, a inteligência militar foi responsável por prisões e detenções arbitrárias, por desaparecimentos forçados e pela tortura de inúmeras pessoas no Sudão. No fim de janeiro, a missão teve que suspender suas atividades, pois a violência na Síria impossibilitava que os monitores cumprissem seu papel. Uma tentativa posterior de enviar ao país uma força de paz também falhou. No fim de fevereiro, o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, foi designado como enviado especial conjunto da ONU-Liga Árabe para a crise da Síria.

Quando a Liga Árabe apelou para que o Conselho de Segurança da ONU cumprisse sua função de manter a paz e a segurança internacionais, a Rússia e a China, invocando o princípio de soberania do Estado, vetaram uma resolução que pedia o fim da violência e

a renúncia do Presidente al-Assad. A Rússia também justificou seu veto criticando a intervenção da OTAN na Líbia, quando a organização militar excedeu o seu mandato de proteção aos civis.

Não é novidade alguma que o poder de veto seja usado para subverter a paz e a segurança internacionais. A Rússia (e, anteriormente, a URSS) e os Estados Unidos já impuseram juntos mais de 200 vetos, muitos deles com repercussões políticas óbvias. A incapacidade do Conselho de Segurança da ONU de agir eficazmente sobre a situação da Síria, logo após sua trágica omissão em intervir no Sri Lanka, levanta sérias questões sobre a verdadeira vontade política do Conselho para salvaguardar a paz e a segurança internacionais. Deve também servir de alerta para os que buscam a proteção das Nações Unidas o fato de que o sistema de governança internacional é totalmente alheio a prestar contas. Ao que parece, os membros permanentes do Conselho de Segurança só defendem a soberania do Estado quando essa defesa protege a eles próprios do escrutínio internacional, ou quando isso ajuda a sustentar as relações especiais (e lucrativas) que esses membros mantêm com governos repressores.

O veto da Rússia à resolução do Conselho de Segurança veio acompanhado das notícias sobre a contínua venda de armamentos da agência estatal russa de comércio de armas, a Rosoboronexport, para o governo da Síria, inclusive com um contrato para venda de jatos de combate. Um ex-auditor do Ministério da Defesa sírio, que desertou em janeiro de 2012, denunciou que a venda de armamentos russos para a Síria havia aumentado acentuadamente desde o início dos levantes.

Talvez não devesse surpreender que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU também sejam os maiores vendedores mundiais de armamentos convencionais. Juntos, esses países responderam por, pelo menos, 70 por cento de todas as grandes exportações de armas em 2010: os EUA por 30 por cento, a Rússia por 23 por cento, a França por 8 por cento, o Reino Unido por 4 por cento e a China por 3 por cento. Em todo o mundo, o fluxo irresponsável de armas vindas desses países provocou inúmeras mortes de civis, bem como outras graves violações dos direitos humanos e das leis da guerra.

A Anistia Internacional documentou como os governos da Europa Ocidental, os Estados Unidos e a Rússia autorizaram o suprimento de munições, de equipamentos militares pesados e de armas policiais para o Bahrein, o Egito, a Líbia, a Síria e o Iêmen durante os anos em que esses governos praticavam a brutal repressão que gerou os levantes populares. Essas exportações poderiam ter sido contidas se os Estados fornecedores tivessem cumprido o que declaram em suas políticas, de evitar exportações de armas que possam contribuir para violações graves dos direitos humanos.

Contudo, uma pergunta persiste e não quer calar: poderão os países com poder de veto sobre as resoluções do Conselho de Segurança ser confiáveis na hora de viabilizar a paz e a segurança, quando são esses mesmos países os que mais lucram com o

comércio global de armas? Enquanto seu poder de veto for absoluto e enquanto não existir um Tratado sobre o Comércio de Armas forte o suficiente para impedi-los de vender armas para governos que violam os direitos humanos, seu papel como guardiões da paz parece estar fadado ao fracasso.

O DÉFICIT DE LIDERANÇA COMO PROBLEMA GLOBAL

O déficit de liderança que provocou e alimentou os protestos populares no Oriente Médio e no norte da África não se restringe apenas ao Conselho de Segurança da ONU ou a uma única região.

As manifestações contra os governos alastraram-se do norte da África para outras partes do Continente. Em Uganda, apesar de o governo ter proibido todas as manifestações públicas, em fevereiro de 2011, as pessoas saíram às ruas nas cidades de todo o país para protestar contra a alta no preço dos combustíveis e de outros produtos essenciais. A resposta da polícia veio com força. De modo semelhante, no Zimbábue e na Suazilândia, as autoridades tentaram esmagar os protestos recorrendo à força excessiva. Em uma demonstração de até onde alguns governos estão preparados a chegar para manter suas garras no poder, munição real foi usada contra manifestantes em países como Burkina Faso, Maláui e Senegal.

Também na América Latina, as pessoas ergueram sua voz. Na Bolívia, as tensões sociais estão aumentando em meio aos constantes protestos por questões econômicas e por direitos indígenas. Quando centenas de pessoas participaram de uma marcha de 580 quilômetros, de Trinidad, no departamento de Beni, até a capital, La Paz, em meados de 2011, o Presidente Morales teve que cancelar os planos de construir uma estrada que atravessaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure. O plano violava as garantias constitucionais de consulta prévia com a população afetada e as leis de proteção do meio ambiente. Dezenas de pessoas ficaram feridas quando as forças de segurança usaram gás lacrimogêneo e cassetetes para desfazer um acampamento temporário montado pelos manifestantes na rota prevista para a estrada. No México, por diversas vezes, manifestantes saíram às ruas para exigir o fim da violência, da impunidade e da militarização do combate às drogas, que está causando um número crescente de mortes entre a população civil.

Na Rússia, os protestos têm sido fomentados por frustrações com a corrupção, com o favorecimento de aliados e com um processo democrático fictício que está privando as pessoas da oportunidade de usarem seus votos para promover mudanças. As vozes opositoras que surgem na arena política têm sido sistematicamente minadas e impedidas de acessar a mídia dominante, de modo a assegurar que Vladimir Putin não tenha de enfrentar qualquer oposição efetiva nas eleições presidenciais. Como se isso não bastasse, Putin referiu-se aos manifestantes como "Banderlogues", aludindo aos macacos sem lei do Livro da Selva, de Rudyard Kipling, e comparou a fita branca que simbolizou suas manifestações a um preservativo. Entretanto, esses protestos

anunciaram a chegada de uma nova era na Rússia, que coloca uma série de desafios no caminho de Putin e de seu círculo de poder. Eles terão que encontrar meios de responder a essas demandas, pois as questões da reforma política e do respeito aos direitos humanos entraram de vez na pauta política.

Demonstrando seu temor de levantes populares como os que aconteceram na Tunísia, as autoridades chinesas agiram rapidamente para se antecipar aos protestos. Em fevereiro, em Xangai, as forças de segurança chinesas foram às ruas em grandes contingentes com a intenção de impedir que qualquer reunião de umas poucas pessoas se transformasse em multidão. Apesar do rígido controle que a China mantém sobre as comunicações digitais e sobre o fluxo de informações, fontes oficiais relataram a ocorrência de milhares de manifestações por todo o país. Despejos forçados, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, foram um dos focos principais dos protestos na China. No Tibete, onde os controles são ainda mais severos, mais de uma dezena de monges resolveram protestar ateando fogo ao próprio corpo. Em janeiro de 2012, as forças de segurança atiraram e mataram diversos manifestantes.

Também em Mianmar, as autoridades deixaram transparecer suas preocupações com a possibilidade de que a insatisfação pública se transformasse em revolta generalizada, no momento em que elas tentavam se reinventar em um governo renovado e disposto a fazer reformas. O governo permitiu que a Liga Nacional para a Democracia, de Aung San Suu Kyi se registrasse para concorrer às eleições parciais. Alguns exilados puderam retornar ao país. Até meados de janeiro de 2012, 600 presos políticos haviam sido libertados, e muitos deles retomaram suas atividades oposicionistas. No entanto, centenas continuam atrás das grades, embora os números exatos sejam difíceis de apurar. O compromisso manifestado pelo governo de permitir a oposição política pacífica é realmente animador, mas tudo isso ainda terá de ser visto.

DEMOCRACIA E DESGOVERNO

Quando os protestos eclodiram no Oriente Médio, no norte da África e em outros países onde as liberdades de expressão e de reunião eram sistematicamente reprimidas, a maioria dos governos democráticos parecia acreditar que essa inquietação civil ficaria “bem longe” deles.

Porém, protestos os mais diversos despontaram por todo o mundo e serviram para expor as limitações dos governos democráticos na promoção e realização dos direitos humanos.

As definições que os políticos usam para tentar diferenciar os governos bons dos governos ruins sempre foram demasiadamente simplificadas. Os levantes no Oriente Médio e no norte da África deixaram à mostra as políticas exteriores hipócritas e voltadas ao próprio interesse de países que alegam respeitar os direitos humanos. Porém, nesses mesmos países, as políticas domésticas que conduzem a uma crescente crise econômica e a uma maior tolerância para desigualdades cada vez mais agudas

evidenciam o seu fracasso, também, em promover os direitos humanos dentro de casa. A xenofobia tem tomado conta da Europa e dos Estados Unidos, com os imigrantes transformados em bodes expiatórios. Os ciganos, que há muito são perseguidos e marginalizados na Europa, enfrentaram despejos forçados e violências, assim como aconteceu com outras vítimas de projetos de remodelação do espaço urbano.

O governo dos EUA respondeu à crise econômica oferecendo salvação às instituições financeiras consideradas “muito grandes para falir”. E isso foi feito sem que o governo impusesse quaisquer condições sobre como esse socorro financeiro iria funcionar. As pessoas que perderam seu emprego, as que não tinham condições de pagar um seguro-saúde e as que estavam prestes a perder suas casas com a execução de sua hipoteca, ficando, possivelmente, sem ter onde morar, sentiram-se traídas. Como escreveu o economista ganhador de um prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, “Os bancos conseguiram seu socorro. Parte do dinheiro foi usada para pagar bônus. Pouco foi usado para empréstimos. No fim das contas, os administradores dessas instituições cuidaram de salvar a própria pele e fizeram o que estão acostumados a fazer”.

A crise econômica revelou que o contrato social entre governantes e governados estava rompido. Na melhor das hipóteses, pode-se dizer que os governos mostraram-se indiferentes às apreensões da população e, na pior, que só estavam interessados em proteger os poderosos. As estatísticas que apontam para crescentes desigualdades em termos de renda e patrimônio são uma indicação do fracasso dos governos em cumprir suas obrigações de garantir a realização progressiva dos direitos econômicos e sociais.

Enquanto a crise econômica, em muitos países da Europa, se aprofundava, as pessoas saíam às ruas para protestar contra os planos de austeridade. Na Grécia, vídeos, fotos, matérias na imprensa e depoimentos de testemunhas denunciavam o uso constante de força excessiva por parte da polícia durante as manifestações ocorridas em Atenas, em junho, inclusive o uso extenso de agentes químicos contra manifestantes majoritariamente pacíficos. Na Espanha, a polícia usou força excessiva para impedir manifestações em que as pessoas exigiam mudanças nas políticas públicas, econômicas e sociais.

Os protestos que assistimos alastrarem-se pela Europa e pela América do Norte têm demonstrado que as pessoas perderam a confiança em governos acostumados a desprezar a prestação de contas, a justiça e a promoção da igualdade.

ENFRENTANDO A CONTRACORRENTE

Ao passo que na Europa e na América do Norte os manifestantes enfrentavam violações de sua liberdade de reunião e, em alguns casos, o uso ilegítimo da força pela polícia, que recorreu a canhões d'água e gás lacrimogêneo, em outras partes do mundo, tal enfrentamento assumia uma outra dimensão, mais perigosa. Na Tunísia e no Egito, no Iêmen e na Síria, os manifestantes corriam riscos de morte, de desaparecimento forçado e de tortura, por exigirem liberdade. Em Homs, os manifestantes enfrentaram tanques de guerra, franco-atiradores, granadas, prisões e torturas.

Enquanto isso, as atuais tecnologias impunham algumas restrições à ação da polícia, que era constantemente lembrada de que as pessoas podem usar seus telefones celulares para registrar incidentes de brutalidade policial e imediatamente divulgá-los nas redes sociais. Percebendo isso, a polícia se esforçava ao máximo para cercar o escrutínio da mídia, intimidando os manifestantes com o uso de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta e cassetetes. Nos EUA, usando uma manobra, no mínimo, criativa, as autoridades ressuscitaram uma lei do século XVIII contra o uso de máscaras na cidade de Nova York, a fim de poderem reprimir os manifestantes amplamente pacíficos.

Tanto na Praça Tahrir, quanto no Parque Zucotti ou na Praça Manezhnaya, um aspecto comum a todas essas manifestações foi a rapidez com que os governos agiram para impedir as manifestações pacíficas e sufocar o direito à liberdade de expressão e de reunião.

AVANÇO DO PODER CORPORATIVO

Poucos fatos ilustram melhor o déficit de liderança do que a omissão dos governos em regular as atividades das grandes empresas, principalmente as das corporações multinacionais, que geralmente produzem seu lucro à custa das comunidades locais. Como demonstrado pelos exemplos da Shell, na região do Delta do Níger, na Nigéria, ou pela Vedanta Resources, em Orissa, na Índia, os governos não estão sendo capazes de assegurar que os atores corporativos, no mínimo, respeitem os direitos humanos. Em muitos países, centenas de milhares de pessoas estão sendo despejadas à força enquanto as empresas mineradoras tomam conta de terras para reivindicar os recursos naturais dessas áreas.

Empresas de comunicação digital estão sendo cada vez mais questionadas na medida em que têm de se submeter às pressões de governos para satisfazer legislações claramente ilegais que violam direitos humanos, tais como o direito à liberdade de expressão, de informação e o direito à privacidade. Há evidências de que empresas aparentemente dedicadas à expressão e ao compartilhamento de ideias, tais como Facebook, Google, Microsoft, Twitter, Vodafone e Yahoo, estão colaborando com algumas dessas violações.

Não é novidade que as ameaças à liberdade de expressão na internet tornem-se mais pronunciadas em momentos de revoluções de direitos humanos. A Anistia Internacional, há muito, tem documentado a recusa de governos como os da China, de Cuba e do Irã em respeitar a liberdade de expressão e outros direitos correlatos na internet. Recentemente, legislações adotadas pelo Congresso dos Estados Unidos e pela União Europeia também estão ameaçando a liberdade na internet.

A omissão dos governos em exigir um nível mínimo de prestação de contas dessas empresas e instituições é mais uma demonstração de como os governos atuam para beneficiar quem está no poder ao invés de proteger os que não têm poder.

EM BUSCA DE LIDERANÇA

Em um ano de revoltas, de transições e de conflitos, o que mais ficou exposto, tanto em nível nacional quanto internacional, foi uma ausência flagrante de liderança. As autoridades de governos repressores, que desprezam o conceito da universalidade dos direitos humanos e que argumentam tratar-se de valores ocidentais que lhes são impostos, tiveram seus argumentos desnudados. Outros governos, que assumiram a postura de que a população de certos países "não está preparada para a democracia e para os direitos humanos", também tiveram seus argumentos refutados.

Diante desse quadro, como poderão os governos reivindicar novamente uma liderança legítima?

Em primeiro lugar, eles devem deixar de lado sua hipocrisia. Nenhum Estado poderá legitimamente alegar que o povo que ele governa não está pronto para os direitos humanos e para um sistema participativo de governo. E aqueles Estados que anunciam defender os direitos humanos devem parar de proteger ditadores porque eles são seus aliados. Os clamores por liberdade, justiça e dignidade, que podem ser ouvidos em todo o mundo, devem ser honrados. O primeiro passo para isso é o respeito, por parte de todos os Estados, da liberdade de expressão e do direito de protestar pacificamente.

Em segundo lugar, os Estados devem levar a sério suas responsabilidades como atores internacionais – sobretudo aqueles Estados dos quais se espera garantirem a paz e a segurança internacionais. Um exemplo desse compromisso será a adoção de um Tratado sobre o Comércio de Armas realmente robusto.

Em julho de 2012, os Estados-membros da ONU estarão reunidos para acordarem um texto final para o Tratado. Um tratado eficaz deverá impedir a transferência internacional de todos os tipos de armas convencionais, inclusive de armas de pequeno porte, de armas leves, de munições e de outros componentes-chave, para países em que exista um risco considerável de que serão usados para cometer sérias violações dos direitos humanos e do direito humanitário. Para que isso funcione, o tratado deverá requerer que os governos conduzam avaliações rigorosas dos riscos para os direitos humanos, antes de emitirem licenças de exportação de armas. Isso seria uma demonstração de que os governos dão mais valor aos direitos humanos e à paz e à segurança internacionais do que aos seus interesses políticos e aos lucros obtidos com o comércio de armas. Um Tratado sobre o Comércio de Armas eficiente só está perto de se tornar realidade por mérito dos ativistas, dos defensores dos direitos humanos e dos indivíduos que atuam em movimentos populares, no âmbito nacional, regional e internacional, os quais, ao perceberem o número inaceitável de vidas perdidas por causa de um comércio irresponsável, exigiram que os governos tratassem desse problema de direitos humanos.

Além disso, uma supervisão mais aprimorada, principalmente das instituições financeiras, precisa ser posta em prática para evitar que se produzam crises econômicas do tipo das que têm agravado a pobreza de um número crescente de pessoas em todo o

mundo. A desregulamentação e mecanismos de supervisão fracos permitiram que os bancos e as instituições de crédito fizessem apostas arriscadas com as poupanças e as casas das pessoas.

Os líderes de todo o mundo devem reconhecer a importância de se construir e manter um sistema que proteja os vulneráveis e que contenha os poderosos; um sistema fundado no Estado de direito, que garanta o fim da impunidade e a adesão às normas internacionais relativas ao devido processo legal, aos julgamentos justos e à independência do Judiciário; um sistema que faça os líderes lembrarem-se de que estão ali para servir aos interesses de seus cidadãos. Criar um ambiente que possibilite a todos participarem genuinamente da vida política e em que as instituições apoiem vigorosamente o engajamento da sociedade civil é o caminho certo para levar à realização dessas aspirações.

O movimento da Anistia Internacional se fundamenta na compreensão de que a liberdade de expressão e a capacidade de contestar os governos e de exigir que respeitem, protejam e realizem os direitos humanos é essencial para construir um mundo em que todos vivam livres e iguais em dignidade e direitos. Os manifestantes lançaram o desafio de exigir que os governos demonstrem liderança ao promover os direitos humanos, a justiça, a igualdade e a dignidade. Conforme o mundo tem revelado, os líderes que não corresponderem a essas aspirações não serão mais aceitos.

Migrantes são resgatados pela guarda marítima italiana, em Pantelleria, Itália, em 13 de abril de 2011.









INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE DOIS: PANORAMA REGIONAL

12



Homem olha para as aeronaves militares que cruzam o céu sobre o vilarejo de Kurchi, no Cordofão do Sul, Sudão, em agosto de 2011. Em junho, após a eclosão de um conflito na região, o governo sudanês realizou bombardeios aéreos contínuos e indiscriminados, matando e ferindo os civis.

"Talvez, este possa ser o ano em que as liberdades de expressão e de associação serão respeitadas. Talvez, este possa ser o ano em que os etíopes não precisarão mais ser presos por suas convicções políticas."

Eskinder Nega, jornalista etíope e ex-prisioneiro de consciência, em um discurso sobre liberdade de expressão, às vésperas do Ano Novo etíope, em setembro de 2011. Alguns dias depois, ele foi preso e acusado de traição e delitos terroristas.

Os movimentos populares que eclodiram no norte da África encontraram forte eco junto à população da África subsaariana, principalmente nos países com regimes repressores. Sindicalistas, estudantes e políticos de oposição sentiram-se inspirados a organizar suas manifestações. As pessoas saíram às ruas para expressar suas aspirações políticas, sua busca por maior liberdade e sua frustração por viver em meio à pobreza. Elas protestavam contra sua situação econômica e social desesperadora, e contra o aumento no custo de vida.

Muitos dos fatores subjacentes que levaram aos levantes no norte da África e no Oriente Médio também estão presentes em outras partes da África. Trata-se, entre outros aspectos, de dirigentes autoritários que estão no poder há décadas, tendo que se sustentar sobre um aparato de segurança voltado a reprimir os dissidentes. A pobreza e a corrupção são generalizadas. Faltam as liberdades mais básicas, e grandes parcelas da população são marginalizadas pela sociedade dominante. A supressão brutal dos protestos em 2011 é uma demonstração de como os líderes da região quase nada aprenderam com o que aconteceu aos seus pares mais ao norte.

Pobreza

Na última década, os níveis de pobreza vêm caindo na África, e o continente vem fazendo progressos na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Porém, milhões de pessoas ainda vivem na pobreza, sem acesso a serviços essenciais, como água potável, saneamento, assistência à saúde e educação.

Com a urbanização acelerada, muitos africanos não dispõem de moradias adequadas, vivendo geralmente em favelas, onde nem

A supressão brutal dos protestos em 2011 é uma demonstração de como os líderes da região quase nada aprenderam com o que aconteceu aos seus pares mais ao norte.

mesmo contam com os serviços mais básicos e onde estão sob risco constante de serem despejados à força pelas autoridades. Pessoas despejadas à força costumam perder todos os seus pertences quando suas casas são destruídas. Muitas também perdem suas fontes de sustento, o que acaba aprofundando sua situação de pobreza. Milhares de pessoas foram afetadas pelos despejos forçados em massa realizados em pelo menos cinco assentamentos informais de Nairóbi, no Quênia. Centenas foram despejadas à força de um assentamento no Território da Capital Federal da Nigéria. Despejos forçados também prosseguiram em N'Djamena, no Chade, e em diferentes partes de Angola.

A violência, inclusive durante manifestações antigoverno, algumas vezes tinha entre suas causas os altos níveis de desemprego e de pobreza. As iniciativas anticorrupção acabavam frustradas por falta de apoio político. Na Nigéria, por exemplo, o presidente demitiu, sem nenhuma explicação, a presidente da Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, seis meses antes de seu mandato expirar.

Repressão política

Inspirados pelos protestos no norte da África, manifestantes contrários ao governo saíram às ruas em Cartum e em outras cidades do Sudão, em diversas ocasiões, a partir do final de janeiro. Eles foram espancados pelas forças de segurança, e dezenas de ativistas e estudantes foram presos e detidos de modo arbitrário. Muitos teriam sido torturados sob detenção. Em Uganda, políticos opositores apelaram para que as pessoas seguissem o exemplo dos manifestantes egípcios e saíssem às ruas; porém, a violência acabou por desfigurar os protestos. Em fevereiro, o governo de Uganda proibiu todas as manifestações públicas. A polícia e o exército usaram força excessiva contra os manifestantes, e o líder opositor Kizza Besigye foi hostilizado e preso. No Zimbábue, um grupo de aproximadamente 45 ativistas foi preso, em fevereiro, simplesmente por ter discutido os acontecimentos do norte da África. De início, seis deles foram acusados de traição. Em abril, autoridades da Suazilândia reprimiram protestos semelhantes com excesso de força.

As forças de segurança utilizaram munição real contra manifestantes contrários ao governo em Angola, Burkina Faso, Guiné, Libéria, Maláui, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Sudão do Sul, resultando em várias mortes. De modo geral, as autoridades não investigaram o uso de força excessiva, e ninguém foi responsabilizado pelas mortes.

Na maioria dos países africanos, defensores dos direitos humanos, jornalistas e adversários políticos continuaram a ser presos e detidos de

modo arbitrário, a ser espancados, ameaçados e intimidados. Alguns foram mortos por grupos armados ou por forças de segurança dos governos. As investigações sobre o assassinato do defensor dos direitos humanos Ernest Manirumva, em 2009, no Burundi, pouco avançou. Em junho, cinco policiais foram condenados pela morte do ativista de direitos humanos Floribert Chebeya na República Democrática do Congo (RDC). Entretanto, alguns indivíduos supostamente envolvidos no crime jamais teriam sido investigados.

Em países como Burundi, Gâmbia, Etiópia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Madagascar, RDC, Somália, Sudão e Uganda, os governos tentaram controlar o tipo de informações a que a população poderia ter acesso. Para isso, restringiram a cobertura jornalística de certos assuntos, fecharam ou suspenderam temporariamente estações de rádio, bloquearam determinados sites na internet ou proibiram a publicação de certos jornais. Embora Ruanda tenha embarcado em um processo de reformas voltadas a melhorar a liberdade de imprensa, alguns veículos que haviam sido fechados pelas autoridades em 2010 permaneceram sob suspensão. Dois jornalistas também foram sentenciados a longas penas de prisão.

Os parlamentos nacionais de Angola e da África do Sul debateram a adoção de leis que poderiam limitar severamente a liberdade de expressão e o acesso à informação. Por outro lado, o presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, em um gesto positivo, finalmente promulgou a Lei de Liberdade de Informação.

Conflitos

A violência política que eclodiu após as eleições presidenciais de novembro de 2010, na Costa do Marfim, escalou para um conflito armado no primeiro semestre de 2011. As forças leais a Alassane Ouattara tiveram o apoio de tropas francesas e da missão de paz da ONU. Elas tomaram o controle do país no final de abril e prenderam o ex-presidente Laurent Gbagbo, além de dezenas de seus apoiadores. Centenas de milhares de pessoas foram desalojadas devido ao conflito, e muitas fugiram para países vizinhos, principalmente para a Libéria. Milhares de civis foram mortos ou feridos na capital econômica, Abidjã e na região ocidental do país. Ambas as partes no conflito mataram ilegalmente centenas de civis, em março e abril, a oeste de Duékoué e nos vilarejos vizinhos. As pessoas eram perseguidas por causa de sua etnia ou pelo que se acreditava ser sua afiliação política. A missão de paz da ONU falhou em proteger adequadamente os civis em Duékoué. As forças de ambos os lados também cometeram atos de violência sexual, inclusive estupros. Em outubro, o Tribunal Penal Internacional (TPI) autorizou uma

PANORAMA REGIONAL ÁFRICA

As forças de segurança utilizaram munição real contra manifestantes contrários ao governo, resultando em várias mortes.

Pouquíssimos indivíduos tiveram de prestar contas pelas violações de direitos humanos que cometeram. Em consequência, em muitos países da região, as pessoas perderam a confiança nas instituições policiais e judiciais.

investigação sobre crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por ambas as partes no conflito. Após a emissão de um mandado de prisão, Laurent Gbagbo foi transferido, em novembro, para o TPI, nos Países Baixos. A fim de preservar sua credibilidade, o TPI deveria assegurar-se de que os crimes cometidos pelas forças leais ao Presidente Ouattara também sejam investigados e os indivíduos sejam processados. O TPI deveria também investigar os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade cometidos antes das eleições presidenciais de 2010, uma vez que o Judiciário da Costa do Marfim não tem mostrado capacidade ou disposição de fazê-lo.

A população do Sudão do Sul votou esmagadoramente a favor da independência no referendo de janeiro sobre autodeterminação. Com a data da independência do Sudão do Sul marcada para 9 de julho, as tensões aumentaram nas chamadas áreas transicionais de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul. Um referendo separado para Abyei, programado para janeiro, não aconteceu, provocando a eclosão de um conflito em maio. As forças armadas sudanesas, apoiadas por milícias, tomaram o controle de Abyei, fazendo que dezenas de milhares de pessoas da comunidade de Dinka Ngok fugissem para o Sudão do Sul. Na cidade de Abyei, as casas foram saqueadas e destruídas. Ali, também, a missão de manutenção de paz da ONU, posicionada em Abyei, não foi capaz de qualquer ação significativa para impedir os ataques e proteger a população civil. Até o fim do ano, nenhuma solução havia sido encontrada para definir o *status* de Abyei.

Na esteira dos desentendimentos sobre os arranjos de segurança e sobre os resultados das eleições provinciais, a situação no Cordofão do Sul transformou-se em um conflito armado entre o Movimento Popular de Libertação do Sudão – Norte (SPLM-N) e as forças armadas sudanesas. Centenas de milhares de pessoas foram desalojadas em consequência da insegurança e do conflito. As forças armadas sudanesas efetuaram bombardeios aéreos indiscriminados que resultaram em inúmeras mortes de civis. A ONU e diversas organizações, como a Anistia Internacional, documentaram esses ataques indiscriminados e homicídios ilegais. Foi, por exemplo, o que aconteceu com o fazendeiro Angelo al-Sir, que descreve como sua esposa grávida, dois de seus filhos e outros parentes foram mortos em um ataque aéreo, no dia 19 de junho, em Um Sirdeeba, vilarejo a leste de Kadugli.

Em setembro, o conflito do Cordofão do Sul já havia se alastrado para o estado do Nilo Azul, fazendo, mais uma vez, que milhares de pessoas tivessem que fugir para o Sudão do Sul e para a Etiópia. O governo sudanês praticamente isolou do mundo exterior os estados do Cordofão do Sul e do Nilo Azul, ao negar o acesso de organizações humanitárias independentes, de monitores de direitos humanos e de

outros observadores. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Segurança da ONU omitiram-se em tomar qualquer medida concreta para enfrentar a situação, inclusive deixando de condenar a falta de acesso humanitário e as constantes violações dos direitos humanos.

O conflito em Darfur, no Sudão, também prosseguiu com a mesma intensidade, forçando a população a abandonar suas casas. Pessoas que já estavam vivendo nos campos para desalojados internos também foram alvo das autoridades sudanesas, por serem vistas como apoiadoras dos grupos armados de oposição. Prosseguiram as denúncias de estupro e outras formas de violência sexual. O Sudão continuou se recusando a cooperar com o TPI. O Procurador do TPI requereu um mandado de prisão para o ministro da Defesa, Abdelrahim Mohamed Hussein, por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade cometidos em Darfur.

Os contínuos combates na Somália contra o grupo armado islamista Al Shabab assumiram dimensão regional quando tropas quenianas e etíopes intervieram diretamente no conflito. Ataques indiscriminados perpetrados por diversas partes no conflito mataram ou feriram milhares de civis, sobretudo em Mogadíscio. Centenas de milhares de pessoas continuaram desalojadas em consequência das hostilidades e da insegurança. A seca na sub-região exacerbou uma situação humanitária que já era trágica, e a fome foi declarada em partes da Somália. As organizações humanitárias enfrentavam enormes dificuldades para chegar até as pessoas e oferecer ajuda emergencial.

Na RDC, o conflito também não dava sinais de terminar. O estupro e outras formas de violência sexual permaneceram endêmicos, sendo cometidos tanto por forças do governo quanto por grupos armados de oposição. Outros abusos dos direitos humanos, como homicídios ilegais, pilhagens e sequestros também continuaram sendo cometidos, principalmente por grupos armados. O sistema de justiça da RDC continuou incapaz de lidar com as muitas violações de direitos humanos cometidas durante o conflito. Crianças soldados continuaram sendo recrutadas e utilizadas em diversos conflitos, como na República Centro-Africana, na RDC e na Somália.

Alguns governos africanos ainda relutavam em assegurar a prestação de contas para crimes de direito internacional. O Senegal continuou a recusar-se tanto a processar quanto a extraditar o ex-presidente do Chade, Hissène Habré. No final do ano, o governo do Burundi debatia uma proposta emendada para a criação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação. Entretanto, o governo parecia carecer de vontade política para criar um Tribunal Especial, tal como recomendado pela ONU em 2005.

PANORAMA REGIONAL ÁFRICA

Justiça e impunidade

Muitas violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança e de aplicação da lei permaneceram negligenciadas. Raramente as autoridades iniciaram investigações independentes e imparciais sobre denúncias de casos de prisões e detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos, homicídios ilegais – inclusive execuções extrajudiciais – e desaparecimentos forçados. Pouquíssimos indivíduos tiveram de prestar contas pelas violações de direitos humanos que cometeram. Em consequência, em muitos países da região, as pessoas perderam a confiança nas instituições policiais e judiciais. Os custos elevados das ações foram outro obstáculo para o acesso ao sistema de justiça formal, mesmo para as pessoas submetidas a violações de direitos humanos.

A impunidade para violações de direitos humanos cometidas por agentes da lei foi generalizada em países como Burundi, Camarões, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Madagascar, Maláui, Moçambique, Nigéria, RDC, República do Congo, Senegal, Sudão, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue. Por exemplo, a comissão de inquérito criada pelas autoridades do Burundi para investigar execuções extrajudiciais não publicou suas conclusões. As autoridades burundianas também não investigaram as denúncias de tortura cometidas pelo Serviço Nacional de Informações em 2010. Outro exemplo flagrante de impunidade institucionalizada foi o fato de o Sudão ter rejeitado, durante a Revisão Periódica Universal do país no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em setembro, as recomendações para que reexaminasse sua Lei de Segurança Nacional de 2010 e seu Serviço Nacional de Informações e Segurança (NISS). Consequentemente, os agentes do NISS continuaram gozando de imunidade contra processos judiciais ou medidas disciplinares pelas violações de direitos humanos que cometeram.

Permaneceu muito alto o número de pessoas mantidas em detenção provisória (sem julgamento), uma vez que, na maioria dos países, os sistemas de justiça não tinham condições de assegurar um julgamento justo e sem dilações indevidas. Muitas pessoas presas não tiveram acesso à representação legal. Em muitos países, as condições de detenção permaneceram terríveis, caracterizando-se por superlotação, falta de saneamento básico, de cuidados de saúde, de água e de comida, assim como de agentes prisionais. Na maioria das vezes, as condições de detenção estavam muito abaixo do mínimo exigido pelas normas internacionais, correspondendo a tratamento ou castigo desumano, cruel e degradante. Em setembro, em um incidente especialmente tenebroso, nove homens morreram asfixiados em



Aumentou a discriminação com base na orientação sexual - efetiva ou percebida - ou na identidade de gênero das pessoas. Os políticos, muitas vezes, fizeram declarações ou ações que incitaram a discriminação e a perseguição pelo que se acreditava ser a orientação sexual das pessoas.



uma cela superlotada enquanto estavam detidos em uma unidade da Gendarmaria Nacional, em Léré, no Chade.

Manteve-se a tendência à abolição da pena de morte. Em votação no Parlamento, Benin ratificou o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, confirmando, com isso, sua intenção de abolir a pena capital. Em Gana, a Comissão de Revisão Constitucional recomendou que a pena de morte fosse abolida. Em outubro, na Nigéria, o procurador-geral e o ministro da Justiça informaram a uma delegação da Anistia Internacional que o governo havia adotado uma moratória oficial das execuções. Em setembro, o governo de Serra Leoa fez um anúncio semelhante. Na contramão desses acontecimentos positivos, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão estavam entre os últimos países da África subsaariana que ainda executavam pessoas oficialmente – quase sempre após julgamentos totalmente injustos.

Marginalização

Em muitos países, refugiados e migrantes eram especialmente afetados por violações e abusos dos direitos humanos. Cidadãos congolese continuaram sendo expostos à violência baseada em gênero ao serem expulsos de Angola. A Mauritânia prendeu vários milhares de migrantes de modo arbitrário antes de deportá-los para países vizinhos. Refugiados e migrantes também foram submetidos a violações de direitos humanos em Moçambique, com denúncias de homicídios ilegais cometidos por agentes da lei. Na África do Sul, refugiados e migrantes continuaram sendo vítimas de violência e tiveram seus bens destruídos. Em dezembro, o ACNUR, a agência de refugiados da ONU, recomendou que países anfitriões adotassem medidas para que a maioria dos ruandeses que se encontram em seu território deixem de ser refugiados. Organizações de refugiados e de direitos humanos manifestaram preocupação se a lógica que fundamenta essa recomendação do ACNUR estaria suficientemente articulada, pois sua implementação dentro de cada um dos países poderia fazer que pessoas que necessitam de proteção acabassem sendo devolvidas à força para Ruanda.

Dezenas de milhares de pessoas originárias do sul do Sudão decidiram deixar o Sudão e mudar-se para o Sudão do Sul por temerem perder o direito à cidadania sudanesa após a declaração de independência do Sudão do Sul. Essas pessoas enfrentaram as mais diversas dificuldades, como hostilidades sofridas antes e durante sua jornada e uma trágica situação humanitária ao chegar.

Em muitos países, a violência e a discriminação contra as mulheres continuaram amplamente disseminadas, inclusive por causa de

PANORAMA REGIONAL ÁFRICA

normas e tradições culturais. Em diversos Estados, as leis em vigor institucionalizavam a discriminação contra a mulher. A discriminação também prejudicou o acesso das mulheres aos serviços de saúde.

Meninas e mulheres continuaram sendo submetidas a estupro e a outras formas de violência sexual em vários países em conflito ou em países que possuíam grande número de pessoas refugiadas ou desalojadas. Entre eles, o Chade, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim, o leste da RDC e o Sudão (Darfur). Os responsáveis pelos abusos geralmente integravam as forças de segurança governamentais. Na maioria dos casos, não havia qualquer investigação dos fatos.

Discriminação

Aumentou a discriminação com base na orientação sexual – efetiva ou percebida – ou na identidade de gênero das pessoas. Os políticos não apenas descumpriram seu dever de proteger os direitos das pessoas de não serem discriminadas, como, muitas vezes, fizeram declarações ou ações que incitaram a discriminação e a perseguição pelo que se acreditava ser a orientação sexual das pessoas.

Em Camarões, as pessoas sofriam perseguição caso se suspeitasse que mantinham relacionamento afetivo com outra do mesmo sexo. Muitas pessoas foram presas e algumas, como Jean-Claude Roger Mbede, foram sentenciadas a longas penas de prisão. Além disso, o governo camaronês propôs que o Código Penal fosse emendado para aumentar as multas e penas de prisão contra pessoas condenadas por manter relações sexuais com outras do mesmo sexo. Em países como Maláui, Mauritânia e Zimbábue, homens também foram presos e processados pelo que se acreditava ser sua orientação sexual. O governo de Maláui promulgou uma legislação que criminalizava as relações sexuais entre mulheres, e o presidente Bingu wa Mutharika, durante um comício, afirmou que homens gays eram "piores do que cães". Na Nigéria, o Senado aprovou uma lei que criminalizava ainda mais as relações entre pessoas do mesmo sexo. Em Gana, o ministro da Região Ocidental pediu a prisão para todas as pessoas homossexuais.

A legislação anti-homossexualidade de Uganda não chegou a ser debatida no parlamento, mas também não foi formalmente retirada da pauta. David Kato, um conhecido defensor dos direitos humanos e ativista pelos direitos LGBTs, foi morto, em janeiro, dentro de sua residência. Em novembro, um homem foi preso pelo homicídio e sentenciado a 30 anos de prisão. Na África do Sul, a pressão da sociedade civil para que a violência contra pessoas LGBTs, sobretudo contra lésbicas, fosse enfrentada levou as autoridades a criarem uma



Resta saber se as lideranças políticas da África encamparão essas mudanças ou se as verão como uma ameaça a sua permanência no poder. Em 2011, a maioria dos líderes africanos – em sua reação aos protestos e às divergências – foram parte do problema, e não da solução.



equipe especial para prevenir a violência baseada no que se acredita ser a orientação sexual das pessoas.

Na Eritreia, as pessoas continuaram a ser perseguidas por motivos religiosos. Dezenas foram presas de modo arbitrário e teriam sofrido maus-tratos enquanto detidas.

Segurança e direitos humanos

A África tem se tornado cada vez mais vulnerável a atentados terroristas de vários grupos armados islâmicos. Entre eles, a Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), que opera em diversos países do Sahel (região semiárida abaixo do Saara, que se estende de leste a oeste do continente); a seita religiosa Boko Haram, que, durante o ano, intensificou seus atentados à bomba na Nigéria; e a Al Shabaab, que atua no Quênia e na Somália. Esses grupos armados foram responsáveis por inúmeros abusos contra os direitos humanos, como ataques indiscriminados, homicídios ilegais, sequestros e tortura.

Em resposta, alguns governos aumentaram sua cooperação militar, inclusive no Sahel. Países vizinhos também efetuaram intervenções militares. A Nigéria criou uma Força Tarefa Militar Especial para enfrentar o Boko Haram em alguns estados. Ao reagir à violência dos grupos armados, as forças governamentais, muitas vezes, cometeram violações dos direitos humanos. Na Mauritânia, 14 presos sentenciados por atividades terroristas foram submetidos a desaparecimento forçado durante sua transferência para um local desconhecido. Na Nigéria, as forças de segurança responderam à escalada da violência em alguns estados, prendendo e detendo arbitrariamente centenas de pessoas, submetendo-as a desaparecimentos forçados e efetuando execuções extrajudiciais.

Hora de acreditar em mudança

É provável que a disposição em respeitar e proteger os direitos humanos não se propague na África subsaariana de modo tão rápido e tão intenso quanto no norte da África. Em alguns lugares, é possível que a situação até piore. No entanto, fatores como o desenvolvimento econômico sustentável, as demandas por melhor governança, a emergência de uma classe média, uma sociedade civil mais forte e maior acesso a informações e tecnologias de comunicação irão, gradualmente, contribuir para melhorar a situação dos direitos humanos. Resta saber se as lideranças políticas da África encamparão essas mudanças ou se as verão como uma ameaça a sua permanência no poder. Em 2011, a maioria dos líderes africanos – em sua reação aos protestos e às divergências – foram parte do problema, e não da solução.

PANORAMA REGIONAL ÁFRICA



"A luta por justiça não termina comigo. Essa é uma luta para todos os Troy Davis que vieram antes de mim e para todos os que virão depois."

Troy Davis, executado após passar 20 anos no corredor da morte.

Martina Correia olha para a prisão no exato momento em que seu irmão, Troy Davis, é executado, em 21 de setembro, no estado da Geórgia, nos EUA, apesar das sérias dúvidas que pesavam sobre sua condenação. Dois meses depois, Martina faleceu, após uma longa batalha contra a doença.

"Uma afronta à democracia, uma afronta ao Estado de direito."

Deputado estadual brasileiro Marcelo Freixo, ele próprio vítima de muitas ameaças de morte devido ao seu trabalho de investigar e denunciar grupos criminosos, falando sobre o assassinato da juíza Patrícia Acioli.

No dia 11 de agosto de 2011, a juíza Patrícia Acioli foi atingida por 21 tiros em frente a sua casa em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, por membros da Polícia Militar. Conhecida por seu longo histórico de presidir julgamentos envolvendo a participação de policiais em violações dos direitos humanos, a juíza tornou-se alvo de diversas ameaças de morte. Em outubro, 11 policiais, entre eles um comandante da Polícia Militar, foram detidos e acusados de participação no assassinato. Há informações de que a juíza Acioli, na época em que foi morta, conduzia um inquérito sobre denúncias de execuções extrajudiciais e de atividades criminosas dos policiais envolvidos em sua execução. Sua morte foi um duro golpe no movimento por direitos humanos no Brasil. Porém, sua busca por justiça continua a servir de inspiração para muitos outros que, como a juíza Acioli, se recusam a permitir que violações dos direitos humanos continuem sendo cometidas livremente.

Demandas por direitos humanos ecoaram por toda a região em 2011 – nos tribunais nacionais, no sistema interamericano e nas ruas. Os apelos por justiça feitos por pessoas comuns, por defensores dos direitos humanos, por organizações da sociedade civil e por povos indígenas continuaram a ganhar força, geralmente levando as pessoas a um confronto direto com poderosos interesses econômicos e políticos. No coração desses conflitos, estavam políticas de desenvolvimento econômico que deixaram muitas pessoas, principalmente as comunidades pobres e marginalizadas, ainda mais vulneráveis a abusos e exploração.

Demanda por justiça e pelo fim da impunidade

Muitos casos envolvendo direitos humanos tiveram andamento extremamente lento. Foram obstruídos pela falta de acesso efetivo à

Justiça, pela falta de independência do Judiciário e pela disposição de alguns setores de recorrer a medidas extremas para não ter de prestar contas e para proteger interesses privados, sejam políticos, econômicos ou criminosos. Em países como Brasil, Colômbia, Cuba, Guatemala, Haiti, Honduras e Venezuela, a dificuldade em fazer que os direitos humanos fossem respeitados era exacerbada por ameaças e assassinatos de defensores dos direitos humanos, de testemunhas, de advogados, de promotores e de juizes. Na América Latina e no Caribe, jornalistas que tentavam denunciar abusos de poder, violações dos direitos humanos e corrupção também costumavam ser alvos de perseguição.

Em alguns países, entretanto, apesar dos obstáculos e dos frequentes reveses, registraram-se também importantes avanços em termos de investigação e condução de processos criminais por violações de direitos humanos cometidas no passado. Diversos dirigentes e comandantes militares graduados foram condenados e sentenciados a penas de prisão.

Na Argentina, Reynaldo Bignone, ex-general do exército, e Luis Abelardo Patti, político e ex-policia, foram ambos sentenciados, em abril, à prisão perpétua por homicídio, sequestro e tortura cometidos na cidade de Escobar, na década de 1970. Em outubro, o ex-capitão da marinha Alfredo Astiz e outros 15 indivíduos foram sentenciados a penas que variavam entre 18 anos de prisão e prisão perpétua por sua participação em 86 crimes contra a humanidade cometidos na década de 1970. Suas vítimas foram sequestradas e mantidas em um centro de detenção secreta de uma escola naval em Buenos Aires, a Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), onde algumas dessas pessoas morreram sob tortura enquanto outras foram mortas atiradas de aviões. Entre os mortos, estavam as freiras francesas Léonie Duquet e Alice Domon; as ativistas de direitos humanos Azucena Villaflor, María Bianco e Esther Careaga, as cofundadoras do movimento Mães da Praça de Mayo; e o escritor e jornalista Rodolfo Walsh.

Em agosto, na Bolívia, a Corte Suprema condenou sete ex-autoridades civis e militares por sua participação nos eventos conhecidos como "Outubro Negro", que deixaram 67 pessoas mortas e mais de 400 feridas durante os protestos ocorridos em El Alto, próximo a La Paz, em 2003. Foi a primeira vez que um julgamento de militares acusados de violações dos direitos humanos foi concluído em um tribunal civil boliviano. Cinco ex-militares receberam penas de prisão que variavam entre 10 e 15 anos, enquanto dois ex-ministros foram sentenciados a penas de três anos de prisão, posteriormente suspensas.



O capitão da marinha Alfredo Astiz e outros 15 indivíduos foram sentenciados a penas que variavam entre 18 anos de prisão e prisão perpétua por sua participação em 86 crimes contra a humanidade cometidos na década de 1970.



No Brasil, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a criação de uma Comissão da Verdade para investigar violações dos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. No Chile, o número de casos de violações de direitos humanos sendo investigado pelos tribunais foi o mais alto até hoje, depois que um promotor ingressou com 726 novas denúncias criminais e depois que mais de mil ações foram ajuizadas no decorrer dos anos, por familiares de pessoas executadas por motivos políticos durante o regime militar do general Augusto Pinochet.

O ex-presidente Jean-Claude Duvalier retornou ao Haiti, após 25 anos no exílio, para ser submetido a uma investigação criminal com base em denúncias de graves violações dos direitos humanos ajuizadas por vítimas e seus familiares. Na Colômbia, o general da reserva Jesús Armando Arias Cabrales foi sentenciado, em abril, a 35 anos de prisão por sua participação no desaparecimento forçado de 11 pessoas, em novembro de 1985, depois que forças militares invadiram o Palácio da Justiça, onde reféns estavam sendo mantidos pelo grupo guerrilheiro M-19. Em setembro, Jorge Noguera, ex-chefe do serviço civil de informações da Colômbia, o Departamento Administrativo de Segurança (DAS), foi sentenciado a 25 anos de prisão pelo assassinato, em 2004, do acadêmico Alfredo Correa de Andreis e por suas ligações com grupos paramilitares.

Por mais importante que sejam tais julgamentos, eles são apenas exceções, enquanto a impunidade por violações dos direitos humanos continua sendo a norma. Na Colômbia, por exemplo, outra ex-diretora do DAS, María del Pilar Hurtado, implicada em um escândalo envolvendo escutas telefônicas ilegais, bem como vigilância e ameaças contra os adversários do ex-presidente Álvaro Uribe, continuou a evadir a Justiça. Em 2010, ela recebeu asilo no Panamá. No México, as ações judiciais contra os responsáveis por graves violações dos direitos humanos cometidas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 continuaram paralisadas. No entanto, a Suprema Corte decidiu que as sentenças da Corte Interamericana contra o México, inclusive requerendo que supostas violações dos direitos humanos cometidas por militares fossem transferidas à competência civil, eram de cumprimento compulsório.

No âmbito da justiça internacional, os avanços foram irregulares. Em outubro, por exemplo, o governo canadense deixou de prender o ex-presidente dos EUA, George W. Bush, quando ele esteve na Colúmbia Britânica, apesar das claras evidências de sua responsabilidade por crimes sob o direito internacional, tais como tortura. No entanto, em dezembro, a França extraditou o ex-chefe de

PANORAMA REGIONAL AMÉRICAS

No Brasil, as práticas de aplicação da lei continuaram a caracterizar-se por discriminação, corrupção, abusos dos direitos humanos e militarização das operações policiais.

Estado Manuel Noriega para o Panamá, onde ele havia sido condenado à revelia pelo assassinato de adversários políticos, entre outros crimes.

O sistema interamericano de direitos humanos

O sistema interamericano e, sobretudo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sofreram fortes ataques de diversos Estados em 2011. O Brasil, por exemplo, retirou seu embaixador junto à OEA em represália a uma decisão da Comissão determinando que as obras de construção da hidrelétrica de Belo Monte fossem suspensas até que as comunidades indígenas afetadas tivessem sido devidamente consultadas. De modo preocupante, o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, apoiou abertamente a atitude do Brasil e pediu publicamente que a Comissão reexaminasse sua decisão relativa a Belo Monte. Depois disso, a Comissão Interamericana modificou as medidas cautelares que haviam sido outorgadas no caso, não mais requerendo que o Brasil suspendesse o projeto enquanto a consulta não fosse conduzida.

Equador, Peru e Venezuela também criticaram a Comissão, acusando-a de exceder seu mandato e de interferir na soberania nacional dos Estados. As críticas do Equador e da Venezuela centraram-se na Relatoria Especial sobre a Liberdade de Expressão, enquanto que o Peru direcionou fortes críticas à decisão da Comissão de encaminhar à Corte Interamericana de Direitos Humanos um caso sobre supostas execuções extrajudiciais cometidas durante o resgate de 71 reféns, em 1997 (a operação “Chavin de Huántar”).

No segundo semestre de 2011, os Estados-membros da OEA prosseguiram os debates sobre possíveis reformas a serem feitas no sistema interamericano de direitos humanos. Os debates foram concluídos com a elaboração de um relatório, que o Conselho Permanente da OEA deveria examinar no início de 2012. Embora as recomendações contidas no relatório tenham sido descritas como iniciativas que visavam ao fortalecimento do sistema, na verdade, algumas das medidas propostas poderiam comprometer sua independência e eficácia, com significativo impacto no trabalho da Comissão e de seus relatores.

Segurança pública e direitos humanos

Os governos continuaram tirando proveito das preocupações legítimas da sociedade com as questões de segurança pública e com os altos índices de criminalidade a fim de justificarem ou ignorarem as violações de direitos humanos cometidas por suas forças de

Há indicações de que, em vários casos, a polícia dominicana adotou uma política de atirar para matar, ao invés de tentar prender suspeitos desarmados.

segurança ao reagirem a ações de criminosos ou de grupos armados.

A fim de levar adiante sua campanha contra os cartéis do tráfico, o governo mexicano preferiu não enxergar as numerosas denúncias de tortura, de desaparecimentos forçados, de homicídios ilegais e de uso de força excessiva por parte do exército e, cada vez mais, por parte da marinha. Mais de 12 mil pessoas foram mortas em episódios de violência atribuídos a organizações criminosas, enquanto cerca de 50 mil soldados do exército e da marinha continuaram a ser destacados pelo presidente Felipe Calderón para cumprir funções de aplicação da lei. Havia evidências de que policiais e membros das forças de segurança estavam sendo cúmplices de organizações criminosas no sequestro e no assassinato de pessoas suspeitas de pertencerem a organizações criminosas rivais, bem como em outros crimes. O governo continuou afirmando que os abusos eram ocorrências acidentais, e que os responsáveis haviam sido responsabilizados; porém, em 2011, somente em um caso os militares foram levados à Justiça.

Em menor escala, diversos países da região também recorreram aos militares para realizar funções de cumprimento da lei. Entre eles, El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez ordenou que soldados da Guarda Nacional saíssem às ruas para enfrentar o avanço dos crimes violentos.

Diante dos elevados índices de crimes violentos no Brasil, as práticas de aplicação da lei continuaram a caracterizar-se por discriminação, corrupção, abusos dos direitos humanos e militarização das operações policiais. Ao passo que certos projetos de segurança pública conseguiram algum êxito na redução dos índices de violência, as reformas propostas pelo governo federal para a área da segurança pública foram prejudicadas por cortes drásticos no orçamento e por falta de vontade política. As comunidades socialmente excluídas continuaram reféns da violência dos grupos criminosos e de um policiamento abusivo que geralmente trata os moradores como supostos criminosos. No Rio de Janeiro, as milícias continuaram aumentando seu poder. Essas gangues criminosas, formadas por ex-agentes da área de segurança pública ou por agentes da ativa atuando fora do horário de serviço, ampliaram seu domínio sobre muitas das comunidades mais pobres do Rio de Janeiro, por meio de violência e de extorsões, sendo sustentadas por atividades econômicas ilícitas e fomentando bases de apoio político. O atentado que tirou a vida da juíza Acioli evidencia o alcance e a ousadia desses grupos criminosos.

PANORAMA REGIONAL AMÉRICAS

O prolongado conflito armado interno da Colômbia continuou a infligir um sofrimento imensurável às comunidades civis de todo o país.

Quase dois anos depois do prazo determinado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para o fechamento da unidade de detenção de Guantánamo, mais de 150 homens permaneciam detidos no local.

Na República Dominicana, sérias violações dos direitos humanos, tais como detenções arbitrárias, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, bem como desaparecimentos e homicídios ilegais, foram cometidos pela polícia ao pôr em prática uma chamada "política de linha dura" no combate ao crime. Há indicações de que, em vários casos, a polícia adotou uma política de atirar para matar, ao invés de tentar prender os suspeitos, muitos dos quais estavam desarmados.

Conflito armado

O prolongado conflito armado interno da Colômbia continuou a infligir um sofrimento imensurável às comunidades civis de todo o país. As consequências dos combates para os direitos humanos recaíam com mais intensidade sobre os indígenas, os afrodescendentes e os agricultores que vivem nas áreas rurais, milhares dos quais foram forçados a abandonar suas moradias. Grupos guerrilheiros, bem como paramilitares e forças de segurança que costumam agir em conluio, foram todos responsáveis por graves abusos contra os direitos humanos e por violações do direito internacional humanitário.

Algumas das medidas legislativas do governo, tais como a Lei de Vítimas e Restituição de Terras, foram importantes primeiros passos no sentido de reconhecer os direitos à reparação de algumas vítimas e à devolução de milhões de hectares de terras que foram roubados no decorrer do conflito. A lei, porém, excluiu muitas das vítimas. Além disso, o recrudescimento das ameaças e dos assassinatos de defensores dos direitos humanos, principalmente dos que trabalham pela restituição de terras, levanta dúvidas sobre a capacidade do governo de cumprir sua promessa de devolver as terras aos seus proprietários de direito.

O compromisso do governo colombiano com os direitos humanos e com o combate à impunidade foi posto em dúvida em função dos seus esforços para ampliar a competência militar no julgamento de delitos, o que poderá fazer que os membros das forças de segurança evadam-se à justiça ao cometerem violações de direitos humanos. Ademais, o presidente Juan Manuel Santos e o comandante-em-chefe das forças armadas criticaram o fato de diversos militares de alta patente terem sido condenados por violar os direitos humanos.

Segurança e combate ao terrorismo

No fim de 2011, quase dois anos depois de o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ter perdido o prazo que ele havia determinado

para o fechamento da unidade de detenção de Guantánamo, mais de 150 homens permaneciam detidos no local.

As esperanças de que o governo estadunidense efetivasse sua decisão, anunciada em 2009, de julgar cinco dos detentos acusados de envolvimento nos ataques de 11 de setembro de 2001 em tribunais federais comuns foram perdidas quando o secretário da Justiça anunciou, em abril, que os cinco seriam agora julgados por comissões militares. O governo deixou clara sua intenção de empenhar-se para que os cinco sejam condenados à pena de morte. Em outro caso sob competência de uma comissão militar, a pena de morte esteve mais perto de ser aplicada em setembro, quando as acusações contra o cidadão saudita Abd al Rahim al-Nashiri foram encaminhadas para serem julgadas como crimes capitais.

Continuaram impunes as violações de direitos humanos cometidas pelo governo estadunidense anterior, como parte do programa de detenções secretas da CIA. Em junho, o secretário da Justiça anunciou que, com exceção de dois casos envolvendo mortes sob custódia, outras investigações sobre tais detenções não se justificavam. A declaração foi feita apesar da tortura e dos desaparecimentos forçados serem parte integrante do programa secreto. Entre as vítimas do programa, estão detentos enfrentando processos injustos conduzidos por comissões militares, os quais, se condenados, poderão ser executados.

Povos indígenas

Apesar de alguns avanços positivos, as violações dos direitos humanos dos índios continuaram sendo um grave problema na região.

Em muitas ocasiões, os povos indígenas foram privados de seu direito a uma consulta significativa e ao consentimento livre, prévio e informado sobre empreendimentos econômicos de grande escala, como projetos da indústria extrativa, que, de alguma maneira, os afetam. Em 2011, o Peru aprovou uma legislação inédita que torna obrigatório realizar consultas aos povos indígenas antes que projetos econômicos possam ser empreendidos em suas terras ancestrais. No entanto, situações como essa continuam sendo exceção. Apesar de todos os Estados da região terem endossado a Declaração de 2007 da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os direitos estabelecidos na declaração estavam longe de serem respeitados.

A falta de respeito aos direitos dos povos indígenas não somente teve um impacto negativo sobre seus meios de vida, como também permitiu que as comunidades fossem ameaçadas, hostilizadas, despejadas ou desalojadas à força, atacadas ou mortas, à medida que a avidez por explorar os recursos nas áreas em que elas vivem

PANORAMA REGIONAL AMÉRICAS

No Brasil, na Colômbia, na Guatemala e no México os povos indígenas foram forçados a deixar suas terras, geralmente com violência.

se intensificava. No Brasil, na Colômbia, na Guatemala e no México, os povos indígenas foram forçados a deixar suas terras, geralmente com violência. No Peru e na Bolívia, força excessiva foi usada contra quem protestasse em favor dos direitos indígenas e contra projetos de infraestrutura. No Equador e no México, ações judiciais espúrias contra lideranças indígenas foram motivo de preocupação.

Outros sinais indicavam que os governos não estavam levando a sério os direitos indígenas nem demonstrando vontade política para reverter tantas décadas de discriminação arraigada. Em abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos exortou o Brasil a suspender os trabalhos de construção da hidrelétrica de Belo Monte até que as comunidades indígenas fossem consultadas de modo pleno e efetivo – inclusive tendo acesso ao Estudo de Impacto Social e Ambiental do projeto nas línguas relevantes – e até que medidas tivessem sido tomadas para proteger a vida de comunidades que vivem em isolamento voluntário. O Brasil reagiu duramente às medidas cautelares propostas, as quais foram posteriormente atenuadas pela Comissão.

Na Bolívia, depois de várias semanas de protestos em que dezenas de pessoas ficaram feridas quando as forças de segurança usaram gás lacrimogêneo e cassetetes para dispersar um acampamento provisório, o Presidente decidiu cancelar a construção de uma rodovia que cruzaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure. Os manifestantes indígenas argumentavam que os planos de construção da estrada haviam violado as garantias constitucionais sobre consultas prévias, bem como as leis de preservação ambiental.

Em agosto, uma auditoria federal no Canadá concluiu que 39 por cento dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades indígenas das Primeiras Nações tinham sérias deficiências, sendo que 73 por cento do sistema de água potável e 65 por cento do sistema de águas residuais apresentavam riscos médios ou altos para a saúde.

Direitos das mulheres e das meninas

A proteção das mulheres e das meninas contra estupros, ameaças e assassinatos não teve prioridade nas agendas dos Estados da região. A implementação de leis para combater a violência baseada em gênero continuou a causar preocupação, e a falta de recursos disponíveis para investigar e processar tais crimes suscitou dúvidas sobre a real vontade dos governos de enfrentar o problema. Em muitos países, o fato de os responsáveis por esses crimes não serem levados à



As famílias de migrantes desaparecidos realizaram protestos nacionais a fim de pressionar pela localização de seus familiares.



Justiça reforça ainda mais a impunidade para a violência de gênero, fomentando um ambiente em que a violência contra mulheres e meninas permanece tolerável.

Os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas continuaram sendo extensamente violados, com consequências devastadoras para a vida e a saúde delas. El Salvador, Chile e Nicarágua continuaram a proibir o aborto em todas as circunstâncias, inclusive para meninas e mulheres que engravidaram em consequência de estupro ou que enfrentam gestações que põem em risco suas vidas. Pessoas que buscavam ou que ofereciam abortos arriscavam-se a longas penas de prisão.

Em outros países, o acesso a serviços abortivos seguros era previsto em lei, mas negado na prática por procedimentos judiciais demorados que tornavam o acesso a abortos seguros quase impossível, principalmente para as pessoas que não podiam pagar por serviços de aborto privados. O acesso à contracepção e a informações sobre questões sexuais e reprodutivas continuou problemático, sobretudo para as mulheres e meninas mais marginalizadas da região.

Migrantes: vítimas visíveis, direitos invisíveis

Centenas de milhares de migrantes regulares e irregulares, em diversos países, foram privados da proteção da lei.

No México, centenas de corpos, alguns identificados como migrantes sequestrados, foram descobertos em covas clandestinas. As famílias de migrantes centro-americanos desaparecidos realizaram protestos nacionais a fim de pressionar pela localização de seus familiares e de chamar a atenção para o que acontece com muitos migrantes. Entre as dezenas de milhares de migrantes da América Central que atravessam o México, muitos são sequestrados, torturados, estuprados e mortos por gangues criminosas, geralmente com a cumplicidade de agentes públicos. No caso dos migrantes clandestinos, o medo de represálias ou de deportação faz com que raramente consigam denunciar os graves abusos de que são vítimas.

No México, os defensores dos direitos dos migrantes vêm sofrendo ataques sem precedentes, principalmente os que trabalham com a rede de abrigos que oferece assistência humanitária aos migrantes.

Nos Estados Unidos, ao longo de sua fronteira sudoeste com o México, migrantes regulares e irregulares sofreram discriminação e estigmatização dos agentes de aplicação da lei em nível federal, estadual e local. Eles também foram discriminados ao buscar justiça

PANORAMA REGIONAL AMÉRICAS

e proteção, além de enfrentarem obstáculos no acesso à educação e à assistência médica. São barreiras que se configuram nas políticas que singularizam os migrantes como alvos de averiguações extras e de denúncias às autoridades de imigração. Novas propostas de leis anti-imigratórias forçaram alguns estudantes a abandonarem a escola por temerem que seus pais pudessem ser presos. Em estados como Geórgia, Indiana, Carolina do Sul e Utah, leis anti-imigração estavam sendo contestadas nos tribunais.

Na República Dominicana, imigrantes haitianos, regulares e irregulares, estavam sofrendo violações de direitos humanos tais como violentas deportações ilegais em massa – aos dominicanos de origem haitiana, negava-se o direito à cidadania dominicana. Durante as deportações, foram registrados espancamentos e a separação de crianças de seus pais. Diversos países, entre os quais as Bahamas, não atenderam aos apelos das Nações Unidas para que parassem de deportar pessoas ao Haiti, com base em razões humanitárias, diante da permanente crise humanitária deflagrada no país após o terremoto e o surto de cólera em 2010.

Pena de morte

Nos Estados Unidos, 43 prisioneiros foram executados no decorrer do ano, todos por meio de injeção letal. Com essas mortes, elevou-se para 1.277 o número total de execuções efetuadas no país desde 1976, quando a Suprema Corte suspendeu uma moratória da pena de morte. Entretanto, alguns desdobramentos positivos também foram observados. Em março, Illinois tornou-se o 16º estado abolicionista dos EUA e, em novembro, o governador do Oregon impôs uma moratória às execuções no estado e pediu que a pena capital fosse reexaminada.

Entre as pessoas conduzidas à morte em 2011 estava Troy Davis. Ele foi executado em setembro, na Geórgia, apesar das sérias dúvidas que pesavam sobre a credibilidade de sua condenação. Martina Correia, irmã de Troy e uma ativista destemida e determinada contra a pena de morte, até o momento de sua própria morte, em dezembro de 2011, continua sendo uma inspiração para todos aqueles que defendem a dignidade humana e a justiça em toda a região e em outros lugares:

"A pena de morte é uma coisa abominável. A negação da dignidade humana. Não se baseia apenas na cor e na raça das pessoas, mas em sua capacidade de enfrentar o sistema. Tento ser a voz de quem não a tem. Não acho que eu seja uma pessoa especial, só penso que minha comunidade não se restringe às pessoas que moram na minha rua, faço parte da comunidade global. E quando alguém é

morto na China ou em Uganda, ou na Nigéria, ou na Geórgia ou no Texas, o que morre é também um pedaço de mim."

Martina Correia

PANORAMA REGIONAL AMÉRICAS



Su Su Nway, ativista pelos direitos trabalhistas, chega ao aeroporto de Yangun, Mianmar, em 16 de outubro de 2011. Ela havia sido sentenciada a 12 anos e seis meses de prisão, mas ganhou a liberdade quando o governo concedeu anistia a cerca de 240 presos políticos, em 12 de outubro de 2011.

ÁSIA E OCEANIA

PANORAMA REGIONAL ÁSIA E OCEANIA

***É chegada a hora, povo da China! Chegou a hora.
A China pertence a todos nós.
A partir das suas próprias aspirações
Chegou a hora de escolher o que a China quer ser.***

Paz Zhu Yufu, dissidente chinês

Com a chegada dos ventos de mudança política que sopraram do Oriente Médio e do norte da África, diversos governos da região da Ásia e da Oceania reagiram aferrando-se ainda mais ao poder e reprimindo as demandas por direitos humanos e dignidade. Ao mesmo tempo, o sucesso dos levantes na Tunísia e no Egito inspirou defensores dos direitos humanos, ativistas e jornalistas, na Ásia, a erguerem suas próprias vozes, combinando novas tecnologias com ativismo ao velho estilo, a fim de desafiar as violações dos seus direitos. Zhu Yufu, o autor do poema reproduzido acima, foi detido, em março, pelas autoridades chinesas. Seu poema foi citado pela promotoria como uma prova fundamental para acusá-lo de "incitar a subversão do poder do Estado". Zhu, que já havia passado quase 9 dos últimos 13 anos na cadeia por exigir maior liberdade política, era apenas um entre dezenas de críticos, ativistas e dissidentes detidos e hostilizados pelas autoridades chinesas depois de fevereiro, no que se tornou uma das maiores ondas de repressão política desde os protestos da Praça da Paz Celestial, em 1989. Além de Zhu Yufu, a longa lista de detidos, colocados ilegalmente sob prisão domiciliar ou submetidos a desaparecimentos forçados, incluía pessoas como Liu Xia, esposa do vencedor do prêmio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, o advogado Gao Zhisheng e o artista de renome internacional Ai Weiwei. Em várias ocasiões, as autoridades chinesas torturaram os detentos a fim de extrair "confissões" e promessas de que eles não usariam mídias sociais nem falariam com jornalistas ou com outras pessoas a respeito dos maus-tratos.

A ferocidade da repressão indicava o quanto o governo chinês estava preocupado com as mensagens anônimas de "jasmim" que, em fevereiro, começaram a circular na internet pedindo aos chineses já



O sucesso dos levantes na Tunísia e no Egito inspirou defensores dos direitos humanos, ativistas e jornalistas, na Ásia, a erguerem suas próprias vozes, combinando novas tecnologias com ativismo ao velho estilo, a fim de desafiar as violações dos seus direitos.



fartos da corrupção, da má-governança e da repressão política, que se reunissem pacificamente para fazer uma caminhada por determinadas áreas de algumas cidades escolhidas. Apesar da natureza inócua da ação, o governo chinês reagiu suprimindo as palavras "jasmim" e "Egito" das buscas da internet, em diversas ocasiões durante o ano. Ainda assim, dezenas de milhares de protestos irromperam por todo o país, promovidos por manifestantes chineses que buscavam proteger seus próprios direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

O dinamismo dos cidadãos chineses que reivindicavam seus direitos contrastava com a situação vivida na vizinha República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), onde não se via qualquer sinal de que a terrível situação dos direitos humanos melhoraria depois que Kim Jong-un, com menos de 30 anos, sucedeu ao pai como líder absoluto do país, em 17 de dezembro. O único sinal visível talvez tenha sido as detenções de servidores que as autoridades acreditavam poderem desafiar ou questionar seus planos para uma suave transição. Temia-se que os detidos se somassem às centenas de milhares já submetidos a detenções arbitrárias, trabalhos forçados, execuções públicas, torturas e outros maus-tratos nos vários campos para presos políticos do país.

Repressão às divergências

Poucos regimes da região foram tão brutais quanto o norte-coreano na repressão a seu próprio povo. Enquanto isso, o direito a expressar e receber opiniões livremente continuou sendo violado por toda a região. Diversos governos sufocaram deliberadamente as vozes que ousavam manifestar pontos de vista divergentes. Na Coreia do Norte, quem discordasse da ideologia oficial poderia passar o resto da vida em uma das remotas e sinistras prisões políticas do país. Tanto o Vietnã quanto Mianmar criminalizaram a livre expressão de pontos de vista divergentes, mantendo serviços de segurança dedicados a intimidar e a silenciar os críticos.

Embora outros países também tenham amordaçado seus críticos, eles preferiram usar métodos que parecessem menos violentos. Cingapura, ainda uma exceção entre os países que respeitam as normas internacionais de proteção à liberdade de expressão, deteve brevemente o escritor inglês Alan Shadrake, de 76 anos, no dia 1º de junho, acusando-o de desacato à Justiça, depois que ele criticou o Judiciário por impor a pena de morte.

Na Índia, país que ostenta um orgulhoso histórico de liberdade de expressão e uma imprensa bastante dinâmica, o governo tentou impor novas restrições às mídias sociais, inclusive às mensagens de texto por

celular. Os meios de comunicação na internet continuaram sob forte pressão também na Malásia; porém, de modo menos restritivo do que os meios impressos e de telerradiodifusão, severamente censurados.

A eleição do novo governo de Yingluck Shinawatra (irmã do ex-primeiro-ministro Thaksin Shinawatra) não acabou com a imposição truculenta de uma problemática lei de *lesa majestade*, que proíbe quaisquer críticas à família real. Muitos dos que se tornaram alvo de perseguição haviam postado na internet materiais que os promotores de justiça consideraram repreensíveis. Outros, como Ampon Tangnoppakul, um avô de 61 anos, tornaram-se alvo por enviarem mensagens de texto consideradas ofensivas – as quais, nesse caso, renderam uma sentença de 20 anos de prisão.

Na República da Coreia (Coreia do Sul), as autoridades recorreram cada vez mais à Lei de Segurança Nacional para hostilizar as pessoas que elas acreditavam oporem-se às políticas governamentais em relação à Coreia do Norte. Às vezes, a aplicação da lei resultou em situações absurdas, como no caso de Park Jeonggeun, que foi detido e processado criminalmente por postar na internet fragmentos satíricos de propaganda norte-coreana.

No entanto, outras vozes críticas que se ergueram para exigir direitos humanos e dignidade na região suscitaram reações mais severas. Por vezes, essas vozes pagaram um preço derradeiro, calando-se para sempre. Os jornalistas paquistaneses conseguiram manter a inquietude e a rebeldia do ambiente de mídia do país, mesmo diante das reações violentas do governo, de partidos políticos e de grupos insurgentes, como o Talibã paquistanês. Pelo menos nove jornalistas foram mortos durante o ano; entre eles, Saleem Shahzad, jornalista com atuação na internet que criticava abertamente o poderoso governo militar e os órgãos de inteligência. Outros jornalistas relataram à Anistia Internacional que foram gravemente ameaçados pelos poderosos e obscuros serviços de inteligência, pelas forças de segurança, pelos partidos políticos ou pelos grupos militantes do país.

Porém, não foram apenas os jornalistas que sofreram ataques no Paquistão por causa de suas opiniões. Dois políticos de grande destaque foram assassinados por contestarem o uso das tão problemáticas leis de blasfêmia: Salman Taseer, o destemido governador do Punjab, e Shahbaz Bhatti, ministro das Minorias (e único ministro cristão do país).

Grupos minoritários

No Paquistão, assim como em muitos outros países da Ásia e da Oceania, ocorreram discriminações constantes e graves contra minorias étnicas e religiosas. Integrantes de grupos minoritários eram

PANORAMA REGIONAL ÁSIA E OCEANIA

Na Coreia do Norte, quem discordasse da ideologia oficial poderia passar o resto da vida em uma das remotas e sinistras prisões políticas do país.

Na Indonésia, a polícia foi criticada por não ter impedido que uma multidão de 1.500 pessoas atacasse a comunidade ahmadi, no subdistrito de Cikeusik, em fevereiro, matando três pessoas e ferindo muitas outras.

geralmente marginalizados, em muitos casos sendo vítimas diretas de hostilidades do governo. Em diversas situações, os governos não cumpriram com sua responsabilidade de proteger os direitos dos membros de grupos minoritários. Essa discriminação arraigada provocou aumento da pobreza, reduziu, de modo geral, o desenvolvimento e, em muitos países, fomentou a violência.

Na província paquistanesa do Baluquístão, rica em recursos naturais, as forças de segurança, assim como certos grupos insurgentes, estavam envolvidos em violações como desaparecimentos forçados, torturas e execuções extrajudiciais. O governo não cumpriu com todas as promessas que fez para lidar com os antigos ressentimentos da comunidade balúqui relativos à distribuição dos rendimentos provenientes de grandes projetos extrativistas e de infraestrutura na área. A província também foi marcada por ataques brutais contra a comunidade xiita paquistanesa, principalmente contra os xiitas hazaras, muitos deles de origem afegã, que residem na capital balúqui, Quetta. Grupos religiosos militantes postularam abertamente a violência contra os xiitas e tiveram permissão para operar e cometer atos de violência, tais como a execução coletiva de 26 peregrinos xiitas no dia 20 de setembro. Grupos militantes paquistaneses reivindicaram a responsabilidade por ataques a xiitas até mesmo no Afeganistão, onde, em dezembro, dois atentados à bomba simultâneos mataram aproximadamente 70 xiitas que participavam das procissões religiosas do Dia de Ashura, em Cabul e Mazar-e Sharif.

A comunidade ahmadi – um movimento religioso existente sobretudo na Ásia –, cujos integrantes se consideram adeptos do Islã, enfrentou discriminações sistemáticas no Paquistão e na Indonésia. No Paquistão, onde os ahmadis estavam oficialmente proibidos de declararem-se islâmicos, a comunidade ahmadi vem enfrentando constantes hostilidades de autoridades governamentais. Sem receber qualquer proteção ou apoio, a comunidade tornou-se alvo dos militantes religiosos. Na Indonésia, a polícia foi criticada por não ter impedido que uma multidão de 1.500 pessoas atacasse a comunidade ahmadi, no subdistrito de Cikeusik, em fevereiro, matando três pessoas e ferindo muitas outras. O governo central permitiu que regulamentos locais restringindo as atividades dos ahmadis continuassem em vigor. Em outros países de maioria muçulmana da Ásia e da Oceania, tais como Bangladesh e Malásia, os ahmadis também sofreram discriminação devido a suas crenças religiosas; seus filhos eram proibidos de frequentar algumas escolas, e seu direito de prestar culto livremente foi restringido de maneira severa.

Os muçulmanos sunitas foram vítimas de discriminação na China. A população uigur, majoritariamente muçulmana e etnicamente distinta, continuou a enfrentar repressão e discriminação na Região Autônoma Uigur de Xinjiang. O governo chinês invocou uma nebulosa ameaça de terrorismo e de insurgência para reprimir os direitos civis e políticos e para interferir com as práticas religiosas dos uigures. Ao mesmo tempo, o influxo de migrantes chineses da etnia han e a discriminação que favorecia esses migrantes transformaram os uigures em cidadãos de segunda classe em termos de suas realizações culturais, econômicas e sociais.

Para outras minorias étnicas da china, a situação também não era boa. Pelo menos uma dúzia de monjas e monges, ou ex-monges, tibetanos ataram fogo ao próprio corpo (acredita-se que seis tenham morrido) como forma de protesto contra as restrições impostas a suas práticas culturais e religiosas. Tais restrições intensificaram nos tibetanos o sentimento de injustiça e de alienação. Na Mongólia Interior, do mesmo modo, as tensões étnicas também se elevaram. Protestos generalizados eclodiram por toda a região depois que um caminhoneiro chinês de etnia han, que carregava carvão, teria assassinado um pastor de etnia mongol.

Conflitos armados e insurgências

A discriminação étnica e religiosa, bem como os ressentimentos políticos e econômicos resultantes, estavam por trás de muitos dos conflitos armados múltiplos e das prolongadas insurgências que afligiam centenas de milhares de pessoas na região.

Os conflitos, que já duram décadas, entre o governo de Mianmar e vários grupos armados étnicos inflamaram-se mais uma vez. As forças governamentais combateram insurgentes karen, shan e kachin, desalojando dezenas de milhares de civis e cometendo violações de direitos humanos, bem como do direito internacional humanitário, que constituíam crimes contra a humanidade ou crimes de guerra.

No Afeganistão, o Talibã e outros grupos insurgentes engajaram-se em ataques generalizados e sistemáticos contra civis, sendo responsáveis, segundo a ONU, por 77 por cento das mortes de civis resultantes do conflito. A Anistia Internacional reiterou seu apelo para que o Tribunal Penal Internacional (TPI) investigasse a situação, apesar de as forças internacionais que assistem o governo afegão terem iniciado a transferência da responsabilidade pela segurança para as forças do governo afegão. Muitos grupos da sociedade civil afegã, sobretudo grupos de mulheres, expressaram preocupação com o fato de estarem sendo excluídas das negociações com os grupos insurgentes, apesar da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da

PANORAMA REGIONAL ÁSIA E OCEANIA

Os conflitos, que já duram décadas, entre o governo de Mianmar e vários grupos armados étnicos inflamaram-se mais uma vez. As forças governamentais combateram insurgentes, desalojando dezenas de milhares de civis e cometendo violações que constituíam crimes de guerra.

A impunidade por violações passadas assombrava muitos países da região, principalmente os que buscavam enfrentar um legado de conflitos. A incapacidade de oferecer justiça complicou os esforços de reconciliação, muitas vezes estabelecendo um padrão de injustiça e de ausência de prestação de contas com relação às forças de segurança.

ONU, a qual requer que as mulheres sejam representadas de forma adequada e significativa durante as conversas de paz.

Conflitos de baixa intensidade prosseguiram na ilha de Mindanao, nas Filipinas, bem como no sul da Tailândia. Em ambas as áreas, a população muçulmana minoritária tem sido historicamente privada de seus direitos de representação, tendo que conviver com um escasso desenvolvimento econômico. Nas Filipinas, havia lugar para esperança, pois, apesar da eclosão de violência, as partes em conflito pareciam buscar a paz. Porém, no sul da Tailândia, o futuro parecia incerto, pois os insurgentes continuavam a visar os civis com a intenção de intimidar a população local e de desalojar os budistas e outros que eles acreditavam ser leais ao governo central. O governo central da Tailândia não cumpriu o compromisso de assegurar prestação de contas pelas violações cometidas pelas forças de segurança, nem o compromisso de oferecer uma resposta estratégica e sustentável para as demandas por maior desenvolvimento político e econômico na área.

Desenvolvimento econômico relativamente baixo, principalmente nas comunidades tribais adivasis, somado à má-governança, também fomentou insurgências em diversos estados da região central e leste da Índia. Choques entre os insurgentes maoístas e as forças de segurança mataram aproximadamente 250 pessoas. Os insurgentes recorreram à tomada de reféns e a ataques indiscriminados, enquanto que as forças do governo violavam rotineiramente os direitos das populações locais que deveriam, presumidamente, estar protegendo. Reconhecendo a natureza problemática da estratégia governamental, a Suprema Corte da Índia ordenou o desmantelamento dos grupos paramilitares patrocinados pelo estado de Chhattisgarh, que seriam responsáveis por graves violações dos direitos humanos. A Suprema Corte da Índia também ordenou que o prisioneiro de consciência Binayak Sen fosse libertado mediante fiança, enquanto aguarda o julgamento de seu recurso contra a prisão perpétua. Em 2010, um tribunal de primeira instância de Chhattisgarh sentenciou-o à pena perpétua após condená-lo por subversão e colaboração com maoístas armados.

Em Jammu e Caxemira, as forças indianas foram novamente alvo de críticas por violarem os direitos humanos. Em março, a Anistia Internacional publicou um relatório enfocando o mau uso de detenções administrativas com base na Lei de Segurança Pública, o que fez que o governo estadual promettesse emendar a lei. Em setembro, a comissão estadual de direitos humanos identificou mais de 2.700 sepulturas anônimas e reconheceu 574 corpos como sendo de moradores locais desaparecidos, contradizendo as alegações das

forças de segurança de que os corpos seriam de militantes. O requerimento da comissão de direitos humanos para que o estado utilizasse técnicas forenses modernas para identificar os outros restos mortais foi ignorado.

Prestação de contas e justiça

A impunidade por violações passadas assombrava muitos países da região, principalmente os que buscavam enfrentar um legado de conflitos. A incapacidade de oferecer justiça complicou os esforços de reconciliação, muitas vezes estabelecendo um padrão de injustiça e de ausência de prestação de contas com relação às forças de segurança.

O longo histórico do Sri Lanka de criar comissões especiais inócuas para lidar com vultosas violações de direitos humanos persistiu no trabalho da Comissão de Reconciliação e de Lições Aprendidas. A Comissão concluiu seus trabalhos com um relatório que incluía algumas sugestões úteis para melhorar a situação dos direitos humanos no país; porém, sem ter devidamente investigado o papel das forças do governo nos ataques contra milhares de civis durante os estágios finais do conflito contra os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil. As conclusões da Comissão a esse respeito resultaram de um processo extremamente precário, contrastando flagrantemente com as conclusões de uma comissão de especialistas encarregada pelo secretário-geral da ONU de examinar a prestação de contas no Sri Lanka, que concluiu existirem denúncias confiáveis de que ambos os lados cometeram crimes contra a humanidade. A comissão de especialistas recomendou o estabelecimento de um inquérito independente sobre as denúncias de violações cometidas por todas as partes no conflito, bem como uma avaliação das ações conduzidas pela ONU durante o conflito no país.

O fracasso em se fazer justiça ajudou a fomentar um clima de impunidade que levou ao surgimento de novos casos de desaparecimentos forçados nas regiões norte e leste da ilha, bem como a ameaças e ataques a jornalistas, críticos e ativistas. Embora o governo tenha suspenso o estado de emergência, a Lei de Prevenção ao Terrorismo não só foi mantida, como também recebeu o acréscimo de novos regulamentos, permitindo que pessoas suspeitas fossem detidas sem acusação nem julgamento.

No Camboja, o processo de prestação de contas por crimes cometidos à época do Khmer Vermelho também foi minado por interferências do governo quando um dos casos foi encerrado sem uma investigação completa e outro foi interrompido. No Afeganistão, indivíduos contra os quais pesavam sólidas acusações de

PANORAMA REGIONAL ÁSIA E OCEANIA

A insegurança, os desastres naturais e a falta de oportunidades adequadas levaram centenas de milhares de pessoas a saírem em busca de uma vida melhor em outros lugares, tanto na região quanto em terras mais distantes.

responsabilidade por crimes de guerra e crimes contra a humanidade continuaram a ser mantidos em altos cargos no governo.

Enquanto os acusados por violações dos direitos humanos fugiam à responsabilidade, muitos governos usavam açoitamentos para punir infratores – infringindo a proibição internacional de punições cruéis, desumanas ou degradantes. Cingapura e Malásia continuaram a impor o açoitamento com vara para punir diversas infrações, como delitos migratórios. A província indonésia de Aceh recorreu cada vez mais ao açoitamento com vara como castigo para diversos delitos, tais como ingerir bebidas alcoólicas, praticar jogos de azar e ficar a sós com pessoa do sexo oposto que não seja cônjuge ou familiar. E, nas Maldivas, dobrando-se à pressão da oposição, o governo manteve a prática do açoitamento com vara como medida punitiva.

Migrantes e refugiados

A insegurança, os desastres naturais e a falta de oportunidades adequadas levaram centenas de milhares de pessoas a saírem em busca de uma vida melhor em outros lugares, tanto na região quanto em terras mais distantes. Enquanto que muitos governos da região recorrem ao trabalho dos imigrantes por uma necessidade econômica fundamental, diversos governos deixaram de proteger os direitos das pessoas que buscavam trabalho ou abrigo.

Pelo menos 300 mil nepaleses emigraram para evitar a miséria e as consequências do prolongado conflito no país. Muitos foram enganados com relação às suas condições de trabalho e tiveram de trabalhar em condições que correspondiam a trabalho forçado. Embora o governo nepalês tenha adotado algumas leis e mecanismos de reparação para proteger os trabalhadores migrantes, as pesquisas da Anistia Internacional documentam que tais medidas não foram adequadamente implementadas devido à baixa conscientização da população e à precariedade dos sistemas de monitoramento e processamento judicial de infratores.

A Malásia, além de um importante país de acolhimento aos migrantes da região, também serviu de ponto de passagem para requerentes de asilo que se dirigiam para a Austrália. Migrantes apreendidos sem documentação na Malásia costumavam ser detidos, encarcerados ou açoitados. As condições precárias de detenção levaram os migrantes detidos na unidade de Lenggeng, próxima a Kuala Lumpur, a rebelarem-se em abril. A Corte Superior australiana invalidou um acordo bilateral entre a Austrália e a Malásia que previa a troca de 800 requerentes de asilo – os quais haviam chegado à Austrália de barco – por 4 mil refugiados (sobretudo de Mianmar), que se encontravam na Malásia à espera de reassentamento. O tribunal



Pelo menos 300 mil nepaleses emigraram para evitar a miséria e as consequências do prolongado conflito no país.



argumentou que as garantias legais para refugiados não eram adequadas na Malásia.

Avanços

Apesar dos enormes obstáculos, muitos ativistas e defensores dos direitos humanos da Ásia e da Oceania conseguiram pavimentar o caminho para um maior respeito por seus direitos, e as conquistas alcançadas em um país serviram de inspiração e incentivo para outros.

Na Índia, em julho, as comunidades adivasis de Orissa obtiveram uma vitória importante em sua luta para defender seu modo de vida, quando a Corte Superior de Orissa concluiu que a proposta da Vedanta Aluminium de expandir sua refinaria violava os direitos da comunidade à água, à saúde e a um meio ambiente saudável, e que a expansão acarretaria a perpetuação dos abusos contra as comunidades adivasis.

O primeiro-ministro da Malásia anunciou, em setembro, que tentaria revogar a Lei de Segurança Interna – a qual, entre outras coisas, prevê a detenção por tempo indefinido, sem acusação nem julgamento – substituindo-a por novas leis. Pelo menos em parte, a ação foi uma resposta ao movimento Bersih 2.0 ("Limpo") que, em julho, levou milhares de manifestantes pacíficos a realizarem uma passeata em Kuala Lumpur. A polícia espancou os manifestantes, lançou gás-lacrimogênio diretamente sobre a multidão e prendeu mais de 1.600 pessoas.

Em março, a Malásia anunciou que havia assinado o Estatuto de Roma do TPI e que procuraria ratificar o tratado. As Filipinas ratificaram o Estatuto de Roma em novembro.

O maior avanço potencial verificado na região, em termos de melhoras na situação dos direitos humanos, talvez tenha sido a decisão das autoridades de Mianmar de libertar mais de 300 presos políticos no decorrer do ano e de permitir que Aung San Suu Kyi concorresse às eleições parlamentares. As autoridades seguiram hostilizando e detendo dissidentes e ativistas de oposição, provocando temores de que estavam mais preocupadas em amenizar as sanções impostas ao país do que em realmente efetuar mudanças verdadeiras. Porém, como mostraram os eventos em Mianmar e em outros lugares, é justamente através de brechas estreitas como essas que ativistas políticos e defensores dos direitos humanos conseguem se fazer ouvir e tentam tomar o futuro em suas mãos.

PANORAMA REGIONAL ÁSIA E OCEANIA

O maior avanço potencial verificado na região, em termos de melhoras na situação dos direitos humanos, talvez tenha sido a decisão das autoridades de Mianmar de libertar mais de 300 presos políticos no decorrer do ano e de permitir que Aung San Suu Kyi concorresse às eleições parlamentares.



Policial maltrata ativista político durante manifestação em Baku, Azerbaijão, 12 de março de 2011. Em março e abril, a proibição de demonstrações efetivamente criminalizou os protestos, levando à prisão de muitos organizadores e participantes.

EUROPA E ÁSIA CENTRAL

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL

"Estou muito feliz por ter sido libertado. Sou extremamente grato à Anistia Internacional, que atuou em meu favor desde o início. Na minha opinião, vocês me salvaram. Muito obrigado a todos que tuitaram."

Jornalista e prisioneiro de consciência Eynulla Fatullayev, em Baku, Azerbaijão.

Ao amanhecer de um dia de primavera, em um pequeno vilarejo da Sérvia, uma das maiores caçadas humanas da Europa chegava ao fim. O general Ratko Mladić, procurado, entre outras coisas, pelo assassinato de 8 mil homens e meninos em Srebrenica, finalmente enfrentaria a Justiça. Dois meses depois, o sérvio-croata Goran Hadžić, o último suspeito ainda procurado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, também foi detido na Sérvia e transferido para Haia.

Foram dois acontecimentos extremamente significativos para as vítimas dos crimes abomináveis cometidos durante as guerras na ex-Iugoslávia na década de 1990. As duas prisões, há muito aguardadas, renovaram nos sobreviventes a esperança de que, finalmente, eles teriam a verdade, a justiça e a reparação. Enquanto isso, por toda a região, inúmeras pessoas ainda esperavam pela sua hora de ver a justiça ser feita, e não mais postergada.

Liberdade de expressão

Em marcante contraste aos ventos de esperança e de mudança que sopraram no mundo árabe, os regimes autocráticos de diversos Estados que sucederam a União Soviética aferraram-se ainda mais ao poder. Eles esmagaram protestos, prenderam líderes opositores e silenciaram vozes dissidentes. Para muitos, a esperança que se seguiu ao colapso da ex-União Soviética, 20 anos atrás, provavelmente não passe de uma memória distante.

Em Belarus, os protestos motivados por denúncias de fraude eleitoral no ano anterior foram proibidos ou dispersados. Centenas de manifestantes foram presos e multados, e restrições ainda mais draconianas à liberdade de reunião foram adotadas. ONGs de direitos

No Azerbaijão, as manifestações públicas antigovernistas foram efetivamente proibidas, e as tentativas de protesto de um pequeno número de críticos do governo provocaram uma nova onda de repressão e de intimidação.

humanos com posicionamentos críticos também foram alvo de perseguição. No Azerbaijão, as manifestações públicas antigovernistas foram efetivamente proibidas, e as tentativas de protesto de um pequeno número de críticos do governo provocaram uma nova onda de repressão e de intimidação. As manifestações programadas em março e abril para protestar contra a corrupção e para pedir maior liberdade civil e política foram proibidas de modo injustificado e dispersadas com violência, apesar de sua natureza pacífica. Assim como em Belarus, também em outros lugares ONGs e repórteres com posicionamentos críticos sofreram reações adversas, que incluem o fechamento de cinco organizações de direitos humanos e ações de intimidação e hostilidade contra jornalistas, relatadas por eles logo após a realização de manifestações.

Na Ásia Central, o Turcomenistão e o Uzbequistão continuaram a restringir severamente os direitos à liberdade de expressão e de associação. Partidos políticos de oposição autênticos continuavam sem direito de registrarem-se, e ativistas sociais raramente tinham permissão de atuar abertamente. Defensores de direitos humanos e jornalistas com posicionamentos críticos eram rotineiramente monitorados e arriscavam-se a ser espancados, detidos e a enfrentar julgamentos injustos. No Tadjiquistão, no Cazaquistão e no Quirguistão ocorreram julgamentos injustos e casos de hostilidade contra críticos do governo e pessoas que divulgavam abusos cometidos por servidores públicos.

Na Rússia, o quadro era contraditório. Assim como em outras partes da região, defensores dos direitos humanos e jornalistas foram hostilizados, intimidados e espancados por denunciarem abusos. Geralmente, as manifestações contra o governo eram proibidas e seus organizadores e participantes eram submetidos a curtos períodos de detenção ou multados. Como costuma ser o caso nessa região, a maioria dos grandes veículos de comunicação permaneceu sob forte influência das autoridades nacionais e locais. Apesar disso, o ativismo cívico continuou a crescer, e uma variedade de questões, tais como causas ambientais e o combate aos abusos de funcionários públicos, recebeu um amplo apoio da população. A internet manteve-se relativamente fora do controle das autoridades e aumentou sua importância como fonte alternativa de informações e como fórum de debates e troca de ideias.

Em meio a esse cenário, as maiores manifestações já vistas na Rússia, desde o colapso da União Soviética, aconteceram em dezembro, motivadas por denúncias generalizadas e por vários registros de fraudes nas eleições parlamentares que, com uma reduzida margem de votos, conduziram o partido Rússia Unida, do

primeiro-ministro Vladimir Putin, de volta ao poder. As manifestações espontâneas que surgiram por toda a Rússia nos primeiros dias após as eleições foram sistematicamente dispersadas, com centenas de pessoas sendo sentenciadas a curtos períodos de detenção ou sendo multadas. As manifestações programadas para acontecerem em Moscou, nas semanas seguintes, tornaram-se muito grandes para serem proibidas – e transcorreram de modo pacífico.

Na Turquia, jornalistas com posturas críticas, ativistas políticos curdos e outros indivíduos corriam o risco de serem processados injustamente por denunciarem a situação dos curdos na Turquia ou por criticarem as forças armadas. As ameaças contra pessoas proeminentes e destemidas prosseguiram. Em novembro, entraram em vigor novos regulamentos que aumentaram os temores relativos às restrições arbitrárias a sites na internet.

Populações em trânsito

Frente a um panorama de turbulências políticas no norte da África e no Oriente Médio, milhares de refugiados e migrantes arriscaram-se na perigosa travessia marítima para a Europa em busca de amparo e de um futuro em segurança, geralmente em embarcações superlotadas e impróprias para o mar. Segundo estimativas conservadoras, pelo menos 1.500 pessoas, entre elas mulheres grávidas e crianças, afogaram-se na jornada. Ao invés de adotar medidas para impedir que as pessoas morram no mar, tais como intensificar as operações de busca e resgate, a resposta da UE foi aumentar a capacidade de sua agência de fronteiras, a Frontex, de impedir chegadas à Europa por meio do Mediterrâneo. Há informações de que a OTAN não resgatou pessoas que precisavam de socorro no mar. Porém, para justificar a intervenção militar na Líbia, a organização alegou que seu principal interesse era evitar as mortes de civis.

Aqueles que sobreviveram à travessia logo descobriram que a Europa estava longe de lhes dar as boas-vindas. Em vez de oferecer uma resposta humanitária a uma crise humanitária, a reação característica dos Estados europeus continuou sendo a de aumentar o policiamento das fronteiras e a de controlar os fluxos migratórios.

Os milhares que conseguiram chegar à ilha italiana de Lampedusa tiveram que enfrentar condições extremamente adversas de recepção, resultado do fracasso das autoridades italianas em reagir ao influxo crescente de pessoas.

As embarcações que chegavam à ilha muitas vezes tinham de permanecer ancoradas, enquanto as pessoas dormiam sob as intempéries, em condições limitadas de higiene e saneamento. Chegar às portas da Europa tampouco era garantia de proteção.

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL

A detenção, como forma de dissuasão e controle, foi utilizada de modo extensivo, ao invés de como último recurso legítimo.

Ao invés de refutarem estereótipos e preconceitos que fomentam a intolerância e o ódio, alguns governos e servidores públicos, na verdade, os reforçaram.

Em abril, após um acordo entre o governo italiano e as autoridades tunisianas, a Itália começou a expulsar, de forma sumária e coletiva, os tunisianos para a Tunísia.

Muitos países europeus, como França e Reino Unido, recusaram-se a reacomodar quaisquer refugiados desalojados pelo conflito na Líbia, apesar de terem tomado parte naquele conflito sob a égide da OTAN.

Estados de toda a região continuaram a violar os direitos humanos por meio da interceptação, da detenção e da expulsão de cidadãos estrangeiros, mesmo aqueles qualificados a receber proteção internacional. A detenção, como forma de dissuasão e controle, foi utilizada de modo extensivo, ao invés de como último recurso legítimo.

Os sistemas de asilo geralmente não atendiam a quem buscava proteção, inclusive pelo uso de procedimentos sumários para determinação de asilo em países como Finlândia, França, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, os quais ofereciam salvaguardas inadequadas contra os riscos de que indivíduos fossem devolvidos para lugares em que pudessem sofrer violações de direitos humanos. Pessoas que chegavam à Turquia e à Ucrânia eram devolvidas antes mesmo de terem acesso aos sistemas locais de concessão de asilo.

Após uma importante decisão, tomada em janeiro, pela Grande Câmara do Tribunal Europeu de Direitos Humanos no caso *M.S.S. v Bélgica e Grécia*, Estados europeus suspenderam a devolução de requerentes de asilo para a Grécia, com base no Regulamento Dublin II, devido ao fato de o país não contar com um sistema de asilo operante. No entanto, alguns países continuaram a devolver pessoas a países tais como o Iraque e a Eritreia, contrariando recomendação do ACNUR, a agência de refugiados da ONU. Também devolveram ciganos à força para Kosovo, apesar do risco bastante concreto de que fossem perseguidos e discriminados ao retornar.

Por toda a região, centenas de milhares de pessoas permaneceram desalojadas pelos conflitos que se seguiram ao colapso da ex-Iugoslávia e da União Soviética. Na maioria das vezes, essas pessoas não tinham condições de retornar para onde viviam devido ao seu *status* legal – ou à falta dele – e à discriminação na hora de acessarem seus direitos, como o direito de posse.

Durante as negociações de uma nova legislação sobre asilo na União Europeia, os Estados-membros não trataram das deficiências em seus sistemas de asilo e nos arranjos para transferência de requerentes de asilo de volta para o primeiro país da UE no qual ingressaram.

Discriminação

Embora a discriminação tenha continuado a afetar a vida de milhões de pessoas por toda a região, os governos não priorizaram quaisquer políticas para enfrentar a questão. Eles alegaram ter outras necessidades urgentes, tais como solucionar questões econômicas – mesmo diante de todas as evidências de que a marginalização só faz aumentar a desigualdade. Outros Estados resolveram simplesmente negligenciar suas obrigações. Foi o que fez o governo holandês, quando declarou publicamente, em julho, que a responsabilidade por livrar-se da discriminação caberia primariamente aos próprios cidadãos.

Ao invés de refutarem estereótipos e preconceitos que fomentam a intolerância e o ódio, alguns governos e servidores públicos, na verdade, os reforçaram. Na Romênia, o órgão que monitora questões de igualdade fez dois alertas ao Presidente sobre as declarações discriminatórias contra ciganos que ele fez na TV.

Persistiram as lacunas na legislação antidiscriminatória nos âmbitos nacional e europeu. Em alguns casos, as oportunidades de suprir essas lacunas foi perdida devido à relutância das autoridades públicas ou das coalizões governamentais. Elas temiam que, caso aumentassem os níveis de proteção, estariam dando munição aos adversários políticos. Na Moldávia, a inclusão da orientação sexual em uma nova lei de combate à discriminação foi alvo de críticas que levaram a um impasse em sua adoção. Na Espanha, uma nova lei de combate à discriminação deixou de ser adotada antes das eleições parlamentares de novembro. No âmbito europeu, o Conselho da União Europeia deu prosseguimento aos debates sobre a proposta para uma nova legislação europeia de combate à discriminação, proposta em 2008. Os participantes, porém, demonstraram estar mais interessados em enfraquecer ou em arquivar as propostas. Além disso, a legislação existente – como a Diretiva Racial ou a Carta dos Direitos Fundamentais – não foi aplicada pela Comissão Europeia, apesar das constantes infrações dos Estados-membros.

Normas domésticas e regionais de combate à discriminação foram, por vezes, criticadas publicamente e tiveram sua legitimidade questionada. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos teve um papel fundamental em aplicar a proibição da discriminação consagrada na Convenção Europeia, bem como em fortalecer a proibição da discriminação por motivos como identidade de gênero e orientação sexual. Decisões anteriores do Tribunal, como as que concluíram ser discriminatória a segregação de crianças ciganas nas escolas, não foram implementadas em diversos países, como a República Tcheca e a Croácia.

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Muitos países da região promoveram debates a respeito de uma proibição geral de véus que cobrem todo o rosto.



Invocando tecnicidades e segredos de Estado, a Lituânia encerrou abruptamente, em janeiro, sua investigação sobre duas unidades de detenção secretas instaladas pela CIA em território lituano.



A ratificação unânime de instrumentos regionais essenciais de direitos humanos, que teria aumentado o nível de proteção, não aconteceu. Por exemplo, nenhum novo país assinou ou ratificou o Protocolo Nº 12 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, o qual proíbe a discriminação. Ação mais positiva aconteceu em maio, quando o Conselho da Europa adotou uma nova Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica, que, posteriormente, foi assinada por 18 países da região.

Ao mesmo tempo em que não fortaleciam os mecanismos domésticos ou europeus de combate à discriminação, alguns governos também se esforçaram para manter ou promover novos instrumentos de discriminação. Leis, políticas e práticas que discriminavam os ciganos com relação a seu direito à moradia foram mantidas em muitas ordenações jurídicas, e as comunidades ciganas continuaram sendo despejadas à força em vários países da região, como França, Itália e Sérvia. Propostas de leis que discriminavam as pessoas com base em sua identidade de gênero ou orientação sexual foram adotadas na Rússia e na Lituânia.

A ausência de proteção legal abrangente e a falta de uma posição consistente de defesa de direitos por parte das autoridades, mais uma vez, tiveram consequências prejudiciais sobre a vida de determinadas pessoas. As hostilidades e a discriminação – geralmente propugnadas por partidos populistas radicais de direita – contra minorias étnicas e religiosas, bem como com base na identidade de gênero ou orientação sexual das pessoas, continuou a causar preocupação por toda a região. Lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais, ciganos, migrantes e muçulmanos, entre outros, foram alvos de ataques motivados por ódio. O enfrentamento dos crimes de ódio continuou inadequado, devido às lacunas na legislação, aos sistemas precários de denúncia, às investigações insuficientes ou às falhas nos sistemas de justiça criminal e à falta de confiança na polícia. Preconceitos e estereótipos arraigados também estavam por trás dos desvios de conduta de ordem racista por parte de agentes de aplicação da lei.

Muitos países da região promoveram debates a respeito de uma proibição geral de véus que cobrem todo o rosto. Na Bélgica e na França, leis nesse sentido entraram em vigor. Os debates que foram realizados, geralmente fundamentados em suposições ao invés de em dados confiáveis, estigmatizaram ainda mais os muçulmanos. Visões estereotipadas de símbolos caracterizados como muçulmanos, tais como o lenço de cabeça, foram promovidas por servidores públicos, em vez de refutadas. O uso de determinados símbolos e vestimentas de caráter religioso ou cultural continuou suscitando discriminação

contra os muçulmanos, principalmente contra as mulheres, no ambiente de trabalho e educacional.

Segurança e combate ao terrorismo

Os governos europeus continuaram a obstruir os esforços coordenados que vêm sendo feitos para garantir que prestem contas por sua suposta cumplicidade nos programas de transferências extrajudiciais (*renditions*) e detenções secretas da CIA. Alguns governos revelaram novas informações sobre seu envolvimento nessas operações, ou foram, mais uma vez, acusados de cumplicidade depois da descoberta de novas evidências por ONGs e pela imprensa. Outros governos arquivaram ou apenas prestaram apoio retórico a investigações insignificantes, ou propuseram inquéritos que não cumpriam minimamente as normas de direitos humanos, ou, simplesmente, negaram qualquer envolvimento apesar das crescentes provas em contrário. Em março, o Parlamento Europeu aprovou o seguimento de seu relatório de 2007 relativo à cumplicidade europeia com essas operações comandadas pela CIA, a fim de assegurar o cumprimento de suas resoluções anteriores sobre a obrigação de investigar denúncias de abusos dos direitos humanos fundamentais.

Invocando tecnicidades e segredos de Estado, a Lituânia encerrou abruptamente, em janeiro, sua investigação sobre duas unidades de detenção secretas instaladas pela CIA em território lituano. Em outubro, o governo recusou-se a reabrir a investigação, apesar de novas evidências plausíveis sobre um possível voo de transferência extrajudicial do Marrocos para a Lituânia, apresentada por ONGs para as autoridades em setembro. O protocolo para o "Inquérito de Detentos", expedido em junho pelo governo do Reino Unido, foi recebido com forte oposição de eminentes especialistas em direitos humanos, de ONGs, de ex-detentos e de seus representantes devido a preocupações relativas ao controle do governo sobre as revelações, à realização de audiências secretas e ao fato de não se prever qualquer participação significativa das vítimas. Muitos grupos e indivíduos anunciaram que não cooperariam até que mudanças no inquérito fossem implementadas; porém, até o fim do ano, o protocolo não havia recebido alteração alguma. Em agosto, as autoridades polonesas ampliaram sua investigação sobre a presença de um centro secreto da CIA no país; entretanto, continuaram a obstruir o acesso a informações buscadas pelos dois advogados designados pelas vítimas, e não divulgaram qualquer informação sobre o andamento das investigações. Em dezembro, a divulgação pela imprensa de que um local de detenção secreto da CIA havia sido identificado em Bucareste

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL

O uso de garantias diplomáticas duvidosas para deportar pessoas consideradas um risco à segurança nacional multiplicou-se por toda a região, inclusive em países como Alemanha, Bélgica, Itália e Reino Unido.

Na Ucrânia e na Rússia, incidentes de tortura continuaram a ser amplamente relatados, embora reformas superficiais da polícia tenham sido realizadas na Rússia.

foi enfaticamente negada pelas autoridades romenas. Elas continuaram rebatendo categoricamente as denúncias de qualquer envolvimento nas operações da CIA, mesmo diante das evidências contundentes de que a Romênia estava voluntária e profundamente incorporada a tais programas.

Em outubro e novembro, as autoridades finlandesas divulgaram informações sobre voos, as quais indicavam que uma aeronave de transferência extrajudicial havia aterrissado em seu território. Apesar de as autoridades terem pedido a abertura de um inquérito independente sobre a suposta cumplicidade, até o fim do ano elas ainda não haviam se decidido a investigar. Uma investigação sobre a suposta cumplicidade holandesa, anunciada em novembro, limitou-se apenas à Groenlândia e envolveria somente uma "revisão documental" das informações compiladas anteriormente no curso de um inquérito parlamentar.

Diante dos obstáculos colocados em nível nacional às investigações, algumas vítimas de transferências extrajudiciais apresentaram recurso ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, esperando que a Corte pudesse determinar alguma medida de prestação de contas. O Tribunal examinava casos apresentados contra a Lituânia, a Macedônia e a Polônia.

As políticas e práticas de combate ao terrorismo em toda a região continuaram a minar as proteções dos direitos humanos. O uso de garantias diplomáticas duvidosas para deportar pessoas consideradas um risco à segurança nacional multiplicou-se por toda a região, inclusive em países como Alemanha, Bélgica, Itália e Reino Unido. Em novembro, a Alemanha recebeu críticas da ONU por colaborar com serviços de inteligência que empregaram sistematicamente técnicas de coerção durante os interrogatórios. Ordens de controle e outros métodos de controle social que configuram privação de liberdade foram utilizados em diversos países, sobretudo no Reino Unido, para substituir processos criminais plenos, bem como as salvaguardas que tais processos devem observar.

Na Turquia, um grande número de casos foi processado com base em leis problemáticas de combate ao terrorismo que, na maioria das vezes, descumpriam as normas para julgamentos justos. Muitos dos indivíduos processados eram ativistas políticos; entre eles, estudantes, jornalistas, escritores, advogados e acadêmicos. Eles eram rotineiramente interrogados a respeito de suas atividades, as quais deveriam estar protegidas em virtude do direito à liberdade de expressão.

A situação de segurança na região russa do norte do Cáucaso permaneceu instável e irregular. Grupos armados continuaram a

atacar agentes da lei e outros servidores públicos, com civis sendo apanhados em meio ao fogo cruzado, além de, às vezes, serem atacados deliberadamente. As operações de segurança em toda a região costumavam ser acompanhadas de graves violações dos direitos humanos. Houve denúncias sobre testemunhas que foram intimidadas e sobre jornalistas, ativistas de direitos humanos e advogados que foram hostilizados e assassinados.

O grupo separatista armado basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA) anunciou o fim de sua luta armada. Na Turquia, entretanto, atentados à bomba, tanto por parte do exército quanto de grupos armados, tiraram a vida de civis.

Impunidade em situações pós-conflito

Apesar das prisões dos dois últimos suspeitos indiciados pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, houve pouco progresso no sentido de se enfrentar a impunidade por crimes cometidos durante as guerras da década de 1990. Faltou capacidade e comprometimento, ao mesmo tempo em que medidas de retrocesso foram adotadas. Na Croácia, algumas iniciativas foram tomadas pelo Presidente e pelas autoridades judiciais para lidar com o passado da época da guerra; porém, pouco foi feito por parte do governo. Ao contrário, figuras políticas importantes desferiram ataques à justiça internacional, e o parlamento aprovou uma lei que alterava a obrigação da Croácia de cooperar com a República da Sérvia em assuntos penais. A cooperação regional também foi frustrada pelo fracasso em desfazer as barreiras legais à extradição de indivíduos suspeitos de crimes de guerra, entre a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, a Sérvia e Montenegro.

Dez anos após o conflito armado de 2001 na Macedônia, os processos por crimes de guerra devolvidos pelo Tribunal foram anulados depois que o parlamento adotou uma nova interpretação da Lei de Anistia, que efetivamente garantia imunidade processual em cortes domésticas.

No Quirguistão, embora tendo facilitado o estabelecimento de duas comissões de inquérito, as autoridades não investigaram de modo justo e eficaz os episódios de violência ocorridos em junho de 2010 e no período subsequente.

Tortura e outros maus-tratos

Vítimas de tortura e de outros maus-tratos também ficaram frequentemente desamparadas ante sistemas de justiça que não faziam os responsáveis prestarem contas. Entre os obstáculos à responsabilização estavam a falta de acesso imediato a um advogado, a falta de determinação do ministério público para levar adiante as

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL

As prisões de Ratko Mladić e de Goran Hadžić emitiram um forte aviso, não só para as pessoas afetadas, mas para toda a região.

investigações, o medo de represálias, as penas brandas impostas aos agentes policiais condenados, além da ausência de sistemas suficientemente independentes para monitorar queixas e para investigar irregularidades policiais graves.

Bolsões de impunidade endêmica ainda persistiam. No Uzbequistão, apesar das afirmativas das autoridades de que a prática da tortura havia diminuído significativamente e apesar da adoção de novas leis para melhorar o tratamento dos detentos, dezenas de denúncias de tortura e de outros maus-tratos contra presos e detidos emergiram no decorrer do ano. Na Turquia, uma decisão inovadora foi emitida em 2010, permitindo que, pela primeira vez na sua história jurídica, o país condenasse agentes do Estado a longas penas de prisão por provocarem a morte mediante tortura. Essa decisão, porém, acabou indeferida mediante recurso. Na Ucrânia e na Rússia, incidentes de tortura continuaram a ser amplamente relatados, embora reformas superficiais da polícia tenham sido realizadas na Rússia.

Em outros lugares, houve denúncias de uso excessivo da força e de maus-tratos nas ações da polícia para dispersar manifestações contrárias a medidas de austeridade, como na Grécia e na Espanha.

Pena de morte

Belarus perdura como o último Estado executor da região, tendo condenado dois indivíduos à morte por meio de um sistema de justiça penal problemático que insiste em realizar processos secretos. As execuções foram levadas a cabo apesar de um pedido formal do Comitê de Direitos Humanos da ONU para que fossem adiadas temporariamente a fim de que o Comitê pudesse examinar os dois casos.

Conclusão

As prisões de Ratko Mladić e de Goran Hadžić emitiram um forte aviso, não só para as pessoas afetadas, mas para toda a região. Foram uma mensagem de esperança que chegou depois de longos anos de espera. Foram também uma mensagem de alerta para todos os que pensavam que ter amigos influentes, vizinhos poderosos ou interesses escusos iria ou poderia protegê-los do braço da justiça. A prisão dos dois dirigentes foi também uma demonstração do que pode ser conquistado quando indivíduos, sociedade civil, governos e comunidade internacional se comprometem a defender direitos humanos universais.

Porém, em toda a região, um número muito grande de pessoas ainda se vê tragada pelo abismo existente entre a retórica de direitos

humanos e a realidade de sua implementação. Demasiadas vezes, apoiar com firmeza os direitos humanos foi considerado incompatível com garantir a segurança do Estado ou os suprimentos de energia. A independência e a autoridade do Tribunal Europeu de Direitos Humanos foram desafiadas; a União Europeia, muitas vezes, agiu como um tigre sem dentes diante das violações cometidas por seus Estados-membros. E os Estados, individualmente, ainda fracassavam em sua obrigação primeira de defender os direitos humanos de todos.

PANORAMA REGIONAL EUROPA E ÁSIA CENTRAL



A ativista iemenita Tawakkol Karman, ganhadora de um prêmio Nobel da Paz, observada por um policial, grita palavras de ordem durante manifestação contra o governo em Sanaa, no Iêmen, em 15 de fevereiro de 2011.

ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

PANORAMA REGIONAL ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

"Não tememos ser mortos, feridos, presos ou torturados. O medo acabou. As pessoas querem viver com dignidade. Por isso, não iremos parar."

Ahmed Harara, que trabalhava como dentista, teve um olho atingido por chumbos de fuzil, em 28 de janeiro de 2011, durante as manifestações no Egito; depois, em 19 de novembro de 2011, teve o outro olho ferido e ficou cego.

Para os povos e os Estados do Oriente Médio e do norte da África, 2011 foi um ano realmente histórico. Foi um ano de levantes populares e de tumultos jamais vistos, um ano em que pressões, demandas e protestos de uma nova geração, há tanto reprimidos, foram derrubando diversos líderes veteranos que, até momentos antes de sua queda, pareciam invencíveis. No fim do ano, alguns desses líderes ainda tentavam manter suas garras no poder, recorrendo aos meios mais brutais, por preverem o que o futuro lhes reservava. A região como um todo ainda estava atordoada pelas consequências do terremoto social e político que irrompeu nos primeiros meses do ano. Apesar de todas as incertezas que pairavam no ar, os eventos de 2011 pareciam ter, para os povos da região, uma dimensão tão grandiosa quanto tiveram a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética para os povos da Europa e da Ásia Central.

Por todo o Oriente Médio e o norte da África, 2011 foi marcado por movimentos de massa que exigiam mudanças: maior liberdade para falar e agir, sem temer a asfixia repressiva do Estado; transparência e prestação de contas por parte dos governos e um basta na corrupção desmedida; mais empregos e oportunidades mais justas de trabalho, além de condições de melhorar o padrão de vida; e justiça e direitos humanos, inclusive o direito de viver sua própria vida e criar sua família com dignidade e segurança. Foi para apoiar essas demandas que centenas de milhares de pessoas, com as mulheres ostensivamente na vanguarda, tomaram as ruas de Túnis, do Cairo, de Benghazi, de Sanaa e de muitas outras cidades e localidades de toda a região para exigir mudanças. E essas pessoas não se intimidaram mesmo diante da carnificina infligida pelas forças de segurança do

governo. Agiram com determinação, convicção e coragem e, com isso, libertaram-se do medo que seus governos por tanto tempo infundiram para mantê-las quietas e no seu lugar. Ao menos momentaneamente, a ideia de que o poder emana do povo tomou conta da região e impregnou seu espírito.

De início, os protestos serviram principalmente para expressar a frustração popular com o fracasso de seus líderes nacionais em atender às necessidades e aspirações de seu povo. Esses líderes, por sua vez, reagiram de maneira típica, mandando suas polícias de choque e seus agentes de segurança esmagarem os protestos pela força. Só o que conseguiram foi atizar as chamas da indignação e da revolta popular. Com manifestantes sendo assassinados a sangue frio, encurralados durante prisões em massa, agredidos e torturados, os ânimos da população se acirravam cada vez mais. Sem se intimidar com o derramamento de sangue, mais e mais pessoas saíam às ruas para exigir a derrubada de líderes nacionais, que se tornavam cada vez mais desacreditados e desprezados na medida em que buscavam consolidar suas dinastias familiares com a intenção de perpetuarem-se no poder. A rápida queda do presidente tunisiano Zine El Abidine Ben Ali, seguida pela queda do presidente egípcio Hosni Mubarak, ecoou por toda a região, enviando uma mensagem de esperança aos defensores de mudanças e de reformas em outros Estados. Por algum tempo, parecia que algum tipo de efeito dominó poderia derrubar outros dirigentes repressivos e autoritários do poder. Em poucos meses, os 42 anos de governo abusivo do coronel Muamar Kadafi, na Líbia, terminavam de maneira abrupta e sangrenta. E tanto no Iêmen quanto na Síria, governos que, há muito, se aferravam ao poder, travavam agora uma luta, literalmente, na retaguarda, por sua sobrevivência diante das poderosas e contínuas demandas populares para que renunciassem. O governo do Bahrein, embora tendo usado repressão e força excessiva para esmagar os protestos, acabou o ano se comprometendo com reformas políticas e de direitos humanos. Em outras terras, em países como Argélia, Jordânia e Marrocos, os detentores do poder faziam aos seus povos promessas urgentes de reformas e de maior participação no governo. Na Arábia Saudita e em outros países do Golfo, ricos em gás e em petróleo, os dirigentes lançaram mão de suas reservas financeiras para tentar aplacar os descontentes e docilizar a população.



2011 for marcado por movimentos de massa que exigiam mudanças: maior liberdade para falar e agir, sem temer a asfixia repressiva do Estado.



Os levantes

O ano de 2011 alvoreceu com a Tunísia em ebulição. Por um tempo, o Presidente Ben Ali tentou esmagar os protestos recorrendo ao mesmo método que havia usado em 2008, na região de Gafsa: a aplicação da

força bruta. Em poucas semanas, cerca de 300 tunisianos perderam a vida de modo violento, com a diferença de que, dessa vez, o ânimo dos manifestantes não arrefeceu. Em 14 de janeiro, a resistência de Ben Ali cedeu. Junto com outros membros de seu clã, ele embarcou em um avião e foi se refugiar na Arábia Saudita. Foi um momento luminoso quando tanto os governos quanto os povos da região perceberam estar acontecendo o que parecia quase impossível até então: que eles acabavam de forçar um tirano a fugir em um avião depois de mais de 20 anos no poder. A queda repentina de Ben Ali fez soar os alarmes de outros governos repressores na região. Para as multidões que assistiam ao desdobrar dos acontecimentos na tela da Al Jazeera e de outras televisões por satélite, o levante da Tunísia trouxe novas esperanças e a sensação de que eles também poderiam alcançar o que os tunisianos conseguiram.

Dentro de duas semanas, o que aconteceu na Tunísia estava acontecendo no Egito em uma escala muito maior. A Praça Tahrir, no Cairo, tornou-se o ponto fulcral e o principal campo de batalha no qual os egípcios expuseram suas demandas por mudança. Utilizando a internet, as redes sociais e os telefones celulares para ajudar na organização e na coordenação de suas atividades, em oito dias os manifestantes haviam engendrado a "Revolução de 25 de Janeiro" e provocado a queda do Presidente Mubarak após 30 anos ininterruptos no poder. E essa conquista foi alcançada em face da extrema repressão das forças de segurança e dos pistoleiros contratados pelo governo. Pelo menos 840 pessoas foram mortas e mais de 6 mil ficaram feridas, enquanto milhares foram presas, espancadas ou torturadas. No dia 11 de fevereiro, Hosni Mubarak anunciou sua renúncia e foi substituído pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. Ele retirou-se para sua residência de verão no *resort* de Sharm el-Sheikh, no Mar Vermelho, de onde, em agosto, foi intimado a comparecer a um tribunal do Cairo a fim de ser julgado por corrupção e por ter ordenado a morte dos manifestantes.

A queda de Mubarak, sob os holofotes da mídia mundial, teve o efeito de inspirar a realização de protestos em uma série de outras cidades e lugares de toda a região. No Bahrein, a partir de fevereiro, manifestantes, sobretudo da maioria xiita do país, realizaram manifestações pacíficas e montaram um acampamento de protesto na Rótula Pérola, na capital, Manama, para exigir maior participação na condução do país e o fim do que dizem ser a marginalização a que são submetidos pela família Al Khalifa, no poder. Os manifestantes foram dispersados com força excessiva, alguns dias depois de montarem acampamento, e com muito mais brutalidade em março, quando retomaram os protestos. No Irã, os líderes dos enormes protestos que

PANORAMA REGIONAL ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

foram esmagados pelo governo em 2009 convocaram novas manifestações. Em resposta, foram calados sob prisão domiciliar.

Na Argélia, o governo destacou um grande contingente das forças de segurança para conter as manifestações, ao mesmo tempo em que buscava diminuir as tensões suspendendo um estado de emergência que vigorava havia 19 anos. O sultão de Omã, Qaboos bin Said, prometeu que criaria milhares de empregos e que ofereceria maiores benefícios aos desempregados, determinando ainda a libertação de manifestantes detidos. Na Arábia Saudita, o governo teria desembolsado mais de 100 bilhões de dólares em benefícios para seus cidadãos, ao mesmo tempo em que anunciava a proibição de manifestações públicas. As forças de segurança foram mobilizadas para investir contra qualquer pessoa que comparecesse à convocação do "Dia da Revolta" em Riad.

No Iêmem, os protestos tiveram início em janeiro, motivados pela proposta de uma mudança constitucional que permitiria ao presidente Ali Abdullah Saleh permanecer no poder pelo resto da vida e depois transferir o poder ao seu filho. Os protestos prosseguiram durante o ano, instigados pelos acontecimentos no Egito e em outros lugares, enquanto as forças do Presidente Saleh atiravam indiscriminadamente contra a multidão de manifestantes, e enquanto ele manobrava tentando manter seu monopólio do poder. No fim do ano, sua situação havia se tornado praticamente insustentável. Ainda assim, ele insistia em aferrar-se ao poder, enquanto o Conselho de Cooperação do Golfo lhe oferecia imunidade jurídica, mesmo diante da quantidade assustadora de homicídios ilegais e de outras bárbaras violações dos direitos humanos cometidas por suas forças. A oferta de impunidade que se fez a ele e a outros perpetradores foi uma afronta à justiça e uma traição escandalosa às vítimas dos crimes do regime.

Na Líbia, situada geograficamente entre a Tunísia e o Egito, os acontecimentos nesses países renovaram as esperanças de uma população que, depois de 42 anos sob o jugo de Muammar Kadafi, vivia privada de liberdade de expressão, de partidos políticos, de sindicatos e de organizações da sociedade civil. Para manter-se no poder por tanto tempo, Kadafi costumava jogar diversos setores da população uns contra os outros, favorecendo aqueles que ele considerava leais e reprimindo brutalmente os que expressavam divergência. Até há pouco considerado um pária no cenário internacional, por seu suposto patrocínio ao terrorismo, ele vinha tendo, nos últimos anos, uma próspera reaproximação com as democracias ocidentais, na medida em que a indústria líbia de extração de petróleo se desenvolvia, e o país ganhava uma nova importância como corredor de passagem para refugiados e migrantes africanos que tentavam chegar à Europa.



Os protestos no Egito levaram à queda do Presidente Mubarak, mesmo diante da extrema repressão das forças de segurança. Pelo menos 840 pessoas foram mortas.



Enquanto Ben Ali e Mubarak caíam, Kadafi parecia confiante no cargo e no controle da situação. Porém, em fevereiro, também na Líbia, as manifestações contra o governo transformaram-se em revolta popular. O levante logo evoluiu para um conflito armado internacional, com o envolvimento da OTAN, que culminou no dia 20 de outubro, com a captura e morte violenta de Kadafi, quando ele tentava escapar de seu reduto de apoio, na cidade de Sirte, que estava sitiada. Depois disso, um Conselho Nacional de Transição assumiu o poder. Entretanto, até o fim do ano, o Conselho ainda não havia consolidado sua autoridade, e a Líbia estava infestada de armamentos e de milícias armadas que passaram a retaliar supostos apoiadores de Kadafi, constituindo-se em uma ameaça à segurança pública.

Na Síria, onde o regime é comandado pela família Assad, no poder desde a década de 1970, os primeiros sinais de protestos, em fevereiro, foram discretos e hesitantes. No entanto, quando as forças de segurança detiveram e, segundo informações, abusaram de crianças que haviam escrito slogans contra o governo, com giz, nos muros da cidade sulista de Deraa, intensos protestos eclodiram, alastrando-se, rapidamente, de cidade em cidade. Surpreendido pelos acontecimentos, o governo fechou o país à mídia internacional e aos observadores independentes. Tendo feito isso, lançou uma repressão selvagem contra manifestantes desarmados, com franco-atiradores posicionados no alto de prédios atirando contra a multidão, e enviou tanques do exército para as cidades e vilarejos do país. Assad, enquanto isso, alegava que as mortes seriam obra de gangues armadas obscuras contrárias ao governo. No fim do ano, segundo a ONU, cerca de 5 mil pessoas, a maioria civis, haviam sido mortas, e outras milhares feridas e/ou presas. Em alguns bolsões do país, uma incipiente guerra civil parecia estar se desenvolvendo entre as forças do regime e soldados que desertaram para apoiar os manifestantes.

O governo da Síria tentou esconder não só a dimensão dos protestos, mas também a violência de sua reação. Porém, foi frustrado pela coragem e pela determinação dos ativistas locais e das testemunhas que documentaram a carnificina com as câmaras de seus celulares e postaram centenas de vídeos na internet. Algumas das imagens mostravam os corpos de indivíduos que haviam sido torturados até a morte sob detenção, em alguns casos, mutilados, inclusive crianças.

A reação internacional

Os governos dos Estados Unidos e de outros países ocidentais que, por muito tempo, foram os principais aliados dos líderes autocráticos da Tunísia e do Egito, tiveram dificuldades, de início, para compreender a

PANORAMA REGIONAL ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

No fim do ano, a Líbia estava infestada com armamentos e milícias armadas, que passaram a retaliar supostos apoiadores de Kadafi, constituindo-se em uma ameaça à segurança pública.

dimensão dos protestos e demoraram a agir. Logo, porém, eles se apressaram em reformular suas políticas, reconhecendo, finalmente, a natureza abusiva desses regimes agora enfraquecidos. Quando a situação na Líbia degenerou para um conflito armado, eles intervieram decisivamente contra o coronel Kadafi, com o apoio de alguns Estados-chaves do Golfo, amparados por um mandato do Conselho de Segurança da ONU para proteger os civis. O mandato abriu caminho para a campanha aérea da OTAN, que mudou o equilíbrio do jogo, desfavorecendo o dirigente líbio.

No Bahrein, onde está a base da Quinta Frota da Marinha dos EUA, e, principalmente, na Síria e no Iêmen, os manifestantes precisavam desesperadamente de proteção contra as ações assassinas de seus governos. Nesses lugares, porém, a comunidade internacional parecia menos interessada em oferecer ajuda. Ao passo que o Conselho de Segurança remeteu o caso de Muammar Kadafi ao Tribunal Penal Internacional, o mesmo não foi feito no caso do presidente da Síria, Bashar al-Assad, apesar das evidências contundentes de que suas forças estavam cometendo crimes contra a humanidade.

A Rússia, a China e os governos de potências emergentes como Brasil, Índia e África do Sul usaram sua influência no Conselho de Segurança para evitar ações efetivas contra a Síria, embora a autoridade de direitos humanos da ONU tenha se pronunciado contra os crimes cometidos pelo regime Assad. A Arábia Saudita denunciou os crimes do governo sírio, ao mesmo tempo em que negava ao seu próprio povo o direito de se manifestar, e depois de ter enviado tropas de apoio ao Bahrein, poucas horas antes de as autoridades daquele país terem iniciado sua sangrenta repressão em março. De modo geral, repetiu-se a mesma história triste em que governos dos mais variados matizes políticos acabam atuando de modo seletivo, independente de qual seja sua retórica, de modo a subordinar os direitos humanos ao que consideram ser seu próprio interesse.

Conflito e intolerância às divergências

Os levantes que dominaram as manchetes no decorrer de 2011 eclipsaram outros problemas arraigados que continuaram apresentando riscos incalculáveis para os direitos humanos, tanto no Oriente Médio e norte da África quanto em outros lugares.

Israel manteve seu bloqueio à Gaza, prolongando a crise humanitária nesse local, enquanto continuou a expandir seus assentamentos, de forma agressiva, no território palestino da Cisjordânia, que Israel ocupa desde 1967. As duas principais organizações políticas palestinas, Fatah e Hamas, apesar de um

acordo de reconciliação assinado em maio, permaneceram divididas e combatendo mutuamente seus apoiadores, enquanto as forças israelenses e os grupos armados palestinos prosseguiram com retaliações mútuas em Gaza. Desenrolava-se, assim, outra história triste e bastante familiar que continua arruinando as vidas de tantas pessoas.

O governo do Irã ficou cada vez mais isolado no plano internacional, enquanto não tolerava a menor divergência no nível doméstico. Defensores dos direitos humanos e ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias estavam entre os mais perseguidos, e a pena de morte foi usada em larga escala, não só para punir criminosos, mas também para intimidar a população. Em todo o mundo, somente o Estado chinês executou um número maior de seres humanos.

Em outras partes da região, como no Iraque, não estava claro o que aconteceria, em termos de segurança, quando os EUA retirassem todas as suas tropas do país, após oito anos de conflito. Para a população do Saara Ocidental, a questão de sua autodeterminação continuava em ponto de ebulição, contaminando as relações entre os governos do Magreb.

Outros padrões de violações dos direitos humanos persistiam e foram cruciais para motivar os protestos e levantes populares, além de terem sido exacerbados pela reação dos governos. Prisões e detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos, julgamentos injustos e homicídios ilegais cometidos por forças estatais continuaram sendo praticados rotineira e extensivamente por toda a região. Praticamente sem exceções, os detentores do poder permitiram que suas forças matassem e torturassem com impunidade. No Egito, o Conselho Supremo das Forças Armadas rendeu-se às demandas populares e desmantelou o Serviço de Investigações de Segurança do Estado, notório pelas torturas praticadas sob o comando de Hosni Mubarak. Entretanto, a tortura não cessou. O exército simplesmente assumiu essas funções, inclusive submetendo algumas mulheres manifestantes a "testes de virgindade" forçados, além de prender e sujeitar milhares de civis a julgamentos por tribunais militares. Ainda assim, o povo egípcio não se curvou diante da repressão das novas autoridades e continuou a exigir transformações políticas, sociais e de direitos humanos.

Discriminação

Persistiu a discriminação com base em gênero, etnia, religião, nacionalidade e outros fatores, como orientação sexual. Em grande parte, o sentimento de injustiça gerado por essas discriminações

PANORAMA REGIONAL ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

A oferta de imunidade jurídica feita ao Presidente do Iêmen foi uma afronta à justiça e uma traição às vítimas dos crimes do regime.

O governo da Síria tentou esconder tanto a extensão dos protestos quanto a violência de sua reação, tentativa frustrada pela coragem dos ativistas locais.

também se refletiu na onda de protestos, como quando o povo apátrida bidun reuniu-se no Kuait apara exigir o reconhecimento de sua cidadania. Ao mesmo tempo, as turbulências também serviram para aprofundar divisões. Na Líbia, tanto cidadãos líbios quanto estrangeiros foram visados pelas milícias por causa da cor de sua pele. Cresciam os temores entre as complexas e distintas fés e comunidades da Síria de que o país chegasse ao ponto de uma guerra civil tão amarga e odiosa quanto aquela que devastou o Líbano entre 1975 e 1990 – uma guerra cujo legado de desaparecimentos forçados e desconfiança ainda não foi superado. No Egito, a discriminação contra os coptas ainda predominava. No Irã, as minorias étnicas e religiosas continuaram a enfrentar discriminações legais e, no caso da minoria bahá'í, perseguições.

Os migrantes, muitos deles provenientes da África subsaariana, estavam entre as maiores vítimas do conflito na Líbia. Milhares foram deslocados à força pelos combates. Muitos fugiram para o Egito ou para a Tunísia, enquanto outros passaram semanas ou meses encurralados na Líbia, sendo submetidos a ataques racistas, seguidamente acusados de serem "mercenários" africanos recrutados por Kadafi. Os que conseguiram chegar ao Egito ou à Tunísia, muitos deles eritreus ou somalis, não tinham condições de retornar aos seus países de origem, por medo de sofrerem perseguição. No fim do ano, eles se encontravam confinados a campos desolados em meio ao deserto, esperando a possibilidade de serem reassentados na Europa ou em outros países onde pudessem estar seguros. Muitos outros perderam a vida na travessia marítima até a Itália.

Por toda a região, trabalhadores migrantes de países pobres ou em desenvolvimento foram submetidos a abusos e exploração, mesmo quando, como em diversos países do Golfo, eram eles que mantinham viva a economia. As leis trabalhistas locais quase nunca os protegiam adequadamente, se é que ofereciam alguma proteção. As mulheres trabalhadoras domésticas sofriam os piores abusos, geralmente sendo vítimas de múltiplas discriminações - como mulheres, como migrantes e como estrangeiras cujas agruras seus próprios governos não tinham interesse em resolver.

Preocupações econômicas – moradia e meios de subsistência

Ao fim de 2011, ainda era muito cedo para avaliar os impactos da "Revolução de 25 de Janeiro" no Egito, muito menos se essa mudança havia propiciado melhoras na vida dos milhões de moradores pobres e marginalizados das efervescentes favelas locais. Muitas dessas pessoas viviam em áreas designadas como "inseguras" devido ao risco de desabamento de rochas e outros perigos potenciais, sem acesso a

serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade, estando sujeitas a serem despejadas à força de suas casas sem qualquer consulta ou aviso prévio. Durante o ano, novos despejos forçados foram executados em Manshiyet Nasser, um enorme assentamento informal favelizado na periferia do Cairo, onde, em 2008, mais de 100 moradores morreram em um desmoronamento de rochas. Tais ações foram efetuadas sob a autoridade do Conselho Supremo das Forças Armadas, perpetuando a política que vinha sendo levada a cabo sob Hosni Mubarak e deixando um número ainda maior de famílias sem teto.

As autoridades de Israel, por sua parte, continuaram a expulsar as pessoas de suas casas – tanto palestinos residentes na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, quanto israelenses árabes moradores de vilarejos "não reconhecidos" oficialmente, em Negev e em outros lugares. Ademais, prosseguiram com sua política de demolir as casas e outros edifícios construídos sem permissão oficial, a qual eles próprios recusam dar. Em contraste, milhares de judeus israelenses que vivem em assentamentos estabelecidos ilegalmente em terras palestinas ocupadas receberam todos os incentivos para expandirem, desenvolverem e consolidarem ainda mais esses assentamentos, apesar de proibidos pelo direito internacional. Enquanto isso, o bloqueio de Israel à Faixa de Gaza continuou a sufocar a economia local e a prolongar uma crise humanitária propositada cujo maior impacto tem sido sentido pelos mais vulneráveis: crianças, idosos e pessoas que necessitam de atendimento médico especializado não disponível em Gaza. Tal bloqueio não passa de uma punição coletiva ao 1,6 milhão de habitantes de Gaza, em violação ao direito internacional.

Quando o jovem Mohamed Bouazizi, de 24 anos, ateou fogo ao próprio corpo, em 17 de dezembro de 2010, na cidade tunisiana de Sidi Bouzid, mal se poderia prever a tempestade de protestos e de mudanças que esse trágico evento suscitaria. Um ano depois, toda aquela euforia em nada diminuiu, e as conquistas iniciais dos levantes populares ainda estavam por se consolidar. No entanto, a luta por mudanças na Síria, no Iêmen, no Bahrein, na Líbia e em outros lugares continuou a custar caro, cobrando seu preço em vidas e em abusos atrozes dos direitos humanos. Apesar de tudo, no fim de 2011, a atmosfera permanecia carregada com o sentimento de que a velha ordem decadente estava em vias de passar para a História, por mérito dos esforços e da valentia da população. Para os povos da região, uma longa jornada em direção à liberdade, à justiça e aos direitos humanos parecia, efetivamente, ter começado.

PANORAMA REGIONAL ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA



Mulheres e crianças esperam para receber atendimento médico no Hospital Ahmad Shah Baba, em Arzan Qimat, Afeganistão. Em 2011, ataques contra médicos e trabalhadores humanitários, sobretudo nas áreas mais afetadas pelo conflito, privaram milhões de pessoas de cuidados com a saúde. Fevereiro de 2011.







INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE TRÊS: PAÍSES

12



No Presídio Central de Monróvia, na Libéria, celas com capacidade para dois presos são ocupadas por até oito. Enquanto alguns dormem no chão, outros fazem pequenas redes com sacos de farinha, que amarram nas janelas e nas grades.

AFEGANISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:

Penal de morte:

População:

Expectativa de vida:

Hamid Karzai
retencionista

32,4 milhões

48,7 anos

O mês de outubro marcou o 10º aniversário da intervenção militar internacional no Afeganistão. O contínuo conflito armado entre o governo afegão e seus aliados internacionais de um lado, e, de outro, o Talibã e grupos armados associados resultou em um número recorde de morte de civis, levando a Anistia Internacional a reiterar seus apelos para que o Tribunal Penal Internacional investigue suspeitas de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Segundo a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), 3.021 civis foram mortos no conflito em 2011, sendo os grupos armados responsáveis por 77 por cento dos óbitos civis. As autoridades judiciárias, a polícia e o Exército Nacional Afegão, de modo rotineiro, violavam seriamente os direitos humanos. As prisões e detenções arbitrárias prosseguiram, com uso sistemático de tortura e de outros maus-tratos pelos serviços de inteligência. Os afegãos, sobretudo as mulheres e as meninas, foram privados de direito à saúde e à educação. A ajuda humanitária permaneceu inacessível na maioria das áreas controladas pelo Talibã e por outros grupos insurgentes. A ONG afegã *Safety Office* (ANSO) documentou 170 ataques contra trabalhadores de ONGs – um aumento de 20 por cento em comparação ao ano de 2010. A violência contra mulheres e meninas era amplamente praticada sem qualquer punição dos responsáveis, principalmente nas áreas controladas pelos insurgentes. Mulheres que denunciaram casos de violência baseada em gênero obtiveram respostas insuficientes.

Informações gerais

O novo parlamento tomou posse em 26 de janeiro, quatro meses depois das eleições, que foram marcadas por violência e por fraudes eleitorais. A Anistia Internacional expressou preocupação com a inclusão de

candidatos suspeitos de terem cometido crimes de guerra e outros abusos dos direitos humanos.

Nader Nadery, Fahim Hakim e Mawlawi Gharib, destacados integrantes da Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (AIHRC), foram desinvestidos do cargo, em 21 de dezembro, quando o presidente Hamid Karzai deixou de renovar seu mandato pouco antes da publicação de um relatório que inventariava violações de direitos humanos cometidas no passado.

Em julho, a OTAN e a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) começaram a transferir a responsabilidade pela segurança de sete províncias ao governo afegão. Em novembro, uma segunda fase da transição da segurança teve início em 17 províncias.

As conversas de paz entre o governo afegão, o Talibã e os grupos insurgentes prosseguiram, apesar do assassinato, em 20 de setembro, do ex-presidente Burhanuddin Rabbani, que vinha conduzindo o diálogo; o ex-presidente foi assassinado por dois homens que se passavam por representantes do Talibã. Em junho, o Conselho de Segurança da ONU desvinculou o Talibã da Al Qaeda, retirando o grupo da lista de sanções da ONU.

Apenas nove mulheres estavam entre os 70 integrantes do Conselho Superior da Paz – o órgão responsável pelas negociações com o Talibã e com outros grupos armados. Grupos afegãos de defesa dos direitos das mulheres e organizações da sociedade civil manifestaram sérias preocupações com relação aos direitos humanos, principalmente os das mulheres, temendo que, por conveniência, se abrisse mão de tais direitos. O governo afegão e seus aliados internacionais jamais implementaram, nem em políticas nem na prática, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que requer que as mulheres sejam representadas de forma adequada e significativa em todos os estágios das conversações de paz.

Abusos cometidos por grupos armados

O Talibã e outros grupos armados visaram aos civis como alvos, cometendo assassinatos e sequestros, ferindo civis indiscriminadamente em atentados à bomba (inclusive por meio de múltiplos atentados suicidas), violando as leis da guerra e cometendo uma série de abusos dos direitos humanos. Aumentaram os assassinatos seletivos de civis afegãos, inclusive de

autoridades do governo e de anciãos tribais, que trabalhavam para ou que, supostamente, apoiavam o governo ou organizações internacionais.

Segundo a UNAMA, o Talibã e outros grupos armados foram responsáveis por 77 por cento das mortes de civis. Cada vez mais, eles recorreram ao uso de artefatos explosivos improvisados, que foram detonados em mesquitas, em mercados públicos e em outras áreas frequentadas por civis, fazendo o número de óbitos entre a população civil aumentar consideravelmente.

Os grupos armados visaram sistematicamente aos trabalhadores humanitários, matando 31, ferindo 34 e sequestrando e detendo 140 trabalhadores.

■ Em 28 de junho, pistoleiros e homens-bomba suicidas talibãs atacaram o Hotel Intercontinental, na capital, Cabul, matando sete pessoas.

■ Em 13 de setembro, cerca de 10 insurgentes atacaram a embaixada dos EUA, o quartel-general da OTAN e outros alvos de alta visibilidade em Cabul. Pelo menos 11 civis, entre eles estudantes, e cinco policiais foram mortos. Mais de 24 civis ficaram feridos. O Talibã reivindicou responsabilidade pelos ataques; porém, os EUA acusaram a rede Haqqani, que se acredita ser radicada nas áreas tribais paquistanesas e contar com apoio do Paquistão.

■ Em 17 de setembro, nove civis, entre os quais cinco crianças, foram mortos quando um artefato improvisado explodiu na província de Faryab, noroeste do Afeganistão.

■ Em 31 de outubro, pistoleiros e homens-bomba suicidas talibãs atacaram o escritório do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, na cidade de Kandahar, no sul do país, matando três funcionários.

■ Em 6 de dezembro, um atentado suicida a bomba em Abul Fazl, um local sagrado para os muçulmanos xiitas, em Cabul, deixou pelo menos 71 mortos. Outras quatro pessoas foram mortas em uma explosão quase simultânea em uma mesquita xiita em Mazar-e Sharif. Esses ataques assinalam uma séria escalada na violência sectária, até então rara. O grupo armado paquistanês Lashkar-e-Jhangvi, ligado à Al Qaeda e ao Talibã do Paquistão, reivindicaram responsabilidade pelos ataques ocorridos durante as comemorações xiitas do Ashura.

Violações cometidas pelas forças afegãs e internacionais

A ISAF e a OTAN continuaram a lançar ataques aéreos

noturnos, matando grande número de civis. Segundo a UNAMA, pelo menos 410, ou 14 por cento dos civis, foram mortos em operações da ISAF, da OTAN ou do Afeganistão.

■ No dia 20 de fevereiro, o governador da província ocidental de Kunar denunciou que 64 civis, entre os quais 29 crianças, haviam sido mortos durante operações terrestres e aéreas realizadas em conjunto pelas forças afegãs e da ISAF, no distrito de Ghazi Abad, nos dias anteriores. Oficiais graduados da ISAF contestaram os números, mas concordaram em conduzir uma investigação conjunta. Oficiais da OTAN afirmaram mais tarde que a maioria dos mortos eram insurgentes.

■ No dia 23 de março, Jeremy Morlock, um soldado estadunidense que confessou ter participado do assassinato de três civis afegãos, em 2010, foi sentenciado a 24 anos de prisão. Ele declarou ao juiz da corte marcial da Base Militar Lewis-McChord, nos EUA, que "o plano era matar pessoas".

Prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos

O Diretório Nacional de Segurança (DNS) do Afeganistão continuou a prender e a deter suspeitos de modo arbitrário, negando-lhes acesso a advogados, a familiares, a tribunais ou a outros órgãos externos. Pesam contra o DNS denúncias confiáveis de que o órgão tortura detentos e mantém unidades de detenção secretas. Depois que a ONU publicou um relatório, em outubro, documentando o uso sistemático de tortura pelos agentes do DNS, a OTAN interrompeu a transferência de detentos para as forças afegãs. Segundo o relatório, prisioneiros haviam sido torturados em 47 unidades de detenção do DNS e da polícia, em 22 províncias diferentes.

■ Em agosto, familiares de um homem afegão detido pelo DNS, em Cabul, por ter supostamente vendido dinheiro falsificado, contaram à Anistia Internacional que ele foi preso pelo DNS em abril e que foi torturado para confessar. O homem, que não pode ser identificado por razões de segurança, teria sido golpeado e chutado até vomitar e perder a consciência.

As forças dos EUA continuaram a deter cidadãos afegãos e alguns estrangeiros, sem ter legitimidade jurídica para isso e sem cumprir o processo legal adequado. Aproximadamente 3.100 detentos ainda eram mantidos no Centro de Detenção da província de Parwan (próximo à antiga unidade de detenção da

base da força aérea, no aeroporto de Bagram). Eles se encontravam detidos por tempo indeterminado em "internamento de segurança". Alguns estavam detidos havia vários anos. Em janeiro, os EUA entregaram o controle de um dos setores do centro de detenção, com 300 internos, para as autoridades afegãs, como parte de suas operações de transferência de detentos. O Departamento de Defesa dos EUA afirmou que, até o mês de maio, as autoridades afegãs haviam realizado mais de 130 julgamentos na unidade e no Centro de Justiça Afegã de Parwan desde que tais julgamentos começaram em junho de 2010 (veja a seção sobre os Estados Unidos).

Liberdade de expressão

Os jornalistas afegãos realizaram seu trabalho, apesar das pressões e da violência, inclusive por parte de instituições governamentais e de outros organismos influentes. O DNS e o Conselho dos Ulemás (formado por autoridades religiosas) impetraram ações penais contra pessoas que escreveram ou falaram a respeito de assuntos considerados como blasfêmia ou ameaça à segurança nacional.

■ Três homens afegãos que haviam sido presos e detidos em 2010 por se converterem ao cristianismo foram libertados entre março e abril.

Jornalistas foram sequestrados, espancados ou assassinados em ataques com motivações políticas, tanto por forças do governo quanto por grupos insurgentes. Segundo a organização afegã de observação da mídia Nai, 80 jornalistas foram atacados e três foram mortos. Nas áreas controladas pelo Talibã e por outros grupos armados, jornalistas foram ativamente impedidos de trabalhar e sofreram ataques frequentes.

O governo não investigou devidamente nem processou os responsáveis por ataques a jornalistas, a defensores dos direitos humanos e a outras pessoas que exerciam pacificamente seu direito à liberdade de expressão.

■ Em 18 de janeiro, Hojatullah Mujadedi, diretor da rádio Kapisa FM, com sede no nordeste do país, foi libertado depois de passar quatro meses detido pelo DNS em Cabul. Ele havia sido acusado de cumplicidade com o Talibã.

■ Em 6 de julho, membros do Talibã ameaçaram o repórter Niamatullah Zaheer, da TV Ariana, na província de Helmand, por reportagens em que ele criticava os ataques do Talibã.

Violência contra mulheres e meninas

As mulheres e as meninas afegãs continuaram sendo vítimas de discriminação, de violência doméstica, de casamentos forçados, de tráfico e de barganhas por resolução de disputas. Além disso, foram alvos frequentes de ataques das forças do Talibã. Segundo um relatório conjunto elaborado pela ONU Mulher e pela Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão, 56 por cento de todos os casamentos ocorreram com uma noiva menor de 16 anos. De 22 de março a 31 de dezembro, o Ministério de Questões da Mulher documentou 3.742 casos de violência contra mulheres. Em setembro, em uma ação positiva, a Procuradoria Geral concordou em criar seis escritórios provinciais para combater a violência contra a mulher.

Na maioria das vezes, a polícia e os tribunais não davam andamento às queixas de abusos contra as mulheres, de modo que suas denúncias de espancamentos, de estupro e de outras formas de violência sexual raramente eram investigadas. Mulheres que tentaram fugir de casamentos abusivos foram detidas e processadas por supostos delitos como "fuga do lar" e crimes "contra a moral", nenhum dos quais estava previsto no Código Penal, além de serem incompatíveis com o direito internacional relativo aos direitos humanos.

■ Em abril, o Talibã raptou e assassinou uma mulher no distrito de Zurmat, província de Paktia. O grupo alegou que ela foi morta por trabalhar para uma ONG, contradizendo os rumores de que teria se tratado de um homicídio "em nome da honra".

■ Gulnaz, de 21 anos, que cumpria uma pena de 12 anos de prisão, em Cabul, por adultério, foi libertada em dezembro. Os advogados afirmaram que as acusações não encontram fundamento no direito afegão. Gulnaz havia sido presa em 2009, depois de ter denunciado à polícia que foi estuprada. Ela foi pressionada pelo tribunal e por outros a casar-se com o homem que, posteriormente, foi condenado por estuprá-la.

Direito à saúde

Ataques seletivos contra trabalhadores humanitários e estatais, principalmente médicos, privaram milhões de pessoas de cuidados com a saúde, especialmente nas áreas mais afetadas pelo conflito e naquelas controladas pelo Talibã e por outros grupos armados. Apesar de algumas melhoras nos índices de

mortalidade materna e infantil em certas áreas do país, de modo geral, a situação das mulheres grávidas e das crianças continuou péssima.

Direito à educação

O Talibã e outros grupos armados atacaram escolas, estudantes e professores. Nas áreas ocupadas por esses grupos, muitas crianças, sobretudo meninas, foram impedidas de frequentar as aulas. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 7,3 milhões de crianças se matricularam nas escolas do país, 38 por cento das quais eram meninas. Segundo informações de fontes oficiais, mais de 450 escolas permaneciam fechadas e cerca de 200 mil crianças não estavam frequentando as aulas devido à situação de insegurança, principalmente nas províncias do sul e do leste.

■ Em 24 de maio, talibãs mataram a tiros Khan Mohammad, diretor da escola de meninas Poorak, na província de Logar, sudeste do Afeganistão. Apesar de ter recebido várias ameaças de morte do Talibã, exigindo que ele interrompesse suas atividades, ele escolheu continuar dando aulas para as meninas.

Refugiados e pessoas desalojadas dentro do país

Segundo dados do ACNUR, entre os meses de janeiro e junho, o maior número de pessoas que solicitaram asilo em países industrializados provinha do Afeganistão. Até o fim do ano, o ACNUR havia registrado mais de 30 mil pedidos de asilo de cidadãos afegãos, enquanto cerca de 2,7 milhões continuavam vivendo como refugiados no Paquistão e no Irã. O número total de pessoas desalojadas em consequência do conflito chegou a 447.647.

As pessoas desalojadas dentro do país rumaram para o entorno das maiores cidades, como Cabul, Herat e Mazar-e Sharif. Muitas acabaram se estabelecendo em assentamentos informais, onde tinham que viver em ambientes superlotados e em condições insalubres, sem qualquer acesso à água potável, a abrigos adequados ou a serviços de saúde, e sob a constante ameaça de despejos forçados. Em outubro, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) registrou um aumento de 40 por cento no número de pessoas desalojadas pelo conflito no norte do país, em comparação a 2010.

■ No início de junho, embates entre as forças do

governo e o Talibã, na província de Faryab, teriam desalojado ao menos 12 mil pessoas.

Pena de morte

Houve duas execuções. Mais de 140 pessoas permaneceram no corredor da morte e quase 100 tiveram suas sentenças capitais confirmadas pelo Supremo Tribunal.

■ Em junho, dois homens, um paquistanês e um afegão, foram executados na prisão de Pul-e-Charkhi, em Cabul, depois que o Presidente rejeitou seu apelo por clemência. Eles haviam sido condenados por causar a morte de 40 pessoas e por causar ferimentos em mais de 70, na maioria civis, durante um ataque a um banco na cidade de Jalalabad, província de Nangarhar, em fevereiro.

Visitas/relatórios da AI

🗉 Representantes da Anistia Internacional visitaram o país de junho a setembro.

📄 Afghanistan 10 years on: Slow progress and failed promises (ASA 11/006/2011)

ÁFRICA DO SUL

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Chefe de Estado e de governo:	Jacob G. Zuma
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	50,5 milhões
Expectativa de vida:	52,8 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	61,9 por mil
Taxa de alfabetização:	88,7 por cento

Melhoras substanciais ocorreram no acesso a tratamento e a cuidados para pessoas vivendo com HIV. Porém, fatores discriminatórios ainda limitavam o acesso das pessoas aos serviços de saúde para tratar do HIV, sobretudo nas áreas rurais. Houve discriminação e atos de violência contra requerentes de asilo e refugiados. Ao mesmo tempo mudanças nas políticas governamentais reduziram suas chances de acesso ao sistema de asilo. A polícia usou força excessiva contra manifestantes, e o mau uso da força letal continuou a causar preocupação.

Atos de violência sistemática motivados por ódio contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros começaram a ser enfrentados de forma oficial. A Assembleia Nacional aprovou uma Lei de Proteção às Informações do Estado, que ameaçava a liberdade de expressão.

Informações gerais

Níveis elevados de pobreza, desigualdade e desemprego continuaram a fomentar protestos nas comunidades urbanas carentes. Geralmente, os alvos desses protestos eram as autoridades dos governos locais, devido a suas práticas corruptas ou a demoras no fornecimento de serviços básicos. Integrantes do governo do Presidente Zuma e policiais graduados foram exonerados ou suspensos, enquanto denúncias de suposta corrupção são investigadas. Aumentaram os temores de que a direção de empresas estatais estivesse sendo afetada por tensões políticas no seio do partido governista, o Partido do Congresso Nacional Africano (CNA), relacionadas à sua convenção nacional, a ser realizada em 2012 e que elegerá a nova liderança do partido. Importantes decisões de tribunais superiores forçaram o governo a emendar ou reverter decisões que atingiam a independência e a integridade de órgãos judiciais e investigativos. Houve ampla oposição a uma proposta de legislação que restringiria o acesso às informações estatais.

Direito à saúde — pessoas vivendo com HIV

Estimava-se que 5,38 milhões de pessoas viviam com o HIV no país. O número de pacientes de AIDS recebendo tratamento antiretroviral subiu para 1,4 milhão no fim de junho. Esse avanço resultou dos progressos na implementação de novas políticas e diretrizes governamentais, que possibilitam o tratamento nos estágios iniciais da doença e que ampliam o acesso ao tratamento no nível de atendimento primário dos postos de saúde.

Apesar dessas melhoras, a discriminação ainda impedia que muitas pessoas tivessem acesso a serviços de saúde referentes ao HIV, sobretudo nas áreas rurais mais carentes. O acesso dos habitantes dessas regiões ao tratamento e a capacidade de levá-lo adiante continuaram a ser prejudicados pelo alto custo e pela precariedade do sistema local de transporte, bem como pelas más condições das

estradas nas comunidades rurais. A insegurança alimentar e a arbitrariedade dos processos decisórios de concessão de benefícios sociais também complicavam o acesso dessas populações a cuidados de saúde. A persistência de determinadas atitudes patriarcais ainda dificultava o acesso das mulheres que vivem nas zonas rurais aos serviços de saúde, bem como sua autonomia para tomar decisões sobre sua própria saúde sexual e reprodutiva.

Em outubro, o Ministério da Saúde lançou uma nova Estratégia de Recursos Humanos para a Saúde. O projeto, entre outras coisas, pretendia solucionar uma escassez aguda de profissionais de saúde pública, sobretudo nas áreas rurais, onde vivem quase 44 por cento da população, mas onde se encontram menos de 20 por cento dos médicos e enfermeiras do país.

Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a AIDS, após uma consulta nacional conduzida pelo Conselho Nacional de AIDS da África do Sul (SANAC), o governo lançou um novo plano estratégico nacional quinquenal para o HIV e a AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e tuberculose. O documento visava a nortear as iniciativas dos governos provinciais e de outras instituições para alcançar cinco objetivos principais, entre eles: garantir o acesso a tratamento antiretroviral para, pelo menos, 80 por cento das pessoas que precisam dele, diminuir o estigma social associado ao HIV e proteger os direitos das pessoas vivendo com HIV.

Em dezembro, organizações da sociedade civil lançaram uma Coalizão Nacional pela Previdência em Saúde a fim de mobilizarem-se a favor da adoção de um esquema para reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Refugiados e requerentes de asilo

O governo deu início a mudanças que poderão ter profundas consequências no sistema de concessão de asilo, inclusive nos procedimentos para determinação de sua aceitação. Em maio, o Departamento para Assuntos Internos da África do Sul fechou o Escritório de Recepção aos Refugiados de Joanesburgo, depois de um exitoso processo judicial movido por empresários locais. Nenhum órgão alternativo foi aberto. Todos os requerentes de asilo ou pessoas já reconhecidas como refugiados que precisavam renovar seus documentos foram encaminhados a dois sobrecarregados escritórios de

recepção aos refugiados em Pretória. Nos meses seguintes, requerentes novos ou "transferidos" encontravam enormes dificuldades de acesso aos funcionários do Departamento para Assuntos Internos na cidade. Alguns tinham que passar vários dias esperando nas filas – desde as primeiras horas da manhã – sendo submetidos a agressões verbais ou a golpes de chicote (*sjambok*) e cassete pelos seguranças, conforme corroborado em provas apresentadas à Corte Superior de North Gauteng. Por não conseguirem fazer as solicitações necessárias, nem renovarem seus documentos, eles corriam o risco de serem multados, detidos ou sujeitos à devolução tácita (*constructive refoulement*) ou à devolução direta.

Em 14 de dezembro, a Corte Superior considerou ilegal a decisão de não abrir um novo escritório de recepção a refugiados em Joanesburgo, ordenando que o diretor-geral do Departamento de Assuntos Internos reexaminasse a questão e consultasse as partes mais afetadas. No decorrer do processo judicial, surgiram provas de que a recusa em abrir um novo escritório estava relacionada a uma decisão governamental de transferir todos os serviços de asilo para as portas de entrada do país. A ação foi impetrada pelo Consórcio para os Refugiados e Imigrantes da África do Sul e pela Coordenadoria das Comunidades Refugiadas, com o auxílio da organização Advogados pelos Direitos Humanos. No fim do ano, as ações judiciais contestando o fechamento do Escritório de Recepção aos Refugiados de Port Elizabeth foram postergadas até fevereiro de 2012.

Em agosto, o Departamento de Assuntos Internos declarou que, quando a moratória de 2009 contra deportações de zimbabuanos fosse suspensa, em setembro, só seriam deportados os zimbabuanos que não tivessem concessão de asilo ou documentos de imigração válidos. No entanto, quando a moratória terminou, as organizações de direitos humanos e a Organização Internacional para as Migrações registraram incidentes de devolução (*refoulement*) e de menores desacompanhados sendo deportados sem medidas de proteção apropriadas.

Em muitas áreas, no decorrer de todo o ano, ocorreram episódios de violência e destruição de propriedades de refugiados e de migrantes. Fóruns empresariais locais estariam ligados a muitos dos ataques. No mês de maio, mais de 60 lojas

pertencentes a estrangeiros foram fechadas à força, saqueadas ou destruídas completamente em diferentes áreas da província de Gauteng e na região de Motherwell, em Port Elizabeth. No assentamento informal de Ramaphosa, próximo a Joanesburgo, policiais toleraram ou participaram ativamente de ações efetuadas pelo Fórum Empresarial da Grande Gauteng, como ameaçar com violência pessoas de outras nacionalidades, fechar lojas à força ou retirar os bens de dentro delas.

Durante muitos desses ataques, as delegacias de polícia locais não providenciaram os reforços necessários para evitar que a violência se alastrasse. Até o fim do ano, apesar dos esforços de organizações humanitárias e da sociedade civil, as autoridades ainda não haviam estabelecido uma estratégia nacional sistemática e eficaz para prevenir ou reduzir a violência contra refugiados e migrantes.

Em outubro, a polícia teria usado força excessiva para efetuar prisões em massa de "estrangeiros suspeitos de serem ilegais" no distrito de Nyanga, em Cape Town, e os teria agredido verbalmente como estrangeiros indesejáveis. Entre as pessoas agredidas estavam refugiados com *status* reconhecido que apresentaram seus documentos à polícia. Um refugiado da República Democrática do Congo que precisou de cuidados médicos para seus ferimentos foi ativamente impedido de formalizar uma queixa contra a polícia.

Pena de morte

Em 22 de setembro, em um caso envolvendo dois cidadãos de Botsuana, a Corte Superior decidiu que o governo não deveria extraditar indivíduos que corressem o risco de ser condenados à pena de morte, sem antes receber garantias por escrito, do Estado requerente, de que o acusado não será punido com a pena capital em circunstância alguma. O Estado apelou da decisão e, até o fim do ano, o recurso não havia sido julgado.

No dia 15 de dezembro, durante uma cerimônia em homenagem a 134 presos políticos executados no Presídio Central de Pretória à época do Estado de *apartheid*, o Presidente Zuma reafirmou o compromisso de seu governo com a abolição da pena de morte.

Mortes sob custódia e execuções extrajudiciais

Entre abril de 2010 e março de 2011, o organismo de supervisão da polícia, a Diretoria de Queixas Independente, apontou um declínio de 7 por cento no registro de mortes sob custódia ou resultantes de "ação policial". No entanto, a província de KwaZulu-Natal continuou apresentando um índice elevado desses incidentes, com mais de um terço do total de casos registrados nacionalmente, que foi de 797 mortes.

Policiais de unidades especializadas, como a de Crime Organizado, envolveram-se em incidentes nos quais se suspeitava que as mortes seriam resultantes de tortura ou de execuções extrajudiciais. A precariedade das investigações oficiais, a ausência do benefício de assistência judiciária e as intimidações eram obstáculos que as famílias das vítimas enfrentavam para ter acesso à Justiça. Em dezembro, a divulgação, nos meios de comunicação, de informações sobre assassinatos que supostamente foram cometidos por agentes da Unidade de Crime Organizado de Cato Manor, levaram a Diretoria de Queixas Independente a criar uma equipe de investigação para analisar as evidências.

■ Até o fim do ano, nenhum dos policiais responsáveis pela morte do adolescente Kwazi Ndlovu, de 15 anos, em abril de 2010, havia sido indiciado. Evidências forenses e de outra natureza indicavam que o garoto estava deitado no sofá de sua casa quando foi atingido por tiros de fuzis de alta velocidade por policiais da Unidade de Crime Organizado de Durban.

Uso excessivo da força

A polícia usou excesso de força contra manifestantes que protestavam contra a corrupção e contra o fracasso das autoridades locais em disponibilizarem acesso a moradias adequadas e a outros serviços básicos. Foi o que ocorreu nas cidades de Ermelo, em março, e Ficksburg, em abril, entre outros lugares. As investigações conduzidas pela Diretoria de Queixas e a fase de instrução do processo contra os policiais indiciados por homicídio, agressão e outros delitos prosseguiram no fim do ano.

Em dezembro, representantes da polícia anunciaram que haveria restrições ao uso policial de balas de borracha contra manifestantes, uma vez que os registros de lesões graves aumentaram.

■ Em abril, Andries Tatane morreu depois de ser

espancado pela polícia com cassetetes e de ser atingido à queima roupa por balas de borracha, em Ficksburg.

Tortura e outros maus-tratos

Em maio, a Lei do Departamento Independente de Investigação Policial (IPID, na sigla em inglês) entrou em vigor, mas ainda não estava sendo aplicada no fim do ano. De acordo com a lei, as obrigações investigativas compulsórias originais da Diretoria de Queixas foram ampliadas a fim de incluir incidentes de tortura e estupro cometidos por policiais. A não notificação por parte da polícia de incidentes suspeitos, bem como a obstrução das investigações, tanto da Diretoria de Queixas quanto do IPID, foram tipificados como delito penal.

Em julho, o inspetor nacional dos serviços correcionais determinou a abertura de uma sindicância sobre a denúncia de que seis policiais torturaram um preso usando um aparelho de eletrochoque. Uma investigação policial também foi iniciada; porém, até o fim do ano, não havia apresentado qualquer progresso.

Um projeto de lei para criminalizar a tortura ainda não havia sido apresentado ao Parlamento no final do ano.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

A violência por motivos de ódio, principalmente contra mulheres homossexuais, vem preocupando cada vez mais a população.

■ No dia 24 de abril, Noxolo Nogwaza, de 24 anos, foi brutalmente assassinada no distrito de KwaThema. Participante ativa do Comitê Organizador da Pride de Ekurhuleni (EPOC), ela foi estuprada, esfaqueada várias vezes e espancada até a morte. Até o fim do ano, os policiais responsáveis pela investigação desse crime não haviam feito qualquer progresso, e nenhum suspeito foi preso. O EPOC iniciou uma mobilização para que o caso fosse transferido para outra delegacia de polícia.

Em maio, o Ministério da Justiça anunciou a criação de uma "equipe especial" formada por integrantes do governo e da sociedade civil a fim de buscar soluções para impedir que outros crimes como esse aconteçam. Até novembro, a equipe estava mantendo reuniões; porém, sem resultados claros. A elaboração de um projeto de lei para

processar crimes de ódio também transcorria em ritmo lento.

Em dezembro, em um processo que tramitava no tribunal de primeira instância de Germiston, durante a fase de julgamento, uma organização que atua pelos direitos LGBTs, a OUT Well-Being, apresentou evidências abalizadas sobre os efeitos dos crimes de ódio sobre as vítimas e sobre a comunidade. Os réus foram condenados por agredirem um homem gay, e o tribunal observou que o acusado fora movido por ódio e desrespeito a pessoas homossexuais.

Defensores dos direitos humanos

Prosseguiram as hostilidades contra os defensores dos direitos humanos e a criminalização de seu trabalho. Entre as pessoas afetadas, incluíam-se jornalistas, funcionários da Defensoria Pública, pessoas que investigavam corrupção e organizações comunitárias de base que promovem direitos econômicos e sociais.

■ Em 12 de julho, apoiadores da Associação dos Moradores de Favelas (*Abahlali baseMjondolo*) foram absolvidos de todas as acusações imputadas contra eles em uma ação judicial movida pelo Estado. Eram acusações de homicídio, de tentativa de homicídio e de agressão, referentes aos episódios de violência acontecidos no assentamento informal de Kennedy Road, em setembro de 2009. Em sua sentença, a corte observou "diversas contradições e discrepâncias na ação proposta pelo Estado", e a ausência de provas confiáveis para identificar os acusados. O tribunal constatou ainda que, durante o estágio de reconhecimento, a polícia havia orientado as testemunhas a identificarem integrantes de organizações ligadas à *Abahlali*. No fim do ano, os apoiadores da *Abahlali* que haviam ficado desalojados depois que suas casas foram saqueadas e destruídas em 2009, ainda não tinham condições de retornar em segurança para reconstruir suas moradias. Em outubro, em uma reunião com o prefeito executivo da região metropolitana de Ethekwini, realizada para debater esse assunto, um funcionário municipal graduado teria ameaçado com violência o presidente da *Abahlali*, Sbu Zikode. Uma denúncia criminal foi feita contra o funcionário, mas a investigação da polícia não havia progredido até o fim do ano.

Liberdade de expressão

Em novembro, uma Lei de Proteção às Informações

do Estado foi aprovada pela Assembleia Nacional e encaminhada para apreciação da câmara alta do Parlamento. Centenas de organizações da sociedade civil, inclusive os meios de comunicação, mobilizaram-se em uma campanha de oposição à lei. Entre outras coisas, a lei previa um período mínimo de prisão entre 3 e 25 anos para uma série de delitos, tais como coletar, comunicar ou receber informações sigilosas do Estado e "acolher" alguém com tais informações. A lei excluía explicitamente quaisquer tipos de salvaguardas em defesa do interesse público, embora um tribunal pudesse impor sentenças mais brandas em caso de "circunstâncias substanciais e contundentes". Em resposta à campanha, a lei recebeu algumas modificações antes de ser aprovada pela Assembleia Nacional, passando a prever punição a quem ocultasse informações deliberadamente, com a intenção de esconder práticas ilegais de servidores. Outros aspectos preocupantes levantados pela campanha não foram atendidos.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a África do Sul em maio, junho e novembro.

📄 South Africa: Police failure to protect human rights activist Jean-Pierre Lukamba is symptomatic of wider failure to respect the rights of refugees and migrants (AFR 53/002/2011)

📄 Hidden from view: Community carers and HIV in rural South Africa: Background information (AFR 53/005/2011)

📄 Onde a vista não alcança: Cuidadoras comunitárias e HIV na zona rural da África do Sul (AFR 53/003/2011)

📄 South Africa: Call for South Africa to fulfill its international and domestic obligations in the protection of the rights of refugees and asylum-seekers (AFR 53/007/2011)

📄 South Africa: Controversial secrecy bill could 'smother free speech' (PRE01/584/2011)

ALEMANHA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:	Christian Wulff
Chefe de governo:	Angela Merkel
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	82,2 milhões
Expectativa de vida:	80,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	4,2 por mil

Não foram criados mecanismos independentes de denúncia policial. Diversos estados da federação continuaram a repatriar ciganos à força para Kosovo, apesar do risco de eles sofrerem perseguição e discriminação naquele país. Estavam em andamento processos criminais contra o ex-presidente e o vice-presidente das Forças Democráticas para a Liberação de Ruanda por crimes contra a humanidade e por crimes de guerra.

Escrutínio internacional

Em maio, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU exortou a Alemanha a assinar o Protocolo Facultativo ao referente Pacto (PIDESC). O objetivo era assegurar que suas políticas para os investimentos de empresas alemãs no exterior observem os direitos econômicos, sociais e culturais nos países anfitriões, e assegurar que os requerentes de asilo possam usufruir de acesso igualitário a benefícios de assistência social, atenção à saúde e emprego.

Em novembro, o Comitê da ONU contra a Tortura recomendou que, para prevenir a tortura e outros maus-tratos, a Alemanha deveria abster-se de confiar automaticamente nas informações fornecidas por serviços de inteligência estrangeiros, e deveria proibir todos os órgãos e autoridades alemães de realizarem investigações no exterior quando tais investigações puderem envolver a cooperação com agências estrangeiras suspeitas de coerção. O Comitê estava preocupado com a falta de esforços investigativos sobre o envolvimento da Alemanha com transferências extrajudiciais de pessoas. Também recomendou que todas as denúncias de tortura e de maus-tratos atribuídas à polícia sejam investigadas por órgãos independentes, e expressou preocupação pelo fato de os agentes de polícia da maioria dos estados não estarem obrigados a usar crachás de identificação.

Tortura e outros maus-tratos

As investigações sobre alegações de maus-tratos nem sempre foram efetivas devido à falta de mecanismos independentes para denúncias e devido às dificuldades na identificação dos policiais responsáveis. Em julho, o estado de Berlin começou a implementar um sistema de identificação individual, que consiste em uma etiqueta com nome ou número para todos os policiais.

■ Estavam em andamento investigações sobre o uso excessivo da força durante uma manifestação pública em Stuttgart, ocorrida em setembro de 2010. Em março, o Tribunal de Justiça de Stuttgart multou um policial em 6.000 euros pelo uso de gás de pimenta contra uma mulher que realizava um protesto sentada. O advogado de quatro manifestantes que sofreram lesões graves nos olhos pelo jato de um canhão de água demandou que o promotor público chefe fosse afastado do caso por presumida falta de imparcialidade.

■ Em 4 de agosto, o Tribunal Regional de Frankfurt concedeu indenização por danos morais a Markus Gäfgen, por ele ter sido ameaçado por dois policiais, com a imposição de dor intolerável, em 2002, quando ele foi detido sob suspeita de ter sequestrado um menino de 11 anos. O tribunal qualificou a ameaça como “tratamento desumano” sob a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Refugiados e requerentes de asilo

Em 13 de janeiro, o Ministério do Interior ordenou que as transferências de requerentes de asilo para a Grécia, em consonância com o Regulamento Dublin II, fossem suspensas por um ano (veja a seção sobre a Grécia, na versão *on-line* do *Informe 2012*). Em novembro, a suspensão foi prorrogada até 12 de janeiro de 2013.

Em 9 de novembro, as autoridades acordaram estabelecer um programa permanente para o reassentamento de refugiados em situação de vulnerabilidade, limitado a uma quota de 300 refugiados por ano pelos próximos três anos.

Os requerentes de asilo que ingressavam na Alemanha via aeroporto e que eram submetidos a um processo acelerado de solicitação de asilo ficavam rotineiramente detidos na área do aeroporto destinada a passageiros em trânsito. As autoridades não consideraram manter os requerentes de asilo nessas áreas como privação de liberdade.

Diversos estados continuaram a forçar o retorno de ciganos, ashkalis e egípcios-balcânicos para Kosovo, apesar do risco ainda efetivo de perseguição e de cumulativas formas de discriminação que essas pessoas enfrentam naquele país. Em agosto, segundo informações publicadas na imprensa, as autoridades de Baden-Württemberg interromperam temporariamente as devoluções. Em dezembro, o estado da Renânia do Norte-Westfália suspendeu, até 1º de abril de 2012, os retornos forçados a Kosovo de ciganos considerados em situação de vulnerabilidade, tais como famílias com filhos menores de idade, mulheres solteiras e pessoas idosas.

Os requerentes de asilo continuaram sendo discriminados no acesso a benefícios sociais: eles receberam benefícios bem inferiores aos níveis de subsistência, 31 por cento abaixo daqueles concedidos aos residentes permanentes. A legislação que regula os benefícios sociais para requerentes de asilo estava sob revisão pelo Tribunal Constitucional da Alemanha.

Direitos dos migrantes

Ao distribuírem cupons de consulta para tratamento médico não emergencial, os órgãos de assistência social continuam obrigados a notificar a situação irregular de uma pessoa ao Departamento para Assuntos de Estrangeiros. Tal medida lesa o direito à saúde dos migrantes sem documentos. Emendas foram aprovadas à Lei da Residência para eximir dessa obrigação os servidores da educação.

Segurança e combate ao terrorismo

Persistem as preocupações sobre diversos aspectos da política governamental de combate ao terrorismo. Os dispositivos contidos na Lei da Residência permitem o uso de "garantias diplomáticas" para justificar a devolução de pessoas suspeitas de terrorismo para lugares onde corram risco de tortura ou de outros maus-tratos. O governo alemão negou-se a afirmar que descartaria trocar informações e cooperar com os serviços de inteligência de países que apresentem históricos bem conhecidos de prática de tortura.

■ Em abril, o jornal *TAZ* informou que a testemunha uzbeque, A.S., que se encontrava detido, morrera na prisão em Tashkent (capital do Uzbequistão), supostamente de um ataque cardíaco. Ele havia sido interrogado por investigadores alemães, em junho e em

setembro de 2008, em Tashkent, na presença de funcionários do Serviço de Segurança Nacional do Uzbequistão, apesar das conclusões do relator especial da ONU sobre a tortura de que a tortura é uma prática sistemática nas prisões uzbeques.

■ Em janeiro, o cidadão alemão Khaled El-Masri retirou sua apelação contra a decisão do Tribunal Administrativo de Colônia emitida em dezembro de 2010. A corte havia indeferido a ação de El-Masri contra o Estado alemão por este não ter procedido à extradição dos 13 cidadãos estadunidenses suspeitos de transferi-lo ilegalmente para o Afeganistão em 2004.

Crimes de direito internacional

Em maio, foi aberto um processo criminal contra os cidadãos ruandeses Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni perante o Tribunal Regional Superior de Stuttgart. Na condição de ex-presidente e vice-presidente das Forças Democráticas pela Liberação de Ruanda, eles foram acusados de terem comandado, por meio de telefone e internet, 26 crimes contra a humanidade e 39 crimes de guerra no território do Congo, entre janeiro de 2008 e novembro de 2009. Esse foi o primeiro processo na Alemanha com base no Código Alemão dos Crimes contra o Direito Internacional, que entrou em vigor em 2002.

Comércio de armas

Apesar de o governo alemão apoiar um amplo Tratado sobre o Comércio de Armas, o governo autorizou, por diversas vezes, transferências de armas que podem ter contribuído para violações dos direitos humanos. Em julho, foi divulgado pela imprensa que o governo alemão concedera aprovação preliminar para o envio de 200 tanques de combate Leopard 2 para a Arábia Saudita.

Visitas/relatórios da AI

■ Germany: Briefing to the UN Committee against Torture, October 2011 (EUR 23/002/2011)

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado e de governo:	José Eduardo dos Santos
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	19,6 milhões
Expectativa de vida:	51,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	160,5 por mil
Taxa de alfabetização:	70 por cento

As autoridades restringiram a liberdade de expressão por meio do uso excessivo da força, de prisões e detenções arbitrárias e de ações penais. O uso de força excessiva pela polícia resultou em mortes. Jornalistas enfrentaram crescentes restrições, sendo dois deles julgados e condenados por difamação em razão de artigos críticos que escreveram. Novos despejos forçados foram executados, e o governo não honrou sua promessa de realojar 450 famílias que haviam sido despejadas anteriormente. Prosseguiram as violações contra os direitos humanos de cidadãos congoleses expulsos de Angola.

Informações gerais

Um projeto de lei que tipificava os crimes cibernéticos e que foi criticado pela sociedade civil por apresentar riscos à liberdade de expressão e de informação foi retirado da pauta no mês de maio. No entanto, ainda havia preocupação de que o projeto fosse apresentado novamente ou de que suas disposições fossem incorporadas ao novo Código Penal que está sendo revisado.

No decorrer de todo o ano, manifestações contrárias ao governo pediram a renúncia do Presidente. Em setembro, uma manifestação acabou em violência depois que indivíduos suspeitos de pertencerem aos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado infiltraram-se na multidão e, segundo informações, cometeram atos de vandalismo contra a propriedade e agrediram diversas pessoas, inclusive jornalistas. Vários manifestantes foram presos.

Em setembro, o governo provincial de Luanda emitiu um regulamento indicando em que áreas poderiam ocorrer reuniões e manifestações. A Praça da Independência, onde se realizou a maioria dos protestos contra o governo durante o ano, foi excluída.

Em junho, o parlamento aprovou uma lei de combate à violência doméstica.

Em julho, o Presidente inaugurou a primeira etapa do projeto Cidade do Kilamba, que compreenderá 20 mil novos apartamentos, 14 escolas, 1 hospital e 12 postos de saúde. No decorrer do ano, outros planos foram anunciados para a construção de moradias populares em várias partes do país.

Em agosto, no aeroporto de Luanda, agentes da imigração recusaram a entrada em Angola de delegados de diversas organizações da sociedade civil que participariam do Fórum da Sociedade Civil da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), programado para acontecer na mesma época da Cúpula dos Chefes de Estado da SADC. Havia sido combinado, anteriormente, que seus vistos seriam concedidos no momento de sua chegada ao aeroporto. Também foi recusada a entrada de dois jornalistas moçambicanos que iriam cobrir a Cúpula e que possuíam vistos válidos.

Em novembro, parlamentares do partido de oposição abandonaram o debate sobre um novo Pacote Legislativo Eleitoral para as eleições gerais de 2012. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) declarou que as disposições do pacote eram inconstitucionais. Em dezembro, foi aprovada a nova lei orgânica da Comissão Nacional Eleitoral.

Despejos forçados

Prosseguiram os despejos forçados, embora em escala menor do que em anos anteriores, e milhares de pessoas ainda corriam o risco de serem despejadas à força. Alguns dos despejos planejados foram suspensos. Milhares de famílias despejadas à força em anos anteriores continuaram sem receber indenização.

Em junho, o governo anunciou que mais de 450 famílias em Luanda, cujas casas haviam sido demolidas entre 2004 e 2006, seriam realojadas a partir de setembro. Até o fim do ano, o processo não havia iniciado.

As demolições programadas no bairro Arco Íris, na área central da cidade de Lubango, foram canceladas em agosto pelo governador da província de Huíla devido às condições inadequadas da área onde aproximadamente 750 famílias seriam reassentadas. Em junho, as famílias receberam ordens para deixar suas casas no prazo de um mês; depois, esse prazo foi estendido por mais um mês. Também receberam

a oferta de terra numa área isolada, distante 14 km da cidade.

■ Em agosto, segundo relatos, funcionários municipais protegidos por agentes armados das polícias nacional e militar, despejaram à força 40 famílias que viviam no bairro Km 30, município de Viana, em Luanda, depois que a terra teria sido vendida a uma empresa privada. Segundo a SOS-Habitat, uma organização local de defesa do direito à moradia, os funcionários destruíram as casas e os pertences de todos os moradores que não se encontravam no local. Firmino João Rosário, conforme informações, foi morto a tiros pela polícia ao tentar impedir as demolições. Outro morador, Santos António, teria levado um tiro na mão.

■ Em outubro, membros dos Serviços Comunitários da Administração Municipal de Lubango, sob proteção da Polícia Nacional, demoliram 25 casas de famílias que viviam no bairro da Tchavola, em Lubango, província de Huíla. Os despejos foram executados pela polícia com uso de força excessiva e prisões arbitrárias. Todas as pessoas detidas foram soltas no mesmo dia. As casas demolidas pertenciam a famílias realojadas naquele local depois de terem sido despejadas à força, a partir de março de 2010, para dar lugar à expansão da linha férrea.

Forças policiais e de segurança

A polícia conduziu suas funções de modo partidário, especialmente durante algumas das manifestações contrárias ao governo. Para dispersar os manifestantes, os policiais usaram força excessiva, inclusive munição real, cães e *sprays* irritantes para os olhos, além de efetuarem prisões e detenções arbitrárias.

■ Em setembro, a polícia usou munição real durante um protesto de moto-táxis na cidade de Kuito, província de Bie. Dois manifestantes morreram depois de serem atingidos por tiros na cabeça e nas costas, e outros seis ficaram feridos. Os motoristas protestavam contra o abuso de poder da polícia, a quem acusaram de confiscar as motocicletas de indivíduos que trabalhavam de forma legal na província, e de prender arbitrariamente e de praticar maus-tratos contra diversos motoristas de moto-táxi durante uma operação que visava a controlar sua atividade. Ao que parece, nenhum policial foi levado à Justiça pelo uso de força excessiva ou pelos homicídios ilegais.

Houve diversos casos em que policiais, fora de seu horário de serviço, foram acusados de atirar contra

pessoas e de matá-las. Até o fim do ano, na maior parte dos casos, os policiais não haviam sido levados à Justiça.

■ Em 12 de novembro, um policial fora do horário de serviço teria matado a tiros Francisco dos Santos com uma arma de uso da polícia, após ele ter tentado intervir para apartar uma briga entre dois adolescentes no bairro Rangel em Luanda. Segundo testemunhas oculares, um dos rapazes chamou seu pai, que era policial e que chegou ao local atirando, antes de fugir. Dois tiros atingiram Francisco dos Santos nas costas. No dia seguinte, ele faleceu no hospital. Até o fim do ano, não houve qualquer prisão referente ao incidente, e o policial acusado continuava em liberdade.

Liberdade de expressão – jornalistas

Os jornalistas enfrentaram crescentes restrições. Diversos profissionais foram brevemente detidos ou agredidos fisicamente pela polícia ou por agentes suspeitos de pertencerem aos serviços de segurança, além de terem seus pertences confiscados ou destruídos enquanto faziam a cobertura de manifestações contrárias ao governo. Dois jornalistas receberam sentenças de prisão por suposta difamação.

■ Em março, Armando Chicoca, correspondente da *Voice of America*, foi condenado por difamação e sentenciado a um ano de prisão. As acusações referiam-se a dois artigos que ele havia escrito sobre denúncias de assédio sexual e corrupção contra o presidente do Tribunal Provincial do Namibe. Em abril, Armando Chicoca foi posto em liberdade condicional mediante o pagamento de fiança enquanto aguarda o julgamento de um recuso.

■ Em outubro, William Tonet, diretor e proprietário do jornal *Folha 8*, foi condenado por difamação contra três generais do exército em 2007. Ele teria sido sentenciado a um ano de prisão – com pena suspensa por dois anos – e a pagamento de uma multa no valor de 10 milhões de kwanzas (mais de 100 mil dólares). William Tonet recorreu da sentença; porém, até o fim do ano, seu apelo ainda não havia sido julgado.

Liberdade de reunião

A liberdade de reunião foi restringida por todo o país. Em algumas circunstâncias, a polícia usou força excessiva, inclusive cães e armas de fogo, para dispersar manifestações, prendendo manifestantes e jornalistas de modo arbitrário. Alguns foram soltos

sem acusações poucas horas ou dias depois de serem presos; dezenas de pessoas foram processadas por desobediência ou por resistência à autoridade.

■ Durante uma manifestação, em março, a polícia prendeu três jornalistas e 20 manifestantes, alegando tratar-se de precaução contra "consequências incalculáveis". Depois de algumas horas, eles foram soltos sem acusações. Manifestantes também foram presos em maio, em setembro e em outubro. Em 9 de setembro, a polícia utilizou cães para dispersar centenas de pessoas que se reuniram diante de um tribunal em que 21 pessoas estavam sendo julgadas por participarem de uma manifestação ocorrida seis dias antes. Outras 27 pessoas foram presas e acusadas de atacar as forças de segurança. Em 19 de setembro, o caso foi arquivado por falta de provas. Porém, 18 das 21 pessoas julgadas foram condenadas, em 12 de setembro, por desobediência, resistência e delitos corporais. No dia 14 de outubro, o Tribunal Supremo revogou as 18 condenações e as pessoas foram libertadas.

Prisioneiros de consciência e possíveis prisioneiros de consciência

Apesar de a lei com base na qual foram acusados ter sido revogada em dezembro de 2010, 33 integrantes da Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protectorado da Lunda Tchokwe (CMJSP-Lunda) permaneceram detidos sem julgamento até março, quando o Tribunal Supremo ordenou que fossem soltos. Eles não receberam qualquer compensação pelo tempo que permaneceram detidos ilegalmente.

Dois outros membros da Comissão, Mário Muamuene e Domingos Capenda, detidos em outubro de 2010, foram sentenciados, em março, a um ano de prisão por rebelião. Embora sua sentença tenha expirado em outubro, eles continuaram encarcerados. Junto com outros cinco presos – Sérgio Augusto, Sebastião Lumani, José Muteba, António Malendeca e Domingos Henrique Samuja – eles entraram em greve de fome nos meses de março e outubro a fim de protestar contra sua contínua detenção e as precárias condições prisionais.

Direitos dos migrantes

Segundo a organização Comitê Internacional pelo Desenvolvimento dos Povos (Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli, CISP), pelo menos 55 mil

cidadãos da República Democrática do Congo foram expulsos de Angola durante o ano. Desses, pelo menos 6 mil relataram terem sofrido violência sexual. Ninguém foi responsabilizado pelos abusos dos direitos humanos cometidos durante as expulsões de imigrantes congoleses de Angola nos últimos anos. Após uma visita a Angola em março, a representante especial do secretário-geral da ONU para questões de violência sexual nos conflitos manifestou preocupação com as constantes denúncias de violência sexual contra imigrantes congoleses por parte das forças armadas angolanas durante as expulsões. O ministro angolano das Relações Exteriores negou a veracidade dos relatos. Em novembro, a representante especial apelou aos governos de Angola e da República Democrática do Congo para que tais denúncias fossem investigadas e para que os responsáveis fossem levados à Justiça. Em dezembro, o ministro das Relações Exteriores afirmou que o governo estabelecerá uma ação coordenada com a ONU para a expulsão dos cidadãos estrangeiros do país.

Visitas/relatórios da AI

✈ Apesar de as autoridades seguirem afirmando que vistos para Angola jamais foram negados à Anistia Internacional, as solicitações feitas em outubro de 2008, outubro de 2009 e novembro de 2010 ainda não haviam sido concedidas.

📄 Angola to forcibly evict hundreds of families (PRE01/414/2011)

ARÁBIA SAUDITA

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

Chefe de Estado e de governo:	Rei Abdullah bin Abdul Aziz al Saud
Pena de morte:	retencionista
População:	28,1 milhões
Expectativa de vida:	73,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	21 por mil
Taxa de alfabetização:	86,1 por cento

Protestos inspirados nos eventos ocorridos em outros lugares da região foram violentamente reprimidos, e centenas de pessoas que protestaram ou que ousaram pedir por reformas foram presas; algumas

processadas com base em acusações de ordem política e relacionadas à segurança. Milhares de pessoas suspeitas de crimes vinculados à segurança permaneceram na prisão. O sistema de justiça e as informações sobre detidos, inclusive prisioneiros de consciência, permaneceram envoltos em segredo, embora tenha ficado evidente que tortura e julgamentos flagrantemente injustos continuavam a ocorrer. Penas cruéis, desumanas e degradantes, particularmente açoitamento, continuaram a ser impostas e executadas. Mulheres e meninas enfrentaram forte discriminação na lei e na prática, bem como violência; campanhas crescentes pelos direitos das mulheres resultaram em prisões e também em pequenos avanços. Trabalhadores migrantes estrangeiros continuaram a ser explorados e agredidos por seus empregadores, em geral com impunidade. Pelo menos 82 prisioneiros foram executados, um aumento significativo com relação aos dois últimos anos.

Informações gerais

O governo respondeu aos protestos pró-reforma, organizados do início de 2011, ampliando os benefícios sociais em uma cifra informada de cerca de US\$ 127 bilhões. Porém, protestos esporádicos continuaram a ocorrer, particularmente por parte de muçulmanos xiitas na Província Oriental, que alegavam discriminação e pediam a libertação de presos políticos. Em 5 de março, o Ministério do Interior reafirmou a total proibição de manifestações públicas, e uma grande mobilização das forças de segurança, combinada com ameaças, impediu o “Dia de Fúria” planejado pelos defensores da reforma para 11 de março. Ainda assim, centenas de pessoas foram presas em 2011 em conexão com os protestos, principalmente membros da minoria muçulmana xiita, ativistas pró-reforma e ativistas dos direitos das mulheres. Muitos foram liberados sem acusações.

Em 15 de março, o governo destacou 1.200 soldados sauditas, transportados em tanques e outros veículos blindados ao longo da ponte que liga a Arábia Saudita até Bahrein, para ajudar a reprimir os protestos pró-reforma naquele país; ao que parece, isso foi a convite da família real de Bahrein.

Segurança e combate ao terrorismo

Um novo projeto de lei antiterror foi discutido no Conselho (*Shura*), o órgão que assessora o Rei.

Porém, a lei não havia sido promulgada até o fim do ano. A versão do projeto de lei que vazou para a Anistia Internacional propunha a concessão de novos e amplos poderes ao já poderoso Ministério do Interior, bem como penas de prisão para qualquer pessoa que se considere ter criticado o Rei ou expressado oposição ao governo. A lei permitiria que suspeitos fossem detidos sem acusação nem julgamento, por tempo potencialmente indeterminado. Ao mesmo tempo, os processos e recursos dos acusados poderiam constituir-se em julgamentos injustos, mesmo que alguns crimes incorressem em pena de morte. O projeto também dava poderes ao ministro do Interior para ordenar escutas telefônicas e buscas domiciliares sem autorização judicial. A definição extremamente ampla de terrorismo expressa no projeto suscitou temores de que a lei possa ser utilizada para penalizar ou reprimir a expressão legítima de dissidência.

Milhares de suspeitos de crimes relacionados à segurança permaneceram detidos, muitos por períodos prolongados, sem acusação, apesar do limite legal de seis meses de detenção sem julgamento. Entre eles estavam opositores do governo que estão detidos há vários meses, ou mesmo anos, sem julgamento. Muitos dos presos por questões de segurança estão detidos há anos, sem serem julgados ou condenados, ou foram condenados por atos que não são reconhecidos internacionalmente como crime.

Suspeitos de crimes relacionados à segurança são geralmente mantidos incomunicáveis após a prisão e enquanto estão sob interrogatório; geralmente por meses, antes de receberem permissão para visitas familiares. Muitos são torturados ou sofrem outros maus-tratos. Em geral, ficam presos até as autoridades decidirem que eles não representam uma ameaça à segurança ou até se comprometerem a não se envolver em atividades de oposição. Alguns são liberados, mas logo detidos novamente; muitos são detidos sem acusação ou julgamento.

Continuou sendo impossível determinar, de maneira independente, o número de pessoas aprisionadas por crimes relacionados à segurança ou por suspeita de envolvimento em terrorismo. No entanto, alguns indícios da escala desse número foram evidenciados nas declarações dadas pelo governo em anos recentes. Em fevereiro, o ministro da Justiça anunciou que um Tribunal Penal

Especializado, em Riad, havia emitido veredictos preliminares em 442 casos envolvendo 765 suspeitos de crimes relacionados à segurança. Em abril, o Ministério do Interior afirmou que 5.831 detidos por questões de segurança haviam sido libertados nos últimos anos, inclusive 184 desde o início de 2011; que 5.080 detidos por crimes relacionados à segurança haviam sido interrogados e levados a julgamento, enquanto 616 ainda estavam sendo interrogados; que outros 1.931 haviam sido interrogados e poderiam ser encaminhados para o Tribunal Penal Especializado; e que 1.612 pessoas haviam sido condenadas por “crimes de terrorismo”. Além disso, o Ministério do Interior declarou que 486 pessoas condenadas por crimes relacionados à segurança haviam sido indenizadas por terem sido detidas por período superior ao de sua sentença.

Liberdade de expressão

A Lei de Imprensa e Publicações foi ampliada, em janeiro, para incluir publicações na internet, e ganhou novas emendas, em abril, intensificando as restrições à liberdade de expressão. Defensores dos direitos humanos, defensores pacíficos de mudanças políticas, membros de minorias religiosas e outros que pediam por reformas estavam entre os detidos sem acusação ou julgamento, ou condenados após julgamentos injustos, nos quais não tiveram representação legal.

■ Abdul Aziz al-Wuhaibi e outros seis homens foram presos em 16 de fevereiro, uma semana depois de solicitarem, juntamente com outras pessoas, o reconhecimento legal do Partido Islâmico Umma. Caso reconhecido, esse seria o primeiro partido político da Arábia Saudita. Eles foram mantidos praticamente incomunicáveis, na prisão de Al Hair, e foram pressionados a renunciar a suas atividades políticas; posteriormente, cinco deles foram libertados, mas Abdul Aziz al-Wuhaibi, que se recusou a fazer tal renúncia, foi acusado e sentenciado a sete anos de prisão, em setembro, após um julgamento flagrantemente injusto. Entre outras acusações, ele foi processado por “desobedecer ao governante” da Arábia Saudita.

■ O xeique Tawfiq Jaber Ibrahim al-Amer, um clérigo xiita, foi preso em fevereiro após clamar por reformas políticas em um sermão. Ele foi mantido incomunicável por uma semana e então libertado. Em 3 de agosto, foi preso novamente e acusado de “incitar a opinião

pública”, depois de persistir em apelar por reformas.

■ O prisioneiro de consciência Mohammed Saleh al-Bajady, um empresário e cofundador da Associação Saudita de Direitos Civis e Políticos, uma ONG de direitos humanos, foi preso um dia depois de participar de um protesto em frente ao Ministério do Interior, em Riad, em 20 de março. Ele foi supostamente acusado por criar a Associação, por ferir a reputação do Estado e por possuir livros proibidos. Ele foi processado, mas seus advogados de defesa não tiveram permissão de contatá-lo nem de examinar seu processo.

■ Fadhel Maki al-Manasif, um ativista de direitos humanos e defensor dos direitos da minoria muçulmana xiita, foi preso em 1º de maio e mantido incomunicável até 22 de agosto, quando foi libertado. Ele foi detido novamente, em 2 de outubro, por intervir quando a polícia prendeu dois homens idosos. Em 10 de outubro, ele recebeu permissão para telefonar à família, mas, depois disso, não foi mais autorizado a ver ou ligar para sua família ou advogado, suscitando temores de que ele pudesse estar sendo submetido à tortura.

■ Em novembro, 16 homens, entre os quais nove proeminentes reformistas que haviam tentado fundar uma associação de direitos humanos, foram condenados – mediante um julgamento flagrantemente injusto – a penas que variam de 5 a 30 anos de prisão, pelo Tribunal Penal Especializado criado para lidar com casos relativos a terrorismo. Eles foram condenados por crimes que incluíam a formação de uma organização secreta, a tentativa de tomar o poder, o incitamento contra o Rei, o financiamento do terrorismo e a lavagem de dinheiro. Vários deles já estavam detidos havia três anos e meio, sem acusação, tendo sido interrogados sem a presença de seu advogado. Muitos haviam sido mantidos em confinamento prolongado em celas solitárias. Por vários meses, advogados e familiares não tiveram acesso a detalhes das acusações contra os homens e tiveram seu acesso negado a muitos dos procedimentos do julgamento, que, supostamente, começou em maio.

■ Firas Buqna e seus colegas Hussam al-Darwish e Khaled al-Rashid foram presos em 16 de outubro por causa da transmissão de um episódio de seu show *online* chamado “Estamos sendo enganados”, sobre a incidência da pobreza em Riad. Eles foram libertados duas semanas depois.

Repressão às diferenças de opinião

As autoridades reprimiram as tentativas de organizar manifestações, e quem tentou protestar foi preso e enfrentou outras formas de repressão.

■ Muhammad al-Wadani, professor, foi preso em uma passeata pró-reforma, em Riad, em 4 de março. Ao final do ano, acreditava-se que ele permanecia incomunicável, provavelmente na prisão de Al Hair.

■ Khaled al-Johani, única pessoa a comparecer ao esperado protesto do “Dia de Fúria” em Riad, em 11 de março, foi preso. Ao final do ano, ele continuava detido, acusado de apoiar um protesto e de comunicar-se com a imprensa estrangeira. Nos dois primeiros meses, ele foi mantido incomunicável em uma solitária, na prisão de Ulaysha, e pode ter sido torturado. Depois, foi transferido para a prisão de Al Hair, em Riad, onde teve acesso à sua família.

■ Rima bint Abdul Rahman al-Jareesh, um membro da Associação Saudita de Direitos Cívicos e Políticos, e Sharifa al-Saqaabi foram presos, juntamente com mais de uma dezena de outras pessoas, quando protestavam em frente ao Ministério do Interior, em 3 de julho. Eles estavam entre um grupo de quase 50 homens, mulheres e crianças que pediam pelo julgamento justo ou pela libertação de parentes do sexo masculino presos sem acusação ou julgamento – alguns dos quais estavam detidos já há 10 anos. Os manifestantes presos foram libertados após assinarem compromissos de que não protestariam novamente, mas Rima bint Abdul Rahman al-Jareesh e Sharifa al-Saqaabi foram mantidos por dois dias em uma prisão de Qasim, no norte de Riad. Eles haviam apoiado petições anteriores que pediam por reformas.

Centenas de muçulmanos xiitas foram presos após protestos na Província Oriental. A maioria foi libertada, mas alguns permaneceram detidos.

■ Hussain al-Yousef e Hussain al-Alq, colaboradores regulares de um *site* xiita voltado a discutir os problemas enfrentados por membros da minoria xiita da Arábia Saudita, estavam entre as 24 pessoas detidas em 3 e 4 de março, após a realização de protestos, na cidade de Al Qatif, contra o encarceramento prolongado de presos xiitas. A polícia chutou e agrediu pelo menos três dos manifestantes. Em 8 de março, eles foram libertados sem acusação, após assinarem compromissos de que não protestariam novamente. Hussain al-Yousef foi preso mais uma vez em 27 de março e mantido até 18 de julho, quando informou-se que ele estava

sofrendo de graves dores nas costas e mal conseguia andar.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar forte discriminação tanto na lei quanto na prática. Elas precisam obter a permissão de seu guardião masculino para viajar, para assumir um trabalho remunerado, para ter acesso ao Ensino Superior ou para casar. Nos tribunais, as provas apresentadas por elas têm menos peso do que as trazidas por homens. Estima-se que a violência doméstica contra as mulheres continue disseminada.

Mulheres uniram-se aos apelos por reformas e organizaram-se para promover os direitos das mulheres. Um grupo lançou uma campanha *on-line* denominada “Mulheres na Direção” (*Women2Drive*) e convocou as mulheres sauditas, com habilitação internacional para dirigir, a começarem a dirigir veículos nas estradas da Arábia Saudita a partir de 17 de junho. Segundo informações, um grande número de mulheres aderiu; algumas foram presas e obrigadas a assinar compromissos de desistência. Pelo menos duas aguardavam julgamento. A ação, posteriormente, tornou-se parte de uma nova e mais abrangente campanha pelos direitos das mulheres, sob o *slogan* “Meu direito, minha dignidade”.

Em setembro, o Rei anunciou que, a partir de 2015, as mulheres terão o direito de votar e de candidatar-se em eleições municipais – a única eleição pública do país – e o direito de serem indicadas ao Shura.

■ Manal al-Sharif, uma consultora em segurança de informática, foi presa em 22 de maio, um dia depois que a polícia a parou enquanto dirigia, acompanhada por seu irmão, na cidade de Al Khobar. Ela também havia postado, em 19 de maio, no site da campanha “Mulheres na Direção”, um vídeo de si mesma dirigindo. Ela foi libertada 10 dias depois.

■ Em 27 de setembro, Shaimaa Jastaniyah foi condenada a 10 chibatadas, em Jeddah, após dirigir um carro. A condenação foi confirmada pelo mesmo tribunal que a impôs. No final do ano, um recurso tramitava contra a sentença.

Direitos dos migrantes

Trabalhadores migrantes continuaram a enfrentar exploração e abusos por parte de empregadores privados e estatais, e as vítimas receberam pouca ou nenhuma

reparação. Abusos típicos incluíram longas horas de trabalho, não pagamento de salários e violência, particularmente contra as mulheres trabalhadoras domésticas. Muitas vezes, as que fugiam dos empregadores que as exploravam acabavam enfrentando condições piores no mercado de trabalho ilegal.

■ Em um caso raro, a empregadora de Sumiati binti Salan Mustapa, denunciada por ferir com cortes, queimaduras e espancamento, em 2010, sua empregada doméstica indonésia – a qual necessitou ser hospitalizada em razão dos ferimentos – foi condenada a quatro meses de prisão, em outubro. No entanto, em seguida foi libertada com base no tempo já cumprido do período de detenção.

Tortura e outros maus-tratos

Foram recebidas novas denúncias de tortura e de outros maus-tratos, um padrão de abuso que se acredita ainda ser comum entre interrogadores que procuram extrair “confissões” de suspeitos.

■ Um detido xiita, cuja identidade é omitida para sua segurança, disse à Anistia Internacional que foi torturado por 10 dias até concordar em assinar uma “confissão”. Ele foi mantido com os braços erguidos por longos períodos de tempo, agredido com um cabo elétrico, atingido no rosto, nas costas e no estômago, e ameaçado de ser submetido à violência sexual por outros prisioneiros.

Penas cruéis, desumanas e degradantes

O açoitamento foi uma pena imposta rotineiramente pelos tribunais e executada como pena principal ou adicional. Mais de 100 homens e mulheres foram condenados a açoitamento.

■ Em dezembro, a Suprema Corte confirmou as sentenças de seis homens beduínos, condenados por “roubo em estradas”, de “amputação cruzada” de suas mãos direitas e pés esquerdos. Todos os seis foram julgados perante um tribunal, em Riad, em março de 2011, sem assistência ou representação jurídica. Há relatos de que um tribunal de recursos confirmou o veredicto em outubro.

■ Em Riad, em 23 de dezembro, Abdul Samad Ismail Abdullah Husawy, um cidadão nigeriano, teve sua mão direita amputada por roubo.

Pena de morte

O número de execuções cresceu de maneira acentuada, com pelo menos 82 pessoas executadas,

mais de três vezes do que o registrado em 2010.

Entre os executados estavam pelo menos cinco mulheres e 28 cidadãos estrangeiros. Havia ainda cerca de 250 prisioneiros sentenciados à morte, incluindo alguns condenados por delitos que não envolvem violência, tais como apostasia e feitiçaria. Muitos eram cidadãos estrangeiros, condenados por crimes relacionados ao tráfico de drogas em julgamentos totalmente injustos.

■ Ruwayti Beth Sabutti Sarona, uma cidadã da Indonésia, segundo informações, foi decapitada, em 18 de junho, após ser condenada pelo assassinato de seu empregador. Nem sua família nem o governo da Indonésia foram notificados de sua execução com antecedência.

■ Dois irmãos sauditas, Muhammad Jaber Shahbah al-Jaid e Saud Jaber Shahbah al-Jaid, foram executados em 30 de julho. Eles foram condenados à morte em 1998, por homicídio. Não tiveram acesso a um advogado no julgamento original, e Saud Jaber Shahbah al-Jaid teria supostamente confessado sob coação, quando as autoridades prenderam seu pai idoso para pressioná-lo. Segundo relatos, suas famílias não foram notificadas das execuções iminentes.

■ Abdul Hamid bin Hussain Bin Moustafa al-Fakki, um cidadão sudanês, foi decapitado em Medina, em 19 de setembro. Ele havia sido preso em 2005, quando foi acusado e condenado por feitiçaria após ter supostamente concordado em lançar um feitiço a pedido de um homem que trabalhava para a polícia religiosa. Ele teria sido agredido sob detenção e forçado a “confessar” a feitiçaria. Segundo consta, sua família não foi notificada da sua execução com antecedência nem teve permissão para repatriar seu corpo ao Sudão.

Visitas/relatórios da AI

🚗 O governo continuou a proibir visitas da Anistia Internacional.

Funcionários da Embaixada da Arábia Saudita para o Reino Unido reuniram-se com representantes da Anistia Internacional, em julho, para reclamar da publicação do projeto de lei antiterror feita pela organização.

📄 Saudi Arabia: Repression in the name of security (MDE 23/016/2011)

📄 Surge in executions in Saudi Arabia (MDE 23/025/2011)

📄 Proposed Saudi Arabian anti-terror law would strangle peaceful protest (PRE01/357/2011)

📄 Amnesty International website “blocked in Saudi Arabia” (PRE01/364/2011)

📄 Saudi Arabia executes man convicted of “sorcery” (PRE01/466/2011)

📄 Flogging sentence for Saudi Arabian woman after driving “beggars belief” (PRE01/486/2011)

ARGENTINA

REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe de Estado e de governo:	Cristina Fernández
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	40,8 milhões
Expectativa de vida:	75,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	14,1 por mil
Taxa de alfabetização:	97,7 por cento

Houve progressos significativos nas investigações e nos processos judiciais por violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. Povos indígenas foram ameaçados com a expulsão de suas terras tradicionais. O acesso a abortos legais continuou difícil.

Informações gerais

A presidenta Cristina Fernández foi reeleita em outubro. O partido do governo controlaria as duas casas do Congresso pelos próximos dois anos.

Em abril, o crime de desaparecimento forçado foi incorporado ao Código Penal, conforme recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso de Iván Eladio Torres Millacura, desaparecido em 2003.

Em outubro, a Argentina ratificou o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em abril, após sua visita à Argentina, a relatora especial da ONU sobre o direito à moradia adequada manifestou preocupação com o número crescente de expulsões violentas que atingem moradores de assentamentos informais, camponeses e povos indígenas.

Direitos dos povos indígenas

Comunidades indígenas continuaram sendo ameaçadas de expulsão, apesar de tais ações estarem totalmente proibidas até novembro de 2013, quando um estudo nacional dos territórios indígenas será concluído. Após sua visita à Argentina em novembro, o relator especial da ONU sobre povos indígenas manifestou preocupação com o número de despejos forçados, com a não existência de qualquer proteção aos direitos de posse da terra e com a necessidade de haver um mecanismo de consulta às comunidades sobre os projetos que as afetam.

■ Em maio, cinco meses de protestos, no centro de Buenos Aires, chegaram ao fim quando o governo nacional finalmente reuniu-se com a comunidade indígena Toba Qom de La Primavera, na província de Formosa. O governo concordou em garantir a segurança da comunidade e em dar início a um diálogo para tratar dos seus direitos a terra, entre outros. No entanto, a família do líder comunitário Félix Díaz continuou a ser ameaçada e hostilizada. As acusações contra ele relacionavam-se a uma ação violenta da polícia para dispersar o bloqueio de uma estrada pela comunidade, em novembro de 2010, quando três pessoas morreram, entre elas um policial.

■ Em novembro, Cristian Ferreyra, liderança da comunidade indígena Lule Vilela de San Antonio, província de Santiago del Estero, foi morto a tiros. Ele estava engajado na defesa das terras tradicionais da comunidade contra o desmatamento e a expansão das plantações de soja.

■ Em agosto, um tribunal da província de Tucumán ordenou a suspensão das tentativas de despejo da comunidade indígena Quilmes de Colalao del Valle até que se conclua os procedimentos que estão em curso para determinar a propriedade da área em que a comunidade vivia. A comunidade tem enfrentado ameaças constantes de expulsão.

Justiça e impunidade

Houve progressos significativos no sentido de assegurar a condenação dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos ocorridas sob o regime militar (1976-1983).

■ Em outubro, o ex-capitão da marinha Alfredo Astiz e outras 15 pessoas receberam sentenças que variam entre 18 anos de prisão e prisão perpétua por sua participação em 86 crimes contra a humanidade cometidos em um centro de detenção secreta de uma escola naval em Buenos Aires, a Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA). Sob o regime militar, centenas de pessoas foram sequestradas e encarceradas na ESMA, algumas sendo mortas por meio de tortura e outras por serem arremessadas do alto de aeronaves.

■ Em abril, o ex-general Reynaldo Bignone e o político e ex-policial Luis Abelardo Patti foram sentenciados à prisão perpétua por diversos casos de homicídio, sequestro e tortura, executados na cidade de Escobar durante a década de 1970.

■ Em maio, oito ex-soldados foram sentenciados à prisão perpétua pelo massacre de Margarita Belén, ocorrido em 1976, na província do Chaco, quando 22 presos políticos foram torturados e executados.

■ Em maio, os ex-gerais Luciano Benjamín Menéndez e Antonio Domingo Bussi foram considerados, na condição de comandantes superiores, "partícipes necessários" em atos de violência de gênero contra mulheres detidas no centro de detenção secreta de Villa Urquiza, província de Tucumán, na década de 1970, bem como no "estupro agravado em grau reiterado" de uma jovem de 19 anos. Antonio Domingo Bussi faleceu no mês de novembro enquanto se encontrava em prisão domiciliar.

Tortura e outros maus-tratos

Em fevereiro, surgiram imagens gravadas em 2010, em um telefone celular, da tortura de dois internos por agentes prisionais da penitenciária de San Felipe, na província de Mendoza. Os presos Matías Tello e Andrés Yacante, que os policiais suspeitam terem divulgado as imagens, receberam ameaças e tiveram que ser transferidos para a penitenciária de Almafuerite, onde denunciaram terem sido torturados. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça.

Direitos sexuais e reprodutivos

As mulheres continuaram tendo dificuldade de acesso a abortos legais.

■ Em abril, o Comitê de Direitos Humanos da ONU proferiu uma sentença contrária à Argentina em razão de o país ter impossibilitado que uma jovem de 19 anos, com problemas mentais, estuprada por seu tio em 2006, tivesse acesso a um aborto legal. O órgão concluiu que o fato de o Estado não ter garantido seu direito de interromper a gravidez causou-lhe sofrimento físico e moral. O Comitê ordenou que o Estado argentino indenizasse a jovem e tomasse as medidas necessárias para evitar violações similares no futuro.

Uso excessivo da força

Em julho, a polícia usou força excessiva para remover 700 famílias de uma propriedade privada no município de Libertador San Martín, na província de Jujuy. Quatro pessoas, entre elas um policial, foram mortas e pelo menos 30 ficaram feridas. O policial responsável pela operação foi exonerado do cargo e o secretário provincial de Segurança e Justiça renunciou.

BOLÍVIA

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Chefe de Estado e de governo:	Evo Morales Ayma
Pena de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	10,1 milhões
Expectativa de vida:	66,6 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	51,2 por mil
Taxa de alfabetização:	90,7 por cento

Dezenas de pessoas ficaram feridas quando a polícia dispersou um acampamento montado por manifestantes indígenas durante uma passeata até La Paz, para protestar contra os planos de construção de uma estrada que atravessaria um território indígena protegido. Houve condenações relativas aos eventos de 2003, conhecidos como "Outubro Negro".

Informações gerais

A tensão social intensificou-se durante o ano, em meio a constantes protestos por questões econômicas e direitos indígenas.

Em março, o Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial acolheu positivamente uma legislação aprovada pelo Congresso em janeiro para combater a discriminação racial. Entretanto, o Comitê mostrou-se preocupado com a sua implementação, com a baixa representatividade de cidadãos indígenas nas instâncias decisórias, com o acesso deles à Justiça e com a falta de clareza a respeito de mecanismos que garantam a coordenação e a cooperação com o sistema de justiça comum na nova Lei de Delimitação Jurisdicional.

Direitos dos povos indígenas

Em 25 de setembro, dezenas de pessoas ficaram feridas quando a polícia usou gás lacrimogênio e cassetetes para desfazer um acampamento temporário montado por manifestantes indígenas próximo a Yucumo, departamento de Beni. Eles participavam de uma marcha de aproximadamente 580 quilômetros de Trinidad, no departamento de Beni, até a capital La Paz, para protestar contra os planos do governo de construir uma estrada que atravessaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), em violação às garantias constitucionais que preveem uma consulta prévia

com os povos indígenas afetados, bem como em violação às leis de proteção do meio ambiente. A polícia prendeu centenas de manifestantes indígenas, levando-os até as localidades de San Borja e Rurrenabaque a fim de que fossem transportados de avião pelos militares até o local onde viviam.

O governo afirmou que a estrada traria desenvolvimento econômico. Porém, os manifestantes indígenas disseram que ela tornaria a área acessível à indústria extrativista, incentivando o desmatamento e a produção de coca. A repressão policial motivou a renúncia dos ministros da Defesa e do Interior e provocou protestos por todo o país.

Em outubro, o projeto foi cancelado pelo Presidente Morales. Em novembro, um juiz determinou a prisão domiciliar do subcomandante da Polícia Nacional por ter supostamente ordenado a operação policial de Yucumo. Investigações criminais sobre as ações da polícia ainda transcorriam no final do ano.

Impunidade

Indivíduos responsáveis por violações graves de direitos humanos, cometidas no período anterior ao restabelecimento da democracia em 1982, tais como desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, continuaram a evadir a Justiça.

Até o fim do ano, as forças armadas ainda não haviam entregado ao ministério público informações referentes a violações cometidas no passado, apesar de a Corte Suprema ter expedido uma ordem, em abril de 2010, requisitando que tais informações fossem tornadas públicas. O governo não tomou qualquer iniciativa para que as informações fossem reveladas.

■ Em agosto, a Corte Suprema condenou sete oficiais de alta patente por sua participação nos eventos conhecidos como "Outubro Negro", que deixaram 67 pessoas mortas e mais de 400 feridas durante os protestos ocorridos em El Alto, próximo a La Paz, no final de 2003. Pela primeira vez, um julgamento de militares acusados de violações dos direitos humanos foi concluído em um tribunal civil. Cinco ex-militares receberam penas que variavam entre 10 e 15 anos de prisão, enquanto dois ex-ministros foram sentenciados a três anos de prisão. Ao final do ano, o ex-presidente Gonzálo Sánchez de Lozada e dois de seus ex-ministros, que fugiram para os EUA logo após a violência, enfrentavam processos de extradição.

Depois deles, outros ministros fugiram para o Peru e para a Espanha.

■ Quatro militares que estavam sendo investigados pela tortura de um recruta em 2009, na localidade de Challapata, departamento de Oruro, foram soltos em abril depois que um juiz anulou as acusações contra eles. Em julho, a Corte Superior do Distrito de Oruro revogou a decisão do juiz e determinou que os procedimentos judiciais prosseguissem sob competência civil. No fim do ano, o julgamento ainda não havia começado. Um vídeo mostrando o recruta sendo repetidamente submerso na água pelos militares, gravado em 2009, veio à tona em 2010.

■ Em setembro, um juiz revogou as acusações contra cinco membros da Polícia Nacional acusados de envolvimento na dispersão de um grupo de manifestantes que havia montado uma barricada em uma estrada da província de Caranavi, em maio de 2010, durante a qual duas pessoas morreram e pelo menos 30 ficaram feridas. No fim do ano, o ministério público ainda estava considerando se apresentaria novas acusações.

■ Apesar de atrasos, prosseguiram os processos judiciais relacionados ao massacre de 2008, em Pando, no qual 19 pessoas, a maioria *campesinos*, foram mortas e 53 ficaram feridas.

Tortura e outros maus-tratos

Em fevereiro, Gróver Beto Poma Guanto morreu em um hospital dois dias depois de ter sido espancado pelos instrutores da escola de treinamento militar *Côndores de Bolívia* (ESCOBOL), em Sanandita, departamento de Tarija. No fim do ano, três militares ainda eram investigados por participação no caso. Entretanto, apesar dos reiterados apelos para que o caso fosse transferido para a competência civil, as investigações continuaram a cargo do sistema de justiça militar, que não conta nem com independência nem com imparcialidade.

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:	Dilma Rousseff (sucedeu Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro)
Pena de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	196,7 milhões
Expectativa de vida:	73,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	20,6 por mil
Taxa de alfabetização:	90 por cento

Apesar de avanços importantes em termos de políticas de segurança pública, os agentes de aplicação da lei continuaram a usar a força de modo excessivo e a praticar torturas e execuções extrajudiciais. Grupos de extermínio e milícias continuam a causar preocupação. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e outros maus-tratos foram registrados nos sistemas penitenciários adulto e juvenil, assim como em carceragens das delegacias de polícia. Nas áreas rurais, conflitos por terras resultaram no assassinato de diversos ativistas rurais e ambientais. Pistoleiros contratados por proprietários de terras continuaram a atacar comunidades indígenas e quilombolas com impunidade. Milhares de pessoas foram despejadas à força para dar lugar à instalação de grandes obras de infraestrutura.

Informações gerais

Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil, tomou posse em 1º de janeiro prometendo alavancar o desenvolvimento e erradicar a pobreza extrema. Apesar do forte crescimento econômico e das melhoras registradas com relação à maioria dos indicadores sociais e econômicos na última década, mais de 16,2 milhões de brasileiros ainda vivem com menos de 70 reais por mês, de acordo com os dados do último censo. Em junho, o governo federal lançou um plano nacional para erradicar a pobreza extrema em um prazo de quatro anos. No decorrer de 2011, sete ministros foram forçados a renunciar em meio a denúncias de corrupção envolvendo o mau uso de recursos públicos.

O novo governo prometeu que sua política exterior seria pautada pela agenda dos direitos humanos. Em março, o Brasil apoiou a criação de uma Relatoria Especial das Nações Unidas sobre a situação dos

direitos humanos no Irã; porém, em novembro, o País foi criticado por se abster de votar uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando os abusos dos direitos humanos na Síria. Ao contrário do que prometeu na ocasião de sua eleição para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil recusou-se a acatar as medidas cautelares relativas ao projeto da hidrelétrica de Belo Monte determinadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Grandes projetos de infraestrutura empreendidos como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuaram a pôr em risco povos indígenas, comunidades de pescadores, pequenos agricultores e comunidades urbanas marginalizadas.

Em janeiro, enchentes e deslizamentos de terra devastaram a região serrana do Rio de Janeiro. Mais de 800 pessoas morreram, a maioria nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, e mais de 30 mil ficaram desabrigadas. As inundações foram seguidas de uma série de denúncias de corrupção envolvendo o desvio de dinheiro público destinado às operações de socorro. Alguns moradores que haviam ficado desabrigados durante as enxurradas que atingiram o Rio de Janeiro e Niterói em 2010 ainda estavam vivendo em condições precárias enquanto esperavam que moradias adequadas fossem providenciadas.

Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por unanimidade que, perante a lei, os direitos de casais do mesmo sexo em uma união estável são equivalentes aos direitos dos casais heterossexuais.

Violações dos direitos humanos cometidas no passado

Em 18 de novembro, a presidenta Dilma Rousseff ratificou uma lei que limita a 50 anos o período em que segredos de Estado podem ser mantidos, e criou uma Comissão da Verdade para investigar violações dos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. A Comissão, que será composta por sete integrantes designados pela Presidenta, terá um prazo de dois anos para concluir seus trabalhos antes de apresentar seu relatório. Tais reformas são um avanço importante no sentido de permitir que o País enfrente a impunidade. Temia-se, porém, que algumas condições pudessem comprometer o resultado do trabalho da Comissão. A principal preocupação era se a Lei da Anistia de 1979, cujas interpretações

anteriores incluíam no escopo da lei os responsáveis por crimes contra a humanidade, impediria a abertura de ações judiciais criminais contra indivíduos apontados no decorrer do processo como responsáveis por tais crimes.

Segurança pública

Diante dos elevados índices de crimes violentos, as práticas de aplicação da lei continuaram a se caracterizar por discriminação, corrupção, abusos dos direitos humanos e pelo caráter militar das operações policiais. As prometidas reformas na segurança pública foram prejudicadas por cortes drásticos no orçamento e por falta de vontade política.

Alguns estados direcionaram seus investimentos a projetos de segurança específicos, como o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, o projeto Fica Vivo, em Minas Gerais, e o Pacto pela Vida, em Pernambuco. No fim de 2011, 18 UPPs haviam sido implantadas na cidade do Rio de Janeiro. Em novembro, a fim de preparar o terreno para a instalação de novas unidades, uma operação policial e militar de grandes proporções foi deflagrada na zona sul da capital com a intenção de livrar as favelas da Rocinha e do Vidigal das gangues criminosas. Embora as UPPs constituam um avanço importante no sentido de que se afastam das práticas policiais baseadas em confrontações violentas, investimentos de maior alcance em serviços sociais para as comunidades que vivem em situação de pobreza ainda precisam ser feitos. Além disso, uma reforma geral do sistema de segurança, que incluía formação policial, aprimoramento da inteligência e controle externo, continua sendo extremamente necessária. Denúncias de uso excessivo da força e de corrupção em algumas unidades são indícios da falta de mecanismos de supervisão eficazes para monitorar a presença das UPPs nas comunidades.

As comunidades socialmente excluídas continuaram a enfrentar a violência dos grupos criminosos, além de um policiamento abusivo que geralmente trata os moradores como supostos criminosos. Tal situação agrava sua exclusão social e mantém as comunidades afastadas dos serviços oferecidos pelo Estado, como educação, assistência médica e saneamento.

Entre janeiro e setembro, 804 pessoas foram mortas em circunstâncias descritas como "autos de

resistência" nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, ao passo que esse número reflete uma queda de 177 mortes em comparação com as assim categorizadas em 2010, o número de óbitos registrado pela polícia no mesmo período como mortes violentas "indeterminadas" aumentou.

■ No mês de julho, Juan Moraes, de 11 anos, desapareceu em meio a uma operação policial na comunidade do Danon, em Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro. Seu corpo foi encontrado mais tarde dentro do Rio Botas, em Belford Roxo, município da Baixada Fluminense. Um inquérito da Polícia Civil concluiu que o menino havia sido morto pela Polícia Militar e seu corpo removido do local por policiais. Quatro dos agentes envolvidos no homicídio já haviam sido implicados anteriormente em, pelo menos, 37 mortes registradas como "autos de resistência". Após o crime, a polícia adotou uma série de novas medidas, tais como a obrigatoriedade de investigações forenses e balísticas nas cenas do crime em casos registrados como "autos de resistência".

Medidas semelhantes foram adotadas pela polícia em São Paulo. Desde abril, todos os casos de homicídios cometidos por policiais na grande São Paulo são encaminhados ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Grupos de extermínio e milícias

Acredita-se que agentes policiais estejam envolvidos com grupos de extermínio e com milícias que praticam ações de limpeza social e extorsão, além de tráfico de armas e de drogas.

■ Em fevereiro, a Operação Guilhotina, da Polícia Federal, revelou a existência de uma rede de corrupção que se estendia aos mais altos cargos da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Quarenta e sete pessoas, a maioria das quais policiais ou ex-policiais, foram acusadas de formação de quadrilha armada, corrupção, tráfico de armas e extorsão.

■ Em fevereiro, no estado de Goiás, 19 policiais militares, inclusive o subcomandante-geral da Polícia Militar, foram presos acusados de participação em grupos de extermínio. Em junho, uma comissão especial que investigou o envolvimento de policiais com grupos de extermínio no estado divulgou um relatório em que analisa a suposta participação da polícia em 37 casos de desaparecimentos forçados. Após a divulgação do relatório, os próprios membros da comissão passaram a receber ameaças de morte.

Em São Paulo, um relatório elaborado pela Polícia Civil atribuiu 150 mortes ocorridas entre 2006 e 2010 à ação de grupos de extermínio que atuam nas zonas norte e leste da capital.

No Rio de Janeiro, as milícias continuam dominando extensas áreas da cidade, extorquindo dinheiro dos moradores mais pobres em troca de suposta proteção e controlando, ilegalmente, o fornecimento de serviços tais como transporte, gás e telecomunicações. A imposição desses serviços ilegais ou clandestinos põe em risco as comunidades vulneráveis. Aqueles que tentaram se opor à milícias sofreram ameaças, intimidações e violências.

■ Em agosto, a juíza Patrícia Acioli foi atingida por 21 tiros em frente a sua casa no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Ela vinha recebendo ameaças de morte motivadas por sua postura inflexível diante das milícias e da criminalidade policial. Dez policiais e o comandante do batalhão de São Gonçalo foram presos por envolvimento no assassinato e, no fim do ano, encontravam-se detidos aguardando julgamento.

■ Entre os meses de outubro e dezembro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, o deputado Marcelo Freixo, que havia presidido o inquérito sobre as milícias, recebeu 10 ameaças de morte.

Tortura e outros maus-tratos

A prática da tortura ainda predominava no momento da prisão, durante os interrogatórios e no período de detenção, tanto em delegacias de polícia quanto em penitenciárias de todo o país.

Condições prisionais

Em 2011, a população carcerária atingiu o número aproximado de 500 mil internos. Desses, 44 por cento estavam em detenção provisória, aguardando julgamento. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência entre os presos eram situações comuns.

Em outubro de 2011, foi enviado ao Congresso o tão esperado projeto de lei sobre a criação de um Mecanismo Preventivo Nacional (MPN) e de um Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), conforme requerido pelo Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. Até o fim do ano, três estados – Rio de Janeiro, Alagoas e Paraíba – haviam aprovado legislações para o estabelecimento de mecanismos preventivos

estaduais, e um deles, o Rio de Janeiro, havia iniciado sua implementação.

■ Em setembro, uma adolescente de 14 anos foi aliciada e levada até a Colônia Penal Heleno Frágoso, um presídio agrícola de regime semiaberto na região metropolitana de Belém, onde foi drogada e estuprada por quatro dias. Mais tarde, quando conseguiu escapar, ela contou à polícia que outras duas adolescentes estavam sendo prostituídas dentro da unidade. Trinta agentes penitenciários, inclusive o superintendente do sistema prisional, foram suspensos enquanto aguardam as conclusões de um inquérito. Após receber ameaças de morte, a menina, junto com outra adolescente que também havia sido estuprada na mesma unidade, teve que recorrer ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Na maioria dos estados brasileiros, um grande número de penitenciárias e de carceragens de delegacias de polícia encontra-se, efetivamente, sob o controle de grupos criminosos.

■ Em fevereiro, no estado do Maranhão, seis internos foram mortos – quatro dos quais decapitados – quando uma rebelião teve início para protestar contra a superlotação na Delegacia Regional do município de Pinheiro, onde 90 internos haviam sido colocados em uma cela com capacidade para 30 pessoas. Segundo a Ordem dos Advogados do Maranhão, com esses óbitos, o número total de indivíduos mortos sob detenção no estado desde 2007 chegou a 94.

Conflitos por terras

Povos indígenas e comunidades quilombolas

As comunidades indígenas continuaram sendo submetidas à discriminação, a ameaças e a violências em situações envolvendo disputas por terras. Em outubro, as preocupações aumentaram quando a Presidenta Rousseff expediu um decreto para facilitar o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos econômicos, visando, especialmente, aos projetos que afetam as terras de comunidades indígenas ou quilombolas (afrodescendentes).

No Mato Grosso do Sul, a situação continuava preocupante. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1.200 famílias estavam vivendo em condições extremamente precárias, acampadas à beira de rodovias, esperando pela restituição de suas terras. Os atrasos no processo de demarcação

expõem essas comunidades a um alto risco de violações dos seus direitos humanos.

■ Um grupo de homens armados vem ameaçando e atacando repetidamente uma comunidade de 125 famílias Guarani-Kaiowá em Pyelito Kue, depois que esses índios reocuparam suas terras tradicionais no município de Iguatemi, estado do Mato Grosso do Sul. Em setembro, homens armados chegaram em dois caminhões e começaram a atirar com balas de borracha, incendiando os barracos, espancando as pessoas e bradando ameaças enquanto a comunidade fugia em pânico. Diversas pessoas, inclusive crianças e idosos, ficaram gravemente feridas no ataque, que foi descrito pelo Ministério Público Federal como configurando genocídio e formação de milícias rurais.

■ Em novembro, 40 pistoleiros, muitos deles encapuzados, atacaram o acampamento de Guaiviry, próximo à fronteira com o Paraguai. Eles atiraram no cacique Nísio Gomes e levaram seu corpo em uma caminhonete. Até o fim do ano, o destino do líder indígena ainda era desconhecido.

Em fevereiro, três homens acusados do assassinato do líder Guarani-Kaiowá Marcos Veron foram condenados por sequestro, formação de quadrilha e tortura; porém, foram absolvidos da acusação de homicídio. No fim do ano, os três estavam em liberdade enquanto recorriam da sentença. Em fevereiro de 2003, Marcos Veron foi espancado até a morte dentro de terras indígenas ancestrais.

■ Em fevereiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu o licenciamento ambiental para o início das obras do projeto da hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará. Os povos indígenas e as comunidades locais protestaram contra os planos de construção da hidrelétrica, argumentando que o projeto afetará suas fontes de subsistência e que a licença foi concedida sem que um processo justo de consulta fosse conduzido com a população atingida. Em abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos requereu que o Brasil suspendesse o processo de licenciamento até que consultas livres, prévias e informadas fossem realizadas com os grupos afetados e até que medidas fossem implementadas para proteger a saúde e a integridade física dos mesmos. As autoridades federais responderam com a retirada de seu representante junto à OEA e com a suspensão das contribuições do País à Comissão, entre outras medidas.

Assassinatos em conflitos rurais

Ativistas rurais continuaram a ser ameaçados e assassinados em sua luta por acesso a terra, bem como por denunciarem atividades madeireiras e agropecuárias ilegais na região amazônica.

■ Em maio, o ativista ambiental José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo, foram mortos a tiros por pistoleiros no município de Ipixuna, estado do Pará. Eles denunciavam as atividades ilegais de madeireiros, fazendeiros e produtores de carvão da região. Em setembro, três homens foram presos por envolvimento nos assassinatos. Entretanto, as ameaças contra os familiares das vítimas e contra a comunidade prosseguem.

■ Em maio, o líder rural Adelino Ramos, sobrevivente do massacre de Corumbiara em 1995, foi morto a tiros em Vista Alegre do Abunã, localidade do município de Porto velho, em Rondônia. Adelino Ramos buscava chamar a atenção para as atividades dos madeireiros ilegais que operam na região de fronteiras entre os estados do Acre, Amazônia e Rondônia.

Depois dos assassinatos, a Comissão Pastoral da Terra entregou à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República uma lista com os nomes de outras 1.855 pessoas ameaçadas de morte em razão de conflitos agrários no País.

Conflitos violentos por terras foram registrados em vários estados das regiões Norte e Nordeste.

■ Em junho, 40 famílias do Assentamento Santo Antônio Bom Sossego e do Acampamento Vitória, no município de Palmeirante, estado de Tocantins, foram atacadas por pistoleiros que atiraram em direção ao acampamento e ameaçaram matar os ativistas rurais.

■ No Maranhão, moradores da comunidade quilombola de Salgado denunciaram que vêm sofrendo uma constante campanha de intimidações e hostilidades por parte de fazendeiros locais, que destruíram suas plantações, mataram suas criações, cercaram as fontes de água e fizeram ameaças de morte contra líderes da comunidade.

Moradia

Nos grandes centros urbanos brasileiros, projetos econômicos de grande escala, inclusive os que visam a preparar o país para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, estão deixando as comunidades que vivem na pobreza ainda mais vulneráveis, sob o risco de intimidações e remoções forçadas. Em abril, a relatora especial da ONU sobre

o direito à moradia adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação afirmou ter recebido denúncias de remoções envolvendo violações dos direitos humanos em cidades brasileiras tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal e Fortaleza.

■ Em fevereiro, funcionários da prefeitura, equipados com escavadeiras e acompanhados de guardas municipais, chegaram, sem aviso prévio, à comunidade de Vila Harmonia, no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro, uma das várias comunidades ameaçadas de despejo devido à construção do corredor expresso Transoeste. Segundo o relato dos moradores, os agentes municipais ordenaram que eles deixassem o local imediatamente, sem tempo suficiente para retirar os pertences de suas casas antes que fossem demolidas.

Em São Paulo, milhares de famílias foram ameaçadas de despejo para dar lugar a obras de infraestrutura urbana, tais como a construção do Rodoanel metropolitano; o alargamento das vias marginais do Rio Tietê; e a implantação de parques lineares junto a rios e córregos onde estão cerca de 40 por cento das favelas da capital. Os moradores atingidos pelos despejos reclamaram da falta de consulta e das indenizações insuficientes.

Defensores dos direitos humanos

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) funcionava plenamente em cinco estados – Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia – e estava em fase de implantação em outros dois estados – Ceará e Rio de Janeiro. No entanto, em diversas instâncias, problemas burocráticos prejudicaram a eficácia do programa, e alguns defensores incluídos reclamaram que não receberam proteção adequada.

Organizações não governamentais locais enfrentaram ameaças e intimidações.

■ No Maranhão, ativistas que trabalham com a Comissão Pastoral da Terra foram ameaçados de morte em frente a um tribunal no município de Cantanhede. Eles participavam de uma audiência relacionada a disputa por terras.

■ No Rio de Janeiro, integrantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência receberam telefonemas ameaçadores e sofreram intimidações de policiais.

Direitos sexuais e reprodutivos

Nos cinco anos desde a aprovação da Lei Maria da Penha sobre violência doméstica, mais de 100 mil pessoas foram sentenciadas com base nessa legislação.

Em uma decisão importante, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) concluiu que o Brasil havia descumprido sua obrigação de garantir “à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário”. A decisão foi aplicada no caso de Alyne da Silva Pimentel, uma mulher afrodescendente de 28 anos, moradora de uma das áreas mais pobres do Rio de Janeiro. Em 2002, ela estava no sexto mês de gestação de seu segundo filho quando morreu em decorrência de complicações na gravidez, depois que um hospital da rede pública não diagnosticou corretamente sua situação de alto risco e não prestou o atendimento apropriado.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em abril.

CANADÁ

CANADÁ

Chefe de Estado:	Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral David Johnston
Chefe de governo:	Stephen Harper
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	34,3 milhões
Expectativa de vida:	81 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	6,1 por mil

Ocorreram violações contínuas e sistemáticas dos direitos dos povos indígenas. Houve progresso limitado na resposta aos temores de violações de direitos humanos associadas às operações policiais e de combate ao terrorismo.

Direitos dos povos indígenas

Em março, o Tribunal Canadense de Direitos Humanos rejeitou uma denúncia de discriminação, a qual alegava que os recursos despendidos pelo governo federal em serviços destinados à proteção das crianças nas comunidades das Primeiras Nações (*First Nations*) eram substancialmente menores do que os recursos providos por governos provinciais em comunidades predominantemente não indígenas. O Tribunal determinou que o governo federal e o governo das províncias não poderiam ser comparados entre si para efeitos de uma denúncia de discriminação. Um recurso estava pendente no fim do ano.

Em abril, o vazamento em um oleoduto despejou cerca de 4,5 milhões de litros de petróleo bruto no território tradicional dos índios Cree de Lubicon, no norte de Alberta. Esse foi o maior derrame na província desde 1975. Em agosto, a província autorizou que o oleoduto voltasse a operar sem consulta significativa aos Cree de Lubicon. Organismos internacionais de direitos humanos há muito expressam preocupação com o desrespeito aos direitos territoriais desse povo indígena.

Em agosto, uma auditoria federal concluiu que 39 por cento dos sistemas aquíferos nas comunidades das Primeiras Nações possuem grandes deficiências, com 73 por cento dos sistemas de água potável e 65 por cento dos sistemas de águas residuais constituindo médio ou alto risco à saúde. Um estudo anterior do governo havia ligado o colapso dos sistemas aquíferos das Primeiras Nações a recursos governamentais inadequados.

Em outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou uma audiência a respeito de uma queixa apresentada pelo Grupo do Tratado de Hukumi'num. O grupo denunciara violações aos direitos territoriais indígenas na ilha de Vancouver, na província de Colúmbia Britânica. Uma decisão é esperada em 2012.

Houve pouco progresso na implementação das reformas propostas pelo Inquérito de Ipperwash, criado para examinar a morte a tiros, pela polícia, de um indígena desarmado durante um protesto em Ontário, em 1995. Incidentes na comunidade moicana de Tyendinaga, em Ontário, em 2008, nos quais a polícia da província apontou rifles de alto poder para manifestantes desarmados e espectadores, bem como a incapacidade de realizar

uma revisão imparcial desses incidentes ressaltaram a necessidade urgente de implementação das conclusões do Inquérito.

Uma Comissão da Verdade e Reconciliação, encarregada de documentar e conscientizar sobre os abusos cometidos contra crianças das Primeiras Nações, Métis e Inuit, e sobre os danos mais amplos causados pelos históricos sistemas de ensino residencial do Canadá, realizou sessões ao longo do ano.

Direitos das mulheres

Em julho, o ministro federal responsável pela Condição das Mulheres declarou, publicamente, que o governo não pretendia estabelecer um plano de ação nacional para enfrentar os altos níveis de violência contra mulheres indígenas.

Em outubro, na Colúmbia Britânica, um inquérito provincial foi aberto a respeito da resposta da polícia a casos de mulheres desaparecidas e assassinadas em Vancouver, muitas das quais eram indígenas. Antes do início do inquérito, 17 das 20 organizações que haviam recebido *status* de intervenientes, retiraram-se do inquérito por preocupações com imparcialidade.

Segurança e combate ao terrorismo

Audiências da Comissão de Denúncias da Polícia Militar sobre suspeitas de que soldados canadenses transferiram prisioneiros no Afeganistão para a custódia de autoridades afegãs, apesar do sério risco de que seriam torturados, foram concluídas em fevereiro. O relatório da Comissão não havia sido publicado até o fim do ano.

Em outubro, vieram a público informações indicando que oficiais da Polícia Real Montada do Canadá (PRMC) não possuíam provas que implicassem Abdullah Almalki em atividades criminosas e que, em outubro de 2011, quando enviaram informações às autoridades sírias ligando-o ao terrorismo, eles o viam apenas como um “árabe solto por aí”. Abdullah Almalki foi preso e torturado na Síria entre maio de 2002 e março de 2004. Um inquérito público concluiu em 2008 que as ações dos policiais canadenses no caso de Almalki e de dois outros homens contribuíram para as violações de direitos humanos que esses homens vivenciaram. O governo não se desculpou nem providenciou compensação a eles. Uma ação movida pelos três

homens, em 2008, estava pendente no fim de 2011.

Omar Khadr, um cidadão canadense detido por forças estadunidenses no Afeganistão, em 2002, quando tinha 15 anos, e detido em Guantánamo desde outubro de 2002, tornou-se qualificado, em 1º de novembro, para transferência a fim de cumprir o restante de sua sentença no Canadá. Ele fora condenado a oito anos de prisão, em outubro de 2010, após um acordo judicial de admissão de culpa. O governo canadense não havia chegado a uma decisão a respeito de seu pedido de transferência até o fim de 2011.

Refugiados e requerentes de asilo

Em junho, o governo reintroduziu uma proposta de legislação que penalizaria os requerentes de asilo que chegam ao Canadá de maneira irregular, como quando um traficante de pessoas providencia sua viagem, em um grupo, pelo mar. As propostas incluem detenção obrigatória longa, sem revisão em tempo hábil dos motivos da detenção, e outras medidas que violam as normas internacionais.

Forças policiais e de segurança

Em abril, membros da PRMC em Prince George, na Colúmbia Britânica, utilizaram um dispositivo de descarga elétrica contra um menino de 11 anos. A PRMC anunciou, em setembro, que os policiais envolvidos não seriam disciplinados nem indiciados.

Em junho, o Serviço de Polícia de Toronto divulgou uma revisão interna do policiamento das cúpulas do G8 e G20, em 2010, durante as quais mais de mil pessoas foram detidas. A revisão civil independente do Conselho do Serviço de Polícia de Toronto, de alguns aspectos da operação policial, estava em andamento no fim de 2011. O governo federal e o governo da província rejeitaram os apelos por um inquérito público.

Justiça internacional

Em outubro, o governo não prendeu o ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, quando este viajou à Colúmbia Britânica, apesar de evidências claras de sua responsabilidade por crimes sob o direito internacional, incluindo tortura.

Visitas/relatórios da AI

Canada/USA: Visit to Canada of former US President George W. Bush and Canadian obligations under international law – Amnesty International

memorandum to the Canadian authorities (AMR 51/080/2011)

Amicus Curiae Case of the Hul'Qumi'Num Treaty Group V. Canada:

Submitted before the Inter-American Commission on Human Rights (AMR 20/001/2011)

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	Hu Jintao
Chefe de governo:	Wen Jiabao
Penal de morte:	retencionista
População:	1.347,6 milhões
Expectativa de vida:	73,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	19,1 por mil

Temerosas de um movimento de protesto inspirado nos eventos do Oriente Médio e do norte da África, as autoridades deflagaram, em fevereiro, uma das maiores ondas de repressão a ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e ciberativistas desde as manifestações de 1989 na Praça da Paz Celestial. Intensificaram-se as hostilidades, as intimidações, as detenções arbitrárias e ilegais e os desaparecimentos forçados de críticos do governo. A segurança foi exacerbada nas regiões habitadas por minorias étnicas, onde a população protestava contra a discriminação, a repressão e outras violações de seus direitos. As autoridades recrudesceram seus constantes esforços para fazer que todas as práticas religiosas estejam sob o controle do Estado, inclusive com perseguições brutais aos praticantes. O poderio econômico da China em meio à crise financeira mundial aumentou a influência global do país na área dos direitos humanos – geralmente para pior.

Informações gerais

A economia chinesa permaneceu relativamente resistente à crise financeira global, provocando temores de que os atores internacionais relutariam em criticar a situação dos direitos humanos no país, uma tendência já evidenciada nos últimos anos. A China tem obtido cada vez mais sucesso em utilizar seu crescente poderio financeiro e político para

pressionar outros países a devolverem vários cidadãos chineses de determinadas origens, tais como os uigures, para a China, onde correm o risco de serem julgados de maneira injusta, de serem torturados e de sofrerem outros maus-tratos em detenção, além de outras violações dos direitos humanos.

Liberdade de expressão

As autoridades continuaram a abusar do direito penal a fim de suprimir a liberdade de expressão. Para reprimir os chamados protestos de "jasmim", movimento surgido em fevereiro com inspiração nas rebeliões populares do Oriente Médio e do norte da África, quase 50 pessoas foram presas e outras dezenas foram hostilizadas e intimidadas. O que começou como um apelo anônimo para uma caminhada pacífica de domingo, espalhou-se por um número crescente de cidades como forma de protesto contra a corrupção, a supressão de direitos e a falta de reformas políticas.

Emendas feitas, em março, aos Regulamentos sobre Gestão de Publicações acrescentaram um novo requisito de que as pessoas que publicam materiais na internet ou em redes de informações devem obter a devida licença para isso ou estarão se arriscando a sofrer sanções penais. As autoridades fecharam ou assumiram diretamente o controle de diversos veículos de comunicação que haviam publicado matérias de jornalismo investigativo sobre questões consideradas sensíveis. Segundo informações, as autoridades proibiram o uso de centenas de palavras nas mensagens de texto de celulares, tais como "democracia" e "direitos humanos".

■ Dois ativistas veteranos detidos durante os protestos de "jasmim" foram sentenciados a longas penas de prisão em razão de seus escritos políticos. Em 23 de dezembro, Chen Wei foi acusado de "incitar a subversão do poder do Estado" e foi sentenciado a nove anos de prisão por causa de 11 artigos que ele havia escrito em favor da democracia e de reformas políticas. Em 26 de dezembro, Chen Xi foi sentenciado a 10 anos sob a mesma acusação, por 36 artigos que ele publicou no exterior. Ding Mao, na província de Sichuan, e Liang Haiyi, na província de Guangdong, permaneceram detidos devido ao seu envolvimento com os protestos de "jasmim".

Defensores dos direitos humanos

As autoridades continuaram a hostilizar, a intimidar, a

processar e a criminalizar ativistas pró-democracia e de direitos humanos. Apoiadores do Partido Democrático da China foram sentenciados a longas penas de prisão.

■ Em março, Liu Xianbin foi acusado de "incitar a subversão do poder do Estado" e foi sentenciado a 10 anos de prisão por seu ativismo pró-democrático, por seu apoio ao movimento que lançou a Carta 08 e por seus escritos sobre reforma política.

■ O ativista de direitos humanos Chen Guangcheng permaneceu sob prisão domiciliar ilegal, junto com sua filha e sua esposa, Yuan Weijing, desde que foi libertado da prisão, em setembro de 2010. Um movimento de base popular em apoio a Chen Guangcheng, que é deficiente visual, começou a ganhar força por todo o país, com muitos ativistas postando na internet fotos de si mesmos usando os característicos óculos escuros de Chen. Apoiadores que se deslocaram das mais diversas regiões da China até a cidade de Chen, com a intenção de encontrá-lo, foram espancados e roubados por policiais à paisana que já estavam no local.

Desaparecimentos forçados

Aumentou o número de pessoas submetidas a desaparecimentos forçados. Muitas estavam sendo detidas secretamente, tais como o ativista político mongol Hada. Muitas outras permaneciam ou foram postas em prisão domiciliar ilegal. Entre elas, Liu Xia, esposa do ganhador do prêmio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, e Zheng Enchong, um advogado de Xangai que trabalha com questões de direito à moradia.

No dia 30 de agosto, as autoridades publicaram uma minuta de emendas ao Código de Processo Penal chinês. Foram as primeiras mudanças propostas desde 1997. Embora o novo código contenha algumas emendas positivas, a revisão propõe legalizar a detenção de indivíduos por um período de até seis meses sem que seus familiares ou amigos sejam notificados. Muitos analistas jurídicos consideram que tal mudança corresponda à legalização dos desaparecimentos forçados. A proibição do uso de provas ilegais, tais como confissões forçadas e outras provas obtidas mediante tortura ou maus-tratos, foram incorporadas à minuta do novo código. Entretanto, a tortura continuou impregnando os locais de detenção, pois as políticas governamentais, tais como aquelas que exigem dos agentes carcerários a "transformação" dos dissidentes

religiosos a fim de que estes renunciem a sua fé, fomentam um clima que conduz à prática da tortura.

■ Em 16 de dezembro, Gao Zhisheng, um conhecido advogado de direitos humanos que, por quase três anos, foi submetido a intermitentes desaparecimentos forçados, foi posto na prisão para cumprir uma pena de três anos por "infringir repetidamente sua liberdade condicional". Isso ocorreu poucos dias antes de terminar seu período de cinco anos sob condicional. Acredita-se que, nos períodos em que "desapareceu", ele esteve mantido sob custódia oficial.

Despejos forçados

Os despejos forçados de pessoas das casas e terras onde vivem, sem o devido processo legal e sem qualquer compensação, aumentaram de forma acelerada, envolvendo cada vez mais violência. No dia 21 de janeiro, o Conselho de Estado expediu novos regulamentos sobre a desapropriação de residências nas áreas urbanas. Embora no caminho certo, os regulamentos cobrem apenas os habitantes das áreas urbanas, deixando a maioria da população chinesa desprotegida contra despejos forçados.

■ Em 29 de dezembro, a ex-advogada Ni Yulan foi processada por "provocar atritos" e por "fraude", acusações pelas quais poderia ser sentenciada a uma longa pena de prisão. Em 2008, antes das Olimpíadas de Pequim, ela mesma foi despejada à força de sua casa, tendo ficado paralisada da cintura para baixo devido aos espancamentos que sofreu enquanto detida.

Pena de morte

Em fevereiro, a Assembleia Popular Nacional da China aprovou a 8ª revisão do Código Penal chinês, eliminando a pena de morte como punição para 13 crimes. Ao mesmo tempo, a revisão incluiu diversos novos crimes passíveis de pena capital e expandiu o escopo de outros. A China continuou a usar a pena de morte de maneira extensiva, inclusive para delitos não violentos, impondo essa pena com base em julgamentos injustos. O número de execuções no país era calculado em milhares. Porém, as estatísticas sobre sentenças de morte e execuções continuavam secretas.

Liberdade de religião ou de crença

As autoridades perseguiram seu objetivo de fazer que todas as práticas religiosas estivessem sob o controle

do Estado, o que inclui a supervisão estatal das doutrinas religiosas, a indicação de líderes religiosos, o registro de grupos religiosos e a construção de locais de culto. Praticantes de religiões proibidas pelo Estado ou que não tinham sanção estatal arriscavam-se a ser hostilizados, detidos, encarcerados e, em alguns casos, perseguidos com violência. Entre as religiões banidas estavam igrejas clandestinas domésticas protestantes e denominações católicas que aceitam a autoridade da Santa Sé. O paradeiro de aproximadamente 40 bispos católicos continuava desconhecido; presumia-se que estivessem em poder das autoridades.

■ Entre 10 de abril e o fim do ano, membros da igreja clandestina Shouwang, em Pequim, foram semanalmente detidos quando tentavam realizar um culto religioso dominical ao ar livre na zona noroeste da capital chinesa. A maioria dos detidos foi mantida em delegacias de polícia ou sob prisão domiciliar a fim de impedir que o serviço religioso acontecesse. Repetidas vezes, a igreja foi expulsa dos locais que alugava e impedida de tomar posse de um prédio adquirido alguns anos atrás.

Falun Gong

As autoridades continuaram a empreender uma campanha nacional e sistemática, geralmente violenta, contra o Falun Gong, um grupo de práticas espirituais proibido desde 1999 por ser considerado um "culto herético". O governo entrou no segundo ano de uma campanha de três anos que visa a aumentar o índice de "transformação" dos praticantes de Falun Gong. Trata-se de um processo através do qual as pessoas são pressionadas, muitas vezes por meio de torturas mentais e físicas, a renunciarem à crença e à prática de Falun Gong. Os praticantes que se recusavam a renunciar a sua fé corriam o risco de intensificação nos níveis de tortura e de maus-tratos. Para pôr em prática o projeto, as autoridades mantinham centros de detenção ilegais, conhecidos informalmente como "centros de lavagem cerebral". Fontes do Falun Gong informaram que, a cada três dias, um praticante morria sob custódia ou logo após ser libertado. Segundo essas fontes, milhares de praticantes continuavam desaparecidos.

■ No dia 5 de março, Zhou Xiangyang, praticante de Falun Gong, foi preso em sua casa em Tangshan, província de Hebei, e levado até a prisão de Binhai, na cidade de Tianjin. Imediatamente, ele entrou em greve de fome. Antes disso, ele já havia passado nove anos

detido, quando foi submetido a trabalhos forçados e a torturas que incluíam privação de sono, choques elétricos, espancamentos e ter o corpo estirado sobre uma mesa baixa com os seus membros presos ao chão. As autoridades continuaram a negar-lhe um advogado. Em resposta a um apelo escrito por sua esposa, Li Shanshan, mais de 2.500 moradores de sua cidade e arredores assinaram uma petição requerendo que ele fosse libertado. Depois disso, em setembro, ela foi detida junto com o irmão mais velho de Zhou e com, pelo menos, outras quatro pessoas.

Região Autônoma da Mongólia Interior

A morte de um pastor de origem mongol chamado Mergen, no dia 10 de maio, por um caminhoneiro chinês de etnia han que trabalhava no transporte de carvão, provocou protestos generalizados em toda a região. O clima já estava tenso devido aos ressentimentos dos pastores locais, os quais consideravam que seus meios de vida estavam sendo ameaçados pela apropriação de terras e pelos danos ambientais que afetavam as criações de animais, provocados pelas empresas mineradoras, muitas das quais pertencentes a chineses han.

■ De 23 a 31 de maio, centenas de pastores e de estudantes participaram dos protestos, na maioria pacíficos, ocorridos diariamente em toda a região. Ao mesmo tempo em que respondiam a algumas das demandas levantadas, as autoridades posicionaram na área um grande contingente de forças militares e de segurança, detendo dezenas de manifestantes. Além disso, bloquearam os sites na internet que mencionavam os protestos, restringiram o acesso à telefonia celular e tiraram do ar a maioria dos sites em idioma mongol.

Região Autônoma Uigur de Xinjiang

As autoridades reforçaram as medidas de segurança por meio de uma sucessão de campanhas de "linha dura" que intensificaram o patrulhamento das ruas nas 24 horas do dia e incluíam a "mobilização da sociedade para a batalha" contra atos que as autoridades alegavam prejudicar a segurança do Estado. Em Urumqi, segundo consta, bairros inteiros foram cercados e só podiam ser acessados pelos postos de controle.

Restrições excessivas ao fluxo de informações para dentro e para fora da Região Autônoma Uigur de Xinjiang (RAUX) ocultavam o destino de centenas de

pessoas que haviam sido detidas na esteira da repressão aos protestos de 2009, em Urumqi. Em janeiro, o presidente do Alto Tribunal Popular da RAUX deu andamento aos processos relacionados aos protestos de 2009; porém, as autoridades não forneceram qualquer informação sobre os julgamentos. Familiares de pessoas detidas costumavam não ser informados sobre o destino ou sobre o paradeiro de seus entes queridos, e geralmente tinham muito medo de se comunicar com os que estavam fora da China, temendo retaliações das autoridades.

A liberdade de expressão continuou sendo severamente restringida na RAUX, inclusive por meio da tipificação vaga de crimes tais como "separatismo étnico" e "terrorismo", os quais incluíam a distribuição de materiais ou obras literárias de "conteúdo separatista".

■ Noor-UI-Islam Sherbaz morreu no dia 13 de novembro, supostamente em decorrência de tortura sofrida na cadeia. Ele cumpria uma pena de prisão perpétua após ter sido condenado por "homicídio" e por "causar um incidente", depois de ser submetido a um julgamento injusto. Alega-se que ele teria atirado pedras durante os protestos de julho de 2009, quando foi detido; então com 17 anos. Segundo um amigo da família que teve acesso a informações vindas da cadeia, Noor UI-Islam estava sendo constantemente espancado com bastões elétricos. Sua família não pôde ter acesso ao corpo, e as autoridades o enterraram sem fazer uma autópsia. Em seu julgamento, nenhuma prova adequada foi apresentada contra ele pelas autoridades, exceto sua "confissão", que, possivelmente, foi extraída mediante tortura. Durante o julgamento, ele foi representado por um advogado designado pelo tribunal.

O governo chinês usou pressão econômica e diplomática sobre outros países, como o Cazaquistão, a Malásia, o Paquistão e a Tailândia, a fim de forçá-los a expulsar ou a entregar mais de uma dezena de uigures para as autoridades chinesas. Os uigures devolvidos à China corriam sério risco de sofrerem tortura, detenções arbitrárias e julgamentos injustos, além de, geralmente, serem mantidos incomunicáveis.

Região Autônoma do Tibete

De 16 de março até o fim do ano, nas áreas tibetanas da China, 10 monges ou ex-monges e duas monjas atearam fogo ao próprio corpo. Acredita-se que seis

deles tenham morrido em consequência dos ferimentos. Ao que parece, os protestos foram uma reação às medidas de segurança cada vez mais punitivas impostas a instituições religiosas e a comunidades laicas da região após os protestos de março de 2008. A primeira autoimolação, de Phuntsok Jarutsang, foi seguida de protestos, prisões em massa (inclusive de 300 monges do monastério de Kirti), desaparecimentos forçados e possíveis homicídios cometidos pelas forças de segurança. Dois tibetanos idosos (um homem e uma mulher) morreram quando os moradores entraram em choque com as forças de segurança para tentar impedir as prisões. Um terceiro homem morreu mais tarde em consequência das lesões que sofreu quando a polícia reprimiu manifestantes em frente a uma delegacia. Pessoas que tinham alguma ligação com os protestos relacionados às imolações foram sentenciadas a penas de prisão entre 3 e 13 anos. Apesar da onda de autoimolações, não houve qualquer sinal de que as autoridades chinesas tivessem a intenção de enfrentar as causas subjacentes aos protestos, ou de que reconhecessem o descontentamento da comunidade tibetana.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

As forças de segurança e a polícia empregaram força excessiva contra manifestantes pacíficos.

■ Durante uma manifestação pacífica em 15 de maio, Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, a polícia ameaçou prender os manifestantes caso eles não parassem de dançar. A polícia argumentou que os organizadores, entre os quais a Anistia Internacional Hong Kong, não haviam obtido uma "licença temporária para entretenimento público". Houve críticas de que a ação configurava hostilidade e de que não tinha base legal.

■ Em 2 de julho, a polícia prendeu 228 participantes de uma passeata pró-democracia, realizada anualmente em 1º de julho, por obstrução de local público e por reunião ilegal. A Associação dos Jornalistas de Hong Kong afirmou que 19 jornalistas foram atacados com *spray* de pimenta e que um jornalista foi preso durante a passeata, que reuniu 10 mil pessoas. A polícia também tentou prender Law Yuk Kai, diretor do Observatório de Direitos Humanos de

Hong Kong, enquanto ele observava a ação dos policiais que removiam e prendiam os manifestantes que bloqueavam o tráfego. Todas as pessoas presas foram soltas no mesmo dia. Posteriormente, muitas foram indiciadas por perturbação da ordem pública.

Durante uma visita de três dias do vice-premiê chinês, Li Keqiang, a Hong Kong, em agosto, a polícia estabeleceu "áreas de segurança cruciais" para manter os manifestantes e a imprensa afastados do dirigente. Legisladores locais e outras pessoas criticaram o uso dessas táticas de linha dura, por comprometerem a liberdade de expressão. Um morador que vestia uma camiseta em memória ao massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, foi arrastado pela polícia.

Mudanças legais

■ Em junho, o governo apresentou propostas controversas que, em determinadas circunstâncias, acabariam com as eleições parciais como forma de substituição dos integrantes do Legislativo cujos mandatos terminassem antecipadamente.

■ Ainda em junho, a Comissão de Reforma Legal emitiu um documento de consulta a respeito da elaboração de uma Lei das Entidades Beneficentes e de uma Comissão das Entidades Beneficentes. A Anistia Internacional e outros grupos de direitos humanos criticaram a definição de entidade beneficente apresentada na proposta, que excluía atividades de direitos humanos, ao passo que reconhecia outros 13 setores, inclusive direitos dos animais.

Discriminação

■ No dia 30 de setembro, o Alto Tribunal proferiu uma sentença favorável a uma empregada doméstica filipina, determinando que as cláusulas migratórias que proíbem trabalhadores domésticos de requerer o direito de permanência eram inconstitucionais. O governo recorreu da decisão. Críticos da posição do governo consideravam que tal exclusão constituía discriminação por motivos étnicos.

■ Em 25 de novembro, uma mulher transexual que havia passado por uma operação para mudança de sexo teve negado seu segundo recurso contra uma decisão que lhe negara o direito de casar-se com seu parceiro de acordo com seu novo sexo. O Tribunal de Recursos afirmou que possíveis mudanças na lei eram uma questão a ser resolvida pelos legisladores, e não pelos tribunais. A requerente disse que apelaria ao Tribunal de Última Instância.

Refugiados e requerentes de asilo

Em julho, o governo introduziu um projeto de Emenda 2011 à Lei de Imigração. Tratava-se de uma das medidas voltadas a criar um arcabouço legal para lidar com queixas apresentadas com base na Convenção da ONU contra a Tortura.

COLÔMBIA

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo: **Juan Manuel Santos Calderón**

Penal de morte: **abolicionista para todos os crimes**

População: **46,9 milhões**

Expectativa de vida: **73,7 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos: **18,9 por mil**

Taxa de alfabetização: **93,2 por cento**

O governo continuou a afirmar seu compromisso com os direitos humanos. Apesar disso, houve poucas melhorias tangíveis na situação geral desses direitos.

Os civis – especialmente os povos indígenas e as comunidades camponesas e afrodescendentes, os defensores dos direitos humanos, os líderes comunitários e os sindicalistas – continuaram pagando com seus direitos humanos o maior custo pelo prolongado conflito armado interno.

A Lei de Vítimas e Restituição de Terras, assinada em junho pelo presidente Juan Manuel Santos, foi um passo importante para o reconhecimento dos direitos de muitas das vítimas do conflito e para a devolução de alguns dos milhões de hectares de terras que foram roubados, geralmente com violência, de seus proprietários de direito. Porém, as constantes ameaças e os assassinatos de pessoas que trabalham pela restituição dessas terras podem prejudicar a execução da lei.

O governo comprometeu-se a acabar com a impunidade para violações dos direitos humanos, e alguns casos emblemáticos apresentaram progressos. Porém, as autoridades não asseguraram que a maioria dos responsáveis, principalmente os que cometeram crimes sexuais contra mulheres e meninas, fossem levados à Justiça. Temia-se que os planos do governo de ampliar o escopo da competência militar para o julgamento de delitos

pudessem frustrar os poucos avanços conquistados na luta contra a impunidade.

Mais de 40 candidatos foram assassinados durante as eleições locais e regionais de outubro, um número significativamente maior do que o das eleições de 2007. Diversos candidatos que se suspeita estarem intimamente vinculados a políticos que foram condenados ou que estão sendo investigados criminalmente por supostas ligações ilegais com paramilitares conseguiram se eleger, inclusive como governadores de departamentos.

Conflito armado interno

Grupos guerrilheiros, paramilitares e as forças de segurança continuaram sendo responsáveis por crimes de direito internacional, tais como homicídios ilegais, desaparecimentos forçados, sequestros e desalojamentos forçados. Os moradores das áreas rurais, principalmente os povos indígenas e as comunidades camponesas e afrodescendentes, corriam os maiores riscos, assim como as pessoas que vivem em situação de pobreza nas áreas urbanas, os defensores dos direitos humanos e os sindicalistas.

Segundo a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), 111 índios foram mortos nos primeiros 11 meses de 2011.

■ Em junho, os paramilitares mataram cinco lideranças do povo indígena Zenú, no município de Zaragoza, departamento de Antioquia.

■ O corpo de Crisanto Tequia Queragama, um jovem líder indígena Katio, foi encontrado em 26 de fevereiro no município de Bagadó, departamento de Chocó. Lideranças indígenas culpam o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) pelo assassinato.

Aproximadamente 308 mil pessoas foram desalojadas à força em 2011, em comparação às 280 mil desalojadas em 2010.

■ Em outubro, cerca de 400 índios do município de Pradera, departamento de Valle del Cauca, tiveram que abandonar suas moradias devido aos combates entre as forças de segurança e as FARC.

■ Em março, mais de 400 pessoas de comunidades afrodescendentes da zona rural de Buenaventura, Valle del Cauca, foram desalojadas à força durante os embates entre as forças de segurança e as FARC.

■ Em janeiro, cerca de 5 mil pessoas, entre elas 2.300 crianças, foram obrigadas a fugir de suas casas em

Anorí, departamento de Antioquia, depois de receberem ameaças das FARC.

No dia 2 de novembro, o governo expediu o Decreto 4.100, criando o Sistema Nacional de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. De acordo com o governo, esse marco jurídico iria melhorar a coordenação e a implementação das políticas públicas de direitos humanos.

Lei de Vítimas e Restituição de Terras

A Lei de Vítimas e Restituição de Terras reconhece a existência de um conflito armado e os direitos das vítimas. Prevê reparações para alguns sobreviventes de abusos dos direitos humanos, inclusive daqueles perpetrados por agentes do Estado. Contudo, temia-se que muitas vítimas fossem excluídas da possibilidade de ingressar com ações indenizatórias e que grandes porções de terras roubadas talvez não fossem devolvidas aos seus devidos donos. Temia-se ainda que as pessoas que regressassem fossem obrigadas a ceder o controle de suas terras aos indivíduos que as haviam desalojado à força.

Lideranças das comunidades desalojadas e pessoas que buscavam a devolução de terras roubadas continuaram sendo mortas e ameaçadas.

■ Em 30 de junho, Antonio Mendoza Morales, líder da Associação de Desalojados de San Onofre e Montes de María, foi morto por pistoleiros não identificados no município de San Onofre, departamento de Sucre.

Forças de segurança

No primeiro semestre de 2011, foram relatadas pelo menos 17 execuções extrajudiciais cometidas por membros das forças de segurança, em que as vítimas foram falsamente apresentadas como "guerrilheiros mortos em combate". Embora tenha havido um aumento com relação a 2010, esse número foi bem mais baixo do que em 2008, quando 200 mortes desse tipo foram registradas.

■ Em julho, um juiz sentenciou oito militares a penas que variavam entre 28 e 55 anos de prisão pela morte de dois jovens, em 2008, no município de Cimitarra, departamento de Santander. Tratou-se da primeira condenação de soldados implicados no assassinato de mais de uma dezena de jovens moradores do município de Soacha, vizinho a Bogotá, que depois foram falsamente apresentados pelo exército como "guerrilheiros mortos em combate".

A maior parte das milhares de execuções extrajudiciais efetuadas no curso do conflito, inclusive as que estavam sendo investigadas pelo Ministério Público, continuaram sem solução.

No fim do ano, o Congresso ainda estudava a adoção de medidas para ampliar o papel da justiça militar nas investigações de violações dos direitos humanos que tiveram o envolvimento de forças de segurança. O sistema de justiça militar tem regularmente encerrado tais investigações sem qualquer tentativa séria de fazer que os responsáveis prestem contas. Caso aprovada, tal medida contradiria as normas internacionais de direitos humanos, que afirmam que violações dos direitos humanos devem ser investigadas exclusivamente por tribunais civis.

Além disso, o Congresso também estava debatendo a adoção de medidas para permitir que abusadores dos direitos humanos, como os membros das forças de segurança, se beneficiassem de anistias de *facto*.

A guerrilha

As FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) cometeram sérios abusos dos direitos humanos e violações graves e repetidas do direito internacional humanitário, tais como homicídios ilegais, tomada de reféns, desalojamentos forçados e recrutamento de menores.

■ No dia 22 de março, guerrilheiros das FARC teriam atacado um barco no município de Medio Atrato, departamento de Chocó, matando três civis e ferindo outros dois.

■ Em 19 de março, guerrilheiros do ELN mataram um jovem indígena no município de Tame, departamento de Arauca, depois que os moradores do *resguardo* (reserva) indígena onde ele vivia recusaram-se a ser recrutados à força pelo grupo guerrilheiro.

■ Em 9 de julho, guerrilheiros das FARC explodiram um carro bomba no centro da cidade de Toribío, departamento de Cauca, uma área habitada majoritariamente por indígenas. A explosão e os confrontos entre as FARC e as forças de segurança deixaram pelo menos três civis e um policial mortos, e 120 civis e dois policiais feridos.

Segundo dados do governo, nos primeiros 10 meses do ano, minas terrestres antipessoais plantadas, principalmente, pelas FARC, mataram 49 membros das forças de segurança e 20 civis, deixando centenas de outros civis feridos.

De acordo com as estatísticas oficiais, 305 sequestros foram registrados em 2011, comparados a 282 em 2010. Embora a maioria tenha sido atribuída a grupos criminosos, os grupos guerrilheiros foram responsáveis pela maior parte dos sequestros ligados ao conflito.

■ No dia 26 de novembro, guerrilheiros das FARC teriam executado quatro membros das forças de segurança que o grupo mantinha em cativeiro havia pelo menos 12 anos.

Em 4 de novembro, o comandante das FARC Guillermo León Sáenz Vargas (conhecido como “Alfonso Cano”) foi morto pelas forças de segurança durante uma operação militar.

Paramilitares

Apesar de sua suposta desmobilização, os grupos paramilitares, rotulados pelo governo como “bandos criminosos” (*Bacrim*), continuaram aumentando sua presença e influência territorial. Em fevereiro, o então ministro do Interior e da Justiça, Germán Vargas Lleras, reconheceu o controle territorial dos *Bacrim* em muitas partes do país, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas. Relatórios indicam um número crescente de paramilitares operando nas áreas com forte presença das forças de segurança.

Os paramilitares, muitas vezes com a conivência ou consentimento das forças de segurança, continuaram a cometer sérias violações dos direitos humanos, tais como assassinatos e desaparecimentos forçados, bem como operações de limpeza social em áreas urbanas carentes. Suas vítimas eram principalmente sindicalistas, defensores dos direitos humanos e líderes comunitários, assim como membros ou representantes de grupos indígenas ou comunidades afrodescendentes e camponesas.

■ No dia 12 de setembro, pelo menos 30 homens armados e uniformizados do grupo paramilitar Los Rastrojos chegaram à aldeia de Pesquería, município de Cumbitara, departamento de Nariño. Eles ameaçaram e saquearam a comunidade, acusando-a de colaborar com os guerrilheiros. Segundo informações, os paramilitares esquartejaram dois civis ainda vivos diante de toda a comunidade. Eles também sequestraram 13 pessoas, das quais pelo menos duas foram mortas.

Processo de Justiça e Paz

O Processo de Justiça e Paz pouco avançou. De acordo com o processo, introduzido em 2005,

cerca de 10 por cento dos mais de 30 mil paramilitares que, supostamente, teriam sido desmobilizados, podem se qualificar para beneficiarem-se de sentenças reduzidas de prisão, caso confessem as violações de direitos humanos que cometeram. Os outros 90 por cento foram efetivamente anistiados. Até o fim do ano, somente 10 paramilitares haviam sido condenados com base no processo, a maioria dos quais estava recorrendo das condenações.

Em fevereiro, a Corte Constitucional decidiu pela constitucionalidade da Lei 1424, que previa a concessão de anistias *de facto* a milhares de paramilitares de baixa hierarquia que, supostamente, estariam desmobilizados, caso eles assinassem o chamado Acordo de Contribuição Histórica à Verdade e à Reparação.

Serviço de informações civil

Em 31 de outubro, o governo extinguiu o serviço de informações civil, o Departamento Administrativo de Segurança (DAS). O DAS operava sob a autoridade direta do Presidente e esteve implicado em um escândalo envolvendo “táticas sujas”, tais como ameaças, assassinatos, vigilância ilegal, escutas telefônicas e perseguição a ativistas de direitos humanos, políticos, juízes e jornalistas, sobretudo durante o governo do presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). O órgão foi substituído pela Direção Nacional de Inteligência.

Diversos funcionários graduados do DAS ainda estavam sendo investigados por seu envolvimento no escândalo; outros já haviam sido sentenciados. Porém, outra ex-diretora do DAS, María del Pilar Hurtado, continuou a evadir à justiça. Em 2010, ela recebeu asilo no Panamá.

■ No dia 14 de setembro, Jorge Noguera, ex-diretor do DAS, foi sentenciado a 25 anos de prisão pelo assassinato do acadêmico Alfredo Correa de Andreis e por suas ligações com grupos paramilitares.

■ Em novembro, o procurador-geral requereu que o comitê parlamentar de inquérito que investiga a participação do ex-Presidente Uribe no escândalo examinasse se ele havia ordenado as escutas telefônicas ilegais do DAS.

Defensores dos direitos humanos

O trabalho dos ativistas de direitos humanos continuou a ser prejudicado por assassinatos,

ameaças, processos judiciais e roubo de informações sobre certos casos.

■ No dia 23 de agosto, Walter Agredo Muñoz, membro do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos, seção de Valle del Cauca, e Martha Giraldo, integrante do Movimento Nacional de Vítimas de Crimes de Estado (MOVICE), receberam ameaças de morte por mensagens de celular, acusando-os de serem comunistas e membros das FARC. A mensagem mencionava diversas ONGs de direitos humanos, sindicatos e organizações indígenas e afrodescendentes.

Mais de 45 defensores dos direitos humanos e líderes comunitários, muitos dos quais trabalhavam sobre questões de terras, e pelo menos 29 sindicalistas, foram mortos em 2011.

■ No dia 23 de março, os ativistas de direitos humanos Orlando Enrique Verbel Rocha e Eder Verbel Rocha, juntamente com o filho desse, foram atingidos por tiros e espancados pelos paramilitares quando voltavam para casa no município de San Onofre, departamento de Sucre. Eder Verbel Rocha veio a morrer em decorrência das lesões.

■ No dia 17 de março, Gabriela, uma integrante do grupo de defesa dos transexuais *Fundación de Género Trans del Sur*, foi assassinada por um atirador, no município de Pasto, departamento de Nariño. O crime aconteceu logo depois de panfletos terem sido distribuídos na cidade, propondo, entre outras coisas, uma "limpeza social" de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Em março, em resposta a uma onda de assassinatos de defensores dos direitos humanos, o escritório colombiano do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos apelou ao governo para que reavaliasse profundamente seus programas de proteção à integridade física. Em 31 de outubro, o governo expediu o Decreto 4065, unificando todos os programas de proteção do Ministério do Interior sob o controle de um único órgão, a Unidade Nacional de Proteção.

Impunidade

Houve certo progresso em um número limitado de casos de direitos humanos.

■ Em 28 de abril, um juiz sentenciou o general da reserva Jesús Armando Arias Cabrales a 35 anos de prisão por sua participação no desaparecimento forçado de 11 pessoas, em novembro de 1985, depois

que o exército invadiu o Palácio da Justiça, onde reféns estavam sendo mantidos pelo grupo guerrilheiro M-19. Tanto o governo quanto o alto comando militar fizeram declarações criticando essa condenação, bem como a do coronel da reserva Luis Alfonso Plazas Vega, sentenciado em 2010 a 30 anos de prisão no mesmo caso. O general reformado Iván Ramírez Quintero, acusado por um dos desaparecimentos, foi absolvido em dezembro.

A impunidade, na vasta maioria dos casos, persistia e era exacerbada por ameaças e assassinatos de testemunhas, de advogados, de promotores e de juízes.

■ Em 22 de março, o juiz que presidia o julgamento de um militar acusado de ter estuprado uma adolescente e de ter matado outra, além dos dois irmãos dela, foi morto a tiros em Saravena, departamento de Arauca. Logo após o assassinato do juiz, a ONG que auxiliava as famílias das vítimas recebeu um telefonema com ameaças de morte. A família dos três irmãos mortos também recebeu ameaças de morte.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres defensoras dos direitos humanos e líderes comunitárias, principalmente as que atuavam em questões de terras, foram ameaçadas e mortas.

■ No dia 7 de junho, Ana Fabricia Córdoba, liderança afrodescendente que trabalhava em favor de comunidades desalojadas, foi assassinada em Medellín, departamento de Antioquia.

■ No dia 5 de maio, 11 paramilitares cercaram Sixta Tulia Pérez e Blanca Rebolledo, duas líderes de uma comunidade afrodescendente de Caracolí, departamento de Chocó. Eles tentaram arrancar suas roupas e agarraram uma criança que estava com elas. Um deles açoitou Sixta Tulia Pérez com um chicote. Mais tarde, no mesmo dia, os paramilitares ameaçaram as mesmas mulheres na frente dos soldados, que não reagiram quando elas pediram ajuda.

Organizações de direitos humanos que atuam em favor das mulheres, sobretudo as que trabalham com mulheres desalojadas e sobreviventes de violência sexual, também foram ameaçadas.

■ No dia 19 de junho, várias ONGs, inclusive muitas que trabalham em favor dos direitos das mulheres, receberam ameaças de morte por e-mail do grupo paramilitar Águilas Negras – Bloque Capital. A mensagem dizia: "Pena de morte para as cadelas

guerrilheiras das FARC que se opõem às políticas do nosso governo".

Embora o governo tenha se comprometido a combater a violência sexual praticada contra mulheres e meninas no contexto do conflito, o problema prosseguiu de modo sistemático e disseminado. As decisões da Corte Constitucional sobre a questão, sobretudo o Auto 092 de 2008, foram parcamente acatadas pelo governo. A impunidade para esse tipo de crimes continuou sendo muito mais alta do que para outros tipos de abusos dos direitos humanos. Porém, em dezembro, um paramilitar foi condenado por crimes sexuais referentes ao conflito. Foi a primeira condenação desse tipo no marco do Processo de Justiça e Paz.

Assistência dos Estados Unidos

A assistência dos EUA à Colômbia continuou a diminuir. Em 2011, os EUA alocaram cerca de US\$ 562 milhões em ajuda militar e não militar à Colômbia. Esse montante incluía US\$ 345 milhões para as forças de segurança, dos quais US\$ 50 milhões destinados às forças armadas. O pagamento de 30 por cento desses 50 milhões estava condicionado ao cumprimento de determinadas exigências de direitos humanos por parte das autoridades colombianas. Em setembro de 2011, aproximadamente US\$ 20 milhões em fundos de assistência à segurança foram liberados depois que as autoridades estadunidenses determinaram que o governo colombiano havia feito progressos significativos no sentido de melhorar a situação dos direitos humanos.

Em outubro de 2011, o governo dos Estados Unidos ratificou um Acordo de Livre Comércio (FTA) entre a Colômbia e os EUA, apesar da oposição de organizações trabalhistas e de direitos humanos, que manifestaram temor pela segurança de ativistas e lideranças trabalhadoras na Colômbia, bem como com o impacto que o acordo poderia ter sobre pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades afrodescendentes.

Escrutínio internacional

O relatório sobre a Colômbia do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicado em fevereiro, reconhecia o "compromisso com os direitos humanos, manifestado pelo governo Santos". Porém, o relatório afirmava que

todas as partes no conflito continuavam violando o direito internacional humanitário, e expressou especial preocupação "com os constantes homicídios, ameaças, ataques, roubo de informações, vigilância ilegal e intimidações contra defensores dos direitos humanos e suas organizações".

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Colômbia em fevereiro, março, setembro e novembro.

Colombia: Authorities must ensure safety of judge in key human rights case (AMR 23/014/2011)

"This is what we demand, justice!" – Impunity for sexual violence against women in Colombia's armed conflict (AMR 23/018/2011)

Colombia: Amnesty International condemns guerrilla attack which results in civilian casualties (AMR 23/023/2011)

Colombia: Victims law an important step forward but questions remain (PRE01/285/2011)

CUBA

REPÚBLICA DE CUBA

Chefe de Estado e de governo:

Raúl Castro Ruz
retencionista

Pena de morte:

População:

11,3 milhões

Expectativa de vida:

79,1 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos:

5,8 por mil

Taxa de alfabetização:

99,8 por cento

Os últimos 11 prisioneiros de consciência detidos no contexto da repressão de março de 2003 foram libertados no mês de março, junto com outros 62 presos políticos. No entanto, a repressão governamental prosseguiu com centenas de prisões e detenções de curta duração. Jornalistas e dissidentes políticos enfrentaram hostilidades e intimidações de agentes dos serviços de segurança e de apoiadores do governo, que agiram com a condescendência do governo.

Informações gerais

As autoridades cubanas continuaram a sufocar a liberdade de expressão, de associação e de reunião, apesar das tão divulgadas libertações de dissidentes

de destaque. Centenas de dissidentes e ativistas pró-democracia sofreram hostilidades, intimidações e detenções arbitrárias.

Em abril, o Partido Comunista Cubano realizou seu primeiro congresso desde 1997 e adotou um pacote com mais de 300 propostas de reformas econômicas a serem introduzidas gradualmente. Contudo, não foi adotada qualquer resolução garantindo que os cubanos possam melhor desfrutar de seus direitos civis e políticos, nem propondo reformas legislativas que possibilitem maior liberdade política na ilha. No decorrer do ano, o governo cubano introduziu pequenas reformas econômicas autorizando a venda de casas e de automóveis, bem como permitindo que algumas atividades geradoras de renda ocorressem fora de seu controle direto.

Alan Gross, um cidadão estadunidense preso em dezembro de 2009 por distribuir equipamentos de telecomunicações em Cuba, foi sentenciado por um tribunal cubano a 15 anos de prisão por delitos contra a segurança do Estado. Autoridades e outras personalidades estadunidenses tentaram, sem êxito, que ele fosse libertado por motivos humanitários.

Liberdade de expressão, de reunião e de associação

As autoridades continuaram a restringir severamente a liberdade de expressão, de reunião e de associação de dissidentes políticos, de jornalistas e de ativistas de direitos humanos. Eles foram submetidos a prisões domiciliares arbitrárias e a outras restrições a sua circulação, por parte de autoridades e apoiadores do governo, que os impediram de realizar suas atividades legítimas e pacíficas. Todos os meios de comunicação continuaram sob o controle do governo cubano.

Repressão às diferenças de opinião

Em fevereiro, as autoridades detiveram mais de 100 pessoas em um único dia e colocaram mais de 50 outras em prisão domiciliar, em uma estratégia preventiva com o fim de impedir que ativistas comemorassem o aniversário da morte de Orlando Zapata Tamayo, falecido em 2010 após uma prolongada greve de fome enquanto se encontrava detido.

■ Reina Luisa Tamayo, mãe de Orlando Zapata, seu esposo, José Ortiz, e Daniel Mesa, um ativista de direitos humanos, foram presos, no dia 22 de fevereiro,

por cerca de 15 agentes de segurança do Estado, no momento em que deixavam sua residência em Banes, província de Holguín. O objetivo das prisões era impedi-los de realizar quaisquer atividades em memória de Orlando Zapata no primeiro aniversário de sua morte, em 23 de fevereiro. Os três foram libertados 12 horas mais tarde. Em junho, Reina Luisa Tamayo exilou-se com a família nos Estados Unidos.

Prisioneiros de consciência

Em março, as autoridades cubanas concluíram a libertação dos prisioneiros de consciência detidos durante a repressão de março de 2003, bem como a de presos políticos, alguns dos quais encarcerados desde a década de 1990. A libertação dos dois últimos prisioneiros de consciência teve início em julho de 2010, na esteira de um acordo feito com o governo espanhol e do estabelecimento de um diálogo com a Igreja Católica. A maioria dos ex-prisioneiros e seus familiares foram forçados a se exilar, e apenas alguns poucos tiveram permissão de permanecer em Cuba.

■ Nestor Rodríguez Lobaina, presidente e cofundador do Movimento de Jovens Cubanos pela Democracia (MJCD), foi obrigado a se exilar na Espanha. Ele era um prisioneiro de consciência. Foi preso em dezembro de 2010 e passou quatro meses sob detenção provisória por causa de uma reunião que ele organizou em sua residência e por causa das faixas com mensagens contra o governo que ele afixou em frente a sua casa, em agosto de 2010. Entre 2000 e 2005, ele havia cumprido uma pena de seis anos de prisão por desacato a autoridades.

Detenções arbitrárias

As autoridades continuaram recorrendo a prisões arbitrárias com a intenção de calar os críticos das políticas governamentais.

■ As Damas de Branco, um grupo de familiares das pessoas que se tornaram prisioneiros de consciência devido à repressão de 2003, assim como seus apoiadores, repetidamente tiveram de enfrentar prisões arbitrárias e agressões físicas quando realizavam protestos em diversas cidades cubanas. Em agosto, cinco Damas de Branco da cidade de Santiago de Cuba foram presas antes que pudessem chegar à catedral onde planejavam iniciar uma marcha. Poucos dias depois, 19 integrantes do grupo foram presas novamente, sendo que 49 Damas de Branco e seus apoiadores foram impedidos de realizar uma

manifestação no centro de Havana em apoio a seus integrantes de Santiago de Cuba e de outras províncias do leste. Em diversas ocasiões, as Damas de Branco relataram terem sido submetidas a agressões físicas e verbais por apoiadores do governo durante a realização de marchas pacíficas. Em outubro, 26 integrantes das Damas de Branco foram brevemente detidas pelas autoridades a fim de impedi-las de participar de uma reunião após a morte de sua líder, Laura Pollán, em outubro. Em julho, mais de 20 membros do Grupo de Apoio às Damas de Branco foram detidos um dia antes da realização de uma passeata convocada pelas Damas para acontecer na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Palma Soriano, província de Santiago de Cuba. Dissidentes a caminho da igreja também foram detidos e impedidos de participar da marcha pacífica.

Embargo dos EUA contra Cuba

Em 1º de janeiro de 2011, os EUA anunciaram que fariam pequenas alterações ao embargo, ampliando as permissões de viagens à Cuba para fins educacionais, culturais, religiosos e jornalísticos. Em outubro, pelo 20º ano consecutivo, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução pedindo que os EUA suspendessem seu embargo econômico e comercial à ilha, o qual vigora desde 1961.

Órgãos da ONU que operam em Cuba, tais como OMS, UNICEF e UNFPA, continuam a reportar os efeitos negativos do embargo dos EUA sobre a saúde da população, principalmente sobre os grupos marginalizados. Em consequência da imposição de restrições à importação de bens fabricados por empresas estadunidenses e suas subsidiárias, ou produzidos conforme a lei de patentes dos EUA, ainda há dificuldade de acesso a certos produtos de primeira necessidade, a equipamentos, a remédios e a materiais de laboratório.

Visitas/relatórios da AI

Desde 1990, as autoridades cubanas não permitem que a Anistia Internacional visite o país.

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:	Mohamed Hussein Tantawi (sucedeu Muhammad Hosni Mubarak em fevereiro)
Chefe de governo:	Kamal Ganzouri (sucedeu Essam Sharaf em dezembro, o qual sucedeu Ahmed Shafik em março, que sucedeu Ahmed Nazif em janeiro)
Pena de morte:	retencionista
População:	82,5 milhões
Expectativa de vida:	73,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	21 por mil
Taxa de alfabetização:	66,4 por cento

Pelo menos 840 pessoas foram mortas e 6 mil ficaram feridas, principalmente pela polícia e por outras forças de segurança, durante a "Revolução de 25 de Janeiro", que forçou o presidente Hosni Bubarak a renunciar ao cargo em fevereiro. O Conselho Supremo das Forças Armadas, chefiado por Mohamed Hussein Tantawi, substituiu Hosni Mubarak, que foi levado a julgamento junto com seus filhos e outras autoridades. Ainda assim, os protestos prosseguiram; em alguns casos, o exército e a polícia reagiram com força excessiva. O Conselho Supremo libertou presos políticos e permitiu o registro de partidos políticos e de sindicatos independentes que antes estavam proibidos; porém, manteve o estado de emergência que vigora há 30 anos, criminalizou as greves, aumentou as restrições aos meios de comunicação e recorreu a tribunais militares para julgar e sentenciar mais de 12 mil civis. Muitos deles foram presos por se envolverem com os contínuos protestos contra o que consideravam o demorado andamento das reformas. O Serviço de Investigações da Segurança do Estado (SSI), a famigerada força policial de Hosni Mubarak, foi extinta; porém, a tortura de detidos continuou sendo uma prática comum e generalizada, tendo assumido uma ultrajante nova dimensão quando diversas mulheres foram forçadas pelos militares a se submeterem a "testes de virgindade" enquanto se encontravam detidas. O exército despejou à força moradores de assentamentos informais (favelas) no Cairo e outros lugares, bem como pessoas que ocuparam prédios públicos abandonados em busca de moradia. Apesar de as mulheres terem sido uma

força de destaque nas manifestações egípcias, elas continuaram a ser discriminadas tanto na lei quanto na prática. Persistiu a discriminação contra as minorias religiosas, sobretudo contra os cristãos coptas. Pelo menos 123 sentenças de morte foram impostas e pelo menos uma pessoa foi executada. Os guardas de fronteira continuaram a atirar contra imigrantes, refugiados e requerentes de asilo que tentavam cruzar a divisa entre Egito e Israel, na região do Sinai. Em 2011, pelo menos 20 pessoas teriam sido mortas nesses incidentes, inclusive na fronteira com o Sudão; outras foram processadas ou devolvidas à força para países onde corriam risco de sofrer sérias violações de direitos humanos. Segundo informações, algumas dessas pessoas eram vítimas de tráfico humano.

Informações gerais

O Presidente Mubarak renunciou, em 11 de fevereiro, depois de 30 anos no poder e após 18 dias de extensos protestos, fundamentalmente pacíficos, que aconteceram por todo o Egito, aos quais as forças de segurança responderam com força letal e excessiva. De acordo com as informações oficiais, pelo menos 840 pessoas foram mortas ou morreram no contexto das manifestações, e mais de 6 mil ficaram feridas. Milhares de pessoas foram detidas; muitas foram torturadas ou sofreram abusos. Os militares assumiram o poder na figura do Conselho Supremo das Forças Armadas; porém, designaram primeiros-ministros e ministros interinos civis até as eleições parlamentares, que tiveram início em novembro e deveriam estar concluídas no início de 2012. Eleições presidenciais foram prometidas para meados de 2012.

Imediatamente após a queda de Hosni Mubarak, o Conselho Supremo suspendeu a Constituição de 1971, dissolveu o Parlamento e editou uma Declaração Constitucional assegurando uma série de direitos. Além disso, o conselho libertou centenas de pessoas que se encontravam sob detenção administrativa. Em março, a poderosa, mas há muito proscrita, Irmandade Muçulmana, bem como outras organizações que haviam sido banidas, obtiveram permissão para registrarem-se e funcionarem legalmente, tendo, posteriormente, disputado as eleições parlamentares. O braço político da Irmandade Muçulmana, o Partido da Liberdade e da Justiça, surgiu como o partido mais forte segundo as

primeiras contagens de votos. O Partido Nacional Democrático, de Hosni Mubarak, foi dissolvido em abril.

Em março, após duas semanas de pressão dos manifestantes, o ministro do Interior resolveu dismantlar o Serviço de Investigações da Segurança do Estado (SSI), a força policial de segurança famosa por suas torturas e outros abusos. Antes que o órgão fosse extinto, ativistas invadiram os escritórios do SSI em Alexandria e no Cairo, depois que começaram a surgir notícias de que os agentes do SSI estavam destruindo as evidências de abusos dos direitos humanos. O SSI foi substituído pela Agência de Segurança Nacional. Não estava claro se algum mecanismo de apuração de antecedentes havia sido estabelecido para impedir o recrutamento ou a transferência de agentes do SSI implicados em tortura ou em outras violações dos direitos humanos. No entanto, o chefe do SSI foi indiciado por envolvimento na morte de manifestantes em janeiro e fevereiro.

O Conselho Supremo das Forças Armadas manteve o estado de emergência nacional e, em setembro, ampliou a Lei de Exceção a fim de criminalizar ações tais como o bloqueio de ruas, a teleradiodifusão de rumores e atos considerados como "atentado à liberdade de trabalho". Emendas ao Código Penal endureceram as penas para "comportamento violento", sequestro e estupro, que se tornaram passíveis de pena capital, e foi promulgada a Lei Nº 34 de 2011, criminalizando as greves e qualquer forma de protesto considerada "impeditiva do trabalho". Após os episódios de violência que deixaram 28 pessoas mortas em outubro, o Conselho Supremo proibiu a discriminação com base em gênero, origem, idioma, religião ou crença.

Tortura e outros maus-tratos

Apesar da dissolução do SSI, cujos agentes torturaram impunemente, houve denúncias constantes de tortura e de outros maus-tratos por parte da polícia e das forças armadas, sendo que vários detentos morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas. Em junho, a Procuradoria Geral criou um comitê de três juizes para examinar denúncias de tortura. Ao passo que algumas das acusações contra a polícia foram investigadas, nenhuma das denúncias contra as forças armadas foi alvo de inquérito adequado, nem levou à instauração de processos.

■ Mostafa Gouda Abdel Aal foi preso, em 9 de março, na Praça Tahrir, no Cairo, por soldados que o espancaram e o arrastaram até as proximidades do Museu Egípcio. Lá, seus olhos foram vendados, suas mãos amarradas às costas, e ele foi atirado ao chão, onde foi atingido por canhões d'água e por choques elétricos no pênis e nas nádegas, tendo sido golpeado nas costas com um cabo. Ele passou a noite dentro de uma van, junto com outros detidos, antes de ser levado à Prisão Militar de Heikstep, onde eles foram surrados e ridicularizados por interrogadores militares. Os oficiais não lhes perguntaram sobre seus ferimentos, que eram visíveis, nem por que suas roupas estavam manchadas de sangue. Além disso, eles foram atingidos com bastões de eletrochoque e depois julgados por um tribunal militar realizado no refeitório da prisão. Após julgamentos totalmente injustos, eles foram sentenciados a penas de prisão que variavam entre 1 e 7 anos, sendo então transferidos para o presídio de Tora. No dia 23 de março, após o perdão do Conselho Supremo das Forças Armadas, eles foram libertados. Mostafa Gouda Abdel Aal ainda apresentava marcas visíveis da tortura a que fora submetido.

■ Em 26 de outubro, dois policiais foram sentenciados a penas de sete anos de prisão, por um tribunal de Alexandria, pelo homicídio de Khaled Said, cuja morte, em junho de 2010 (após ser brutalmente espancado pela polícia em público), tornou-se uma bandeira das manifestações anti-Mubarak. O tribunal ignorou as conclusões de uma segunda autópsia, a qual afirmava que ele morreu depois que uma quantidade de drogas embrulhada em plástico foi empurrada pela sua garganta para que fosse engolida. Em dezembro, a promotória recorreu da sentença.

Julgamentos injustos

A partir de 28 de janeiro, quando a polícia foi retirada das ruas e o exército foi mobilizado para policiar as manifestações, as pessoas acusadas de delitos e de atos de violência relacionados aos protestos passaram a ser julgadas perante tribunais militares ao invés de perante tribunais penais regulares, apesar de os acusados serem civis. Os tribunais militares não eram nem independentes nem imparciais. Até agosto, de acordo com o poder judiciário militar, aproximadamente 12 mil pessoas haviam sido julgadas em tribunais militares, acusadas de delitos tais como "comportamento violento", não

cumprimento do toque de recolher, danos à propriedade, e "insulto ao exército" ou "impedimento ao trabalho". Muitas dessas pessoas foram soltas depois de sentenciadas à prisão com pena suspensa ou depois de serem indultadas; porém, milhares delas permaneciam detidas no fim do ano.

■ Amr Abdallah Al Beheiry foi sentenciado a cinco anos de prisão, em fevereiro, depois que um tribunal militar condenou-o por descumprir o toque de recolher e por agredir um policial. Ele havia sido preso, pela primeira vez, em 26 de fevereiro, quando soldados e policiais militares dispersaram à força manifestantes que se reuniam em frente ao prédio do Parlamento, no Cairo. Muitos dos presos foram espancados e submetidos a choques elétricos antes de serem soltos. Amr Abdallah Al-Beheiry, porém, foi preso novamente, ao que parece porque as lesões corporais causadas ao policial foram filmadas. O juiz militar que presidiu seu julgamento, o qual foi flagrantemente injusto, recusou-se a permitir que ele fosse representado por um advogado contratado por sua família, insistindo que seu advogado fosse designado pelo tribunal. Primeiro, ele foi enviado para a Prisão de Wadi Guedid, onde ele e outros presos teriam sido agredidos pelos guardas, somente podendo sair de suas celas uma vez por dia para usar o sanitário. Depois disso, ele foi transferido para a Prisão de Wadi Natroun, onde se encontrava no fim do ano, aguardando para entrar com recurso.

■ Cinco trabalhadores que se sentaram em protesto diante do edifício do Ministério do Petróleo, depois de serem demitidos da Egyptian General Petroleum Corporation, foram presos e processados com base na Lei N° 34 de 2011, tendo sido julgados e condenados, em junho, por um tribunal militar. Eles receberam sentenças de prisão com pena suspensa.

Uso excessivo da força

As forças de segurança usaram força letal e também recorreram a outros usos excessivos da força antes da queda de Hosni Mubarak. Além disso, guardas penitenciários atiraram e mataram alguns presos já condenados. Após a queda do presidente, o exército, a polícia militar e as forças de segurança centrais continuaram a usar a força, inclusive de modo excessivo, para dispersar os protestos de manifestantes que expressavam sua indignação e frustração com o ritmo lento das reformas políticas e de direitos humanos. Em certas ocasiões, os manifestantes foram atacados e entraram em choque

com "pistoleiros" – homens armados vestidos à paisana que se acredita terem ligação com a polícia ou com correligionários do partido que detinha o poder. Em muitos casos, as forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e atiraram indiscriminadamente contra os manifestantes usando cartuchos de chumbo e balas de borracha. Também atiraram com munição real e, pelo menos em uma ocasião, arremeteram veículos militares blindados contra os manifestantes, atropelando alguns deles.

■ No dia 9 de outubro, uma manifestação realizada principalmente por cristãos coptas, diante do prédio da TV estatal Maspero, foi dispersada com extrema violência pelas forças de segurança, as quais alegaram que grupos de homens armados vestidos à paisana haviam provocado a violência. Vinte e oito pessoas, a maioria manifestantes, mas também um soldado, foram mortas. Diversas pessoas ficaram feridas, muitas por serem atingidas com munições reais ou atropeladas por soldados que investiram contra elas com carros blindados. O Conselho Supremo das Forças Armadas ordenou uma investigação do incidente. Com o retorno dos protestos e a volta dos manifestantes à Praça Tahrir, no Cairo, o Conselho encaminhou o caso ao ministério público, que, por sua vez, designou um juiz de instrução para investigar. O julgamento de três soldados acusados de homicídio culposo pela morte de 14 manifestantes em Maspero teve início em dezembro, antes que o juiz de instrução tivesse apresentado suas conclusões.

■ Em novembro, as forças de segurança usaram gás lacrimogêneo e dispararam com cartuchos de chumbo e projéteis reais contra os manifestantes, em cinco dias de confronto próximo à sede do Ministério do Interior, no Cairo, depois que o exército e as forças de segurança centrais dispersaram manifestantes e familiares de vítimas da "Revolução de 25 de Janeiro" que estavam na Praça Tahrir. Cerca de 51 pessoas morreram e mais de 3 mil ficaram feridas, enquanto outras foram presas e depois processadas por se reunirem de modo ilegal, atacarem manifestantes com espingardas, obstruírem o tráfego, destruírem propriedade e atacarem funcionários do Estado.

■ Em dezembro, a polícia militar e outras forças de segurança usaram força excessiva e desproporcional, além de munição real, para dispersar manifestantes que se reuniam nas proximidades de edifícios ministeriais. Pelo menos 17 pessoas foram mortas, a maioria por armas de fogo, e uma centena de outras

ficaram feridas ou foram presas. Várias mulheres relataram terem sido brutalmente espancadas e ameaçadas de violência sexual enquanto detidas.

Liberdade de expressão e de associação

Antes da queda de Hosni Mubarak, as autoridades tentaram frustrar os esforços dos manifestantes que buscavam organizar-se, ordenando que linhas de telefonia e internet fossem cortadas. Sob o comando do Conselho Supremo das Forças Armadas, novas restrições foram impostas aos meios de comunicação, e as forças de segurança realizaram diligências policiais em estações de televisão, além de ameaçarem prender jornalistas e blogueiros. Algumas ações do Conselho também visaram às ONGs de direitos humanos.

■ Maikel Nabil Sanad, um blogueiro, foi sentenciado a três anos de prisão em abril, após um julgamento injusto perante um tribunal militar, por ter "insultado" o Conselho, por ter criticado o uso de força excessiva contra os manifestantes na Praça Tahrir e por ter se oposto ao serviço militar obrigatório. Em agosto, ele iniciou uma greve de fome; porém, seguiu preso, apesar de um tribunal militar de recursos ter ordenado um novo julgamento em outubro. Ele foi transferido para um hospital psiquiátrico, por petição de um advogado em um processo do qual nem ele nem seus advogados tomaram conhecimento. Após o novo julgamento por um tribunal militar, sua pena foi reduzida para dois anos. Prisioneiro de consciência, Maikel permanecia detido no fim do ano, e não estava recebendo tratamento médico adequado. Em 31 de dezembro, ele encerrou sua greve de fome.

As autoridades afirmaram que estavam examinando o registro legal e o financiamento de aproximadamente 37 organizações de direitos humanos, e que a promotoria do Supremo Tribunal de Segurança do Estado estava considerando se ingressaria com ações judiciais por "traição" e "conspiração" contra as organizações que se acreditasse estarem funcionando sem registro, que tivessem recebido financiamento do exterior sem o consentimento das autoridades, ou que estivessem envolvidas com atividades políticas "não permitidas". O Banco Central ordenou que todos os bancos fornecessem informações sobre as transações financeiras das ONGs e de ativistas individuais ao Ministério da Solidariedade e Justiça Social. Em dezembro, as forças de segurança realizaram

incursões policiais em aproximadamente 17 ONGs de direitos humanos, confiscando seus computadores e documentos.

Direitos das mulheres

Apesar do importante papel que tiveram nas manifestações egípcias, tanto antes quanto depois da queda de Hosni Mubarak, as mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática. Algumas mulheres ativistas e jornalistas foram alvo de abusos sexuais e de outra natureza.

■ Todas as 18 mulheres que foram detidas quando o exército retirou à força os manifestantes da Praça Tahrir, em 9 de março, com exceção de uma, foram despidas para serem revistas. Sete foram submetidas a "testes de virgindade", uma forma de tortura, na Prisão Militar de Heikstep, tendo sido ameaçadas de que, caso não fossem consideradas virgens, seriam indiciadas por prostituição. Antes disso, as 18 haviam sido levadas com outros detidos até o Museu Egípcio, onde foram algemadas, surradas com bastões e mangueiras, submetidas a choques elétricos no peito e nas pernas, e insultadas pelos soldados. Apesar de serem civis, 17 delas foram levadas perante um tribunal militar, no dia 11 de março, sendo soltas dois dias depois. Muitas foram condenadas por delitos tais como apresentar comportamento desordeiro e obstrução do tráfego, sendo sentenciadas a penas suspensas de prisão. Em dezembro, um tribunal administrativo considerou que os testes eram ilegais e ordenou que os militares os suspendessem.

■ A jornalista Mona Eltahawy foi presa e detida por 12 horas pelas forças de segurança no dia 24 de novembro, em meio aos confrontos entre manifestantes e forças de segurança. Ela contou ter sido agredida sexualmente pelos agentes de segurança e depois espancada, tendo sofrido fraturas na mão esquerda e no braço direito.

O Conselho Supremo das Forças Armadas acabou com o sistema de quotas da lei eleitoral que previa a reserva de 64 cadeiras do parlamento (12 por cento do total) para mulheres. Em vez disso, o órgão passou a requerer que cada partido político incluísse pelo menos uma mulher em sua relação de candidatos, sem que ela precisasse estar bem posicionada na lista.

Discriminação – coptas

Houve um aumento nos episódios de violência entre as comunidades muçulmanas e as cristãs coptas, pois estas continuaram submetidas à discriminação e sentiam-se inadequadamente protegidas pelas autoridades. Os ataques sectários contra coptas e suas igrejas por supostos islamistas parecem ter aumentado depois que o Conselho Supremo das Forças Armadas assumiu o poder. A matança de coptas na manifestação de Maspero, em outubro, exacerbou as tensões.

■ Confrontos eclodiram em Imbaba, um bairro operário de Giza, em 7 de maio, quando supostos islamistas atacaram uma igreja porque teriam acreditado que uma mulher convertida ao islamismo estaria sendo mantida ali contra sua vontade. Quinze pessoas morreram, entre coptas e muçulmanos, e muitas outras ficaram feridas. Residências e negócios pertencentes a coptas foram avariados, e outra igreja local foi incendiada. Inicialmente, o exército teria deixado de intervir, mas depois resolveu abrir fogo, matando diversas pessoas. Muitos moradores de Imbaba, inclusive feridos, foram presos. Apesar de a maioria ter sido solta em 26 de maio, o julgamento de 48 pessoas, muçulmanos e coptas, perante o Supremo Tribunal de Segurança do Estado (de Emergência), no Cairo, prosseguia no fim do ano.

Impunidade e prestação de contas

Embora as autoridades tenham processado alguns dos supostos responsáveis por orquestrar a matança de janeiro e fevereiro, elas não fizeram justiça aos familiares das pessoas mortas e feridas durante a "Revolução de 25 de Janeiro". Policiais e outros integrantes das forças de segurança indiciados ou implicados em homicídios ou lesões corporais aos manifestantes permaneceram em seus cargos ou foram transferidos para funções administrativas no Ministério do Interior. Muitos teriam pressionado ou induzido familiares e testemunhas a retirarem suas denúncias. Integrantes das forças armadas e policiais cometeram abusos dos direitos humanos com impunidade, inclusive torturas e homicídios ilegais.

■ Em abril, começou o julgamento do ex-ministro do Interior e de seis ex-assessores por acusações referentes à matança de manifestantes. O caso foi vinculado ao de Hosni Mubarak e de seus dois filhos. Em agosto, todos eles foram a julgamento, acusados de homicídio premeditado e de tentativa de homicídio. O

juízo, cujas duas primeiras sessões foram transmitidas nacionalmente pela televisão, prosseguia no fim do ano.

Direito à moradia adequada – despejos forçados

Milhares de pessoas continuaram a viver em áreas de assentamentos informais – no Cairo e outros lugares – identificadas oficialmente como "inseguras" para moradia devido a desmoronamentos e outros perigos. Os moradores também corriam risco de serem despejados à força. O exército despejou à força os residentes de algumas "áreas inseguras", assim como pessoas que ocupavam prédios públicos vazios para abrigar-se. As pessoas despejadas não foram consultadas, nem receberam avisos prévios razoáveis, geralmente sendo deixadas sem teto.

Os planos oficiais para realojar os moradores de áreas "inseguras" foram formulados pelos governos egípcios em colaboração com um fundo de Assistência ao Desenvolvimento de Assentamentos Informais, criado em 2008. Porém, os moradores afetados não foram consultados, nem informados sobre os detalhes do plano. Denominado *Cairo 2050*, o plano não foi divulgado nem apresentado para consulta integral das comunidades de assentados informais com maior probabilidade de serem afetadas por ele, apesar de o Ministério da Habitação ter afirmado, em agosto, que o plano não acarretaria despejos forçados.

No período posterior à "Revolução de 25 de Janeiro", houve um aumento das ocupações de edifícios públicos vazios. As autoridades locais reagiram chamando o exército e a polícia de choque para despejar os ocupantes à força, o que foi feito sem qualquer aviso prévio.

■ Em Zerkara, uma das áreas designadas como "inseguras" em Porto Said, o exército demoliu, no início de julho, os barracos de aproximadamente 200 famílias, deixando 70 delas desabrigadas. As pessoas atingidas só foram avisadas um dia antes e não foram consultadas. Muitas das famílias deixadas sem teto eram encabeçadas por mulheres. Semanas mais tarde, o governador local anunciou planos de fornecer aos moradores 3.500 novas unidades residenciais até junho de 2012, parte delas em edifícios que seriam construídos no mesmo local. As demolições deixaram algumas famílias preocupadas com o fato de que também seriam despejadas à força, apesar das

correspondências oficiais prometendo que elas receberiam acomodações alternativas quando disponíveis.

■ Em julho, cerca de 200 famílias ficaram sem teto quando foram despejadas à força, sem qualquer advertência, de aproximadamente 20 edifícios, em Manshiyet Nasser, no Cairo, onde haviam assentado residência. Com a ajuda do "Comitê Popular Comunitário", criado por jovens na ocasião dos levantes, essas famílias foram realojadas na remota Cidade 6 de Outubro, a sudoeste de Giza.

Refugiados e migrantes

As forças de segurança continuaram a atirar contra migrantes estrangeiros, refugiados e requerentes de asilo que tentavam cruzar a fronteira entre o Egito e Israel, na região do Sinai, matando pelo menos 10 pessoas. Além disso, mataram 10 cidadãos eritreus que tentaram entrar no Egito através do Sudão. Muitos outros foram atingidos por tiros e feridos – alguns gravemente – ou foram presos e julgados em tribunais militares por "entrada ilegal", sendo sentenciados a penas de prisão. Pelo menos 83 refugiados e requerentes de asilo foram deportados para países em que corriam risco de sofrer sérias violações de direitos humanos; muitos eram cidadãos eritreus. No fim do ano, mais de 100 refugiados e requerentes de asilo continuavam sob risco de devolução forçada.

Traficantes de pessoas estariam extorquindo, estuprando, torturando e matando refugiados, requerentes de asilo e migrantes que cruzam a Península do Sinai em direção a Israel, bem como removendo seus órgãos para serem comercializados no mercado negro.

Pena de morte

Pelo menos 123 pessoas foram sentenciadas à morte; entre elas, pelo menos 17 que foram condenadas depois de julgamentos injustos perante tribunais militares. Pelo menos uma pessoa foi executada.

■ Mohamed Ahmed Hussein, condenado pelo atropelamento proposital de fiéis cristãos coptas que saíam de uma igreja na região do Alto Egito, em 6 de janeiro de 2010, foi enforcado no dia 10 de outubro de 2011.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Egito de janeiro a março, em maio, em junho e de agosto a dezembro.

"We are not dirt": Forced evictions in Egypt's informal settlements (MDE 12/001/2011)

Egypt: Human rights activists detained in Egypt (MDE 12/008/2011)

Egypt: Human rights agenda for change (MDE 12/015/2011)

Egypt: Constitution proposals faltering first step to reform (MDE 12/023/2011)

Egypt rises: Killings, detentions and torture in the "25 January Revolution" (MDE 12/027/2011)

Time for justice: Egypt's corrosive system of detention (MDE 12/029/2011)

10 steps for human rights: Amnesty International's human rights manifesto for Egypt (MDE 12/046/2011)

Women demand equality in shaping new Egypt (MDE 12/050/2011)

Broken promises: Egypt's military rulers erode human rights (MDE 12/053/2011)

Arms transfers to the Middle East and North Africa: Lessons for an effective Arms Trade Treaty (ACT 30/117/2011)

E

ESPAÑA

REINO DA ESPANHA

Chefe de Estado: **Rei Juan Carlos I de Borbón**

Chefe de governo: **Mariano Rajoy (sucedeu**

José Luis Rodríguez Zapatero em dezembro)

Penal de morte: **aboliconista para todos os crimes**

População: **46,5 milhões**

Expectativa de vida: **81,4 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos: **4,1 por mil**

Taxa de alfabetização: **97,7 por cento**

Houve denúncias de uso excessivo da força pela polícia durante manifestações. A Espanha manteve o regime de detenção incommunicável de pessoas suspeitas de delitos relacionados ao terrorismo. Pessoas de minorias étnicas foram alvo de abordagens policiais para verificação de identidade. O grupo armado Euskadi Ta Askatasuna anunciou o fim da luta armada.

Informações gerais

No dia 10 de janeiro, o grupo armado basco Euskadi

Ta Askatasuna (ETA) declarou, de modo unilateral, um cessar-fogo geral e permanente. No dia 20 de outubro, o ETA anunciou que renunciaria à luta armada.

Manifestações do movimento conhecido como 15M, ou "Indignados", aconteceram em diversas cidades da Espanha, a partir de 15 de maio. Os manifestantes demandavam mudanças nos sistemas político e econômico, bem como nas políticas sociais referentes a emprego, à educação e à saúde.

Em 20 de novembro, o conservador Partido Popular venceu as eleições gerais por maioria absoluta e, em dezembro, Mariano Rajoy foi eleito primeiro-ministro.

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias de uso excessivo da força por agentes policiais durante as manifestações do movimento 15M, ocorridas por toda a Espanha entre maio e agosto.

■ No dia 27 de maio, policiais de choque da força de polícia autônoma da Catalunha (*Mossos d'Esquadra*) intervieram para dispersar os manifestantes que se reuniam na Praça da Catalunha, em Barcelona. Laudos médicos e imagens em vídeo corroboraram as denúncias de que a polícia de choque golpeou manifestantes visivelmente pacíficos com seus cassetetes e atirou contra eles com balas de borracha. Ao que parece, os policiais não estavam usando seus números de identificação nos uniformes. Em 8 de junho, o governo catalão declarou que não seria necessário realizar qualquer inquérito sobre as denúncias de uso de força excessiva.

■ Angela Jaramillo relatou que, quando estava parada, sozinha, próximo das manifestações na Calle Castellana, em Madri, no dia 4 de agosto, um policial do batalhão de choque golpeou-a no rosto e nas pernas. Uma mulher que prestou ajuda à Angela contou que ela também foi golpeada repetidamente com cassetetes pela polícia de choque, tendo sofrido lesões no pescoço, nos quadris e nas pernas. No dia seguinte, ambas apresentaram queixas contra a polícia.

■ Em 17 de outubro, a Audiência Provincial, o tribunal superior de Barcelona, sentenciou dois policiais municipais a 27 meses de prisão pela tortura de um estudante de Trinidad e Tobago em setembro de 2006. Os dois policiais já haviam se envolvido em outro incidente, no início de 2006, quando outros três

homens ingressaram com ações por maus-tratos contra os policiais; porém, as investigações sobre as denúncias foram encerradas em julho de 2007.

Em janeiro, o governo catalão aboliu o Código de Ética Policial, o qual incorporava na legislação local o Código Europeu de Ética Policial. O Comitê de Ética Policial, com mandato para receber e examinar queixas individuais sobre a conduta de policiais, bem como para avaliar o cumprimento do Código de Ética Policial pela instituição, foi suspenso depois que a maioria de seus membros renunciou.

■ No fim do ano, os dois policiais acusados da morte de Osamuya Akpitaye enquanto ele estava sendo deportado à força da Espanha, em junho de 2007, ainda não haviam sido levados a julgamento.

■ Em novembro, o Tribunal Supremo absolveu quatro guardas civis condenados pelo Tribunal Penal de Guipúzcoa, em dezembro de 2010, pela tortura de Igor Portu e Mattin Sarasola, enquanto os dois se encontravam sob custódia da polícia, em 6 de janeiro de 2008.

■ Ali Aarrass, cidadão marroquino-belga suspeito de delitos relacionados ao terrorismo no Marrocos, foi sentenciado a 15 anos de prisão em Rabat, em novembro. Em dezembro de 2010, ele havia sido extraditado da Espanha para o Marrocos, em violação às medidas provisórias determinadas pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU. Depois disso, seus advogados, na Bélgica, fizeram várias denúncias de que os serviços de segurança marroquinos o haviam torturado durante o interrogatório e de que ele não tivera um julgamento justo. Uma queixa contra a Espanha, apresentada ao Comitê de Direitos Humanos, ainda tramitava no fim do ano.

■ Mohamed Zaher Asade e Hasan Alhusein, dois cidadãos sírios libertados da prisão em setembro de 2010 após cumprirem sentenças de oito anos por delitos relacionados ao terrorismo, permaneciam sob risco de expulsão para a Síria, apesar do risco bastante real de sofrerem tortura ou outros maus-tratos ao retornarem. Mohamed Zaher Asade havia recorrido da expulsão; porém, seu pedido para que o cumprimento da ordem de expulsão fosse suspenso até que se chegasse a uma conclusão final foi indeferido. Uma ordem de expulsão expedida em agosto contra Hasan Alhusein ainda não havia sido decidida no final do ano.

Segurança e combate ao terrorismo – detenção incomunicável

A Espanha continuou a ignorar os apelos de organismos internacionais de direitos humanos para que o país abolisse o uso da detenção em regime incomunicável de pessoas suspeitas de delitos relacionados ao terrorismo. Sob tal regime, as pessoas poderiam ficar detidas por até 13 dias sem que pudessem ter acesso a um advogado de sua escolha, a uma consulta privada com o advogado indicado pelo Estado, ou a um médico de sua escolha, e sem que sua família fosse informada de seu paradeiro.

■ Em março, no caso *Beristain Ukar v Espanha*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Espanha havia infringido a Convenção Europeia de Direitos Humanos. O país não havia conduzido uma investigação efetiva das denúncias de maus-tratos praticados contra Aritz Beristain Ukar durante o período em que ele esteve detido incomunicável, em setembro de 2002.

■ Em 15 de fevereiro, o Tribunal Supremo absolveu Mohamed Fahsi da acusação de pertencer a uma organização terrorista, tendo ordenado uma investigação sobre suas denúncias de que fora torturado enquanto detido incomunicável por quatro dias, em janeiro de 2006.

■ Em 25 de janeiro, um tribunal de primeira instância de Madri ordenou uma investigação judicial da denúncia feita por Maria Mercedes Alcocer de que fora torturada durante sua detenção incomunicável em dezembro de 2008. Em 30 de maio de 2011, o Tribunal Supremo reverteu a condenação de Maria Mercedes Alcocer por colaboração com um grupo armado, uma vez que a única prova contra ela era uma declaração que ela própria havia feito enquanto detida incomunicável.

Racismo e discriminação

Pessoas pertencentes a minorias étnicas continuaram a ser alvos de abordagens policiais discriminatórias para verificação de identidade, enquanto que os ativistas que observavam tais abordagens foram processados judicialmente por obstrução do trabalho da polícia. Em março, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) exortou a Espanha a parar com a prática de abordagens policiais de verificação de identidade baseadas em filtragens étnicas ou raciais; porém, no fim do ano, as

autoridades continuavam a negar essa prática, de modo que nenhuma medida foi tomada para erradicá-la.

Em novembro, o governo aprovou uma Estratégia de Combate ao Racismo, à Discriminação e a outras formas correlatas de intolerância. Entretanto, um projeto de lei antidiscriminatória não conseguiu ser aprovado antes das eleições parlamentares de novembro.

■ Dois municípios da Catalunha, Lleida e El Vendrell alteraram seus regulamentos a fim de proibir o uso do véu que cobre toda a face, em edifícios e espaços públicos municipais. Outros 13 municípios da região iniciaram processos para adotar proibições similares. Em junho, o Tribunal Superior de Justiça da Catalunha endossou a proibição de Lleida, tendo decidido que cobrir o rosto era incompatível com o princípio da igualdade entre mulheres e homens.

■ Em setembro, o governo catalão apresentou um projeto de emenda da legislação que regula o estabelecimento de locais de culto. O projeto propunha anular a exigência de que os municípios disponibilizassem um local para construção de novos locais de culto. A falta de lugares disponíveis para cultos atingia de modo mais rigoroso as minorias religiosas, como muçulmanos e cristãos evangélicos.

Violência contra mulheres e meninas

De acordo com o Ministério da Saúde, Políticas Sociais e Igualdade, 60 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros em 2011.

■ Susana Galeote foi assassinada por seu ex-companheiro em fevereiro. Em 2010, ela apresentou uma queixa e solicitou uma ordem de afastamento contra ele. Ela havia solicitado ajuda através do serviço telefônico de assistência disponibilizado pelo governo para vítimas de violência de gênero. Seu pedido foi recusado, pois o serviço considerou que ela apresentava baixo risco de sofrer agressão.

Uma emenda feita em julho à Lei de Estrangeiros previa que procedimentos de expulsão contra mulheres em situação migratória irregular, as quais tivessem denunciado sofrer violência baseada em gênero, não mais seriam iniciados até que a ação penal movida contra o agressor fosse resolvida. Caso os procedimentos de expulsão já houvessem iniciado, seriam suspensos até a conclusão da denúncia.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Segundo dados publicados pelo Ministério do Interior, houve um aumento no número de migrantes irregulares que chegam à Espanha pelo mar.

De acordo com o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, 3.414 pessoas requereram asilo durante o ano. Somente 326 requerentes receberam reconhecimento como refugiados, e 595 receberam proteção subsidiária.

Apesar de, pelo menos, quatro sentenças do Tribunal Superior de Justiça da Andaluzia reconhecendo o direito dos requerentes de asilo de circularem livremente dentro do território espanhol, o Ministério do Interior continuou a impedir os requerentes de asilo em Ceuta e Melilla de ingressarem em território continental.

Desaparecimentos forçados

A definição de desaparecimentos forçados como um crime contra a humanidade, na legislação doméstica, continuou muito aquém das obrigações impostas pelo direito internacional, apesar de a Espanha ter ratificado a Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados.

O processo contra o juiz Baltasar Garzón, por violação da Lei de Anistia de 1977, ainda aguardava conclusão. Em 2008, Baltasar Garzón iniciou uma investigação sobre os crimes cometidos durante a Guerra Civil e sob o regime de Franco, que incluíam o desaparecimento forçado de mais de 114 mil pessoas entre 1936 e 1951.

■ Em 13 de abril de 2010, familiares de duas vítimas de desaparecimentos forçados sob o regime franquista apresentaram uma queixa, na Argentina, com base no princípio da jurisdição universal. Uma juíza federal da Argentina pediu que o governo espanhol informasse "se está sendo investigada nesse país a existência de um plano sistemático, generalizado, deliberado e planejado para aterrorizar espanhóis partidários da forma representativa de governo, através de sua eliminação física e do desaparecimento 'legalizado' de menores de idade com perda de sua identidade", realizados no período entre 17 de julho de 1936 e 15 de junho de 1977. Em junho, o governo respondeu ao Judiciário argentino que as investigações estavam sendo conduzidas na Espanha. No fim do ano, o caso ainda tramitava.

Justiça internacional

As investigações sobre 13 casos de supostos crimes de direito internacional cometidos fora da Espanha contra cidadãos espanhóis, ou baseados no princípio da jurisdição universal, tramitavam perante o Tribunal Superior espanhol. Porém, a investigação transcorria de maneira muito lenta e enfrentava diversos desafios, tais como a falta de cooperação de outros Estados.

■ Em julho, o Tribunal Central de Instrução Nº 1 incluiu acusações de crimes baseados na identidade de gênero nas investigações referentes aos crimes de genocídio, terrorismo e tortura perpetrados na Guatemala durante o conflito interno ocorrido entre 1960 e 1996.

■ Em outubro, o Tribunal Central de Instrução Nº 1 indiciou três soldados estadunidenses acusados da morte de José Couso, cinegrafista de uma televisão espanhola, em Bagdá, em 2003. Até o fim do ano, nenhum dos suspeitos havia sido levado a julgamento.

Direito à moradia

O direito espanhol não previa quaisquer meios de acesso a recursos jurídicos adequados e eficazes para fazer cumprir os direitos econômicos, sociais e culturais. Não havia qualquer lei sobre transparência ou sobre o acesso à informação relativa a tais direitos.

■ Em setembro, uma família marroquina, com um visto de residência válido, foi despejada à força de sua residência em Cañada Real, Madri. O despejo foi executado durante a noite, em violação às normas internacionais. Embora a família houvesse sido notificada do despejo, tendo interposto recurso, eles não foram consultados nem receberam qualquer oferta de moradias alternativas adequadas.

Direitos das crianças

Em outubro, o Defensor do Povo comunicou suas preocupações relativas aos testes utilizados para determinar a idade dos menores que entravam desacompanhados na Espanha. Mesmo diante de passaportes com os dados relevantes, os resultados dos testes eram usados para decidir se os menores desacompanhados teriam acesso à proteção e a serviços.

Ainda não havia lei alguma em consonância com as normas internacionais para regulamentar a colocação de crianças em centros para menores que apresentassem distúrbios comportamentais ou

sociais. Em setembro, uma comissão especial do Senado afirmou a necessidade de que as mais altas garantias fossem oferecidas, bem como de que houvesse esclarecimento, definição e coordenação sobre as respectivas responsabilidades de diferentes autoridades.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Espanha em março, abril e novembro.

📄 Spain: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination, 78th Session February 2011 (EUR 41/003/2011)

📄 Spain: Amnesty International concerned by reports of excessive use of force by police against demonstrators (EUR 41/008/2011)

📄 Spain: New reports of excessive use of force by police against demonstrators (EUR 41/010/2011)

📄 Stop racism, not people: Racial profiling and immigration control in Spain (EUR 41/011/2011)

E

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de governo:

Barack H. Obama

Pena de morte:

retencionista

População:

313,1 milhões

Expectativa de vida:

78,5 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos:

7,8 por mil

Quarenta e três homens foram executados no decorrer do ano, enquanto persistiam as preocupações sobre a crueldade das condições prisionais. Um grande número de indivíduos continuou sob detenção militar indefinida em Guantánamo. O governo anunciou que buscaria a imposição da pena de morte contra seis desses detentos, em julgamentos conduzidos por comissões militares. No fim do ano, aproximadamente três mil pessoas eram mantidas na unidade de detenção dos EUA na base aérea de Bagram, no Afeganistão. O emprego de força letal, no contexto do combate ao terrorismo, foi motivo de sérias preocupações, bem como as constantes denúncias de uso excessivo da força em ações policiais no âmbito doméstico.

Segurança e combate ao terrorismo

Detenções em Guantánamo

Ao fim de 2011, quase dois anos depois do prazo estipulado pelo Presidente Obama para o fechamento da unidade de detenção de Guantánamo, 171 homens continuavam detidos na base, entre eles, quatro condenados por comissões militares.

Um detento foi transferido da base durante o ano. Dois detentos morreram, ambos de nacionalidade afegã, um por causas naturais e outro supostamente por suicídio. Com esses óbitos, sobe para oito o número de detentos que se sabe terem morrido na base.

No dia 31 de dezembro, o Presidente Obama promulgou a Lei de Autorização da Defesa Nacional. Entre outras coisas, a lei prevê que, para combater o terrorismo, pessoas podem ser detidas por tempo indeterminado sem que, para isso, precisem ser acusadas ou julgadas.

Julgamentos dos detentos de Guantánamo

No dia 4 de abril, o secretário da Justiça anunciou que cinco detentos de Guantánamo acusados de envolvimento nos ataques de 11 de setembro de 2001 – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi – seriam julgados por comissão militar. A decisão contrariava o anúncio que ele fez, em dezembro de 2009, de que os cinco seriam julgados em tribunais federais regulares nos Estados Unidos. O secretário da Justiça culpou os congressistas pela reviravolta no caso, pois eles "impuseram restrições que impediam o governo de levar algum detento de Guantánamo a julgamento em qualquer lugar dos Estados Unidos". Os promotores recomendaram que, se condenados, os cinco deveriam receber a pena de morte. Os julgamentos ainda não haviam iniciado no fim do ano. Antes de serem transferidos para Guantánamo, em 2006, os cinco detentos foram mantidos incomunicáveis por períodos de até quatro anos, sob custódia secreta dos EUA.

Em setembro, a autoridade convocadora das comissões militares encaminhou o processo contra o cidadão saudita Abd al Rahim al-Nashiri para julgamento; se condenado, ele poderá receber a pena de morte. O governo afirmou que Abd al-Nashiri poderá ser detido novamente, por tempo indeterminado, mesmo que absolvido pela comissão militar responsável por julgá-lo, o que ainda não havia ocorrido até o fim do ano.

Em fevereiro, o cidadão sudanês Noor Uthman Muhammed admitiu perante uma comissão militar ser culpado de fornecer material de apoio ao terrorismo, sendo sentenciado a 14 anos de prisão. Com exceção do cumprimento de 34 meses da pena, o restante da sentença foi suspenso em troca de sua colaboração em testemunhar para os Estados Unidos em futuros procedimentos de comissões militares ou tribunais federais.

O caso de Noor Uthman Muhammed eleva para seis o número de indivíduos condenados por comissão militar desde 2001, quatro dos quais se declararam culpados.

O cidadão canadense Omar Khadr, que tinha 15 anos quando foi capturado pelas forças estadunidenses em 2002, permanecia em Guantánamo no fim de 2011. Em 2010, ele havia sido sentenciado a 40 anos de prisão por uma comissão militar, depois de declarar-se culpado de cinco acusações de "crimes de guerra". Posteriormente, sua sentença foi limitada para oito anos. As autoridades canadenses e estadunidenses concordaram em apoiar sua transferência ao Canadá depois que ele cumprir um ano da pena sob custódia dos EUA. Esse primeiro ano completou-se em outubro.

O Tribunal Revisor das Comissões Militares emitiu pareceres nos casos de dois cidadãos iemenitas, Salim Ahmed Hamdan e Ali Hamza Ahmad Suliman al Bahlul, condenados por comissão militar. Em ambos os casos, o tribunal manteve as condenações e as sentenças.

O cidadão tanzaniano Ahmed Khalfan Ghailani, condenado por um tribunal federal de primeira instância, em novembro de 2002, por envolvimento nos atentados à bomba contra embaixadas dos EUA no leste da África, em 1998, foi sentenciado à prisão perpétua em janeiro. Ele havia sido mantido sob custódia secreta da CIA por dois anos, e sob custódia militar dos EUA, em Guantánamo, por quase três anos, antes de ser transferido para Nova York, em 2009. No fim de 2011, ele continuava sendo o único ex-detento de Guantánamo a ser transferido para julgamento em um tribunal federal dos EUA.

Detenções dos EUA no Afeganistão

Centenas de detidos foram encarcerados no Centro de Detenção de Parwan que os EUA possuem na base aérea de Bagram, no Afeganistão. Aproximadamente 3.100 detentos eram mantidos no

local, um número cerca de três vezes maior que o do ano anterior. Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a maioria era cidadãos afegãos capturados pelas forças da coalizão no sudeste e no leste do Afeganistão. Em janeiro, de acordo com o Pentágono, o processo de "transferência das operações de detenção" na unidade de Parwan para as autoridades afegãs havia iniciado com a entrega de um dos alojamentos para o controle do Ministério da Defesa afegão. (Veja a seção sobre o Afeganistão.)

Proseguiram os litígios nos tribunais federais de primeira instância dos Estados Unidos sobre se os detentos mantidos em Bagram poderiam ter acesso às cortes do país a fim de questionar a legalidade de sua detenção. Em maio de 2010, a Corte de Apelações dos EUA revogou uma decisão de 2009, de um tribunal federal de primeira instância, de que três detentos de Bagram – que não eram cidadãos afegãos e que estavam detidos fora do Afeganistão – poderiam ajuizar ações de *habeas corpus* nesse tribunal.

Outras detenções e julgamentos

Ahmed Abdulkadir Warsame, um cidadão somali, foi detido em abril, no Golfo de Aden, pelas forças estadunidenses, levado para os EUA no começo de julho e indiciado por delitos relacionados a terrorismo. Aparentemente, Ahmed Warsame foi mantido incomunicável por, pelo menos, seis semanas e em detenção secreta por, pelo menos, duas semanas antes de ser transferido para os EUA. As autoridades responderam às preocupações da Anistia Internacional sobre o tratamento recebido por ele antes da transferência afirmando que: "o governo dos EUA tem declarado constantemente que está em guerra com a Al Qaeda e forças aliadas, e que o governo poderá tomar todas as medidas legais, inclusive detenção, a fim de derrotar o inimigo".

Impunidade

Não houve responsabilização pelas violações de direitos humanos cometidas sob o governo do presidente George W. Bush como parte do programa secreto de detenções e transferências extrajudiciais (*renditions*) da CIA; ou seja, transferir pessoas da custódia de um Estado para a de outro, esquivando-se do devido processo judicial e administrativo.

Em 16 de maio, a Suprema Corte recusou uma audiência do caso *Mohamed v. Jeppesen*, de transferência extrajudicial. Manteve, assim, a decisão de 2010, de um tribunal de primeira instância, que

indeferia a ação impetrada por cinco homens sob o argumento de terem sido submetidos a desaparecimentos forçados, torturas ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes nas mãos de agentes dos Estados Unidos e de outros governos como parte do programa secreto de detenções e transferências extrajudiciais dos EUA. Em novembro, os cinco homens levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

No dia 30 de junho, o secretário da Justiça dos EUA anunciou que a "revisão preliminar" sobre os interrogatórios realizados sob o programa da CIA estava em vias de conclusão. Ele afirmou que havia aceitado as recomendações dos promotores de que uma "investigação criminal plena" fosse conduzida com relação às duas mortes em custódia; porém, não estava garantido que houvesse investigações adicionais em outros casos.

Em um parecer emitido em outubro, um juiz federal recusou-se a reconhecer que a CIA havia desacatado a Justiça ao destruir as fitas de vídeo contendo os interrogatórios dos detentos mantidos no programa secreto de detenções. As fitas – que continham gravações do uso de "técnicas de interrogatório intensificadas", como a asfixia com água ("*waterboarding*") – foram destruídas em 2005, mais de um ano *depois* de o tribunal ter ordenado que o governo apresentasse ou identificasse os materiais referentes ao tratamento dos detentos.

Uso de força letal

Osama bin Laden e várias outras pessoas foram mortas no dia 1º de maio, em um complexo na cidade de Abbottabad, no Paquistão, durante uma operação das forças especiais dos EUA. O governo dos Estados Unidos deixou claro que a operação havia sido conduzida de acordo com a teoria estadunidense de que existe um conflito armado global entre os EUA e a Al Qaeda, no qual o país não reconhece a aplicação do direito internacional dos direitos humanos. Na ausência de maiores esclarecimentos da parte das autoridades estadunidenses, a morte de Osama bin Laden poderá ser considerada ilegal.

Anwar al-Awlaki, Samir Khan e pelo menos outras duas pessoas foram mortas no Iêmen, em 30 de setembro, quando um avião teleguiado (*drone*) dos EUA atacou os veículos em que viajavam. Até o fim do ano, a Anistia Internacional ainda não havia recebido qualquer resposta das autoridades dos EUA

com relação às preocupações, manifestadas pela organização, de que tais mortes aparentavam configurar execuções extrajudiciais.

Uso excessivo da força

Pelo menos 43 pessoas morreram depois de serem atingidas por armas Taser pela polícia. Com essas mortes, o número desse tipo de óbitos chega a 497 desde 2001. Apesar de os médicos legistas terem atribuído a maioria das mortes a outros fatores, tais como problemas de saúde subjacentes, as armas Taser foram relacionadas como causa ou fator contribuinte em mais de 60 casos. Das pessoas que perderam a vida, a maioria estava desarmada e não apresentava ameaça grave quando foi eletrocutada.

Em maio, o Instituto Nacional de Justiça publicou um relatório sobre as mortes ocorridas após o uso de dispositivos condutores de energia, tais como as armas Taser. O relatório afirmava não haver "quaisquer evidências médicas conclusivas" a indicar um risco elevado de morte ou de lesões graves em adultos saudáveis expostos a tais dispositivos. Entretanto, o relatório observou que muitas das mortes atribuídas às armas Taser envolviam exposição múltipla ou prolongada aos choques elétricos, tendo recomendado que tal uso fosse evitado. O estudo observou ainda que tais margens de segurança podem não se aplicar ao caso de crianças pequenas, pessoas com problemas cardíacos, idosos, mulheres grávidas ou outras pessoas que "possam correr riscos".

A Anistia Internacional continua apelando para que os órgãos de aplicação da lei suspendam o uso de tais armas ou se limitem a usá-las exclusivamente em casos que envolvam ameaças imediatas de morte ou ferimentos graves.

Houve denúncias de que a polícia usou força excessiva contra manifestantes que participavam do movimento *Ocupe Wall Street*. Em Oakland, na Califórnia, os policiais que tentaram dispersar os manifestantes, em outubro e novembro, foram indiciados por lançar gás lacrimogêneo e disparar cartuchos não letais e granadas de *flash* de modo indiscriminado contra multidões pacíficas, ferindo gravemente pelo menos duas pessoas. Uma ação civil sobre o caso tramitava no final do ano. Em Tulsa, no estado de Oklahoma, e em Seattle, no estado de Washington, a polícia usou gás de pimenta contra manifestantes não violentos.

Em incidentes separados, três pessoas, entre elas dois adolescentes, foram atingidas por tiros e mortas por policiais da Patrulha de Fronteiras dos EUA, por supostamente terem atirado pedras nos policiais ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México. Duas dessas pessoas estariam do lado mexicano da fronteira, onde foram atingidas pelos tiros disparados dos EUA. Uma investigação do Departamento de Justiça dos EUA sobre os tiros que atingiram Sergio Adrián Hernández Güereca, de 15 anos, em circunstâncias similares, em 2010, ainda não havia sido concluída no fim do ano.

Condições prisionais

Na Califórnia, milhares de prisioneiros entraram em greve de fome, em julho e outubro, para protestar contra as condições cruéis de isolamento nas Unidades de Alojamento de Segurança do estado, conhecidas, na sigla em inglês, como SHUs. Na SHU da Penitenciária Estadual de Pelican Bay, mais de mil presos eram mantidos confinados em celas sem janelas, durante 22,5 horas por dia, em condições que, em 1995, um tribunal afirmou poderem "chegar aos limites derradeiros do que a maioria dos seres humanos pode tolerar psicologicamente". À época da greve de fome, mais de 500 internos de Pelican Bay já haviam passado pelo menos 10 anos nessa condição, sendo que 78 passaram 20 anos ou mais em uma SHU. No fim do ano, uma série de reformas estava sendo examinada, como a que alterava os procedimentos para impor o confinamento em SHU, por tempo indefinido, a supostos integrantes de gangues. A Anistia Internacional uniu-se a outras organizações para condenar as medidas disciplinares tomadas contra os presos que entraram em greve de fome e para pedir o fim das condições desumanas. Em outros estados, como Arizona e Texas, milhares de presos continuavam isolados em condições similares.

Bradley Manning, o soldado estadunidense acusado de vazar documentos para o Wikileaks, passou os primeiros 11 meses de sua detenção confinado a uma cela solitária em uma cadeia da marinha em Quantico, estado da Virgínia. Em abril, suas condições melhoraram quando ele foi transferido para uma unidade militar de segurança média, onde teve permissão de manter contato com outros internos que aguardavam julgamento. Uma audiência preliminar sobre as ações criminais imputadas contra ele teve início em 16 de setembro.

Direitos das crianças

Em março, os EUA declararam ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que apoiavam os objetivos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, bem como as recomendações feitas por outros governos, durante o processo de Revisão Periódica Universal, de que os EUA ratificassem a Convenção. No fim do ano, os Estados Unidos continuavam sendo um dos dois únicos países que não ratificaram esse tratado; o outro era a Somália.

Em agosto, Jordan Brown foi transferido para julgamento em um tribunal de menores no estado da Pensilvânia. Nos dois anos e meio anteriores, ele corria o risco de ser julgado como adulto e sentenciado à prisão perpétua, sem possibilidade de condicional, por um crime cometido quando ele tinha 11 anos de idade.

Em novembro, a Suprema Corte dos Estados Unidos aceitou examinar a proibição da imposição de prisão perpétua, sem condicional, para crimes de homicídio cometidos por menores de 18 anos; uma decisão era esperada para meados de 2012. Em 2010, a Corte proibiu a prisão perpétua sem condicional para crimes não homicidas cometidos por menores.

Direitos dos migrantes

Em setembro, um juiz federal suspendeu temporariamente algumas provisões de uma lei adotada no estado do Alabama sobre imigrantes sem documentação. Outros dispositivos da lei foram mantidos, tais como um artigo requerendo que as polícias estadual e local verifiquem o status migratório da pessoa durante abordagens de rotina no trânsito, quando houver "suspeitas razoáveis" de que possa tratar-se de um imigrante ilegal. A lei, a mais rigorosa desse tipo já adotada no país, estava sendo contestada no fim do ano pelo Departamento de Justiça dos EUA, por grupos religiosos e por entidades da sociedade civil. Legislações similares adotadas em estados como Geórgia, Carolina do Sul, Indiana e Utah também estavam sendo impugnadas em cortes federais.

Direito à saúde – mortalidade materna

Centenas de mulheres continuaram a morrer de complicações evitáveis da gravidez. Não houve qualquer avanço no sentido de alcançar as metas estabelecidas pelo governo para reduzir a mortalidade materna, e persistiram as disparidades baseadas em

raça, etnia, local de residência e faixa de renda. No decorrer do ano, diversos projetos de lei foram apresentados ao Congresso, dispondo sobre medidas para enfrentar disparidades na saúde, para direcionar fundos aos estados a fim de criar comitês de análise da mortalidade e para difundir melhores práticas. No fim do ano, nenhum desses projetos havia se transformado em lei.

As ações judiciais contestando a lei de reforma do sistema de saúde de 2010 prosseguiram.

Pena de morte

Quarenta e três presos – todos homens – foram executados nos EUA durante o ano, todos por injeção letal. Com essas mortes, elevou-se para 1.277 o número total de execuções efetuadas no país desde 1976, quando a Suprema Corte suspendeu uma moratória da pena de morte.

Em março, Illinois tornou-se o 16º estado abolicionista dos EUA. Em novembro, o governador do Oregon impôs uma moratória às execuções no estado e pediu que o sistema de pena capital passasse por uma "longa e já tardia reavaliação".

Em novembro, o estado de Idaho realizou sua primeira execução em 17 anos.

■ Eddie Powell foi executado no Alabama, em 16 de junho, apesar das evidências de que ele apresentava um grau de "retardo mental" que tornaria sua execução inconstitucional.

■ O cidadão mexicano Humberto Leal García foi executado no Texas em 7 de julho. Uma vez que ele teve seus direitos consulares negados após a prisão, sua execução violou as leis internacionais e uma ordem de cumprimento compulsório do Tribunal Internacional de Justiça.

■ Troy Davis foi executado na Geórgia em 21 de setembro apesar das sérias dúvidas sobre a credibilidade de sua condenação. Sua execução foi levada a cabo mesmo diante de centenas de milhares de apelos por clemência.

■ Manuel Valle foi executado na Flórida em 28 de setembro após três décadas no corredor da morte.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional participaram como observadores nos procedimentos das comissões militares em Guantánamo, em novembro, e visitaram os EUA em fevereiro, julho e novembro, quando visitaram unidades prisionais de isolamento na Califórnia, entre as quais a de Pelican Bay.

- 📖 USA: See no evil – government turns the other way as judges make findings about torture and other abuse (AMR 51/005/2011)
- 📖 USA: Digging a deeper hole – administration and Congress entrenching human rights failure on Guantánamo detentions (AMR 51/016/2011)
- 📖 Cruel conditions for pre-trial detainees in US federal custody (AMR 51/030/2011)
- 📖 EUA: 100 anos de solitária: os '3 de Angola' e sua luta por justiça (AMR 51/041/2011)
- 📖 USA: Remedy blocked again – Injustice continues as Supreme Court dismisses rendition case (AMR 51/044/2011)
- 📖 USA: An embarrassment of hitches – reflections on the death penalty, 35 years after *Gregg v. Georgia*, as states scramble for lethal injection drugs (AMR 51/058/2011)
- 📖 “This is where I’m going to be when I die” – children facing life imprisonment without the possibility of release in the USA (AMR 51/081/2011)
- 📖 USA: Amnesty International calls for urgent reforms to California security housing units as prison hunger strike resumes (AMR 51/085/2011)
- 📖 USA: Guantánamo – A decade of damage to human rights (AMR 51/103/2011)
- 📖 Deadly delivery: The maternal health care crisis in the USA – one year update, spring 2011 (AMR 51/108/2011)

FRANÇA

REPÚBLICA FRANCESA

Chefe de Estado:	Nicolas Sarkozy
Chefe de governo:	François Fillon
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	63,1 milhões
Expectativa de vida:	81,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	3,9 por mil

Uma nova instituição denominada Defensor dos Direitos iniciou suas atividades. Investigações sobre denúncias de tortura ou outros maus-tratos, incluindo mortes sob custódia, permaneceram insatisfatórias. Ciganos continuaram a ser despejados à força. Entrou em vigor uma lei que proíbe o uso em público de qualquer tipo de vestimenta que oculte o rosto. Muitos requerentes de asilo foram deixados desabrigados e em situação de indigência.

Mudanças legais, constitucionais ou institucionais

Em junho, foi designado o novo Defensor dos Direitos, o órgão que substitui a Ouvidora Nacional, a Comissão Nacional de Deontologia da Segurança, a Comissão de Combate à Discriminação e de Igualdade de Oportunidades, bem como a Defensoria da Criança. Há receio de que, para o exercício de suas diferentes atribuições, a instituição encontre dificuldades em manter os níveis de conhecimento e de independência que lhe são exigidos.

Em 1º de junho, entrou em vigor uma nova lei sobre detenção preventiva. Ela possibilita que as pessoas detidas sejam assistidas por um advogado a qualquer momento durante a detenção e o interrogatório, e exige que elas sejam informadas sobre seu direito de permanecer em silêncio. No entanto: o promotor pode postergar a presença de um advogado por até 12 horas por “razões de força maior”; as reuniões dos detidos com seus advogados continuaram a ser limitadas a 30 minutos; e continuou vigorando o regime especial de detenção preventiva para suspeitos de terrorismo ou de crime organizado, sob o qual o acesso a um advogado pode ser postergado por até 72 horas.

Tortura e outros maus-tratos

O Código Penal permaneceu sem uma definição de tortura em consonância com a Convenção da ONU contra a Tortura. Não houve investigações imediatas, independentes, imparciais e efetivas sobre denúncias de maus-tratos por parte de agentes da lei.

■ O julgamento de Arezki Kerfali por insultar um policial (acusação que ele nega) foi marcado para março de 2011, mas prorrogado até março de 2012. A denúncia de maus-tratos apresentada por Arezki Kerfali contra os policiais que o prenderam e o detiveram juntamente com seu amigo Ali Ziri, em 9 de junho de 2009, não foi investigada. Ali Ziri morreu na manhã seguinte, e Arezki Kerfali foi declarado inapto para trabalhar por oito dias em razão das lesões que sofreu sob custódia policial. No fim do ano, ele ainda sofria de sérios traumas psicológicos.

■ Em setembro, um juiz de instrução realizou audiência sobre a denúncia de maus-tratos feita por Lamba Soukouna contra policiais, em 8 de maio de 2008. Lamba Soukouna, que sofre de anemia falciforme, uma grave doença genética, afirmou ter sido severamente espancado por policiais, em local

próximo de sua casa, em Villepinte, um subúrbio de Paris. Ele precisou ser hospitalizado por três dias depois do incidente. Uma investigação sobre o caso ainda estava pendente.

Mortes sob custódia

Continuou a haver pouco progresso nas investigações relativas a mortes sob custódia policial, e permaneceram os receios quanto à independência dessas investigações.

■ Em abril, uma nova autópsia confirmou que Ali Ziri, um homem de 69 anos, morreu por falta de oxigênio, causada pelas técnicas de contenção a que foi submetido e por um quadro de vômitos enquanto esteve sob custódia policial em 9 de junho de 2009. Em dezembro, o Promotor Público de Pontoise pediu que o caso fosse encerrado, embora os policiais envolvidos na prisão e traslado de Ali Ziri e Arezki Kerfali para a delegacia de Argenteuil não tivessem sido interrogados.

■ Em abril, ocorreu a reconstituição da detenção de Abou Bakari Tandia na delegacia de Courbevoie, na noite de 5 para 6 de dezembro de 2004. Ele entrou em coma durante sua detenção e morreu em um hospital, em 24 de janeiro de 2005. Em junho, um novo laudo emitido pelo Instituto Médico Legal de Paris confirmou que a pressão exercida por um policial sobre o peito de Abou Bakari Tandia levou à falta de oxigenação que causou sua morte. No entanto, em dezembro, a juíza de instrução requereu um sexto laudo médico para determinar a causa da morte de Abou Bakari Tandia. O advogado de sua família posteriormente solicitou que o caso fosse transferido para a competência de outro tribunal. No fim do ano, o policial que dominou Abou Bakari Tandia não havia sido interrogado e continuava em serviço.

■ Em abril, ocorreu a reconstituição da prisão de Mohamed Boukrourou, que morreu ao ser preso, dentro de uma van da polícia, em 12 de novembro de 2009, em Valentigney. Um laudo de autópsia anterior havia concluído que insuficiência cardíaca foi a causa provável da morte e havia registrado lesões que poderiam ter sido causadas por terceiros. O laudo requeria exames médicos adicionais para esclarecer as circunstâncias. Até o fim do ano, os quatro policiais envolvidos em sua prisão não haviam sido interrogados como suspeitos. Em dezembro, o Defensor dos Direitos concluiu que Mohamed Boukrourou havia sido submetido a “tratamento desumano e degradante” e

requereu procedimentos disciplinares contra os quatro policiais.

■ Em outubro, foi marcado para janeiro de 2012 o julgamento de sete policiais, homens e mulheres, envolvidos na prisão e traslado de Abdelhakim Ajimi, que morreu ao ser preso, em Grasse, em maio de 2008. Dois policiais seriam julgados por homicídio culposo e outros cinco por omissão de socorro a uma pessoa em perigo.

■ A investigação sobre a morte de Lamine Dieng durante sua prisão em 17 de junho de 2007, em Paris, não avançou. Uma acareação entre seus familiares e os policiais acusados estava prevista para outubro a fim de auxiliar os investigadores a decidir sobre dar ou não seguimento ao caso. No entanto, a acareação foi cancelada, pela segunda vez, sem justificativa e sem definição de nova data. Lamine Dieng foi detido por policiais na rua e depois em um veículo da polícia, onde perdeu a consciência e morreu por asfixia mecânica. No fim do ano, os policiais envolvidos continuavam em serviço.

Discriminação

Atos de discriminação contra pessoas pertencentes a minorias étnicas e religiosas continuaram a ser registrados por organizações de direitos humanos.

A discriminação contra os ciganos continuou a ocorrer. Acampamentos e casas improvisadas habitados por ciganos continuaram a ser destruídos em supostos despejos forçados. Em junho, o Comitê Europeu dos Direitos Sociais concluiu que os despejos de acampamentos ciganos, em meados de 2010, “tiveram como pano de fundo a discriminação étnica, envolvendo a estigmatização do povo cigano e a coação na forma de ameaça de expulsão imediata da França”. O Comitê concluiu ainda que as expulsões de ciganos para a Romênia e a Bulgária, em 2010, foram discriminatórias.

■ Em 1º de setembro, entre 150 e 200 ciganos foram despejados à força de moradias improvisadas, que foram demolidas em um acampamento em St. Denis (Paris). A polícia antimotim forçou os ciganos a embarcarem em um trem, sem indicação de destino, violando seu direito à liberdade de movimento.

Em junho, o parlamento rejeitou uma proposta de legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Uma lei que proíbe o uso em público de qualquer peça de indumentária que oculte o rosto entrou em

vigor em 11 de abril. Em 22 de setembro, duas mulheres foram multadas por um Tribunal Administrativo com base nessa lei.

Ao longo de 2011, diversas iniciativas políticas e legislativas foram encaminhadas com o objetivo de fortalecer o princípio do secularismo. Em 2 de março, o ministro da Educação declarou que os pais que acompanham crianças na saída da escola não devem usar símbolos religiosos. A mesma proibição também foi aplicada a estudantes adultos cursando formação profissional.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Uma nova lei restringiu ainda mais os direitos de requerentes de asilo e de migrantes. Em junho, o parlamento aprovou uma lei de migração que amplia a duração máxima da detenção de migrantes irregulares à espera de expulsão de 32 para 45 dias. Além disso, se um grupo de dez ou mais migrantes irregulares ou requerentes de asilo for interceptado próximo à fronteira da França, eles serão mantidos em uma “área de contenção” por até 26 dias. Seus requerimentos de ingresso na França para solicitar asilo serão examinados; caso sejam considerados

“manifestamente infundados”, tais pessoas serão devolvidas aos seus países de origem. Elas terão apenas 48 horas para recorrer da decisão, o que pode impedi-las de ingressar com uma solicitação de asilo.

Cerca de dois terços dos requerentes de asilo na França não tiveram acesso a centros de recepção para requerentes de asilo, o que contraria seus direitos sob a legislação nacional e da União Europeia. Consequentemente, muitos ficaram desabrigados e vivendo na indigência. Eles não receberam permissão para trabalhar enquanto suas solicitações estavam sendo analisadas e, na maioria dos casos, tiveram negada a permissão de trabalho durante o processo de recurso.

Em agosto, o ministro do Interior declarou que, se alcançado, o objetivo de expulsar 30 mil migrantes irregulares seria o “melhor resultado historicamente registrado na França”. Em outubro, ele anunciou que atingiria essa meta.

Em abril, o Conselho de Administração da Agência Francesa para a Proteção de Refugiados e Pessoas Apátridas (OFPRA) acrescentou a Albânia e o Kosovo à lista de países (de origem) “seguros” para requerentes de asilo. Demandas submetidas por

requerentes de asilo vindos de países “seguros” são examinadas mediante procedimentos sumários, e tais pessoas podem ser devolvidas à força antes que seu recurso tenha sido examinado. Em novembro, o ministro do Interior anunciou que o orçamento para a concessão de asilo seria reduzido e que a lista de países de origem “seguros” seria ampliada. Ele afirmou que o sistema francês de concessão de asilo estava “sob risco” porque foi utilizado por migrantes econômicos para entrar e permanecer na França. Em dezembro, o Conselho de Administração da OFPRA acrescentou Armênia, Bangladesh, Montenegro e Moldávia à lista de países “seguros”.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a França em maio, junho, setembro e outubro.

France: Authorities must stop forcibly evicting Roma (EUR 21/001/2011)

France: Authorities must act swiftly to fully investigate suspected arson attack on Roma squat in Paris (EUR 21/002/2011)

France “Our lives are left hanging”: Families of victims of deaths in police custody wait for justice to be done (EUR 21/003/2011)

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:	Malam Bacai Sanhá
Chefe de governo:	Carlos Gomes Júnior
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,5 milhão
Expectativa de vida:	48,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	192,6 por mil
Taxa de alfabetização:	52,2 por cento

A tensão entre os militares continuou a ser uma fonte potencial de instabilidade. Houve informações sobre uma tentativa de golpe no final de dezembro. Com a falta de progresso nas investigações sobre os assassinatos de personalidades políticas e militares em 2009, milhares de pessoas saíram às ruas para exigir o fim da impunidade. A liberdade de expressão esteve ameaçada com a ordem de fechamento de um jornal que apontou o envolvimento de um militar no

assassinato do ex-Presidente do país. Em julho, foi aprovada uma lei que proíbe a mutilação genital feminina (MGF) e, em outubro, foi aberto um processo contra duas pessoas que executavam essa prática.

Informações gerais

Magistrados e outros funcionários da Justiça realizaram diversas greves no decorrer do ano, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

Em fevereiro, a União Europeia (UE) suspendeu parcialmente a ajuda ao desenvolvimento. A UE também ameaçou congelar os bens e cancelar os vistos de vários oficiais militares e de outras autoridades suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas e com a perturbação da paz, da segurança e da estabilidade. Além disso, reiterou sua exigência de que os assassinatos políticos ocorridos em 2009 sejam investigados.

Em março, um contingente de 600 policiais e militares angolanos foram destacados para participar da Missão de Segurança Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), que visa a auxiliar no processo de treinamento e reforma do setor de segurança do país. Depois que a UE encerrou sua Missão para Reforma do Setor de Segurança, em setembro de 2010, o governo angolano concordou em prover os fundos necessários para treinar e reformar a polícia e as forças armadas.

Em junho, a Assembleia Nacional Popular aprovou uma série de novas leis, como uma que proíbe a mutilação genital feminina (MGF) e outra voltada à prevenção e punição do tráfico de pessoas. Ambas as leis foram promulgadas em julho e passaram a vigorar imediatamente.

Em julho, milhares de pessoas participaram das manifestações organizadas por 10 partidos políticos de oposição na capital, Bissau, para protestar contra a falta de progresso nas investigações sobre os assassinatos políticos de 2009. Os manifestantes também exigiam a renúncia do primeiro-ministro e a instauração de processo contra ele e outras autoridades acusadas de responsabilidade pelos crimes.

Em agosto, o novo procurador-geral da República, recém-designado, prometeu combater a corrupção, o crime organizado e a impunidade.

No fim de dezembro, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas anunciou que havia sido frustrada uma tentativa de golpe envolvendo soldados e civis,

inclusive um ex-ministro e um parlamentar. Outras informações davam conta de uma rebelião militar motivada por desavenças entre os chefes do Estado Maior das Forças Armadas e da Marinha.

Aproximadamente 50 pessoas, na maioria soldados, teriam sido presas. Cerca de 10 foram libertadas em seguida, sem acusações. Pelo menos 25 pessoas permaneciam presas.

Execuções extrajudiciais

Em 27 de dezembro, a Polícia de Intervenção Rápida executou Iaia Dabó de modo extrajudicial no momento em que ele se preparava para entregar-se à Polícia Judiciária. Ele era suspeito de ter participado de uma suposta tentativa de golpe no dia anterior. Até o fim do ano, ninguém havia sido preso em razão de sua execução. Iaia Dabó era irmão de um político que foi morto por soldados em junho de 2009, após ser acusado de envolvimento com outro suposto golpe.

Impunidade

Ninguém foi levado à Justiça para responder pelos assassinatos de políticos e de militares graduados ocorridos antes e durante 2009.

Em março, o então procurador-geral anunciou que as investigações sobre a morte do presidente João Bernardo Vieira e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Tagme Na Waie, haviam atingido um impasse devido às dificuldades em coletar evidências.

Em maio, ele também anunciou que não havia provas de uma tentativa de golpe de Estado em junho de 2009, tendo encerrado provisoriamente a investigação. O então procurador-geral remeteu o processo sobre o assassinato de dois políticos, no contexto do suposto golpe, para o Tribunal Militar Superior, que, segundo ele, teria competência para julgar o caso. O tribunal militar, porém, resolveu recusar o caso e encaminhá-lo ao Supremo Tribunal de Justiça. Até o fim do ano, nenhuma decisão havia sido tomada sobre a competência para conduzir o processo.

Violência contra mulheres e meninas **Mutilação genital feminina (MGF)**

Em julho, foi aprovada uma nova lei que proíbe a MGF e que pune quem aplica essa prática com penas de 1 a 5 anos de prisão. Em outubro, duas *fanatecas* (como são chamadas as mulheres que realizam a MGF) e uma terceira mulher foram presas

na cidade de Bafatá, região leste do país, após serem acusadas de submeter quatro meninas à MGF no mês de setembro. As quatro meninas, entre 2 e 5 anos de idade, que pertencem à mesma família, foram levadas pela avó para serem mutiladas. Ela foi uma das pessoas presas em outubro. Depois de passarem alguns dias detidas, as três mulheres foram postas em liberdade condicional, à espera de maiores investigações, tendo que se apresentar diariamente ao Ministério Público. Até o fim do ano, o caso não havia chegado aos tribunais.

Liberdade de expressão – jornais

Em abril, o governo ordenou que o semanário *Última Hora* fosse fechado, depois de o jornal ter publicado um artigo contendo trechos de um relatório oficial, ainda não publicado, que, aparentemente, implicava o então Chefe do Estado Maior da Armada no assassinato do Presidente Vieira. Após uma ampla condenação por parte de grupos da sociedade civil, o governo negou que tivesse ordenado o fechamento do jornal. Não obstante, o governo lançou um alerta para que todos os jornais fossem prudentes em suas reportagens; caso contrário, perderiam suas licenças.

Visitas/relatórios da AI

Uma delegação da Anistia Internacional visitou Guiné-Bissau em março.

Nos campos, predominava a violência contra mulheres e meninas. Condições sanitárias precárias e acesso limitado à água contribuíram para disseminar o cólera e provocar novos surtos da doença. O sistema de justiça haitiano enfrentava o desafio de acabar com a impunidade para os graves abusos dos direitos humanos e para os crimes contra a humanidade cometidos sob o governo de Jean-Claude Duvalier (1971-1986).

Informações gerais

Em janeiro, depois de quase 25 anos de exílio na França, Jean-Claude Duvalier retornou ao Haiti. As autoridades judiciais reabriram imediatamente uma investigação criminal por fraude e desvio de fundos públicos, bem como uma investigação sobre crimes contra a humanidade, que teve início depois que as vítimas começaram a apresentar denúncias. Em março, o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que havia sido destituído em 2004, retornou ao Haiti após sete anos de exílio na África do Sul.

Também em março, Michel Martelly venceu o segundo turno das eleições presidenciais contra Mirlande Manigat e foi eleita Presidenta do Haiti. O primeiro turno, realizado em novembro de 2010, acabou em impasse entre a maioria dos candidatos e a junta eleitoral, a qual foi acusada de manipular a votação em favor do candidato oficial, Jude Célestin. Observadores eleitorais nacionais e internacionais também criticaram o processo eleitoral.

Michel Martelly tomou posse em 14 de maio; porém, não havia conseguido formar um governo até outubro, quando a Assembleia Nacional aceitou a designação de Garry Conille como primeiro-ministro.

O mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) foi renovado até outubro de 2012, com redução no contingente policial e militar.

A grave epidemia de cólera, que eclodiu em outubro de 2010, prosseguia. Houve novos surtos no final de 2011. Até o fim do ano, haviam sido registrados mais de 523.904 casos da doença e 7.018 mortes. A introdução de uma cepa do cólera proveniente do sul da Ásia foi amplamente atribuída aos soldados nepaleses que compunham a força de paz da ONU, posicionados na parte alta do rio Artibonite, onde se originou a epidemia. Em maio, um painel de especialistas internacionais independentes, incumbidos pelo secretário-geral da ONU de determinar a causa da eclosão, concluiu que a

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado:	Michel Joseph Martelly (sucedeu René García Préval em maio)
Chefe de governo:	Garry Conille (sucedeu Jean-Max Bellerive em outubro)
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	10,1 milhões
Expectativa de vida:	62,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	86,7 por mil
Taxa de alfabetização:	48,7 por cento

O número de pessoas desalojadas pelo terremoto de 2010 e que viviam em campos improvisados diminuiu de 1,3 milhão pra 500 mil no fim de 2011.

epidemia de grandes proporções foi provocada por uma combinação de fatores, tais como a contaminação do rio Artibonite por fezes e as deficiências nos sistemas de coleta de água, de saneamento e de saúde. Em novembro, o Instituto por Justiça e Democracia no Haiti, com sede nos Estados Unidos, e seu parceiro haitiano, o Birô dos Advogados Internacionais, apresentaram à unidade responsável por demandas judiciais da MINUSTAH – conforme os procedimentos estabelecidos no Acordo sobre o Status da Força (SOFA) – uma queixa contra a ONU pedindo reparação, para mais de 5 mil vítimas, pela negligência que resultou na eclosão do cólera.

A insegurança alimentar atingia quase a metade da população; 800 mil pessoas não tinham acesso regular a produtos alimentícios básicos. Em outubro, pela primeira vez, a situação dos direitos humanos no Haiti foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU.

Pessoas desalojadas dentro do país

No decorrer de 2011, o número de pessoas desalojadas dentro do país diminuiu de 1,3 milhão em janeiro para pouco mais de 500 mil em dezembro. Entretanto, ainda havia mais de 900 campos improvisados registrados nas áreas afetadas pelo terremoto. A reconstrução de abrigos temporários e semipermanentes acelerou um pouco, mas num ritmo ainda lento para atender à demanda. Nos campos, o acesso à água e a saneamento piorava cada vez mais, aumentando a incidência do cólera. A insegurança alimentar afetava os desabrigados que viviam nos campos da região metropolitana de Porto Príncipe de forma mais aguda do que o restante da população.

Despejos forçados

Sem respeito pelo devido processo, autoridades locais e proprietários de terras despejaram à força, de terras públicas e privadas, milhares de famílias que haviam sido desalojadas.

■ Em julho, policiais e funcionários da prefeitura de Porto Príncipe despejaram à força, sem o devido processo, 514 famílias que viviam no estacionamento do estádio Sylvio Cator. Somente 110 famílias receberam oferta de transferência para outro local, onde não havia saneamento adequado. Em maio de 2010, as mesmas famílias haviam sido removidas à

força do campo de futebol e transferidas para o estacionamento.

Violência contra mulheres e meninas

A violência sexual era amplamente disseminada nos campos de desabrigados e nas comunidades marginalizadas; muitas das vítimas eram meninas de pouca idade. A imensa maioria dos responsáveis pelos crimes não foi levada à Justiça. O acesso a cuidados de saúde para sobreviventes de violência de gênero e de violência sexual continuou limitado à região metropolitana de Porto Príncipe, sendo praticamente inexistente nas áreas rurais.

Sobreviventes de violência sexual enfrentaram múltiplos obstáculos para ter acesso à Justiça. Nem a polícia nem as autoridades judiciais contavam com os recursos necessários para investigar e processar os responsáveis. Embora um número crescente de sobreviventes de violência sexual e de gênero esteja denunciando esses fatos, a maioria ainda se mantém em silêncio devido ao estigma social associado a tais crimes e ao medo de represálias dos agressores.

A ministra da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres trabalhava na elaboração de um projeto de lei voltado à prevenção, à punição e à eliminação da violência contra a mulher. A lei previa, entre outras coisas, a criação de tribunais especiais em todo o país, para tratar de casos de violência contra as mulheres, e punições mais rigorosas para todas as formas de violência motivadas por gênero. Como parte de um plano estratégico de três anos para combater a violência contra a mulher, o governo criou uma unidade de coordenação para questões de gênero e de mulheres dentro da Polícia Nacional do Haiti.

Impunidade – crimes de direito internacional

O ex-presidente Jean-Claude Duvalier estava sendo investigado por crimes contra a humanidade e por crimes contra a ordem econômica. As investigações sobre crimes contra a humanidade cometidos sob seu governo transcorriam devagar. Em julho, o juiz de instrução apresentou suas conclusões ao procurador do governo perante o tribunal de primeira instância de Porto Príncipe. Entretanto, no fim do ano, a procuradoria ainda não havia decidido que procedimentos seriam adotados a seguir. Apoiadores de Jean-Claude Duvalier estavam submetendo vítimas

de abusos dos direitos humanos e agentes judiciais a agressões verbais. A inexistência de quaisquer medidas de apoio e proteção a testemunhas continuava sendo um dos maiores obstáculos para que as vítimas e seus familiares buscassem justiça.

Sistema de justiça

O problemático sistema de justiça haitiano continuou sendo fonte de violações dos direitos humanos, mantendo milhares de pessoas sob detenção provisória prolongada. Segundo a Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos do Haiti, menos de 30 por cento dos presos foram julgados e condenados. Menores de 18 anos eram igualmente encarcerados enquanto aguardavam julgamento, alguns por vários anos; apenas 23 por cento dos meninos e nenhuma das 18 meninas haviam sido julgados no fim do ano.

A precária infraestrutura e a falta de recursos humanos e financeiros dentro do sistema de justiça resultaram em imenso acúmulo de processos e na superlotação extrema das prisões. Mais de 275 internos morreram devido à epidemia do cólera.

■ Joseph foi preso em abril de 2006 acusado de estupro. Na época, ele tinha 12 anos. Em outubro de 2011, continuava preso aguardando julgamento. Ele foi levado à presença de um juiz, pela primeira vez, em novembro de 2008. Desde então, tem ficado detido em uma unidade para menores.

Julgamento de policiais pela execução extrajudicial de prisioneiros

Treze policiais e outros 21 homens, inclusive agentes penitenciários, foram a julgamento por participação na matança de pelo menos 12 internos em uma penitenciária civil da cidade de Les Cayes, em janeiro de 2010, durante uma rebelião. Uma decisão ainda era aguardada no fim do ano.

Visitas/relatórios da AI

✈ Representantes da Anistia Internacional visitaram o Haiti em janeiro, junho, setembro e dezembro.

📄 Aftershocks: Women speak out against sexual violence in Haiti's camps (AMR 36/001/2011)

📄 Haiti: "You cannot kill the truth" – the case against Jean-Claude Duvalier (AMR 36/007/2011)

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	Pratibha Patil
Chefe de governo:	Manmohan Singh
Pena de morte:	retencionista
População:	1.241,5 milhões
Expectativa de vida:	65,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	65,6 por mil
Taxa de alfabetização:	62,8 por cento

O governo manteve-se focado no crescimento econômico, por vezes, à custa da proteção e da promoção dos direitos humanos dentro do país e no exterior. Aproximadamente 250 pessoas foram mortas devido aos constantes combates entre maoístas armados e forças de segurança em diversos estados das regiões central e leste da Índia. Pelo menos 40 pessoas foram mortas em atentados à bomba em Mumbai e Déli. A campanha conduzida por Anna Hazare, pela adoção de leis mais abrangentes de combate à corrupção, obteve alguns êxitos iniciais; porém, o projeto de lei não foi aprovado no Parlamento. As comunidades adivasis (aborígenes) intensificaram seus protestos contra as tentativas das corporações de adquirir e explorar os minérios de suas terras sem o seu consentimento livre, prévio e informado, conseguindo que alguns projetos fossem suspensos. As autoridades adotaram novos marcos jurídicos alterando questões referentes a aquisições de terras, restituição e mineração. Defensores dos direitos humanos enfrentaram a ira de órgãos estatais e não estatais, alguns deles tendo sido indiciados por subversão e por outras acusações de caráter político. Muitos foram ameaçados, hostilizados e intimidados, e, pelo menos, quatro ativistas foram mortos.

As autoridades estenderam seu convite permanente para que todos os mecanismos de Procedimentos Especiais da ONU visitem o país. No entanto, tortura e outros maus-tratos, execuções extrajudiciais, mortes sob custódia e detenções administrativas eram praticadas extensivamente em diversos estados. Ainda se aguardava que as novas iniciativas jurídicas para criminalizar a tortura produzissem resultados. Os mecanismos institucionais voltados à proteção dos direitos humanos permaneceram fracos, e os procedimentos

judiciais para assegurar justiça às vítimas de violações passadas, tais como execuções extrajudiciais e assassinatos em massa, eram lentos. Tal situação persistiu mesmo com a adoção de novas leis para garantir justiça e reparação às vítimas dos episódios de violência intercomunitária. Violações e abusos do passado continuaram não sendo tratadas no âmbito das atuais iniciativas de paz para Nagaland e Assam. Os tribunais sentenciaram pelo menos 110 pessoas à morte; porém, pelo sétimo ano consecutivo, nenhuma execução foi realizada.

Informações gerais

O rápido crescimento econômico verificado em alguns setores urbanos essenciais desacelerou, em parte como consequência da recessão global e da alta inflacionária. O crescimento dos últimos anos praticamente não chegou a vastas áreas do território rural da Índia, onde a pobreza endêmica em que as comunidades viviam foi agravada pela estagnação do setor agrícola e por problemas de segurança alimentar. Segundo estimativas oficiais, entre 30 a 50 por cento da população da Índia era constituída por pessoas que viviam na pobreza. Pelo menos 15 por cento da população vivia em condições precárias nas favelas urbanas, sem acesso adequado a cuidados de saúde, à água, à comida e à educação.

A eleição da Índia para o Conselho de Segurança e para o Conselho de Direitos Humanos da ONU veio sublinhar sua posição de destaque nos âmbitos internacional e regional. O país deu passos positivos para colaborar com os mecanismos de Procedimentos Especiais das Nações Unidas. Em janeiro, o relator especial da ONU sobre a situação dos defensores dos direitos humanos visitou a Índia a partir de um convite oficial. Em setembro, em uma ação inédita, as autoridades emitiram um convite permanente a todos os procedimentos especiais temáticos da ONU.

Houve relutância das autoridades em se manifestarem quanto às crises de direitos humanos ocorridas na região e em outros lugares. A Índia manteve silêncio com relação às violações cometidas no curso dos dramáticos eventos do Oriente Médio e do norte da África, bem como com relação àquelas cometidas no vizinho Mianmar. Ademais, o país não apoiou as demandas para que o Sri Lanka fosse responsabilizado pelas violações cometidas em 2009, ao final da guerra que assolou aquele país.

Violência entre forças de segurança, milícias e maoístas

No estado de Chhattisgarh, prosseguiram os embates entre os maoístas armados e as forças de segurança apoiadas pela milícia Salwa Judum, patrocinada por esse estado. Ambos os lados rotineiramente atacavam civis, sobretudo adivasis, e cometiam assassinatos, sequestros e incêndios criminosos. Somente em Chhattisgarh, mais de 3 mil pessoas, inclusive combatentes, foram mortos nos confrontos, desde 2005. Aproximadamente 25 mil pessoas permaneciam desalojadas; cerca de 5 mil estavam vivendo em campos e 20 mil haviam se dispersado nos estados vizinhos de Andhra Pradesh e Orissa.

Confrontos similares, entre maoístas e forças do governo, aconteceram nas áreas adivasis de Orissa, em Jharkhand e em Bengala Ocidental. A suspensão das operações antimaoístas em Bengala Ocidental, desde maio, tem sido frustrada por violência política e prisões. As iniciativas de paz malograram em novembro, após a morte do líder maoísta Koteswar “Kishenji” Rao, que teria sido executado extrajudicialmente.

Em julho, a Suprema Corte da Índia proferiu uma importante sentença que determinou o desmantelamento das milícias antimaoístas patrocinadas pelo estado de Chhattisgarh, as quais teriam cometido graves violações dos direitos humanos. As autoridades estaduais responderam dissolvendo as tropas e incorporando-as a uma força auxiliar composta por 6 mil homens, ignorando as denúncias sobre seu envolvimento em tais violações.

■ Em janeiro, as forças policiais e de segurança de Orissa afirmaram terem matado a tiros 25 pessoas suspeitas de serem maoístas, em seis distintas operações de combate; porém, ativistas de direitos humanos descobriram evidências indicando que duas das vítimas eram ativistas que lutavam contra o uso de minas terrestres. As outras vítimas eram simpatizantes desarmados dos maoístas que foram detidos durante incursões de busca e executados extrajudicialmente.

■ Em fevereiro, maoístas tomaram dois funcionários distritais como reféns, por nove dias, em Malkangiri, Orissa, e os trocaram por cinco líderes maoístas presos, os quais foram postos em liberdade provisória pelas autoridades.

■ Em março, mais de 300 policiais e milicianos da Salwa Judum envolvidos em operações antimaoístas atacaram os vilarejos de Morpalli, Timmapuram e

Tadmetla, no estado de Chhattisgarh, matando três moradores, agredindo sexualmente três mulheres e incendiando 295 casas. Os maoístas revidaram matando quatro policiais das forças especiais e ferindo outros cinco. O ativista adivasi Lingaram, que trouxe à tona as violações, e outro ativista, Soni Sori, foram presos em outubro sob várias acusações, como terem transferido fundos da companhia siderúrgica Essar para maoístas armados. Soni Sori foi torturado em custódia da polícia. Ambos eram prisioneiros de consciência.

■ Em março, no estado de Jharkhand, os maoístas mataram Niyamat Ansari e ameaçaram seu parceiro Bhukan Singh, depois que eles denunciaram atos de corrupção envolvendo maoístas, empreiteiros locais e funcionários de órgãos florestais. Em julho, os maoístas também fizeram ameaças – posteriormente retiradas – contra quatro conhecidos ativistas, entre os quais Jean Dreze e Aruna Roy, depois que eles criticaram os maoístas pelos assassinatos.

■ Em setembro, maoístas armados mataram a tiros Jagabandhu Majhi, parlamentar do partido político estadual Biju Janata Dal, e seu segurança, no distrito de Nabrangpur, em Orissa. Eles tentaram justificar o crime dizendo que o legislador estava envolvido em corrupção e extorsão.

■ Em outubro, forças de segurança envolvidas em operações antimaoístas agrediram sexualmente Shibani Singh, uma mulher de 29 anos do distrito de Midnapore Ocidental, Bengala Ocidental, quanto tentavam prender novamente seu marido, que estava em liberdade condicional.

Prestação de contas corporativa

Em diversos estados, os protestos dos adivasis e de outras comunidades marginalizadas paralisaram projetos empresariais, propostos ou em curso, de atividades extrativas, de irrigação e outras, as quais afetariam seus direitos a suas terras tradicionais. Em resposta, as autoridades propuseram reformar os marcos jurídicos defasados e as práticas improvisadas que regiam os processos relativos à aquisição de terras e à mineração, oferecendo propostas de reinserção monitorada das comunidades e de partilha de benefícios entre elas. Os protestos, todavia, prosseguiram, pois as comunidades reclamavam de que as leis recentemente adotadas, que garantiam seus direitos sobre áreas florestais, não estavam sendo

devidamente aplicadas. As comunidades também argumentavam que as novas leis não tratavam da questão de seu consentimento livre, prévio e informado para os projetos.

■ Em junho, julho e novembro, protestos pacíficos de agricultores frustraram diversas tentativas da polícia de despejá-los à força de terras comunitárias que haviam sido vendidas para serem usadas pela siderúrgica sul-coreana Pohong Steel Company (POSCO) em um projeto no distrito de Jagatsinghpur, Orissa. Depois do êxito, dois líderes agricultores, Abhay Sahoo e Narayan Reddy, foram detidos sob falsas acusações.

■ Em julho, a Corte Superior de Orissa sustentou uma decisão de 2010, tomada pelas autoridades indianas, de rejeitar a proposta da Vedanta Aluminium (empresa subsidiária da Vedanta Resources, com sede no Reino Unido) de ampliar sua refinaria de alumínio em Lanjigarh. As autoridades indianas tomaram essa decisão depois de concordarem com as constatações da Anistia Internacional de que as atividades da refinaria violavam o direito da comunidade à água, à saúde e a um meio ambiente saudável, e de que sua expansão perpetuaria maiores abusos contra as comunidades adivasis. A corte determinou que a empresa reapresentasse sua solicitação de licença compulsória para a ampliação; porém, a empresa recorreu da decisão.

Uso excessivo da força

Em várias situações, a polícia usou força excessiva para dissolver manifestações de comunidades locais marginalizadas, como pequenos agricultores, adivasis e dalits. Além disso, as autoridades não realizaram investigações imparciais e oportunas sobre a maioria desses incidentes.

■ Em setembro, sete dalits foram mortos quando a polícia disparou contra manifestantes que pediam a libertação do líder dalit John Pandyan, preso quando se dirigia para a cidade de Paramakkudi, no estado de Tamil Nadu, para comemorar o aniversário da morte de outro líder dalit, Immanuel Sekaran.

■ Em setembro, oito pessoas, todas muçulmanas, foram mortas quando a polícia, acompanhada de membros de uma milícia Gujjar, invadiu uma mesquita, atirando contra as pessoas. Depois disso, atearam fogo ao vilarejo de Gopalgarh, próximo a Bharatpur, no Rajastão.

■ Em fevereiro, duas pessoas foram mortas e cinco ficaram feridas quando a polícia atirou em

manifestantes que protestavam contra a tomada de suas terras para a construção de uma usina termelétrica, a ser administrada pela empresa East Coast Energy, no vilarejo de Vadditandra, estado de Andhra Pradesh.

■ Em abril, uma pessoa foi morta e outra ficou ferida quando a polícia atirou em moradores que protestavam contra os efeitos prejudiciais que seriam causados pela construção de uma usina nuclear proposta pela empresa francesa Areva, na cidade de Jaitapur, estado de Maharashtra. Posteriormente, a polícia efetuou capturas, durante a noite, de manifestantes pacíficos que realizavam uma marcha de quatro dias, vindos de Mumbai.

■ Em maio, dois manifestantes e dois policiais foram mortos quando a polícia atirou contra camponeses no vilarejo de Bhatta Parsaul. Os aldeões haviam sequestrado três funcionários públicos, em protesto contra a decisão das autoridades de desapropriar suas terras para dar lugar à construção de uma via expressa próxima a Noida, nos arredores de Déli. Os policiais violentaram sexualmente sete mulheres e saquearam o vilarejo. Posteriormente, um tribunal de Noida indiciou 30 policiais por estupro e roubo. Uma ordem da Suprema Corte declarou que parte da aquisição de terras era ilegal.

■ Em maio, duas pessoas foram mortas a tiros pela polícia durante despejos forçados na cidade de Jamshedpur, estado de Jharkhand. Pelo menos 100 mil pessoas foram despejadas à força nas cidades de Jamshedpur, Ranchi e Bokaro.

Defensores dos direitos humanos

As pessoas que defendiam os direitos dos adivasis e de outras comunidades vulnerabilizadas, bem como aquelas que usavam uma legislação recente sobre o direito à informação, a fim de obter informações em defesa de seus direitos, foram perseguidas pelos órgãos estatais e não estatais. Os ativistas demandavam uma legislação para protegê-los de tais ataques – fato sublinhado, em janeiro, pelo relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos.

■ Em abril, o prisioneiro de consciência Binayak Sen, sentenciado à prisão perpétua, em 2010, por um tribunal de primeira instância do estado de Chhattisgarh, depois de condenado por subversão e colaboração com maoístas armados, foi libertado, mediante fiança, pela Suprema Corte da Índia,

após uma vigorosa campanha nacional e internacional.

■ Em junho, os ativistas ambientais Ramesh Agrawal e Harihar Patel foram presos, com base em acusações falsas, após tentarem proteger as comunidades locais contra a poluição industrial no distrito de Raigarh, em Chhattisgarh.

■ Em agosto, a ativista ambiental Shehla Masood foi morta a tiros na cidade de Bhopal. Ela procurava denunciar violações ambientais causadas por obras de infraestrutura urbana e havia questionado os planos de mineração no estado de Madhya Pradesh.

■ Em novembro, Nadeem Sayed, testemunha no caso do massacre de Naroda Patiya, foi morto a facadas, logo após prestar depoimento em uma audiência do caso. Noventa e cinco pessoas foram mortas no massacre, ocorrido durante os distúrbios antimuçulmanos em Gujarat, em 2002.

■ Em novembro, Valsa John, uma freira ativista que atuava para proteger os direitos dos adivasis, foi assassinada após receber ameaças de morte, supostamente de empreendimentos mineradores ilegais em Jharkhand.

Impunidade

A impunidade por abusos e violações continuou disseminada. Apesar dos contínuos protestos no nordeste e na Caxemira, as autoridades ainda se recusavam a revogar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas de 1958, ou a Lei das Áreas de Distúrbios, que concedem às forças de segurança, em determinadas áreas, o poder de atirar para matar, mesmo não estando sob risco iminente.

Os perpetradores de desaparecimentos forçados, de execuções extrajudiciais e de outras violações dos direitos humanos ocorridas em Punjab, entre 1984 e 1994, e em Assam, entre 1998 e 2001, bem como em Nagaland e Manipur, continuaram a evadir-se à Justiça. Em diversos estados, integrantes da comunidade dalit sofreram ataques e discriminações. Houve pouca vontade política para usar as leis especiais existentes a fim de processar os autores dessas violências.

Violência entre comunidades

Quase uma década após os tumultos de 2002, que mataram cerca de 2 mil muçulmanos em Gujarat, as primeiras condenações foram anunciadas.

■ Em março, um tribunal especial de Gujarat sentenciou 11 pessoas à morte e outras 20 à prisão

perpétua por efetuarem um incêndio criminoso no trem expresso de Sabarmati, que matou 59 peregrinos hindus e provocou os tumultos.

■ Em novembro, um tribunal especial de Gujarat sentenciou à prisão perpétua 31 dos 73 acusados do massacre de Sardarpura, que deixou 33 muçulmanos mortos. Tratou-se do primeiro de 10 casos de destaque a serem diretamente monitorados pela Suprema Corte da Índia.

Pessoas que trabalhavam para assegurar justiça às vítimas de violações passadas em Gujarat continuaram a ser hostilizadas.

■ Em janeiro, Teesta Setalvad, do Centro por Justiça e Paz, e uma equipe de advogados que defende os direitos das vítimas e de suas famílias, foram hostilizados pela polícia de Gujarat, que os acusou de forjar provas relativas a uma sepultura coletiva onde estavam as vítimas.

Jammu e Caxemira

Prevaleceu a impunidade pelas violações cometidas na Caxemira, como homicídios ilegais, tortura e desaparecimento de milhares de pessoas, desde 1989, durante o conflito armado naquela região. A maioria dos homicídios de mais de 100 jovens pelas forças de segurança, durante uma série de manifestações em 2010, também seguiu impune.

■ Em março, 15 anos após o assassinato do advogado de direitos humanos Jaleel Andrabi, as autoridades estaduais exortaram o governo federal a extraditar dos EUA o major Avtar Singh, indiciado pelo homicídio, a fim de que seja julgado em um tribunal de Srinagar. As autoridades federais ainda não responderam à solicitação.

■ Em setembro, a comissão estadual de direitos humanos identificou mais de 2.700 sepulturas anônimas no norte da Caxemira. Apesar de a polícia local ter alegado que essas covas continham os corpos de "militantes não identificados", a comissão identificou 574 corpos como sendo os de moradores locais desaparecidos, tendo pedido que as autoridades estaduais utilizassem reconhecimento por DNA e outras técnicas forenses para identificar os demais corpos. As autoridades ainda não atenderam à recomendação da comissão.

Em março, a Anistia Internacional publicou um relatório em Srinagar, pedindo o fim das detenções administrativas na região e a revogação da Lei de Segurança Pública. Após o lançamento, as autoridades estaduais propuseram retificar a lei, de

modo a limitar o período previsto para detenção, bem como reformar a legislação estadual de menores a fim de proibir a detenção de pessoas com menos de 18 anos de idade. Entretanto, as detenções com base na Lei de Segurança Pública prosseguiram de modo regular, enquanto diversos ativistas e líderes políticos permaneciam detidos sem acusação nem julgamento. Vários menores foram libertados após a intervenção da Anistia Internacional.

■ Em maio, Murtaza Manzoor, de 17 anos, foi libertado depois de ser detido pela segunda vez. No início do mês, ele havia sido libertado por ordem da Corte Superior de Jammu e Caxemira, que anulou sua detenção de quatro meses.

Prisões e detenções arbitrárias

Mais de 50 pessoas foram detidas sem acusação, por períodos que variavam de uma semana a um mês, por envolvimento com os atentados a bomba em Mumbai e em Déli. A legislação de segurança, tornada mais rigorosa após os atentados de novembro de 2008 em Mumbai, foi utilizada para deter pessoas suspeitas. No entanto, as investigações e os processos judiciais referentes à maioria dos casos passados de atentados terroristas pouco progrediram.

■ Em novembro, sete homens muçulmanos acusados dos atentados à bomba na cidade de Malegaon, em 2006, foram libertados mediante fiança, após seis anos de prisão em Mumbai. Eles foram libertados depois que um líder hindu, Aseemananda, confessou o envolvimento de um grupo armado ultradireitista hindu nos atentados.

Pena de morte

Pelo menos 110 pessoas foram sentenciadas à pena de morte. Porém, pelo sétimo ano consecutivo, nenhuma execução foi levada a cabo. Não obstante, temia-se que as execuções pudessem ser retomadas, depois que as autoridades rejeitaram os pedidos de clemência de cinco indivíduos sentenciados à pena capital; entre eles, três que haviam sido condenados pelo assassinato do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi.

Novas leis, aprovadas em dezembro, previam a pena de morte para pessoas condenadas por atentados "terroristas" contra dutos de gás e de petróleo que resultassem em mortes e, no estado de Gujarat, para as pessoas condenadas por produzir e comercializar bebidas alcoólicas ilegais.

Visitas/relatórios da AI

- "A lawless law": Detentions under the Jammu and Kashmir Public Safety Act (ASA 20/001/2011)
- Open letter to India's Minister of Environment and Forests on the threat of leakage from Vedanta Aluminium's red mud pond in Orissa (ASA 20/032/2011)
- Generalisations, omissions, assumptions: The failings of Vedanta's Environmental Impact Assessments for its bauxite mine and alumina refinery in India's state of Orissa (ASA 20/036/2011)
- An open letter from Amnesty International to Members of the Jammu and Kashmir Legislative Assembly (ASA 20/046/2011)
- Indian executions would be blow to human rights (PRE01/274/2011)
- India urged to implement court ban of anti-Maoist militias (PRE01/340/2011)

INDONÉSIA

REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de governo:	Susilo Bambang Yudhoyono
Pena de morte:	retencionista
População:	242,3 milhões
Expectativa de vida:	69,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	38,9 por mil
Taxa de alfabetização:	92,2 por cento

A Indonésia assumiu a presidência da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e, em maio, foi eleita para o Conselho de Direitos Humanos da ONU pelo terceiro mandato consecutivo. O governo reforçou a comissão de polícia nacional, mas os mecanismos para a prestação de contas pela polícia permaneceram insuficientes. As forças de segurança enfrentaram persistentes denúncias de violações dos direitos humanos, incluindo tortura e outros maus-tratos, além de uso excessivo e desnecessário da força. Autoridades provinciais de Aceh utilizaram cada vez mais o açoitamento com varas como punição judicial. Atividades políticas pacíficas continuaram a ser criminalizadas em Papua e Maluku. Minorias religiosas sofreram discriminação, inclusive intimidação e agressões físicas. Barreiras aos direitos sexuais e reprodutivos continuaram a afetar mulheres e meninas. Nenhuma execução foi registrada.

Tortura e outros maus-tratos

Forças de segurança foram objeto de reiteradas denúncias de prática de tortura e de outros maus-tratos contra detentos, particularmente contra ativistas políticos pacíficos em áreas com histórico de movimentos de independência, como Papua e Maluku. Investigações independentes sobre tais denúncias foram raras.

■ Em janeiro, três soldados que haviam sido filmados chutando e abusando verbalmente de papuásios foram condenados por um tribunal militar a um período entre 8 e 10 meses de prisão por desobedecerem ordens.

Um alto funcionário do governo da Indonésia descreveu os abusos como uma "violação leve".

■ Não ocorreram investigações sobre as denúncias de tortura e de outros maus-tratos a 21 ativistas políticos pacíficos por parte do Destacamento Especial-88 (Densus-88), uma unidade policial de combate ao terrorismo. Em agosto de 2010, os 21 ativistas haviam sido torturados durante o ato de prisão, durante a detenção e durante o interrogatório em Maluku.

O açoitamento com vara tem sido cada vez mais utilizado como forma de punição judicial em Aceh. Pelo menos 72 pessoas foram açoitadas por diversos delitos, tais como consumir álcool, estar sozinho com alguém do sexo oposto que não seja cônjuge ou parente (*khalwat*), e jogar jogos de azar. As autoridades de Aceh aprovaram uma série de regulamentos para reger a aplicação da sharia, após a promulgação da Lei da Autonomia Especial da província, em 2001.

Uso excessivo da força

A polícia usou força excessiva e desnecessária contra manifestantes e ativistas, especialmente nos casos envolvendo disputas por terra. Nas raras vezes em que ocorreram investigações, pouco progresso foi feito para levar os responsáveis à Justiça.

■ Em janeiro, seis trabalhadores de fazendas de óleo de dendê ficaram gravemente feridos na província de Jambi quando os agentes da Brigada Móvel da Polícia (Brimob) dispararam balas de borracha contra eles na tentativa de expulsá-los de uma plantação em que estavam trabalhando. A plantação é objeto de uma disputa de terras em curso entre os agricultores e uma empresa produtora do óleo de dendê.

■ Em abril, a polícia de Papua atirou no peito e na cabeça de Dominokus Auwe, matando-o, e feriu outros dois indivíduos em frente à delegacia de polícia do

subdistrito de Moanemani. Os três homens se aproximaram pacificamente da delegacia para perguntar sobre o dinheiro que a polícia havia apreendido de Dominokus Auwe, mais cedo, naquele dia.

■ Em junho, as forças de segurança usaram força excessiva e desnecessária ao tentarem expulsar uma comunidade no distrito de Langkat, em Sumatra do Norte. A comunidade estava envolvida em uma disputa de terras com as autoridades locais. Quando os moradores protestaram contra o despejo, os policiais dispararam contra a multidão, sem advertência prévia, ferindo, pelo menos, nove pessoas; outras seis foram chutadas e espancadas.

Liberdade de expressão

O governo continuou a criminalizar a expressão política pacífica em Maluku e Papua. Pelo menos 90 ativistas políticos foram presos por suas atividades políticas pacíficas.

■ Em agosto, dois ativistas políticos de Papua, Melkianus Bleskadit e Daniel Yenu, foram presos por períodos de até dois anos, por participarem de um protesto político pacífico na cidade de Manokwari, em dezembro de 2010.

■ Em outubro, mais de 300 pessoas foram presas arbitrariamente após participarem do Terceiro Congresso do Povo Papuásio, uma reunião pacífica realizada em Abepura, província de Papua. Embora a maioria tenha passado a noite detida e tenha sido liberada no dia seguinte, cinco foram acusadas de "rebelião" com base no artigo 106 do Código Penal. As acusações podem levar a uma pena máxima de prisão perpétua. Uma investigação preliminar da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) constatou que as forças de segurança cometeram uma série de violações dos direitos humanos, como espancar, chutar e abrir fogo contra os participantes do encontro.

Alguns defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram a ser intimidados e atacados devido ao seu trabalho.

■ Em março, o jornalista Banjir Ambarita foi esfaqueado por pessoas não identificadas na província de Papua, pouco depois de ter escrito sobre dois casos de mulheres que teriam sido estupradas por policiais em Papua. Ele sobreviveu ao ataque.

■ Em junho, oficiais militares espancaram Yones Douw, um defensor dos direitos humanos de Papua,

depois que ele tentou monitorar um protesto que pedia responsabilização pelo homicídio possivelmente ilegal do papuásio Derek Adii, em maio.

Discriminação

Ataques e intimidações contra as minorias religiosas persistiram. Cada vez mais, a comunidade ahmadi era alvo dessas ações, e pelo menos quatro províncias emitiram novos regulamentos regionais para restringir suas atividades. Até o fim do ano, ao menos 18 igrejas cristãs haviam sido atacadas ou forçadas a fechar. Em muitos casos, a polícia não protegeu adequadamente grupos religiosos e outros grupos minoritários dos ataques.

■ Em fevereiro, três ahmadis foram mortos depois que uma multidão de 1.500 pessoas os atacou em Cikeusik, província de Banten. Em 28 de julho, 12 pessoas foram condenadas a penas de prisão entre 3 e 6 meses por seu envolvimento no incidente. Ninguém foi acusado de assassinato, e grupos locais de direitos humanos manifestaram inquietação com o fraco desempenho da acusação.

■ O prefeito de Bogor continuou a desacatar uma decisão da Suprema Corte, de 2010, a qual ordenava que as autoridades reabrissem a Igreja Cristã Taman Yasmin da Indonésia. A congregação foi forçada a realizar seus cultos semanais na calçada em frente à igreja fechada, em meio a protestos de grupos radicais.

Direitos sexuais e reprodutivos

Mulheres e meninas, especialmente as de comunidades pobres e marginalizadas, foram impedidas de exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos. Muitas continuaram sem acesso aos serviços de saúde reprodutiva previstos na Lei de Saúde de 2009, uma vez que o Ministério da Saúde ainda precisa regulamentar a lei a fim de que seja implementada. O governo não conseguiu combater atitudes discriminatórias e cruéis, nem práticas desumanas e degradantes, como a mutilação genital feminina e os casamentos precoces.

■ Em junho, a ministra da Saúde defendeu uma norma, emitida em novembro de 2010, que autoriza algumas formas, especificamente definidas, de "circuncisão feminina", quando essas forem realizadas por médicos, enfermeiros e parteiras. A norma legitimou a prática disseminada da mutilação genital feminina. Além disso, essa norma viola várias leis indonésias e contradiz as promessas do governo de

promover a igualdade de gênero e de combater a discriminação contra as mulheres.

A taxa de mortalidade materna permaneceu sendo uma das mais altas na região.

Trabalhadores domésticos

Em junho, o presidente expressou seu apoio à nova Convenção de Trabalhadores Domésticos, a convenção de Nº 189 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Porém, pelo segundo ano consecutivo, o parlamento não debateu nem aprovou a legislação que prevê proteção legal para trabalhadores domésticos. Isso deixou cerca de 2,6 milhões de trabalhadores domésticos – a grande maioria composta por mulheres e meninas – em risco contínuo de exploração econômica e de violência física, psicológica e sexual.

Impunidade

Responsáveis por violações dos direitos humanos cometidas em anos anteriores em Aceh, Papua, Timor Leste e outras localidades ficaram livres de acusação. A Procuradoria Geral não atuou nos casos de graves violações dos direitos humanos apresentados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM); entre esses, crimes contra a humanidade cometidos por membros das forças de segurança.

■ O Memorando de Entendimento entre a Komnas HAM e o Provedor de Direitos Humanos e Justiça do Timor-Leste, que requeria, entre outras coisas, informações sobre pessoas desaparecidas em 1999 no Timor-Leste, prescreveu em janeiro e foi renovado em novembro. Nenhum avanço foi registrado (veja a seção sobre o Timor-Leste).

■ Em setembro, o procurador-geral teria declarado “encerrado” o caso sobre o assassinato do proeminente defensor dos direitos humanos, Munir. Apesar da condenação de três pessoas pelo envolvimento em sua morte, persistiam denúncias plausíveis de que nem todos os envolvidos haviam sido levados à Justiça.

■ O governo ainda precisava implementar as recomendações de 2009 do parlamento de investigar e processar os responsáveis pelo sequestro e desaparecimento forçado de 13 ativistas políticos em 1997-1998.

Pena de morte

Pelo terceiro ano consecutivo, nenhuma execução foi registrada. No entanto, pelo menos 100 pessoas permaneciam sentenciadas à morte.

Visitas/relatórios da AI

✈ Representantes da Anistia Internacional visitaram a Indonésia em abril, maio, setembro, outubro, novembro e dezembro.

📄 Making the fair choice: Key steps to improve maternal health in ASEAN – Briefing to the ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (ASA 03/001/2011)

📄 Open letter to Head of National Police on failure of police accountability in Indonesia (ASA 21/005/2011)

📄 Indonesia: Open letter on human rights violations against the Ahmadiyya in West Java (ASA 21/032/2011)

IRÃ

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Chefe de Estado:	Guia da República Islâmica do Irã: aiatolá Sayed Ali Khamenei
Chefe de governo:	Presidente: Mahmoud Ahmadinejad
Pena de morte:	retencionista
População:	74,8 milhões
Expectativa de vida:	73 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	30,9 por mil
Taxa de alfabetização:	85 por cento

As liberdades de expressão, de associação e de reunião foram severamente restringidas. Dissidentes políticos, ativistas que defendem os direitos das mulheres e das minorias, bem como outros defensores dos direitos humanos, foram presos de modo arbitrário, detidos incomunicáveis, presos após julgamentos injustos e proibidos de viajar ao exterior. A tortura e outros maus-tratos eram comuns e cometidos com impunidade. As mulheres, assim como as minorias étnicas e religiosas, enfrentaram discriminação na lei e na prática. Pelo menos 360 pessoas foram executadas; acredita-se que o número total seja bem mais alto. Entre as pessoas executadas, estavam pelo menos três menores infratores. Açoitamentos e amputações judiciais também foram realizados.

Informações gerais

As forças de segurança, inclusive a milícia paramilitar Basij, continuaram a operar com quase total impunidade, não havendo, praticamente, qualquer prestação de contas sobre os homicídios ilegais e outras sérias violações cometidas durante as extensas e fundamentalmente pacíficas manifestações ocorridas após as eleições presidenciais de 2009 e de anos anteriores.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU designou um relator especial para investigar os direitos humanos no Irã; o governo recusou-se a permitir que ele visitasse o país. Em outubro, o Comitê de Direitos Humanos da ONU avaliou a situação dos direitos civis e políticos no Irã. Em dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução condenando as violações de direitos humanos no país.

Tropas iranianas atacaram bases do PJAK (*Partido por uma Vida Livre no Curdistão*), um grupo armado que defende a autonomia da população curda do Irã, na região do Curdistão iraquiano, onde pelo menos dois civis foram mortos e centenas de famílias foram desalojadas. Segundo informações, o PJAK teria recrutado crianças soldados entre seus combatentes.

As tensões internacionais em torno do programa nuclear iraniano intensificaram-se em novembro, quando a Agência Internacional de Energia Atômica informou que o Irã poderia estar construindo secretamente uma arma nuclear. O governo negou que isso fosse verdade. O governo iraniano acusou Israel e os EUA de estarem por trás dos assassinatos de vários cientistas iranianos, possivelmente relacionados ao programa nuclear do país; entre eles, o físico Dariush Rezaeinejad, assassinado em julho por um atirador não identificado em Teerã. O governo negou as denúncias das autoridades estadunidenses que implicavam oficiais graduados da Guarda Revolucionária em uma conspiração para assassinar o embaixador saudita nos Estados Unidos.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

As autoridades mantiveram as severas limitações às liberdades de expressão, de associação e de reunião, que foram impostas antes, durante e depois das grandes manifestações de 2009, e tentaram impor restrições ainda maiores. O Parlamento discutiu projetos de lei que limitariam ainda mais a liberdade

de expressão, de associação e de reunião, inclusive as atividades de ONGs e de partidos políticos.

■ Mohammad Seyfzadeh, preso em abril para cumprir pena de prisão, e Abdolfattah Soltani, preso em setembro, ambos advogados e membros fundadores do Centro dos Defensores dos Direitos Humanos, cujos escritórios foram fechados pelo governo em 2008, continuavam presos no final de 2011.

■ Em dezembro, Zhila Karamzadeh-Makvandi, integrante do grupo Mães de Park Laleh, que atua pelo fim dos homicídios ilegais e de outras sérias violações dos direitos humanos, começou a cumprir uma pena de dois anos de prisão por "fundar uma organização ilegal" e por "agir contra a segurança do Estado". Leyla Seyfollahi, outra integrante do grupo, aguardava a imposição de uma pena semelhante.

As autoridades recusaram permissão para as manifestações programadas para o dia 14 de fevereiro em solidariedade aos levantes ocorridos na Tunísia e no Egito, além de terem efetuado prisões com a intenção de frustrar sua realização. Mesmo assim, as manifestações aconteceram em Teerã, Isfahan, Kermanshah, Shiraz e outros lugares. Os eventos foram dispersados com violência por forças de segurança, que prenderam dezenas de pessoas e mataram pelo menos duas. Manifestações posteriores também foram dispersadas à força.

■ A prisioneira de consciência e ativista política Haleh Sahabi morreu no dia 1º de junho, dia em que deixou a prisão a fim de participar do funeral de seu pai, Ezatollah Sahabi, um destacado dissidente. Segundo informações, ela foi golpeada pelas forças de segurança antes de cair ao chão, desfalçada.

As manifestações que aconteceram nas províncias foram duramente reprimidas pelas forças de segurança, que teriam usado força excessiva e prendido dezenas, possivelmente centenas, de manifestantes. Na província do Khuzistão, dezenas de integrantes da minoria árabe ahwazi, segundo informações, foram mortos antes e durante as manifestações ocorridas em abril para comemorar os protestos de 2005. Muitos manifestantes ambientais, que cobravam uma ação do governo para terminar com a degradação do lago Oroumieh, foram presos na província do Azerbaijão Oriental, nos meses de abril, agosto e setembro.

O governo manteve um rígido controle sobre os meios de comunicação, proibindo a publicação de alguns jornais, bloqueando sites na internet e

causando interferências em canais de televisão estrangeiros transmitidos via satélite. Numerosos jornalistas, ativistas políticos e seus familiares, cineastas, defensores dos direitos humanos, estudantes e acadêmicos foram hostilizados, proibidos de viajar ao exterior, presos de modo arbitrário, torturados ou encarcerados por manifestarem pontos de vista opostos aos do governo. Alguns indivíduos presos em anos anteriores foram executados após julgamentos injustos.

■ Cinco diretores de documentários e uma produtora/distribuidora foram detidos em setembro, depois que seus filmes foram vendidos à rede BBC. Todos foram libertados até meados de dezembro.

■ Os estudantes ativistas Majid Tavakkoli, Behareh Hedayat e Mahdiah Golrou, todos cumprindo penas de prisão por suas atividades estudantis e de direitos humanos pacíficas, foram sentenciados a penas de seis meses de prisão devido a uma declaração sobre o Dia do Estudante que eles escreveram em conjunto de dentro da prisão em 2010.

■ A jornalista e ativista pelos direitos das mulheres Faranak Farid, segundo informações, foi brutalmente espancada após ter sido presa, no dia 3 setembro, na cidade de Tabriz, por motivos relacionados aos protestos em defesa do lago Oroumieh. Em outubro, ela foi libertada mediante o pagamento de fiança.

Prisões e detenções arbitrárias

Agentes de segurança continuaram a prender e a deter arbitrariamente críticos e oponentes do governo, mantendo-os, com frequência, incomunicáveis e sem acesso a familiares, advogados ou cuidados médicos, por períodos prolongados. Muitos foram torturados ou maltratados. Após julgamentos injustos, dezenas foram sentenciadas a penas de prisão, somando-se a outras centenas de pessoas que haviam sido aprisionadas em anos anteriores, depois de julgamentos injustos.

■ Em fevereiro, após convocarem manifestações para o dia 14 daquele mês, Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi, junto com suas esposas, foram colocados sob prisão domiciliar, sem um mandado para isso. No fim do ano, todos permaneciam detidos, exceto Fatemeh Karroubi, esposa de Mehdi Karroubi.

■ Mohammad Tavassoli, preso em novembro, estava entre os, pelo menos, cinco integrantes do proscrito Movimento Liberdade detidos em 2011. Sua detenção relacionava-se a uma carta enviada por 143 ativistas ao

ex-presidente Khatami, em outubro, alertando-o de que as próximas eleições parlamentares não seriam nem livres nem justas. Outros cinco membros foram proibidos de deixar o Irã.

■ Shane Bauer e Josh Fattal, dois cidadãos estadunidenses detidos por mais de dois anos e acusados de espionagem depois de, supostamente, terem se perdido em território iraniano quando viajavam pedindo carona, foram libertados em setembro, após pagarem uma multa de valor elevado, e obtiveram permissão para deixar o Irã.

Defensores dos direitos humanos

A repressão contra os defensores dos direitos humanos, inclusive contra advogados, foi intensificada. Muitos foram presos de modo arbitrário e depois encarcerados ou intimidados. Outros, que enfrentaram julgamentos injustos em anos anteriores, continuaram na prisão; entre eles, ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias, sindicalistas, advogados e estudantes. Muitos eram prisioneiros de consciência. Os sindicatos independentes continuaram proibidos, e vários sindicalistas permaneceram presos.

■ Em setembro, a pena de 11 anos de prisão imposta em abril à advogada de direitos humanos Nasrin Sotoudeh, depois de ela ter sido condenada por "agir contra a segurança nacional", em razão de seu trabalho de assistência jurídica, foi reduzida, por meio de recurso, para seis anos de prisão. A proibição que lhe foi imposta, de praticar o direito e de sair do Irã por 20 anos, foi reduzida à metade.

■ Reza Shahabi, tesoureiro do sindicato que representa os trabalhadores da empresa de ônibus de Teerã e de seus subúrbios (*Sharekat-e Vahed*), permaneceu encarcerado na Prisão de Evin, em Teerã, sem que seu processo penal fosse concluído. Preso em junho de 2010, ele era um prisioneiro de consciência, assim como o dirigente do sindicato, Mansour Ossanlu, que, em junho, foi colocado em liberdade condicional para tratamento médico.

■ O ativista de direitos humanos Kouhyar Goudarzi ficou desaparecido por várias semanas, depois de ter sido preso, no mês de junho; até que se descobriu que ele estava sendo mantido em confinamento solitário na Prisão de Evin, onde permanecia recluso até o fim de 2011. Behnam Ganji Khaibari, preso junto com ele e tendo sido, aparentemente, torturado, cometeu suicídio após ser libertado.

■ Emadeddin Baghi, proeminente ativista de direitos humanos, foi libertado em junho depois de ter cumprido duas penas consecutivas de um ano de prisão cada, por fazer "propaganda contra o Estado" em razão de suas atividades de direitos humanos e comunicação. Ele permaneceu proibido de exercer quaisquer atividades políticas ou de comunicação durante cinco anos.

Julgamentos injustos

Indivíduos suspeitos de praticarem infrações de natureza política continuaram enfrentando julgamentos flagrantemente injustos, muitas vezes envolvendo acusações expressas de modo vago, as quais não correspondem a qualquer delito penal reconhecido na lei. Essas pessoas eram seguidamente condenadas, às vezes na ausência de advogados de defesa, com base em "confissões" ou em outras informações, supostamente obtidas mediante tortura durante o período de detenção provisória. Os tribunais aceitaram tais "confissões" como provas, sem investigarem como foram obtidas.

■ Omid Kokabi foi preso no aeroporto de Teerã, em fevereiro, ao retornar de um período de estudo nos Estados Unidos. Acusado de "espionagem" e de outros delitos, ele foi levado a julgamento, em outubro, e contou ter sido obrigado a "confessar" enquanto esteve detido. Seu advogado informou ter sido proibido de contactá-lo.

■ Zahra Bahrami, de nacionalidade holandesa-iraniana, foi executada no dia 29 de janeiro, sem aviso antecipado, apenas 27 dias depois de ter sido condenada à morte por suposto contrabando de drogas. Ela foi presa na época das manifestações de dezembro de 2009 e acusada, primeiramente, de *moharebeh* (animosidade contra Deus) por, supostamente, ter mantido contato com um grupo de oposição proscrito. Porém, ela não foi julgada por essa acusação. Sua advogada afirmou que elas não tinham o direito de recorrer da sentença de morte.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos durante a detenção provisória continuaram sendo práticas comuns e cometidas com impunidade. Os detentos eram espancados nas solas dos pés e em outras partes do corpo, às vezes enquanto mantidos suspensos de cabeça para baixo; queimados com cigarros e metais aquecidos; submetidos a simulações de execução;

violentados, inclusive por outros presos, e ameaçados de violação sexual; confinados em espaços apertados; e privados de iluminação, de alimentos, de água e de tratamento médico adequados. Pelo menos 12 pessoas teriam morrido sob custódia em circunstâncias suspeitas, inclusive por privação ou atraso de tratamento médico. Suas mortes não foram investigadas de modo independente. Em março, pelo menos outras 10 pessoas morreram durante um tumulto na prisão de Ghezel Hesar, na cidade de Karaj, próximo à Teerã. Não se tem conhecimento de que as autoridades tenham investigado quaisquer denúncias de torturas ou maus-tratos. Pessoas que se queixavam de tortura sofriam represálias. As condições prisionais severas eram exacerbadas por extrema superlotação.

■ Pelo menos quatro árabes ahwazis – Reza Maghamesi, Abdol Karim Fahd Abiat, Ahmad Riassan Salami e Ejbareh Tamimi – teriam morrido enquanto mantidos sob custódia na província do Khuzistão, entre os meses de março e maio, possivelmente em consequência de tortura.

■ A jornalista Issa Saharkhiz, a advogada dos direitos da minoria azerbaijana Said Metinpour, o clérigo dissidente Hossein Kazemeyni Boroujerdi e Zahra Jabbari eram alguns dos muitos presos políticos, inclusive prisioneiros de consciência, que apresentavam sérios problemas de saúde e que foram privados de tratamento médico adequado. Em junho, o ativista político Hoda Saber morreu na prisão após ter entrado em greve de fome como protesto pela morte de Haleh Sahabi. Outros internos afirmaram que os agentes prisionais o espancaram e o privaram de cuidados médicos.

Punições cruéis, desumanas ou degradantes

Sentenças de açoitamentos e amputações continuaram a ser impostas e executadas. Também foram impostas sentenças de cegamento.

■ Somayeh Tohidlou, uma ativista política, e Peyman Aref, um ativista estudantil, foram açoitados 50 e 74 vezes, respectivamente, no mês de setembro, depois de terem recebido condenações distintas por "insultar" o Presidente Ahmadinejad.

■ Em 8 de outubro, segundo informações, quatro homens condenados por roubo tiveram quatro dedos da mão direita amputados.

■ Majid Movahedi cegou Ameneh Bahrami em um

ataque com ácido em 2004, tendo sido sentenciado, ele próprio, ao cegamento. Porém, logo antes da pena ser cumprida em um hospital, no dia 31 de julho, sua execução foi suspensa porque a vítima concordou em receber uma indenização compensatória.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres foram discriminadas na lei e na prática, inclusive por meio de códigos de vestuário obrigatórios. Ativistas pelos direitos das mulheres, como as que participaram da campanha *Um Milhão de Assinaturas* a fim de exigir a igualdade das mulheres perante a lei, foram perseguidas e hostilizadas. Um projeto de lei de Proteção da Família, o qual exacerbaria as leis discriminatórias contra as mulheres, ainda aguardava a aprovação final do parlamento. Algumas universidades começaram a segregar os estudantes por gênero.

■ Fatemeh Masjedi e Maryam Bidgoli, ativistas da campanha *Um Milhão de Assinaturas*, cumpriram, cada uma, uma pena de seis meses de prisão. Elas foram as primeiras integrantes da campanha a serem presas por coletarem assinaturas.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT)

Pessoas acusadas de práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo continuaram a enfrentar hostilidades e perseguição, além de punições judiciais, como açoitamento e pena de morte.

■ No dia 4 de setembro, três homens identificados apenas por suas iniciais, teriam sido executados na Prisão de Karoun, em Ahvaz, província do Khuzistão, depois de condenados por "sodomia".

■ Siyamak Ghaderi, ex-jornalista da agência estatal de notícias iraniana, detido desde agosto de 2010, foi sentenciado, em janeiro, a quatro anos de prisão, a açoitamento e ao pagamento de uma multa, após ter sido condenado por "publicar mentiras", cometer "atos religiosamente ilegais" e outras acusações, em razão de, entre outras coisas, ter postado em seu blog entrevistas com pessoas LGBT.

Discriminação – minorias étnicas

As minorias étnicas do Irã, tais como árabes ahwazis, azerbaijanos, balúquis, curdos e turcomanos, sofreram discriminações constantes na lei e na prática. O uso de línguas minoritárias em órgãos governamentais e para fins de ensino escolar

permaneceu proibido. Ativistas que defendiam os direitos das minorias enfrentaram ameaças, prisões e detenções.

■ O prisioneiro de consciência Mohammad Sadiq Kabudvand continuou a cumprir uma pena de 10 anos e meio de prisão por ter participado da fundação da Organização de Direitos Humanos do Curdistão, sendo privado de tratamento médico adequado.

■ Mohammad Saber Malek Raisi, um jovem balúqui de 16 anos, de Sarbaz, detido desde setembro de 2009, possivelmente para forçar seu irmão mais velho a entregar-se às autoridades, foi sentenciado a cinco anos de prisão no exílio – o que significa que ele terá de cumprir sua pena em um presídio longe de casa.

Liberdade de religião ou de crença

Integrantes de minorias religiosas, tais como as convertidas ao cristianismo, dissidentes bahá'ís, clérigos xiitas, dissidentes e membros das comunidades dervixe e ahl-e haq, enfrentaram constantes perseguições depois que o Guia Supremo e outras autoridades apelaram insistentemente para que as "falsas crenças" fossem combatidas – aparentemente, referindo-se às fés cristã evangélica, bahá'í e sufi. Muçulmanos sunitas continuaram tendo restrições para prestar cultos comunitários em algumas cidades. Houve prisões de clérigos sunitas.

■ Pelo menos sete bahá'ís foram encarcerados, com penas entre quatro e cinco anos, depois que eles, assim como mais de 30 outras pessoas, foram capturados durante batidas policiais que tinham como alvo o Instituto Bahá'í de Educação Superior. O Instituto oferece cursos superiores à distância, através da internet, para estudantes bahá'ís, que não têm permissão de frequentar as universidades. Os sete faziam parte de um grupo de mais de 100 bahá'ís detidos em razão de suas crenças; entre os quais, sete dirigentes que, no mês de março, tiveram suas penas de 20 anos de prisão confirmadas, revertendo a decisão em um recurso julgado em 2010.

■ Quase 100 dervixes gonabadis (uma ordem religiosa sufi), três dos quais advogados, bem como 12 jornalistas do site de notícias dervixe gonabadi *Majzooban-e Noor* foram presos em Kavar e Teerã nos meses de setembro e outubro. Pelo menos 11 permaneciam detidos no fim de 2011, a maioria sem acesso a familiares ou advogados.

■ Teve início, em setembro, o novo julgamento de Yousef Nadarkhani, um pastor cristão acusado de

"apostasia". Nascido de pais muçulmanos, ele foi preso em outubro de 2009. Em 2010, foi condenado à morte por recusar-se a renunciar ao cristianismo, religião à qual ele havia se convertido. Porém, em junho, a sentença foi revogada pelo Supremo Tribunal.

■ Sayed Mohammad Movahed Fazeli, o líder de orações sunita da cidade de Taybad, ficou detido entre janeiro e agosto, após os protestos ocorridos na cidade depois que ele foi forçado a renunciar como líder de orações.

Pena de morte

Centenas de pessoas foram sentenciadas à morte. Pelo menos 360 execuções foram notificadas por fontes oficiais, embora outras informações fidedignas sugiram que tenham ocorrido outras 274 execuções, pois muitos presos são executados secretamente. Quase 80 por cento das execuções foram motivadas por supostos delitos ligados a drogas e foram impostas a pessoas que vivem nas comunidades pobres e marginalizadas, principalmente cidadãos afegãos. Uma legislação antinarcoóticos reformada entrou em vigor em janeiro. Ao que parece, pessoas condenadas à morte com base nessa lei não têm direito a recorrer da sentença.

O número de execuções públicas quadruplicou; pelo menos 50 foram informadas oficialmente e outras seis registradas por fontes não oficiais. Pelo menos três menores infratores – pessoas condenadas por delitos cometidos quando tinham menos de 18 anos de idade – foram executados. Fontes confiáveis relataram outros quatro casos. Não houve qualquer registro de execuções por apedrejamento; porém, 15 pessoas sentenciadas a morrer por meio desse método permanecem no corredor da morte, entre elas, Sakineh Mohammadi Ashtiani. Milhares de presos permanecem encarcerados enquanto aguardam sua execução.

■ Jafar Kazemi e Mohammad Ali Haj Aghaei foram enforcados no dia 24 de janeiro. Eles foram condenados por *moharebeh* em razão dos contatos que mantiveram com a Organização dos Mujahedin do Povo Iraniano, um grupo de oposição proscrito, e por fazerem "propaganda contra o sistema" no contexto dos distúrbios de 2009.

■ No dia 21 de setembro, Alireza Molla-Soltani, de 17 anos, condenado pelo homicídio de um conhecido atleta, foi enforcado em público na cidade de Karaj, onde, em julho, o crime foi cometido. Ele afirmou ter esfaqueado Ruhollah Dadashi em legítima defesa

depois que o atleta atacou-o no escuro.

■ Em dezembro, a presa política curda Zeynab Jalalian foi informada de que sua sentença de morte havia sido comutada.

Visitas/relatórios da AI

✈ Embora a Anistia Internacional tenha discutido com autoridades diplomáticas iranianas sobre a proibição de seu acesso ao país, tal proibição manteve-se. Raramente as autoridades responderam às comunicações da Anistia Internacional.

📄 Determined to live in dignity – Iranian trade unionists' struggle for rights (MDE 13/024/2011)

📄 Iran: Submission to the Human Rights Committee (MDE 13/081/2011)

📄 Addicted to death: Executions for drugs offences in Iran (MDE 13/090/2011)

IRAQUE

REPÚBLICA DO IRAQUE

Chefe de Estado:

Chefe de governo:

Pena de morte:

População:

Expectativa de vida:

Mortalidade de crianças até 5 anos:

Taxa de alfabetização:

Jalal Talabani

Nuri al-Maliki

retencionista

32,7 milhões

69 anos

43,5 por mil

78,1 por cento

As forças de segurança governamentais utilizaram força excessiva contra manifestantes pacíficos e outros, alguns dos quais foram mortos a tiros. Outros foram presos e torturados. Milhares de pessoas foram detidas; muitas haviam sido presas em anos anteriores e mantidas sem acusação ou julgamento. Tortura e outros maus-tratos continuaram disseminados. Centenas de pessoas foram sentenciadas à morte, muitas mediante julgamentos injustos, e dezenas de prisioneiros foram executados. As forças militares dos EUA também cometeram graves violações de direitos humanos. Grupos armados que fazem oposição ao governo e à presença de tropas estadunidenses continuaram a cometer sérios abusos de direitos humanos. Esses grupos executaram diversos ataques à bomba, alguns suicidas, matando centenas de civis.

Informações gerais

Inspirados pelos levantes populares na Tunísia e no Egito, milhares de iraquianos uniram-se em manifestações públicas em Bagdá, em Basra e em outras cidades contra a corrupção, o desemprego e a falta de serviços básicos e a favor de direitos civis e políticos mais amplos. As principais manifestações, ocorridas em todo o Iraque, em 25 de fevereiro, foram dispersadas com violência pelas forças de segurança.

Em 18 de dezembro, os últimos soldados estadunidenses deixaram o Iraque, em cumprimento do Acordo sobre o Status da Força assinado entre os governos dos EUA e do Iraque, em 2008. Uma proposta de que vários milhares de soldados estadunidenses permanecessem no Iraque como instrutores militares fracassou em virtude de questões jurídicas relacionadas a sua imunidade.

Em julho, o Iraque aderiu à Convenção da ONU contra a Tortura.

Abusos cometidos por grupos armados

Os grupos armados que fazem oposição ao governo e à presença de forças militares estadunidenses no país continuaram a cometer graves abusos dos direitos humanos, inclusive atentados indiscriminados contra civis e sequestros. Muitos desses atentados foram executados pela Al Qaeda e por seus aliados no Iraque.

■ Em 10 de fevereiro, nove pessoas foram assassinadas e pelo menos 27 ficaram feridas quando um carro-bomba explodiu próximo a uma procissão de peregrinos xiitas, que se dirigiam aos templos sagrados xiitas de Samarra, no governadorado (província) de Salah ad Din.

■ Em 15 de agosto, pelo menos 89 pessoas foram mortas em todo o Iraque, em mais de 40 ataques coordenados. O ataque que fez mais vítimas fatais ocorreu em um mercado público de grande movimento, em Kut, na região sudeste de Bagdá, quando duas explosões mataram pelo menos 35 pessoas e feriram mais de 60.

■ Em 29 de agosto, pelo menos 29 pessoas foram mortas e muitas ficaram feridas em um ataque suicida à bomba, na mesquita de Um al-Qura, a maior mesquita sunita de Bagdá. Entre os mortos estava Khalid al-Fahdawi, membro do parlamento iraquiano.

Detenção provisória

Milhares de pessoas permaneceram detidas sem acusação ou julgamento. Em julho, o presidente do

Supremo Conselho Judiciário (SCJ) afirmou que havia cerca de 12 mil pessoas detidas provisoriamente, referindo-se apenas àquelas mantidas em instalações controladas pelo Ministério da Justiça. Acredita-se haver muitos outros detidos nas prisões controladas pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério do Interior. Muitos não tiveram acesso a advogados nem a familiares.

Em julho, as autoridades estadunidenses transferiram dois meios-irmãos do ex-presidente Saddam Hussain e seu então ministro da Defesa, todos sentenciados à morte, para a custódia iraquiana. Junto com eles, quase 200 outros detidos por supostamente pertencerem a grupos armados. Estes eram os últimos indivíduos que se encontravam presos e detidos sob o controle do exército dos EUA no Iraque. Todos eles permaneceram na prisão de Al Karkh (anteriormente denominada Campo Cropper), próximo do aeroporto internacional de Bagdá.

Tortura e outros maus-tratos

Tortura e outros maus-tratos foram práticas generalizadas nas prisões e nos centros de detenção, particularmente naqueles controlados pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Defesa. Os métodos mais usualmente relatados foram suspensão pelos membros por longos períodos, espancamentos com cabos ou mangueiras, choques elétricos, rompimento de membros, asfixia parcial com sacos plásticos e violência sexual, ameaçada ou consumada. A tortura foi utilizada para extrair dos detidos informações e “confissões” que pudessem ser usadas como provas contra eles nos tribunais.

■ Abdel Jabbar Shaloub Hammadi, que ajudou a organizar manifestações antigovernistas, foi preso em 24 de fevereiro, em uma rua de Bagdá, por 30 policiais armados. Ele foi espancado, vendado e levado para um prédio da polícia, no distrito de Al Baladiyat, em Bagdá. Durante os primeiros cinco dias em que foi mantido no local, ele alega ter sido suspenso pelos pulsos, com suas pernas e braços atados juntos, e ter tido água gelada jogada sobre si. Ele foi libertado, sem acusação, em 8 de março.

Uso excessivo da força

As forças de segurança utilizaram força excessiva em resposta aos protestos antigovernistas ocorridos em Bagdá e em outras cidades, particularmente nos meses de fevereiro e março, por meio de munição

real, bombas de efeito sonoro e outras armas, para dispersar manifestantes pacíficos. Pelo menos 20 pessoas foram mortas nos protestos iniciados em fevereiro.

■ Em 25 de fevereiro, Muataz Muwafaq Waissi foi uma das cinco pessoas mortas a tiros pelas forças de segurança em uma manifestação pacífica em Mosul. Segundo relatos, ele foi morto por um franco-atirador. De acordo com testemunhas, em um primeiro momento, as forças de segurança utilizaram bombas de efeito sonoro e dispararam para o ar, mas depois abriram fogo contra os manifestantes usando munição real.

■ Também em 25 de fevereiro, durante protestos em Basra, Salim Farooq foi morto e dezenas de outros manifestantes ficaram feridos durante confrontos entre forças de segurança e manifestantes em frente ao prédio do conselho provincial.

Pena de morte

Centenas de pessoas foram sentenciadas à morte. Em julho, o presidente do SCJ declarou que os tribunais haviam imposto 291 sentenças capitais na primeira metade do ano. Em setembro, um porta-voz do SCJ revelou que 735 sentenças de morte haviam sido encaminhadas à Presidência para ratificação, entre janeiro de 2009 e setembro de 2011, das quais 81 haviam sido ratificadas. Segundo o ministro da Justiça, 65 homens e três mulheres foram executados durante o ano.

A maioria das sentenças de morte foi imposta a pessoas condenadas por pertencerem ou por terem envolvimento em ataques promovidos por grupos armados, por sequestro ou por outros crimes violentos. Os julgamentos sistematicamente não atenderam às normas internacionais para julgamentos justos. Os réus geralmente queixaram-se de que as “confissões” aceitas como provas contra eles haviam sido obtidas mediante tortura, enquanto eram mantidos incomunicáveis e interrogados, e que não puderam escolher seus próprios advogados de defesa. Em vários casos, essas “confissões” foram divulgadas na televisão, às vezes antes dos julgamentos, minando o direito de ser considerado inocente até que haja prova em contrário. O governo raramente divulgou informações sobre execuções, especialmente os nomes e os números exatos dos executados.

■ Em 16 de junho, o Tribunal Penal Central Iraquiano sentenciou à morte 15 homens, depois das

“confissões” de muitos deles terem sido exibidas na televisão, poucos dias antes. Segundo relatos, os 15 homens, apontados como membros de grupos armados, foram julgados culpados pelo assassinato, em junho de 2006, de dezenas de pessoas, durante uma festa de casamento, e pelo estupro de mulheres e meninas, inclusive da noiva, em uma aldeia próximo de Al Taji, no norte de Bagdá. Em 24 de novembro, o ministro da Justiça anunciou que 12 pessoas envolvidas no caso haviam sido executadas mais cedo, naquele dia. Até o fim do ano, o destino dos outros três era desconhecido.

■ Em 16 de novembro, segundo relatos, 10 homens, entre eles um cidadão tunisiano e um cidadão egípcio que haviam sido condenados por “terrorismo” e assassinato, foram executados na prisão de Al Kadhimiya, em Bagdá.

Julgamentos de ex-dirigentes do partido Baath e de oficiais do exército

O Supremo Tribunal Penal Iraquiano continuou a julgar ex-dirigentes do Baath e ex-comandantes do exército ligados ao governo de Saddam Hussain, que foram acusados de crimes de guerra, de crimes contra a humanidade e de outros crimes graves. O tribunal, cuja independência e imparcialidade foram minadas por interferência política, impôs diversas sentenças de morte. Em setembro, o presidente do Supremo Tribunal disse no Parlamento que a corte já não estava operando, uma vez que havia concluído todos os processos criminais que lhe competiam analisar.

■ Em 21 de abril, Hadi Hassuni, Abd Hassan al-Majid e Farouq Hijazi, todos ex-agentes graduados do serviço de inteligência, foram sentenciados à morte pelo assassinato de Taleb al-Suhail, um líder da oposição, em 1994, no Líbano. A Câmara de Recursos do tribunal ratificou as sentenças, mas, no fim do ano, eles ainda aguardavam ratificação pela Presidência.

■ Em 6 de junho, Aziz Saleh al-Numan, um ex-dirigente do partido Baath, foi sentenciado à morte, depois de ter sido julgado culpado por crimes contra a humanidade relacionados à repressão do levante xiita de 1991, no sul do Iraque.

Ataques a profissionais da imprensa

Uma nova lei aprovada em agosto, que aparentemente visa à proteção dos direitos de jornalistas, foi criticada como inadequada pelas

organizações da imprensa e por jornalistas, que continuaram a enfrentar ameaças e ataques politicamente motivados por parte das forças de segurança, no que parece ser uma orquestração para amordaçar os meios de comunicação. Aqueles que trabalham para veículos independentes ou de oposição foram os alvos preferenciais. Diversos jornalistas foram presos e torturados.

■ Hadi al-Mahdi, um conhecido jornalista de rádio, foi morto a tiros em seu apartamento, em Bagdá, em 8 de setembro, pouco antes de sair para comparecer a uma manifestação. Amigos disseram que ele havia recebido ameaças nas semanas que antecederam seu assassinato. Anteriormente, quando participavam dos protestos de 25 de fevereiro, ele e outros três jornalistas foram detidos por soldados, mantidos presos durante a noite e interrogados enquanto eram torturados com espancamentos, choques elétricos e ameaças de violência sexual, entre outras torturas.

Violações dos direitos humanos pelas forças estadunidenses

As forças dos EUA estiveram envolvidas em uma série de incidentes nos quais civis foram mortos em circunstâncias suspeitas.

■ Em 7 de março, uma força conjunta EUA-Iraque chegou de helicóptero à aldeia de Allazika, na província de Kirkuk, e realizou uma incursão na casa do médico Ayad Ibrahim Mohammad Azzawi al-Jibbouri. Eles o levaram, juntamente com seu irmão, Khalil, que é professor. Em 8 de março, os familiares de Ayad al-Jibbouri foram contatados pelo necrotério, em Tikrit, e informados de que deveriam buscar seu corpo, que havia sido levado para lá, no dia anterior, pelas forças estadunidenses. Khalil al-Jibbouri foi levado pelas forças dos EUA para o campo militar de Tikrit. No final do ano, não se sabia se ele havia sido entregue à custódia iraquiana ou libertado.

■ Em 30 de julho, Shaikh Hamid Hassan, um líder tribal, e dois de seus familiares foram mortos na aldeia Rufayat, no norte de Bagdá, quando sua casa foi atacada durante uma operação de segurança conjunta EUA-Iraque. Segundo relatos, pelo menos outros seis familiares de Shaikh – quatro deles, mulheres – ficaram feridos.

Campo Ashraf

As forças de segurança iraquianas continuaram a pressionar e a usar violência contra residentes do Campo Ashraf, cerca de 60 km ao norte de Bagdá.

Rebatizado de Campo Novo Iraque, o local ainda abrigava cerca de 3.250 exilados iranianos, membros e apoiadores da Organização dos Mujahedin do Povo Iraniano, que se opõe ao governo do Irã. Em 8 de abril, as tropas iraquianas adentram no campo, utilizando força totalmente excessiva, inclusive munição real, contra residentes que tentaram resistir. Cerca de 36 moradores – 28 homens e 8 mulheres – foram mortos e mais de 300 ficaram feridos.

Posteriormente, os feridos e outros que se encontravam seriamente enfermos foram impedidos ou enfrentaram obstáculos para deixar o campo a fim de obter tratamento médico especializado.

Funcionários graduados do governo iraquiano insistiram que o campo deveria ser fechado até o final de 2011, levando o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, a solicitar uma prorrogação do prazo para permitir que o órgão entrevistasse os moradores que buscavam registrar-se como refugiados. No final do ano, o governo iraquiano concordou em estender o prazo para abril de 2012, desde que os moradores fossem transferidos para o Campo Liberty, próximo ao aeroporto internacional de Bagdá.

Região do Curdistão

A população também realizou manifestações na região do Curdistão, especialmente na cidade de Sulaimaniya, protestando contra a corrupção e pedindo por reformas políticas.

Diversas novas leis foram instituídas. Uma nova lei sobre ONGs simplifica o processo de registro legal, permite às ONGs receberem fundos tanto de fontes locais como de internacionais, reconhece que as ONGs desempenham um papel de monitoramento das instituições governamentais e de acesso à informação, e permite que elas abram sucursais e formem redes. Uma nova lei para combater a violência contra mulheres proíbe uma série de atos de violência no âmbito familiar, exige que as identidades das vítimas sejam protegidas e estabelece um tribunal especial para julgar casos de violência contra mulheres.

Uso excessivo da força

As forças de segurança curdas utilizaram força excessiva, inclusive munição real, para reprimir protestos em Sulaimaniya e em Kalar, o que resultou em, pelo menos, seis mortes.

■ Rezhwan Ali, um adolescente de 15 anos, foi alvejado na cabeça e morreu instantaneamente, em 17

de fevereiro, quando milhares de pessoas participavam de uma manifestação na Praça Sara, em Sulaimaniya. Pelo menos 50 pessoas ficaram feridas.

■ Em 19 de fevereiro, Surkew Zahid, de 16 anos, e Sherzad Taha, de 28 anos, foram gravemente feridos quando as forças de segurança abriram fogo contra uma multidão de manifestantes, em Sulaimaniya. Ambos morreram no dia seguinte, no hospital. Pelo menos outras 14 pessoas ficaram feridas.

Tortura e outros maus-tratos

Diversos ativistas pró-democracia, inclusive membros de partidos políticos de oposição, foram detidos e torturados, ou submetidos a outros maus-tratos.

■ Sharwan Azad Faqi Abdullah, preso em Erbil durante os protestos de 25 de fevereiro, ficou detido por quatro dias e foi torturado. Ele foi espancado repetidas vezes para que assinasse uma “confissão”, e ainda apresentava lesões visíveis, aparentemente causadas por tortura, quando representantes da Anistia Internacional o viram, em 11 de março, em Erbil.

■ No início de dezembro, dezenas de membros da União Islâmica Curda, um partido islâmico autorizado, foram presos nas cidades de Dohuk e Zakho pelas forças de segurança curdas. Muitos foram libertados por poucos dias, mas pelo menos 14 ficaram detidos por várias semanas. Há relatos de que alguns foram torturados. As prisões ocorreram imediatamente após os ataques realizados por manifestantes islamistas a estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e a outros estabelecimentos comerciais.

Ataques a profissionais da imprensa

Diversos jornalistas, especialmente aqueles que trabalham para veículos independentes, foram ameaçados, assediados ou atacados, aparentemente por agentes de segurança.

■ Em 29 de agosto, Asos Hardi, editor do jornal independente *Awene*, foi espancado por um agressor armado, quando deixava seu escritório em Sulaimaniya.

■ Em 7 de setembro, Ahmed Mira, editor da revista independente *Levin*, foi detido por três horas por membros de uma força especial, em Sulaimaniya, durante as quais ele foi chutado e espancado com a coronha de um fuzil. Ele foi libertado por ordem de um juiz.

Visitas/relatórios da AI

■ Representantes da Anistia Internacional visitaram a região do Curdistão em março, para pesquisa e reuniões com o governo.

■ Days of rage: Protests and repression in Iraq (MDE 14/013/2011)

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS (TPO)

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:	Shimon Peres
Chefe de governo:	Benjamin Netanyahu
Pena de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	7,6 milhões (Israel); 4,2 milhões (TPO)
Expectativa de vida:	81,6 anos (Israel); 72,8 anos (TPO)
Mortalidade de crianças até 5 anos:	4,4 por mil (Israel); 29,5 por mil (TPO)

As autoridades israelenses mantiveram o bloqueio à Faixa de Gaza, prolongando a crise humanitária na região, e restringiram a circulação de palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, as autoridades continuaram a construir o muro, grande parte do qual em território palestino, e a expandir os assentamentos, violando a legislação internacional. Também demoliram residências e outras instalações palestinas na Cisjordânia e casas de palestinos localizadas em Israel, especialmente em aldeias “não reconhecidas” no Negev. O exército israelense utilizou, com frequência, força excessiva, às vezes letal, contra manifestantes na Cisjordânia e contra civis em áreas de fronteira na Faixa de Gaza. Forças militares israelenses mataram 55 civis nos TPO; entre eles, 11 crianças. Aumentou a violência contra palestinos por parte de colonos israelenses na Cisjordânia; três palestinos foram mortos por colonos. Soldados e colonos israelenses acusados de cometer abusos contra palestinos geralmente não foram responsabilizados. As autoridades não realizaram investigações independentes sobre crimes de guerra supostamente praticados por forças israelenses durante a Operação “Chumbo Fundido”, em 2008-2009. As autoridades israelenses prenderam milhares de palestinos da Cisjordânia. Mais de 307 deles estavam sob prisão administrativa, mantidos sem acusação nem julgamento; outros foram sentenciados a penas de

prisão mediante julgamentos militares. Israel mantinha mais de 4.200 prisioneiros palestinos ao final de 2011. Continuaram os relatos de tortura e de outros maus-tratos a detidos.

Informações gerais

Fracassaram os esforços internacionais para a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina (AP). Israel se opôs à solicitação da AP de plena participação como Estado-membro da ONU e reteve temporariamente receitas fiscais devidas à AP depois que a Palestina se tornou membro pleno da UNESCO.

Grupos armados palestinos em Gaza dispararam foguetes e morteiros indiscriminadamente contra a região Sul de Israel, matando dois civis israelenses (veja a seção sobre a Palestina); forças israelenses realizaram ataques contra palestinos que julgavam ser os responsáveis. Em abril, um estudante israelense de ensino médio foi ferido fatalmente quando um míssil, disparado de Gaza, atingiu um ônibus escolar no Negev. Oito colonos israelenses foram mortos por palestinos na Cisjordânia, um deles pelas forças de segurança da AP. Outros sete civis foram mortos em Israel, seis deles por militantes armados que chegaram a Israel pelo Egito, em agosto.

Em outubro e dezembro, Israel libertou 1.027 prisioneiros e prisioneiras palestinos, incluindo alguns sentenciados pelo assassinato de civis israelenses, em troca da libertação do soldado israelense Gilad Shalit, em 18 de outubro. Ele havia sido mantido cativo em Gaza por grupos armados palestinos desde 2006, período em que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) não pôde ter acesso a ele. Israel também libertou 25 cidadãos egípcios, em outubro, em troca da libertação de um cidadão israelense-estadunidense preso no Egito.

Entre os meses de julho e outubro, centenas de milhares de cidadãos israelenses participaram de manifestações pacíficas, pedindo redução nos custos da moradia e melhorias nos sistemas de saúde e de educação.

Bloqueio e crise humanitária em Gaza

Israel manteve seu bloqueio militar a Gaza, imposto em 2007, e fechou, em março, a passagem de Karni, deixando Kerem Shalom como o único ponto de entrada para mercadorias, apesar de sua

incapacidade de comportar o fluxo atual. O bloqueio prolongou a crise humanitária enfrentada por 1,6 milhão de residentes de Gaza, mais de 70 por cento dos quais eram dependentes de ajuda humanitária. Uma proibição quase total das exportações continuou vigente, asfixiando a economia local. Além disso, as severas restrições às importações acentuaram a escassez e os altos preços das mercadorias. O bloqueio constituiu uma forma de punição coletiva – uma violação à legislação internacional – e afetou particularmente crianças e pessoas enfermas. As autoridades israelenses dificultaram ou impediram a saída de Gaza de centenas de pacientes que buscavam tratamento médico.

Em maio, o Egito abriu a passagem de Rafah aos residentes de Gaza, mas controlou, de maneira rigorosa, a circulação para dentro e para fora de Gaza. Pelo menos 36 palestinos foram mortos nos túneis usados para contrabandear mercadorias entre o Egito e Gaza, em razão de acidentes ou de ataques aéreos israelenses sobre os túneis.

A marinha israelense interceptou diversas flotilhas internacionais que buscavam furar o bloqueio de Gaza. Em setembro, uma Comissão de Inquérito da ONU determinou que o bloqueio naval a Gaza era legal; porém, a comissão não se manifestou sobre a legalidade do regime geral de isolamento imposto à região.

Restrições na Cisjordânia

Na Cisjordânia, mais de 500 postos de controle e barreiras militares israelenses continuaram a dificultar o acesso de palestinos aos seus locais de trabalho, escolas e hospitais. Israel continuou a construção de um muro de 700 km na Cisjordânia, a maior parte dele em território palestino. O muro separa milhares de agricultores palestinos de suas terras e fontes de água. Palestinos da Cisjordânia que dispõem de permissões de entrada em Jerusalém tiveram autorização para utilizar apenas quatro dos 16 postos de controle ao longo do muro.

Os palestinos tiveram negado o acesso a áreas vizinhas aos assentamentos israelenses, que são estabelecidos e mantidos em violação à legislação internacional. Intensificou-se a construção de assentamentos. Os assentamentos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, contavam com mais de 500 mil residentes ao final de 2011.

Restrições à circulação obrigaram cerca de 200 mil palestinos, de 70 aldeias distintas, a fazer desvios

que implicavam um trajeto de duas a cinco vezes mais longo do que a rota direta à cidade mais próxima, prejudicando o acesso a serviços básicos.

Direito à moradia – despejos forçados

As autoridades israelenses, em geral, negaram permissões de construção a palestinos residentes em Jerusalém Oriental e na Área C da Cisjordânia, onde Israel detém autoridade plena de planejamento e urbanização, impedindo o direito dos palestinos à moradia adequada. As autoridades israelenses intensificaram a demolição de casas e de outras instalações palestinas construídas sem permissão na Cisjordânia, tendo destruído mais de 620 estruturas durante 2011. Em consequência, quase 1.100 palestinos ficaram desalojados, um aumento de 80 por cento em relação a 2010; mais de 4.200 outros palestinos foram afetados pela demolição de 170 estábulos e 46 cisternas. Comunidades vulneráveis de beduínos e de pastores foram especialmente afetadas, algumas ficando sob risco de desalojamento permanente devido às severas restrições à sua circulação, a repetidas demolições e à violência por parte de colonos.

■ Em junho, forças israelenses realizaram repetidas demolições em Hadidiya, uma comunidade de pastores localizada ao norte do Vale do Jordão, destruindo 33 estruturas e deixando diversas famílias desabrigadas. Um recurso impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça resultou em uma ordem judicial temporária contra novas ordens de demolição expedidas em novembro.

As autoridades também intensificaram demolições de casas palestinas em Israel, particularmente nas aldeias “não oficialmente reconhecidas”, nas quais estão proibidas todas as construções. Em setembro, o governo aprovou planos para regularizar construções beduínas “ilegais” na região sul do deserto de Negev; caso implementados, esses planos podem levar ao despejo forçado de milhares de palestinos de Israel.

■ Barracas e outras estruturas localizadas em Al Araqib, uma aldeia “não reconhecida” no Negev, foram demolidas pelo menos 20 vezes em 2011, após outras demolições em 2010. Em julho, as autoridades israelenses ingressaram com uma ação judicial contra os residentes da aldeia, buscando uma indenização de 1,8 milhão de ILS (aproximadamente 500 mil dólares dos EUA) para fazer frente aos custos das repetidas demolições e despejos.

Uso excessivo da força

Forças israelenses usaram munição verdadeira e outras formas excessivas de força contra manifestantes palestinos na Cisjordânia e contra outros manifestantes nas fronteiras com a Síria e o Líbano, bem como para manter a “zona de exclusão” em Gaza e ao longo de sua costa. Forças israelenses mataram 55 civis palestinos nos TPO, incluindo 11 crianças. Entre essas pessoas, estavam 22 civis, inclusive nove crianças, que foram mortos pela artilharia israelense no território de Gaza e nas áreas costeiras restritas. O exército iniciou investigações internas sobre alguns desses incidentes, mas estas não se mostraram independentes nem transparentes.

■ Registros indicam que até 35 pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas quando soldados israelenses atiraram contra milhares de refugiados palestinos e outras pessoas que protestavam, nos dias 15 de maio e 5 de junho, na fronteira do Líbano com Israel e na fronteira entre a Síria e o território de Golan, ocupado por Israel. Alguns manifestantes atiraram pedras e outros cruzaram a fronteira nas Colinas de Golan, mas eles não portavam armas de fogo nem pareciam oferecer ameaça direta às vidas dos soldados. Israel contestou o número de mortos e as circunstâncias do incidente.

■ Soldados israelenses utilizaram regularmente força excessiva contra manifestantes palestinos que protestavam contra o muro e a expansão dos assentamentos na aldeia de AlNabi Saleh, na Cisjordânia. Em 9 de dezembro, eles feriram fatalmente Mustafa Tamimi, de 28 anos. Depois de ter atirado uma pedra contra um jipe militar, ele foi atingido no rosto por uma granada de gás lacrimogênio lançada a curta distância, em violação ao regulamento militar.

Impunidade

Em janeiro, a Comissão Turkel, designada pelo governo de Israel, concluiu que as forças israelenses não violaram a legislação humanitária internacional ao atacar uma flotilha com ajuda destinada a Gaza, em maio de 2010, e ao matar nove cidadãos turcos, tendo concluído, porém, que as forças israelenses erraram em não prestar contas das nove mortes.

As autoridades, mais uma vez, não adotaram medidas para conduzir investigações críveis e independentes sobre supostos crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade que teriam

sido cometidos por forças israelenses durante a Operação "Chumbo Fundido", em 2008-2009, na qual centenas de civis palestinos foram mortos, embora continuassem tramitando algumas investigações policiais militares sobre incidentes específicos.

Colonos israelenses e forças de segurança acusados de abusos contra palestinos, de um modo geral, não foram responsabilizados. As autoridades israelenses instauraram investigações, de forma rotineira, mas essas raramente resultaram em processos. A ONG israelense Yesh Din informou que quase 90 por cento das investigações oficiais sobre denúncias de violência por parte de colonos, as quais a ONG vem monitorando desde 2005, foram encerradas, aparentemente em razão de falhas na investigação. Informou também que apenas 3,5 por cento das denúncias feitas por palestinos às autoridades militares israelenses entre 2000 e 2010, alegando violação de direitos por parte de soldados israelenses, resultaram em indiciamento.

Detenção provisória

As autoridades israelenses mantiveram detidos pelo menos 307 palestinos dos TPO sem acusações ou julgamento durante 2011, mediante ordens renováveis de detenção administrativa baseadas em informações secretas, ocultadas dos detentos e de seus advogados. Três mulheres detidas administrativamente estavam entre os palestinos libertados em troca da libertação de Gilad Shalit pelo Hamas.

■ O escritor e acadêmico Ahmad Qatamesh foi preso em abril e mantido sob uma ordem de detenção administrativa de seis meses, renovada em setembro. Ao final de 2011, ele ainda se encontrava detido. Foi considerado prisioneiro de consciência.

Condições prisionais – privação de visitas familiares

As autoridades israelenses continuaram a proibir as famílias de visitarem prisioneiros palestinos de Gaza detidos em prisões israelenses, perpetuando uma política que vigora desde junho de 2007. Apesar de mais de 200 presos de Gaza terem sido libertados ao longo de 2011, cerca de 440 permaneciam em prisões israelenses ao final do ano. As permissões de visita também foram negadas frequentemente pelas autoridades israelenses aos familiares de prisioneiros

da Cisjordânia, por razões "de segurança" não explicitadas.

Julgamentos injustos

Palestinos nos TPO continuaram a ser julgados perante tribunais militares e tiveram o acesso a advogados sistematicamente negado durante os interrogatórios preliminares ao processo. Em 27 de setembro, a Ordem Militar 1676 elevou de 16 para 18 anos a idade limite a partir da qual se permite o julgamento de palestinos perante tribunais militares israelenses. Anteriormente, adolescentes de 16 e 17 anos haviam sido julgados perante esses tribunais nas mesmas condições que os adultos. O novo regulamento omitiu-se em exigir que adolescentes detidos tenham acesso à assistência jurídica durante o interrogatório e que adolescentes com mais de 16 anos sejam mantidos separados dos adultos.

Tortura e outros maus-tratos

Denúncias de tortura e de outros maus-tratos, inclusive de adolescentes, continuaram ocorrendo. Entre os métodos mais citados estiveram espancamentos, ameaças aos presos ou às suas famílias, privação de sono e ser algemado em posições dolorosas por longos períodos. Confissões supostamente obtidas sob coação foram aceitas como provas por tribunais militares israelenses.

■ Islam Dar Ayyoub, de 14 anos, foi preso em sua casa, na aldeia Al Nabi Saleh, na Cisjordânia, por volta das duas horas da madrugada de 23 de janeiro. Vendado e algemado, ele foi transferido, em um jipe militar, através do assentamento vizinho de Halamish, à delegacia de polícia do assentamento de Maale Adumim, onde foi interrogado, por horas, sem a presença de um advogado. Ele não teve permissão para descansar, comer ou ir ao toalete. As informações obtidas dele durante o interrogatório foram utilizadas para incriminar Bassem Tamimi, organizador das manifestações em Al Nabi Saleh (veja abaixo).

■ Em fevereiro, Dirar Abu Sisi, um engenheiro de Gaza, foi transferido, à força, da Ucrânia para Israel e mantido na prisão de Shikma, próximo da cidade de Ashkelon, onde, por 25 dias, não teve permissão de contatar um advogado. Em abril, ele foi acusado de projetar foguetes para o braço militar do Hamas; as autoridades israelenses disseram que ele confessou, mas sua advogada alegou que a confissão foi obtida sob tortura. Ao final do ano, ele ainda se encontrava

detido, segundo informações, em confinamento solitário.

Liberdade de expressão e de associação

O Knesset, o parlamento de Israel, aprovou leis que restringem a liberdade de expressão e de associação. Entre elas, uma que criminaliza a defesa de boicote a indivíduos ou instituições israelenses, em Israel ou nos assentamentos israelenses na Cisjordânia. Outra lei penaliza a celebração, por instituições ou por municípios, do Nakba (catástrofe), um termo usado por palestinos para descrever o despojo de suas terras em 1948. O Knesset também discutiu, mas até o final de 2011 não havia aprovado, uma lei para limitar ou impedir o recebimento de fundos de governos estrangeiros por ONGs israelenses de direitos humanos, particularmente por aquelas que forneceram informações à Missão de Investigação da ONU sobre o conflito de Gaza, em 2009.

Na Cisjordânia, ativistas palestinos que organizaram protestos, alguns dos quais pacíficos, contra o muro e contra a presença de assentamentos israelenses ilegais continuaram enfrentando prisão e julgamento perante tribunais militares israelenses. As autoridades israelenses prenderam pelo menos 14 jornalistas palestinos, dois dos quais foram detidos administrativamente.

■ Em janeiro, um tribunal militar de recursos estendeu de 1 ano para 16 meses a sentença de Abdallah Abu Rahma, um ativista da aldeia de Bilin que faz oposição não violenta ao muro. Ele havia sido condenado por incitamento e organização ilegal de manifestações públicas com base em declarações feitas por crianças sob coação. Considerado prisioneiro de consciência, ele foi libertado em março, depois de ter cumprido integralmente sua sentença.

■ Bassem Tamimi, ativista e crítico pacífico das políticas israelenses há muitos anos, foi preso em 24 de março e depois acusado de organizar protestos na aldeia de Al Nabi Saleh. Ao final de 2011, ele continuava sob custódia enquanto seu julgamento tramitava em um tribunal militar. Ele era considerado prisioneiro de consciência.

Refugiados e requerentes de asilo

As autoridades israelenses continuaram a negar o acesso aos procedimentos de determinação da condição de refugiado aos requerentes de asilo eritreus e sudaneses, os quais constituem,

aproximadamente, 80 por cento dos cerca de 45 mil requerentes de asilo em Israel. Eles receberam apenas documentos temporários e não tiveram permissão para trabalhar ou para acessar serviços sociais e de saúde pública. A apenas um pequeno número de requerentes de asilo de outros países foi concedido o *status* de refugiado.

Novas medidas rígidas para dissuadir futuros requerentes de asilo avançavam no parlamento. Em março, o Knesset aprovou a primeira minuta de um projeto de lei Anti-Infiltração, segundo o qual migrantes e requerentes de asilo sem documentos estariam sujeitos a prisão por períodos de três anos ou mais. Em setembro, o Conselho Nacional de Planejamento e Construção publicou os planos para construção de um centro de detenção para requerentes de asilo, com 10 mil vagas, próximo à fronteira de Israel com o Egito. Apesar de uma decisão, tomada em março pelo exército de Israel, de suspender a prática de “devolver ainda quentes” – sem antes examinar suas solicitações de asilo – os requerentes que ingressavam em Israel vindos do Egito, ONGs relataram que novos casos de retornos forçados para o Egito ocorreram até julho.

Prisioneiros de consciência – objetores de consciência israelenses

Pelo menos três objetores de consciência israelenses estiveram presos durante 2011 por recusarem-se a prestar serviço militar em razão de sua oposição à ocupação dos territórios palestinos por Israel.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram Israel e os TPO em maio e em novembro.

📄 Amnesty International's updated assessment of Israeli and Palestinian investigations into the Gaza conflict (MDE 15/018/2011)

📄 Gaza blockade must be lifted following UN panel finding on flotilla raid (MDE 15/030/2011)

ITÁLIA

REPÚBLICA ITALIANA

Chefe de Estado:

Giorgio Napolitano

Chefe de governo:

Mario Monti (sucedeu

Silvio Berlusconi em novembro)

Penal de morte:

aboliconista para todos os crimes

População:

60,8 milhões

Expectativa de vida:

81,9 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos:

4 por mil

Taxa de alfabetização:

98,9 por cento

Continuaram as discriminações e os despejos forçados de comunidades ciganas. A “Emergência Nômade” (estado de emergência declarado em 2008 relativo aos acampamentos de comunidades nômades em diversas regiões italianas) foi declarada ilegal pelo Conselho de Estado em novembro. O fracasso das autoridades em responder, de maneira adequada, à crescente chegada, pelo mar, de pessoas vindas do norte da África resultou em violações dos direitos humanos de migrantes, de requerentes de asilo e de refugiados. Racismo e discriminação contra minorias como ciganos e migrantes continuaram. A Itália não conseguiu estabelecer mecanismos eficazes para evitar e reprimir a tortura e outros maus-tratos.

Informações gerais

Na esteira da crise econômica em parte da Europa, um novo governo liderado por Mario Monti substituiu o governo de Silvio Berlusconi, em novembro. Significativas medidas de austeridade foram aprovadas no fim do ano.

Escrutínio internacional

Organismos internacionais criticaram o tratamento dado pela Itália a ciganos, muçulmanos, migrantes, requerentes de asilo e refugiados. O Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa destacou em seu relatório, em setembro, que a declaração da “Emergência Nômade”, em 2008, fornecia o alicerce para despejos generalizados de acampamentos ciganos, muitas vezes em violação às normas de direitos humanos. A referida política autorizava “comissários delegados”, em diversas regiões, a ignorar uma série de leis ao lidar com pessoas que vivem em “acampamentos nômades”. O relatório

também chamou atenção para o aumento acentuado no número de entradas no país pelo mar do norte da África desde o início do ano, o que colocava o sistema de recepção a imigrantes, requerentes de asilo e refugiados sob considerável pressão. O Comissário demandou das autoridades medidas urgentes para fortalecer a capacidade de recepção da Itália, bem como o sistema para a integração de refugiados e outros beneficiários de proteção internacional. Ele também instou as autoridades a garantir que, ao depararem-se com navios em perigo no mar, a segurança e o resgate das pessoas a bordo devem receber absoluta prioridade com relação a quaisquer outras considerações.

O Comitê Consultivo da Convenção Quadro do Conselho da Europa para a Proteção das Minorias Nacionais publicou seu terceiro parecer sobre a Itália em maio. O documento apontou um acirramento de atitudes racistas e xenofóbicas em relação a grupos como ciganos, muçulmanos, migrantes, refugiados e requerentes de asilo. O Comitê também expressou preocupação com o fato de as condições de vida das comunidades ciganas terem deteriorado ainda mais.

O Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher publicou observações finais em julho, instando a Itália, entre outras coisas, a introduzir uma política para superar a representação das mulheres como objetos sexuais e a pôr em questão os estereótipos a respeito do papel da mulher e do homem na sociedade e na família.

Discriminação

Houve relatos de graves episódios de violência racial. Pessoas foram discriminadas com base em sua orientação sexual, etnia e religião.

Um projeto de lei que proíbe o uso, em espaços públicos, de véus que cubram todo o rosto foi discutido no Parlamento. Se implementada, essa proibição teria um efeito desproporcional sobre as mulheres que optam por vestir a burca ou a *niqab* como expressão de sua identidade ou crenças.

Violência racial

Em dezembro, em Turim, um acampamento cigano foi incendiado por alguns moradores locais. O ataque aconteceu depois de um protesto supostamente organizado em solidariedade a uma adolescente de 16 anos que acusou dois ciganos de estuprá-la. Mais tarde, ela admitiu ter mentido sobre a violência contra ela.

Ciganos

Sob a “Emergência Nômade”, autoridades em cinco regiões continuaram autorizadas a ignorar leis que protegem direitos humanos, incluindo vários dispositivos legais sobre o processo administrativo. Isso facilitou a continuação de despejos forçados de comunidades ciganas, permitiu a impunidade para tais violações de direitos humanos e agravou a discriminação contra essas pessoas. Em novembro, o Conselho de Estado declarou a “Emergência Nômade” ilegal.

Relatos de despejos forçados continuaram em outras regiões não cobertas pela “Emergência Nômade”.

■ Em Roma, as autoridades continuaram a implementar o “Plano Nômade”, planejado após a declaração da “Emergência Nômade”, o qual propõe o fechamento de todos os acampamentos irregulares e a transferência de até 6 mil ciganos que vivem em acampamentos autorizados para 13 acampamentos novos ou remodelados. As autoridades deram continuidade aos despejos forçados de acampamentos ciganos ao longo de todo o ano, deixando, a cada evento, uma série de pessoas sem moradia. Os despejos ocorreram sem a notificação adequada e sem o devido processo legal e, na maioria dos casos, foi disponibilizado abrigo temporário apenas para mulheres e crianças pequenas. Organizações não governamentais locais relataram que as condições e as instalações nos novos acampamentos não satisfaziam as normas internacionais para moradia adequada.

■ Ainda que as autoridades milanesas eleitas em maio não comemorassem publicamente os despejos dos acampamentos ciganos por meio da mídia, como faziam seus predecessores, os despejos continuaram a ocorrer de maneira incompatível com as normas de direitos humanos. Em abril, as autoridades declararam que, desde 2007, haviam ocorrido mais de 500 despejos de acampamentos irregulares. Assim como em Roma, os despejos não cumpriram o processo administrativo, e as pessoas afetadas não tiveram acesso a compensações efetivas; não houve consulta genuína nem aviso prévio razoável. Apenas abrigo temporário foi oferecido, unicamente para mulheres com filhos pequenos. As autoridades começaram a fechar diversos acampamentos autorizados, algumas vezes por motivos relacionados aos projetos de construções da “Expo 2015”, uma feira mundial que ocorre a cada cinco anos em um local diferente do

mundo. Moradores dos acampamentos autorizados da via Triboniano e da via Barzaghi foram despejados e passaram meses sem que lhes fossem oferecidas moradias alternativas adequadas de longo prazo. Eles não foram consultados previamente sobre as alternativas ao despejo ou sobre as opções de realojamento.

■ Em agosto, novos dispositivos legais entraram em vigor, permitindo a remoção forçada, da Itália, de cidadãos da União Europeia que não cumpram com os requisitos estabelecidos pela Diretiva da União Europeia sobre a Livre Circulação e que não acatem uma ordem para deixar o país dentro de um prazo determinado. Havia receios de que tais dispositivos pudessem ser aplicados de maneira discriminatória, abrindo caminho para a deportação seletiva de pessoas de determinadas minorias étnicas, em particular, ciganos.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

As autoridades italianas nada fizeram para aprimorar a legislação que pune crimes de ódio. Como resultado, as vítimas de crimes baseados na orientação sexual, bem como na identidade e expressão de gênero, não tiveram a mesma proteção que as vítimas de crimes motivados por outros tipos de discriminação.

■ Em julho, o Parlamento rejeitou um projeto de lei sobre crimes homofóbicos e transfóbicos, considerando-o incompatível com a Constituição italiana.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Até o fim do ano, mais de 52 mil pessoas haviam chegado ao país pelo mar, vindas do norte da África, em particular à ilha de Lampedusa. Este número é consideravelmente maior do que o de anos anteriores. A resposta das autoridades foi inconsistente, resultando em violações dos direitos humanos de requerentes de asilo, migrantes e refugiados. As medidas adotadas incluíram expulsões sumárias coletivas, violações à proibição do *non-refoulement* (não devolução) e detenções ilegais. Houve sérios temores de que a implementação de acordos para controle da migração, assinados com diversos países do norte da África, tais como Líbia, Tunísia e Egito, estivessem resultando na negação do acesso à proteção internacional para os requerentes

de asilo e na sujeição de pessoas a remoções sumárias. As condições nos centros de recepção e detenção estavam aquém das normas internacionais, e requerentes de asilo e refugiados foram deixados à própria sorte.

■ Em março, uma crise humanitária irrompeu, na ilha de Lampedusa, como resultado do fracasso das autoridades em garantir a transferência, em tempo hábil, de um número suficiente de pessoas para a Sicília ou para outras regiões da Itália. Milhares de migrantes, requerentes de asilo e refugiados foram abandonados em Lampedusa em péssimas condições, muitos deles tendo de dormir em locais inadequados, com acesso limitado ou inexistente a instalações sanitárias ou de higiene.

■ Em abril, o governo concluiu um acordo com as autoridades da Tunísia para permitir a remoção sumária de cidadãos tunisianos. Assim como outros acordos de controle migratório, seu conteúdo não foi totalmente divulgado para o público.

■ Em junho, o governo assinou um memorando de entendimento sobre controle migratório com o Conselho de Transição da Líbia, no qual ambas as partes concordaram em implementar os programas existentes. Houve preocupações de que, como em anos anteriores, essa medida levaria à negação de acesso a processos para demanda de proteção internacional por parte dos requerentes de asilo, bem como a violações da proibição de *non-refoulement*.

■ Em 21 de agosto, as autoridades realizaram uma operação de “repulsão” após embarcações italianas terem interceptado um barco que viajava do norte da África para Lampedusa. Houve relatos de que esse não foi um episódio isolado e de que tais operações estavam ocorrendo regularmente.

■ Em setembro, um incêndio foi iniciado por pessoas detidas no superlotado centro de recepção e primeiros-socorros de Lampedusa, em protesto por sua detenção no local e pela ameaça de repatriação forçada pelas autoridades italianas. O fogo destruiu grande parte das instalações do centro. A seguir, alguns dos que foram evacuados do local protestaram nas ruas de Lampedusa. Choques com a polícia italiana e alguns moradores da ilha se sucederam e resultaram em diversas pessoas feridas. Em resposta a esses eventos, as autoridades italianas voltaram a transferir pessoas para outros locais da Itália.

A legislação adotada em agosto para incorporar a Diretiva de Retornos da UE à legislação nacional

violou o direito dos imigrantes à liberdade. Ela estendeu o período máximo de detenção de indivíduos, por razões unicamente imigratórias, de 6 para 18 meses. Também não reflete salvaguardas essenciais previstas na Diretiva, minando, assim, a promoção de retornos voluntários e favorecendo, ao contrário, a detenção e as remoções forçadas.

Em decorrência da decisão do Tribunal Europeu de Justiça sobre o caso *El Dridi* em abril, a sanção de prisão, de um a quatro anos, por descumprimento de uma ordem para deixar o país foi substituída, em agosto, por multas. O Tribunal foi solicitado a examinar a adequação da lei italiana à Diretiva de Retorno da UE.

Em outubro, diversas organizações, entre as quais o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações denunciaram o fato de ter sido negado a elas o acesso a 150 indivíduos em Bari que haviam sido interceptados no mar. Desses, mais de 70 foram imediatamente repatriados. As duas organizações eram parceiras do governo na implementação do “Projeto Presidium”, que tem como objetivo melhorar a capacidade e a qualidade da recepção às pessoas que possam vir a necessitar de proteção internacional.

Segurança e combate ao terrorismo

O histórico de uso governamental da legislação de combate ao terrorismo continuou a ser motivo de preocupação.

■ Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu, no caso *Toumi v. Itália*, que a Itália violou a proibição da tortura e de outros maus-tratos durante a deportação de um homem para a Tunísia, em 2009. O Tribunal decidiu que Ali Ben Sassi Toumi, um cidadão tunisiano que foi condenado por crimes relacionados ao terrorismo, foi forçado a retornar da Itália para a Tunísia, em violação da ordem que solicitava a suspensão da transferência. O Tribunal considerou que garantias diplomáticas de tratamento humano, que haviam sido dadas pelo governo tunisiano antes da deportação, não eliminavam o risco de tortura e outros maus-tratos.

Prisioneiros de Guantánamo

Em abril, a imprensa informou que Adel Ben Mabrouk, um cidadão tunisiano transferido do centro de detenção de Guantánamo para a Itália, em 2009, foi deportado da Itália para a Tunísia. Ele havia sido condenado em fevereiro por crimes relacionados ao

terrorismo, mas foi libertado depois de passar por prisão preventiva, uma vez que o tribunal contabilizou seus anos na detenção em Guantánamo como tempo cumprido da sentença.

Transferências extrajudiciais

Recursos ainda aguardavam decisão do Supremo Tribunal de Apelação no processo relativo à transferência extrajudicial do cidadão egípcio Abu Omar, em 2003. Em dezembro de 2010, o Tribunal de Recursos de Milão confirmou a condenação de 25 funcionários italianos e estadunidenses envolvidos no sequestro de Abu Omar em uma rua de Milão, e os condenou a penas de até nove anos de prisão. O Tribunal confirmou a suspensão das acusações contra cinco funcionários graduados da agência de inteligência italiana por razões de segredo de Estado. Os 23 funcionários estadunidenses condenados foram julgados à revelia. Após o sequestro, Abu Omar foi ilegalmente transferido, pela CIA, da Itália para o Egito, onde foi mantido em detenção secreta e, segundo relatos, torturado.

Tortura e outros maus-tratos

Relatos de maus-tratos por agentes de segurança continuaram. Não se estabeleceram mecanismos eficazes para prevenir maus-tratos pela polícia, nem foram tomadas medidas concretas para garantir as devidas investigações e, quando necessário, a responsabilidade criminal de todos os agentes de segurança envolvidos em violações de direitos humanos. As autoridades não ratificaram o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e não estabeleceram um Mecanismo Preventivo Nacional independente para a prevenção da tortura e de outros maus-tratos em nível nacional. Ademais, a tortura não foi incorporada como um crime específico na legislação penal comum.

Julgamentos relativos à reunião do G8 em Gênova

Recursos contra as sentenças em segunda instância proferidas pelo Tribunal de Recursos de Gênova nos julgamentos de agentes de segurança, de equipes médicas e de agentes penitenciários pelos maus-tratos contra manifestantes na cúpula do G8 em Gênova, em 2001, ainda estavam pendentes perante o Tribunal de Cassação.

■ Em março, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos determinou que não houve violação do direito à vida em relação à morte do manifestante Carlo Giuliani nas

ruas de Gênova, em 20 de julho de 2001. Em maio de 2003, o inquérito sobre sua morte a tiros, por um agente de segurança, chegou ao fim com a decisão da juíza de instrução de que o agente agiu em legítima defesa e não deveria ser acusado.

Mortes sob custódia

■ Em junho, o Tribunal de Recursos de Bolonha confirmou a condenação, em primeira instância, de quatro agentes de segurança pela morte ilegal de Federico Aldrovandi, de 18 anos. Devido à aplicação de uma lei de indulto, a sentença inicial de três anos e seis meses foi comutada para apenas seis meses. Federico Aldrovandi morreu em 2005, depois de ser parado por policiais em Ferrara. Recursos foram apresentados perante o Tribunal de Cassação. Em maio, um dos três policiais que haviam sido condenados, em 2010, a penas de prisão de 8, 10 e 12 meses, respectivamente, por contribuir para desviar o curso do inquérito, também recebeu uma sentença suspensa de mais três meses. Em janeiro, um quarto policial foi absolvido das acusações de envolvimento no desvio das investigações.

■ Em março, começou o julgamento de um guarda penitenciário acusado de omissão de socorro a Aldo Bianzino e de outras infrações penais. Aldo Bianzino morreu na cadeia em Perugia, em 2007, dois dias após ter sido preso. Os processos de homicídio contra perpetradores não identificados foram arquivados em 2009.

■ Estava em curso o julgamento relativo à morte de Stegano Cucchi. Seis profissionais de medicina, três profissionais de enfermagem e três agentes penitenciários foram acusados de diversas infrações penais, como abuso de autoridade e abuso de cargo, lesão corporal e omissão de socorro. Em janeiro, um alto funcionário dos serviços penitenciários foi condenado a dois anos de prisão por falsificação de documentos oficiais e por abuso de cargo. Stefano Cucchi morreu em outubro de 2009, em uma ala do hospital penitenciário, em Roma, alguns dias depois de ser preso.

■ Ainda estavam em curso as investigações sobre denúncias de maus-tratos sofridos por Giuseppe Uva, enquanto em custódia da polícia, horas antes de sua morte. Ele morreu em junho de 2008 em um hospital de Varese. Um médico estava sendo processado por homicídio culposo devido a um suposto erro médico. Em dezembro, o corpo de Giuseppe Uva foi exumado para uma nova autópsia.

Visitas/relatórios da AI

🏠 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Itália em março, abril, julho e novembro.

📄 Current evidence: European complicity in the CIA rendition and secret detention programmes (EUR 01/001/2011)

📄 Italy: Amnesty International findings and recommendations to the Italian authorities following the research visit to Lampedusa and Mineo (EUR 30/007/2011)

📄 Italy: “Zero tolerance for Roma”: Forced evictions and discrimination against Roma in Milan, (EUR 30/020/2011)

JAPÃO

JAPÃO

Chefe de governo:	Yoshihiko Noda (sucedeu Naoto Kan em setembro)
Penal de morte:	retencionista
População:	126,5 milhões
Expectativa de vida:	83,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	3,3 por mil

Um terremoto de magnitude 9 na costa oeste do Japão, em 11 de março, causou um enorme tsunami com resultados catastróficos, incluindo o pior desastre nuclear no mundo nos últimos 25 anos. A polícia continuou realizando interrogatórios abusivos sob o sistema *daiyo kangoku*. O governo não se desculpou nem ofereceu reparações condizentes com as normas internacionais para as sobreviventes do sistema de escravidão sexual praticado pelo exército japonês. O ministro da Justiça enfrentou forte pressão para realizar execuções. Apesar do aumento no número de requerentes de asilo que chegam ao Japão, o status de refugiado foi concedido a muitos poucos.

Informações gerais

Em 11 de março, um terremoto seguido de um tsunami devastou a área de Tohoku, na região leste do Japão. Calcula-se em 20 mil o número de pessoas que morreram ou foram dadas como desaparecidas. A Usina Nuclear de Fukushima Daiichi sofreu sérios danos. Emissões de radiação que excedem os níveis

aceitáveis levantaram sérias preocupações quanto a seu impacto residual sobre a saúde e a segurança alimentar da população. Estabeleceu-se uma zona de evacuação compulsória de 20 km – considerada, por muitos, restrita demais. Dezenas de milhares de pessoas, inclusive das zonas de evacuação, foram transferidas para casas e abrigos temporários no distrito de Fukushima. O governo japonês e a Tokyo Electric Power Company foram duramente criticados pelo modo como lidaram com a crise, inclusive por sua omissão em divulgar informações oportunas sobre os riscos, o que resultou em graves temores com relação aos impactos negativos sobre o direito à saúde da população afetada.

Sistema judiciário

Em abril, o ministro da Justiça instruiu o Ministério Público a monitorar, em caráter experimental, todos os interrogatórios gravados conduzidos pelo Departamento de Investigação Especial e pelo Departamento de Assuntos Criminais Especiais, bem como os interrogatórios de suspeitos portadores de dificuldades de aprendizagem ou de doenças mentais. Uma revisão da Lei sobre o Tratamento de Prisioneiros e os Centros de Detenção Criminal foi discutida pelo Ministério da Justiça e pela Agência de Polícia. No entanto, isto não resultou em qualquer reforma da lei ou do sistema *daiyo kangoku*, o qual permite que a polícia detenha suspeitos por até 23 dias.

■ Shoji Sakurai e Takao Sugiyama foram absolvidos de homicídio e de roubo, em maio, após terem passado 29 anos na prisão. Durante seu novo julgamento, o tribunal concluiu que os registros em fita dos interrogatórios, que incluíam sua confissão, foram adulterados e não possuíam credibilidade por suscitar dúvidas quanto à confissão ter sido voluntária ou não.

Violência contra mulheres e meninas

Em 30 de agosto, a Corte Constitucional da Coreia do Sul declarou inconstitucional o fato de o governo sul-coreano não realizar esforços tangíveis para solucionar as disputas com o Japão sobre reparações para as sobreviventes do sistema de escravidão sexual pelo exército japonês durante a ocupação. O Japão continuou a negar reparação às mulheres coreanas tomadas como escravas sexuais antes e durante a Segunda Guerra Mundial. A Corte Constitucional apontou que a inação da Coreia do Sul

violava os direitos básicos das que foram chamadas “mulheres de conforto” na época de sua escravidão. Em outubro, o governo da Coreia do Sul levantou, na ONU, a questão do sistema militar de escravidão sexual praticado pelo Japão durante a ocupação, afirmando que “um tal estupro sistemático e escravidão sexual constituem crimes de guerra e também, sob determinadas circunstâncias, crimes contra a humanidade”. O governo japonês respondeu que todas as questões haviam sido resolvidas mediante tratados. Em 14 de dezembro, ativistas e sobreviventes em Seul, na Coreia do Sul, protestaram pela milésima vez em frente à embaixada japonesa, em uma manifestação semanal, iniciada em 1992.

Pena de morte

Não houve execuções; 130 prisioneiros, entre eles vários portadores de distúrbios mentais, permaneceram no corredor da morte. Em outubro, o ministro da Justiça, Hideo Hiraoka, declarou que ele não iria acabar com a pena capital, mas iria avaliar cada caso, individualmente. Ele enfrentava pressões internas do governo para retomar as execuções. Em 31 de outubro, o Tribunal do Distrito de Osaka declarou constitucional a pena de morte por enforcamento.

Refugiados e requerentes de asilo

Cerca de 1.800 indivíduos pediram asilo no Japão. Em 17 de novembro, o parlamento japonês aprovou uma resolução comprometendo-se com o cumprimento da Convenção da ONU sobre os Refugiados, no aniversário de 30 anos de sua ratificação pelo Japão. Por meio de um programa de reassentamento estabelecido em 2010, o Japão aceitou, em 2011, 18 refugiados de Mianmar, cujos processos foram examinados na Tailândia. Alguns refugiados de Mianmar, aceitos por meio do programa, em 2010, reclamaram publicamente de que foram forçados a trabalhar 10 horas por dia, que a ajuda oferecida pelo governo era insuficiente e que eles foram deliberadamente mal informados pelas autoridades antes de sua chegada ao Japão.

MÉXICO

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Chefe de Estado e de governo:	Felipe Calderón Hinojosa
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	114,8 milhões
Expectativa de vida:	77 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	16,8 por mil
Taxa de alfabetização:	93,4 por cento

Cartéis de drogas e outras gangues criminosas, às vezes agindo em conluio com a polícia ou com outros funcionários públicos, assassinaram e sequestraram milhares de pessoas. Dezenas de milhares de migrantes irregulares que cruzavam o México sofreram graves abusos por parte dessas gangues, incluindo sequestros, estupros e assassinatos. O governo não adotou medidas efetivas para prevenir ou investigar violações de direitos humanos graves e generalizadas cometidas por militares e por policiais, como desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, tortura e prisões arbitrárias. O governo não forneceu qualquer resposta substantiva aos pedidos da Anistia Internacional por informações sobre as investigações de tais casos. O sistema de justiça criminal não conseguiu garantir justiça ou segurança. Os culpados pela grande maioria dos crimes, inclusive por ataques a jornalistas, defensores de direitos humanos e mulheres, não foram responsabilizados. Normas para julgamentos justos foram violadas. Não houve qualquer ação para garantir justiça às vítimas das brutais violações de direitos humanos cometidas durante a “guerra suja” do México (1964-1982). Houve uma série de reformas constitucionais progressistas relativas a direitos humanos.

Informações gerais

O governo do Presidente Calderón prosseguiu com o destacamento de 50 mil soldados e de um número crescente de fuzileiros navais para combater os cartéis de drogas. Durante o ano, os cartéis lutaram entre si e contra as forças de segurança por controle territorial em alguns estados, como Chihuahua, Nuevo León, Veracruz, Coahuila, Tamaulipas e Guerrero. Mais de 12 mil pessoas foram mortas na onda de violência que se seguiu. A grande maioria dessas mortes nunca foi investigada. Em abril, a

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) informou que 8.898 corpos permaneciam sem identificação em necrotérios de todo o país, e que 5.397 pessoas haviam sido declaradas desaparecidas desde 2006. Mais de 40 soldados e mais de 500 policiais foram mortos em 2011.

Relatos indicavam um número crescente de pessoas, sem conexão com os cartéis, que haviam sido mortas durante o ano por gangues, pelo exército ou pela polícia. Cinquenta e duas pessoas morreram em Monterrey quando uma gangue criminosa incendiou um cassino com a conivência de alguns policiais locais. Mais de 500 corpos sem identificação foram descobertos em valas clandestinas nos estados de Tamaulipas e Durango. Embora se acredite que alguns sejam de migrantes vindos da América Central, até o final do ano menos de 50 haviam sido identificados. A preocupação pública com a violência, bem como a insatisfação com a resposta do governo, resultaram na criação do Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade. O movimento realizou protestos em diversas partes do país para exigir o fim da violência e da impunidade.

Como parte da Iniciativa Mérida, um acordo de cooperação regional e de segurança com vigência de três anos, o governo estadunidense cedeu ao México uma quantidade de fundos e outras transferências adicionais relativas à segurança. Ainda que os EUA tenham retido temporariamente alguns fundos e apesar do contínuo fracasso do governo mexicano em atender às condições de direitos humanos, as transferências seguiram adiante. Uma operação mal-sucedida, montada pelos Estados Unidos para rastrear armas contrabandeadas para o México, evidenciou a ausência de mecanismos eficazes para impedir que gangues criminosas entrem com armas no país.

Forças policiais e de segurança

O Exército e a Marinha

O governo ignorou relatos generalizados de graves violações de direitos humanos, tais como tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e uso excessivo da força por integrantes do Exército e, de maneira crescente, da Marinha. O governo continuou a afirmar que os abusos foram excepcionais e que os perpetradores foram responsabilizados. Em 2011, militares foram levados à Justiça em um único caso, quando 14 soldados

foram condenados em tribunais militares pela morte de duas mulheres e de três crianças durante um bloqueio rodoviário, em Levy, no estado de Sinaloa, em 2007. O governo não forneceu resposta consistente aos pedidos de informação da Anistia Internacional sobre as investigações de tais casos.

O sistema judiciário militar continuou no controle de praticamente todas as investigações sobre denúncias de abusos dos direitos humanos por militares, e continuou a desconsiderar, sem investigação efetiva, a grande maioria das alegações, permitindo que os perpetradores fugissem à justiça. Este cenário começou a mudar em dezembro, quando, pela primeira vez, um tribunal federal rejeitou a competência militar em um caso de direitos humanos. O sistema judiciário civil usualmente recusava-se a conduzir investigações preliminares de supostos abusos antes de transferir os casos para o sistema judiciário militar.

Um total de 1.695 denúncias de abusos cometidos pelo Exército e 495 cometidos pela Marinha foram apresentadas à CNDH, que emitiu 25 recomendações contra o Exército e seis contra a Marinha. O fato de um número relativamente baixo de denúncias ter resultado na emissão de recomendações da CNDH foi apresentado pelas autoridades como prova de que a maioria das denúncias era infundada – o que ignora as limitações de muitas das investigações da CNDH.

■ Em junho, pelo menos seis homens foram detidos e submetidos a desaparecimento forçado em Nuevo Laredo, no estado de Tamaulipas. Apesar das fortes evidências, inclusive declarações de uma testemunha ocular, de que soldados da marinha seriam os responsáveis, as autoridades navais reconheceram apenas que teria havido “contato” com os homens. Uma investigação feita pela Procuradoria-Geral da República não conseguiu apurar os fatos, mas pareceu absolver a Marinha da responsabilidade, sem uma investigação aprofundada. O paradeiro dos homens permanecia desconhecido no final do ano. A família de uma das vítimas foi forçada a deixar a área após sua casa ter sido atacada, em julho.

■ Em maio, a polícia municipal deteve ilegalmente Jethro Ramsés Sánchez Santana e um amigo em Cuernavaca, no estado de Morelos. Ambos foram entregues à Polícia Federal e, depois, ao Exército. Soldados torturaram os dois homens, libertaram o amigo e fizeram Jethro Sánchez desaparecer. Sua

família registrou uma queixa, mas as autoridades militares negaram qualquer envolvimento no desaparecimento forçado, mesmo depois de a polícia ter testemunhado a respeito de sua participação. Diante de provas irrefutáveis, as forças armadas detiveram dois soldados, em julho. O corpo de Jethro Sánchez foi encontrado em julho. No fim do ano, dois soldados encontravam-se detidos sob acusação de homicídio e pelo menos outros três estavam evadidos. O caso continuava sob competência militar.

Forças policiais

O progresso na reforma das forças policiais federais, estaduais e municipais foi extremamente lento. Houve evidências de que alguns agentes da polícia agiram em conluio com organizações criminosas, inclusive no assassinato de supostos membros de outras organizações criminosas. Houve relatos generalizados de uso excessivo da força, tortura, detenção arbitrária e desaparecimento forçado, a maioria dos quais não foi investigada de maneira eficaz.

■ Em dezembro, dois estudantes que participavam de protestos foram mortos a tiros pela polícia em Chilpancingo, no estado de Guerrero, depois de as polícias federal e estadual aparentemente terem aberto fogo contra os manifestantes com armas automáticas. Diversas pessoas sofreram maus-tratos da Polícia Federal ao serem presas, e há relatos de que pelo menos um homem foi torturado pela polícia estadual de investigação a fim de ser falsamente implicado nos tiroteios. Diversos policiais estavam sendo investigados no fim do ano.

■ Em abril, Jesús Francisco Balderrama foi preso pela polícia estadual em Mexicali, no estado de Baixa Califórnia. Sua família buscou informações sobre seu paradeiro, mas as autoridades negaram que ele tivesse sido detido. Ao final do ano, seu paradeiro permanecia desconhecido.

■ Em julho, oito membros da família Muñoz foram detidos em Anáhuac, no estado de Chihuahua, por homens fortemente armados usando gorros de ninja (balaclavas); aparentemente, pelo menos um deles usava uma insígnia da Polícia Federal. Parentes dos homens presos prestaram queixa, mas as autoridades policiais negaram qualquer conhecimento sobre as detenções. No fim do ano, o paradeiro dos homens permanecia desconhecido, e os responsáveis pela detenção e desaparecimento não haviam sido identificados.

Sistema de justiça criminal e impunidade

As reformas em curso no sistema de justiça criminal tiveram progresso extremamente lento. Uma série de fatores, que incluem detenções arbitrárias, torturas, fabricação de provas, negação do devido processo legal, negação de acesso a uma defesa eficaz e supervisão judicial inadequada dos processos, contribuiu para condenações duvidosas. A detenção pré-acusação de 80 dias (*arraigo*) continuou a ser amplamente utilizada, facilitando a tortura e outros maus-tratos, e minando os julgamentos justos.

Tortura

Medidas para prevenir, investigar e punir a tortura permaneceram ineficazes, e confissões obtidas à força continuaram a ser aceitas em processos judiciais.

■ Em fevereiro, uma mulher foi arbitrariamente detida em Ensenada, no estado de Baixa Califórnia, e teria sido torturada por membros do Exército em um quartel militar, em Tijuana, ao ser interrogada por um promotor de justiça federal (civil). Ela foi submetida a agressões, à tentativa de asfixia, a posições estressantes e a ameaças com o propósito de ser coagida a assinar uma confissão. Ela foi mantida em detenção pré-acusação (*arraigo*) por 80 dias antes de ser acusada e de ter decretada sua prisão preventiva. As autoridades, inicialmente, negaram qualquer conhecimento de sua detenção. Mais tarde, o processo judicial teve seu prazo expirado e ela foi liberada sem acusação. No fim do ano, não havia informações sobre a investigação de sua denúncia de tortura.

■ Em setembro, um tribunal federal ordenou um novo julgamento parcial de Israel Arzate Meléndez por seu suposto envolvimento no massacre de 15 jovens de Villas de Salvárcar, em Ciudad Juárez, em 2010. A investigação da CNDH revelou que ele havia sido torturado pelos militares para confessar. Porém, o tribunal de revisão não julgou que os direitos do réu tivessem sido violados pelo fato de o juiz de instrução não ter ordenado uma investigação sobre as denúncias de tortura nem ter rejeitado a confissão extraída sob tortura como prova.

Condições prisionais

Mais de 200 presos morreram, principalmente como resultado da violência entre gangues, em prisões superlotadas e inseguras.

Migrantes irregulares

Dezenas de milhares de migrantes irregulares em viagem aos EUA, majoritariamente vindos da América

Central, estiveram expostos a sequestro, estupro, recrutamento forçado ou à morte por gangues criminosas que, muitas vezes, operam em conluio com funcionários públicos. Os responsáveis quase nunca foram levados a prestar contas. Em fevereiro, a CNDH informou que 11 mil migrantes haviam sido sequestrados em um período de seis meses. As medidas adotadas pelos governos federal e estaduais para prevenir e punir abusos e garantir o acesso à justiça permaneceram insuficientes. Apesar dos esforços para eliminar funcionários corruptos, houve novos relatos de maus-tratos por funcionários da imigração e de sua convivência com gangues criminosas. As autoridades se omitiram em reunir dados suficientes sobre os abusos. Esses dados poderiam facilitar as investigações dos parentes de migrantes desaparecidos. As famílias dos migrantes centro-americanos desaparecidos realizaram passeatas em todo o país, pressionando por ações para localizar seus familiares e chamando a atenção para o destino de muitos migrantes.

Foram aprovadas novas leis visando a aprimorar a proteção legal dos direitos de migrantes e refugiados. Porém, as normas de regulamentação necessárias para assegurar sua aplicação efetiva foram elaboradas sem o devido processo de consulta e ainda não estavam vigentes ao final do ano.

Defensores de direitos humanos que trabalham na rede de abrigos que provê assistência humanitária a migrantes foram ameaçados e intimidados.

■ Pelo menos 14 corpos, entre 72 corpos de migrantes irregulares mortos em San Fernando, no estado de Tamaulipas, em 2010, ainda não haviam sido identificados até o fim de 2011. Outros 193 corpos foram descobertos no município em abril; menos de 30 haviam sido identificados até o fim do ano. Parentes expressaram preocupação de que métodos inadequados de coleta e preservação de provas estariam dificultando as identificações. Em agosto, as autoridades anunciaram a detenção e acusação de mais de 80 suspeitos, inclusive 16 policiais, ligados ao cartel Zeta, que operavam em San Fernando. Entre os detidos, havia pessoas suspeitas de envolvimento no assassinato de migrantes.

Liberdade de expressão – jornalistas

De acordo com a CNDH, pelo menos nove jornalistas foram mortos e dezenas de outros foram atacados e intimidados. A impunidade continuou sendo a norma

para a maioria desses crimes, apesar da existência de um Promotor Federal Especial para crimes contra jornalistas. Continuaram as discussões sobre reformas para converter os crimes contra jornalistas em crimes federais e para aprimorar as investigações.

A cobertura de crimes e de questões de segurança pública na imprensa local foi prejudicada e, em alguns lugares, foi praticamente inexistente devido aos ataques e intimidações aos jornalistas locais nas áreas com índices de criminalidade elevados. As redes sociais exerceram um papel cada vez mais importante na divulgação de informações sobre ameaças à segurança para as comunidades locais. Gangues criminosas assassinaram pelo menos três blogueiros e ameaçaram outros por publicar informações que expunham suas atividades criminosas.

Em Veracruz, as autoridades estaduais detiveram dois usuários do Twitter por um mês e aprovaram uma legislação que criminaliza a distribuição, por qualquer meio, de informações falsas que causem perturbação da ordem pública. A CNDH apresentou uma objeção constitucional às alterações na lei, argumentando que elas violam o direito à liberdade de expressão.

■ Em junho, um renomado jornalista especializado em crimes e corrupção policial em Veracruz, Miguel Ángel López Velasco, sua esposa e seu filho foram mortos a tiros em sua casa por homens armados não identificados. Ele havia recebido ameaças de morte no passado. A investigação sobre as mortes estava em curso no final do ano.

Defensores dos direitos humanos

Mais de 20 defensores dos direitos humanos foram ameaçados ou atacados em 2011. As investigações oficiais não haviam identificado os perpetradores até o fim do ano. A provisão de proteção para defensores foi muitas vezes lenta, burocrática e inadequada. Em julho, o presidente assinou um decreto estabelecendo um mecanismo de proteção, mas até o fim do ano não havia evidências de que o mecanismo estivesse vigente ou de que houvesse melhorado a proteção a jornalistas e defensores dos direitos humanos. Um projeto de lei para reforçar o referido mecanismo estava em discussão no fim do ano.

O compromisso do governo de respeitar o trabalho de defensores foi colocado em questão em julho, quando o ministro da Marinha atacou publicamente o

trabalho de organizações de direitos humanos que documentam abusos cometidos pelas forças armadas.

■ José Ramón Aniceto e Pascual Agustín Cruz continuaram a cumprir sentenças de seis anos de prisão impostas em julho de 2010. Os dois ativistas comunitários indígenas Nahua foram condenados com base em acusações criminais forjadas em represália aos seus esforços para garantir acesso equitativo à água para sua comunidade em Atla, no estado de Puebla.

Mudanças legais, constitucionais ou institucionais

Em julho, entraram em vigor reformas constitucionais que obrigam as autoridades, em todos os níveis, a promover, respeitar, proteger e garantir as normas internacionais de direitos humanos, que ganharam *status* constitucional. Além disso, as reformas: estabeleceram que certos direitos fundamentais não podem ser suspensos durante estados de emergência; reconheceram, em lei, uma série de direitos sociais e econômicos, incluindo o direito à alimentação e água potável; e reforçaram os poderes da CNDH.

Em agosto, a Suprema Corte Nacional de Justiça determinou que o Estado deve respeitar os julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o México, inclusive a decisão de que os militares envolvidos em violações de direitos humanos devem ser investigados e julgados por tribunais civis e de que o código penal militar deve ser reformado para esse efeito. No fim do ano, os quatro casos de abuso militar sobre os quais a Corte Interamericana havia emitido sentença haviam sido transferidos para a competência civil. Porém, a observância a outros elementos centrais das decisões da Corte Interamericana permaneceu muito limitada, e a competência militar continuou a ser aplicada a outros casos de direitos humanos.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres permaneceu generalizada. Um grande número de assassinatos de mulheres foi registrado em muitos estados, e os responsáveis continuaram a evadir a justiça na grande maioria dos casos. A legislação para aprimorar o acesso à justiça e à segurança para mulheres em situação de risco continuou ineficaz em muitas áreas.

■ Mais de 320 mulheres foram mortas em Ciudad Juárez. Os culpados pelo assassinato da defensora dos direitos humanos Marisela Escobedo, em dezembro de 2010, não foram responsabilizados. Em dezembro, Norma Andrade, da organização *Nossas Filhas Retornam para Casa*, foi alvejada em frente de sua casa e foi gravemente ferida. Ela e outros membros da organização receberam ameaças de morte e foram forçadas a deixar a cidade durante o ano, para sua segurança.

■ Em outubro, Margarita González Carpio foi seriamente agredida por seu ex-companheiro, um agente graduado da Polícia Federal, na cidade de Querétaro. Inicialmente, autoridades federais e estaduais se recusaram a tomar medidas para protegê-la ou a investigar as acusações de agressão. No fim do ano, ela permanecia escondida e não havia informações disponíveis sobre o andamento das investigações.

Direitos sexuais e reprodutivos

A Suprema Corte Nacional de Justiça rejeitou, por estreita margem, uma ação legal para derrubar as alterações realizadas nas constituições dos estados de Baixa Califórnia e San Luis Potosí, as quais estabelecem o direito à vida a partir do momento da concepção. Sete dos 11 juizes da Suprema Corte argumentaram que as alterações eram inconstitucionais e restringiam os direitos reprodutivos das mulheres. Porém, essa maioria foi insuficiente para derrubar as mudanças, causando receios de que as mulheres iriam enfrentar obstáculos adicionais no acesso aos serviços de aborto em todos os 17 estados que haviam adotado disposições semelhantes.

Direitos dos povos indígenas

Povos indígenas continuaram a sofrer discriminação rotineira e desigualdade sistemática com relação aos direitos a terra, moradia, água, saúde e educação. Projetos econômicos e de desenvolvimento em terras indígenas continuaram a ser empreendidos sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas. Um projeto de lei para regular a consulta às comunidades indígenas continuava paralisado.

■ Membros da comunidade indígena Wixárikas protestaram contra a concessão de licença de mineração a uma companhia canadense para explorar

depósitos de prata na Reserva Ambiental e Cultural Wirikuta, em Real de Catorce, no estado de San Luis Potosí, sem consulta ou o consentimento das comunidades afetadas.

■ Em dezembro, uma seca no estado de Chihuahua resultou em índices crescentes de grave desnutrição entre as comunidades indígenas Tarahumara, em parte decorrentes de sua marginalização e da desconsideração de seus direitos humanos ao longo de muitos anos.

Escrutínio internacional

Houve uma série de visitas ao país por parte de organismos de direitos humanos regionais e internacionais, como a do relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão e a do relator especial da OEA sobre a liberdade de expressão; a do grupo de trabalho da ONU sobre desaparecimentos involuntários ou forçados; e a do relator especial da OEA sobre trabalhadores migrantes e suas famílias. Em abril, o Comitê da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias revisou o relatório do México e sua observância à Convenção. Em julho, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos visitou o México.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram o México em julho.

- 📄 Shielding the guilty: Military justice in Mexico (AMR 41/010/2011)
- 📄 Mexico: Briefing to Special Rapporteur on the Rights of Migrant Workers of the Inter-American Commission of Human Rights (AMR 41/085/2011)
- 📄 Letter regarding forthcoming visit of the Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances to Mexico (AMR 41/086/2011)
- 📄 Mexico: Letter to UN Committee on Migrant Workers (AMR 41/087/2011)

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	Armando Guebuza
Chefe de governo:	Aires Bonifacio Baptista Ali
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	23,9 milhões
Expectativa de vida:	50,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	141,9 por mil
Taxa de alfabetização:	55,1 por cento

Agentes de aplicação da lei cometeram violações de direitos humanos contra imigrantes e requerentes de asilo. Um policial foi condenado por um homicídio ocorrido em 2007; porém, a família da vítima não recebeu qualquer compensação. Registraram-se vários casos de uso ilegal da força por parte da polícia, alguns resultando em morte. Continuaram as denúncias de tortura e outros maus-tratos nas prisões.

Informações gerais

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos em Moçambique foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU e, em junho, o relatório final do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi adotado. Moçambique aceitou 131 recomendações feitas durante a RPU, afirmando que muitas delas ou já haviam sido ou estavam em vias de implementação. Essas recomendações incluíam investigar todos os casos de detenções arbitrárias, de tortura, de outros maus-tratos e de uso de força excessiva pela polícia, bem como levar os perpetradores à Justiça.

Em março, o ex-ministro do Interior, Almerino Manhenje, foi sentenciado a dois anos de prisão, pelo Tribunal da Cidade de Maputo, por "violação da legalidade orçamental e pagamentos indevidos" e "abuso de poder". As acusações referiam-se a decisões orçamentárias ilegais e à má gestão dos gastos públicos no período em que ele comandou o Ministério, em 2004. O ex-diretor e o ex-vice-diretor do departamento financeiro do Ministério também foram sentenciados, no mesmo caso, a penas de dois anos de prisão.

Em abril, os guardas de segurança do principal partido de oposição do país, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) atiraram contra policiais

em um aeroporto de Sofala, o qual passava por uma reforma a fim de receber o Presidente Guebuza. Eles exigiam que todos os trabalhos fossem interrompidos até que o partido governista, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), concordasse em manter conversações com a RENAMO. Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, ameaçou criar uma situação de instabilidade com o objetivo de derrubar a FRELIMO.

Em setembro, foram selecionados 25 juízes para os Tribunais Superiores de Recurso, criados para desafogar o Tribunal Supremo, que, até então, era o único tribunal de apelações do país. Até o fim do ano, os sistemas necessários ao funcionamento dos novos tribunais ainda não haviam sido implementados.

Dezenas de pessoas, a maioria idosas, foram mortas depois de serem acusadas de bruxaria. A maior incidência desse tipo de homicídio foi registrada na província sulista de Inhambane, onde pelo menos 20 idosos foram assassinados entre agosto e setembro.

Migrantes, refugiados e requerentes de asilo

Agentes policiais e de fronteiras cometeram violações de direitos humanos contra requerentes de asilo e imigrantes sem documentação. Milhares, sobretudo da Somália e da Etiópia, entraram em Moçambique através da Tanzânia entre os meses de janeiro e julho. Muitos deles relataram que agentes de fronteira e policiais os agrediram fisicamente e roubaram seus pertences, deixando-os nus e abandonando-os nas ilhas do rio Rovuma. Outros contaram que as embarcações em que chegaram foram emborcadas pela polícia marinha.

■ Um requerente de asilo do Chifre da África chegou de barco a Mocimboa da Praia, província de Cabo Delgado, com cerca de outras 300 pessoas. Quando os agentes policiais tentaram forçar o barco de volta mar adentro, acabaram por virá-lo, causando a morte, por afogamento, de pelo menos 15 pessoas. O requerente de asilo foi resgatado, sendo posteriormente deportado para a Tanzânia. No entanto, conseguiu reentrar no país utilizando uma rota diferente. Ele foi capturado e espancado por agentes policiais antes de, finalmente, conseguir chegar ao campo de refugiados de Maratane, em Nampula, depois de caminhar aproximadamente 695 km desde a fronteira.

■ No dia 29 de abril, surgiram denúncias de que pelo

menos quatro requerentes de asilo somalis foram mortos por agentes policiais moçambicanos quando tentavam entrar em Moçambique através da Tanzânia. Seus corpos foram atirados no rio Rovuma. Apesar dos pedidos do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, nenhuma investigação parece ter sido conduzida.

Uso excessivo da força e homicídios ilegais

Assim como em anos anteriores, a polícia empregou força excessiva e, algumas vezes, usou armas de fogo contra pessoas suspeitas de terem cometido crimes. Muitas circunstâncias resultaram em lesões corporais graves ou morte. Um policial foi condenado pelo homicídio de um homem, cometido em novembro de 2007. Entretanto, a maioria dos casos de violações dos direitos humanos cometidos no passado pela polícia ainda não foi solucionada. Entre esses, o uso de força excessiva durante as manifestações de 2009 e 2010, quando a polícia usou munição real.

■ Na noite de 14 de janeiro, Angelo Juiz Nhancuana estava bebendo, na cidade de Maputo, quando seu tio chegou, com dois policiais, exigindo que ele fosse preso por ter roubado um computador. Angelo concordou em acompanhar os policiais; porém, recusou-se a ser algemado. Um dos policiais agrediu-o na cabeça com a coronha de sua pistola e, quando Angelo caiu, disparou um tiro que lhe perfurou o braço. Ele teve que ficar um mês hospitalizado, tendo sido informado que a polícia não teria de prestar contas do ocorrido, uma vez que a arma havia disparado acidentalmente. Por intervenção de seu advogado, o caso acabou sendo reaberto.

■ Na madrugada de 5 de março, a polícia matou a tiros Hortêncio Nia Ossufo em sua casa em Muatala, Nampula. A polícia alegou ter tentado imobilizar Hortêncio porque ele tentara escapar; porém, essa versão foi contestada por uma testemunha, a qual afirmou que ele fora morto intencionalmente por ter sido erroneamente identificado.

■ Em 22 de março, um policial foi sentenciado pelo Tribunal Provincial de Inhambane a uma pena de quatro anos de prisão pelo homicídio de Julião Naftal Macule, ocorrido em novembro de 2007. Nenhum dos outros nove policiais que participaram da operação foi acusado.

Tortura e outros maus-tratos

Houve constantes denúncias de tortura e outros maus-tratos de prisioneiros, inclusive após tentativas de fuga.

■ No dia 24 de setembro, dois presos morreram devido aos ferimentos sofridos no centro de detenção Quinta do Girassol, na província de Zambézia, após terem sido espancados com paus, pedras e tijolos por um guarda penitenciário. Aparentemente, os presos haviam sido capturados após uma tentativa de fuga.

Sistema de justiça

Para a maioria dos cidadãos, o acesso à Justiça, devido aos seus custos e outros obstáculos, continuou a ser um desafio. Apesar de uma lei que isenta as pessoas pobres do pagamento das custas judiciais, muitos juízes continuaram a insistir no pagamento dessas taxas mesmo para pessoas que apresentem atestado de pobreza.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram Moçambique de 26 de setembro a 1º de novembro.

📄 Moçambique: Amnesty International urges investigation into cases of extrajudicial executions, arbitrary detention, torture and ill-treatment and excessive use of force (AFR 41/002/2011)

infligiram maus-tratos contra detentos impunemente; em Gaza, quatro detentos morreram sob custódia. Tanto a AP quanto o Hamas restringiram a liberdade de expressão e de associação, e suas respectivas forças de segurança aplicaram força excessiva contra manifestantes. Em Gaza, pelo menos oito pessoas foram sentenciadas à morte e três foram executadas. Na Cisjordânia, não houve execuções, mas um homem foi sentenciado à morte. A crise humanitária que atinge 1,6 milhão de residentes da Faixa de Gaza persistiu em razão da continuidade do bloqueio militar imposto por Israel e das sanções impostas por outros Estados sobre as autoridades *de facto* do Hamas.

Informações gerais

A Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental, e Gaza continuaram sob ocupação israelense, mas duas autoridades não estatais palestinas distintas operaram com poderes limitados – o governo da AP, conduzido pelo Fatah, na Cisjordânia, e a administração *de facto* do Hamas, em Gaza.

Em setembro, o presidente palestino, Mahmoud Abbas, solicitou à ONU que aceitasse a Palestina como um Estado-membro pleno; a solicitação ainda estava sob exame ao final de 2011. Em outubro, a Palestina foi admitida como membro da UNESCO. As negociações entre Israel e a AP continuaram paralisadas.

Negociações indiretas entre Israel e o Hamas resultaram na libertação de Gilad Shalit, um soldado israelense mantido cativo em Gaza desde 2006. Ele foi libertado em 18 de outubro em troca da libertação, em etapas, de 1.027 prisioneiros palestinos mantidos em Israel, alguns dos quais foram enviados ao exílio como condição para sua libertação.

Continuaram os esforços para garantir uma reconciliação entre a AP e o Hamas e para a formação de um governo palestino unificado, tendo o Egito como mediador. Um acordo-marco de união foi firmado em maio, no Cairo, mas não foi implementado em 2011.

Apesar dos anunciados cessar-fogos, grupos armados palestinos em Gaza lançaram indiscriminadamente foguetes e morteiros em direção a Israel, e forças israelenses executaram ataques aéreos supostamente direcionados aos palestinos, em Gaza, envolvidos nos ataques a Israel.

Israel continuou a controlar as fronteiras, a costa e

PALESTINA

AUTORIDADE PALESTINA

Chefe da Autoridade Palestina:

Chefe do governo:

Pena de morte:

População:

Expectativa de vida:

Mortalidade de crianças até 5 anos:

Taxa de alfabetização:

Mahmoud Abbas

Salam Fayyad

retencionista

4,2 milhões

72,8 anos

29,5 por mil

94,6 por cento

Na Cisjordânia, a Autoridade Palestina (AP), controlada pelo Fatah, prendeu e deteve, arbitrariamente, apoiadores do Hamas; na Faixa de Gaza, a administração *de facto* do Hamas prendeu e deteve, arbitrariamente, apoiadores do Fatah. Em ambas as áreas, as forças de segurança torturaram e

o espaço aéreo de Gaza, e manteve o bloqueio militar que vigora desde 2007. O bloqueio afetou severamente a população de Gaza, particularmente as crianças e os adultos mais vulneráveis, perpetuando a crise humanitária. A reabertura da passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito, em maio, melhorou o acesso dos residentes ao mundo exterior, mas não aliviou as condições humanitárias; Israel continuou a restringir uma ampla gama de importações a Gaza, impactando negativamente a segurança alimentar, a saúde e a infraestrutura local. Cerca de 36 palestinos foram mortos em ataques aéreos e em acidentes envolvendo os túneis subterrâneos usados para contrabandear mercadorias do Egito até Gaza.

Na Cisjordânia, Israel manteve amplas restrições à circulação dos palestinos e continuou a desenvolver e a expandir assentamentos israelenses construídos em território palestino, em violação à legislação internacional. Colonos judeus atacaram e agrediram palestinos e destruíram suas propriedades com quase total impunidade. Três palestinos, entre os quais duas crianças, foram mortos nesses ataques, e outros ficaram feridos. Oito colonos israelenses, cinco deles membros de uma mesma família, foram mortos por palestinos.

Prisões e detenções arbitrárias

Na Cisjordânia, as forças de segurança da AP prenderam e detiveram, arbitrariamente, centenas de suspeitos de apoiarem o Hamas; a maioria ficou detida sem acesso ao devido processo legal. Muitos foram presos quando o Presidente Abbas visitava a ONU, em Nova York, em setembro.

Em Gaza, as forças de segurança do Hamas prenderam e detiveram, arbitrariamente, centenas de pessoas suspeitas de apoiarem o Fatah, geralmente mantendo-as sem acesso a advogados e, com frequência, submetendo-as a maus-tratos. A Comissão Independente para os Direitos Humanos (CIDH), um órgão de monitoramento instituído pela AP, informou ter recebido denúncias de mais de mil prisões arbitrárias na Cisjordânia e de mais de 700 em Gaza.

O Hamas seguiu proibindo a CIDH de visitar os centros de detenção administrados pela Segurança Interna em Gaza. Na Cisjordânia, a AP proibiu a CIDH de acessar os centros de detenção da Inteligência Geral entre os meses de março e maio, depois que a CIDH emitiu críticas à agência de segurança.

■ Agentes da Segurança Preventiva da AP prenderam Saed Yassin, em 21 de setembro, e fizeram buscas em sua casa, em Nablus, sem dispor de ordens judiciais de prisão ou de busca e apreensão. Eles o detiveram por cinco dias em confinamento solitário, antes de conduzi-lo à presença de um juiz. Acusado de “trabalhar contra a Autoridade Palestina”, ele foi absolvido e libertado depois de 22 dias sob custódia. Seus inquiridores lhe disseram que ele foi detido por razões preventivas relacionadas à visita do Presidente Abbas à ONU.

■ Depois de ser intimado a depor inúmeras vezes em 2011, o jovem ativista Mohammed Matar foi detido por agentes da Segurança Interna, em Gaza, em 14 de agosto, e teve negado o acesso à sua família e a um advogado até ser libertado, em 16 de agosto. Ele foi interrogado sobre sua viagem ao exterior e seu envolvimento no movimento pela unidade palestina.

Tortura e outros maus-tratos

Detentos foram torturados e submetidos a maus-tratos, principalmente pela Segurança Preventiva e pelo Serviço de Inteligência Geral, na Cisjordânia, e pela Segurança Interna, em Gaza. Todos praticaram esses abusos com impunidade. A CIDH informou ter recebido mais de 120 dessas denúncias, na Cisjordânia, e mais de 100, em Gaza. Os métodos denunciados incluíam ser espancado, ser suspenso pelos pulsos ou tornozelos e ser forçado a permanecer em pé ou sentado em posições dolorosas (*shabeh*) por longos períodos. A CIDH também recebeu denúncias de tortura e de outros maus-tratos de suspeitos praticados pela polícia – mais de 50, na Cisjordânia, e 100, em Gaza.

Em Gaza, quatro pessoas morreram sob custódia, em circunstâncias suspeitas.

■ Adel Razeq, segundo informações, morreu quatro dias depois de ter sido preso, sem ordem judicial, em 14 de abril. As autoridades do Hamas disseram que sua morte resultou da deterioração de suas condições de saúde; sua família disse que ele gozava de boa saúde quando foi preso. O Hamas informou que sua morte estava sendo investigada; o resultado das investigações não foi divulgado.

Sistema de justiça

Em 16 de janeiro, a AP informou que suas agências de segurança iriam conformar-se à lei de processo civil e que civis não seriam mais julgados perante

tribunais militares. Na prática, no entanto, as forças de segurança da AP continuaram a ignorar as ordens judiciais para libertar detidos, e pessoas civis continuaram a ser julgadas por tribunais militares, os quais não se mostraram independentes nem imparciais.

Em Gaza, o Hamas continuou a julgar civis perante tribunais militares injustos e a apoiar-se em procuradores e juizes com pouca formação, qualificação e independência, ao invés de apoiar-se naqueles indicados pela AP.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Tanto a AP como as autoridades do Hamas mantiveram controles rigorosos à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Eles perseguiram e processaram jornalistas, blogueiros e outros críticos e, em março, usaram força excessiva contra manifestantes que apelavam pela unidade nacional; dezenas de pessoas foram presas e detidas arbitrariamente. Ambas as autoridades impediram a organização islâmica Hizb ut-Tahrir de realizar reuniões – dispersando à força suas passeatas pacíficas – e restringiram as atividades de outros partidos políticos e ONGs.

■ Em 30 de janeiro e em 2 e 5 de fevereiro, a polícia e as forças de segurança da AP responderam com violência a pessoas que protestavam pacificamente em solidariedade a manifestações em outros locais na região, agredindo e prendendo manifestantes e jornalistas que cobriam as ações.

■ Na Cisjordânia, o professor e escritor Abdul-Sattar Qassim, de 62 anos, foi detido em 25 de agosto, depois que um tribunal de Nablus o processou por incitamento e difamação, em razão de ele ter acusado a Universidade An-Najah de não implementar ordens judiciais que permitiam o retorno de três estudantes que haviam sido expulsos. Ele foi libertado sob fiança quatro dias depois. Ao final de 2011, seu julgamento ainda tramitava.

■ As polícias do Hamas, uniformizadas e à paisana, usaram força excessiva, em 15 de março, contra milhares de manifestantes que se reuniram próximo à cidade de Gaza para pedir por reconciliação entre o Hamas e o Fatah. Os policiais utilizaram bastões e cassetetes para golpear os manifestantes, inclusive mulheres, jornalistas e ativistas de direitos humanos. Eles também destruíram tendas montadas pelos

manifestantes, tomaram equipamentos de jornalistas e detiveram dezenas de pessoas.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram enfrentando discriminação na lei e na prática, e continuaram a vivenciar violência de gênero – inclusive assassinato – praticada por familiares homens. Grupos de direitos humanos, em Gaza, confirmaram que uma mulher foi morta em dezembro, vítima de um pretenso “crime de honra”.

■ Em maio, a polícia identificou o corpo da jovem Ayat Ibrahim Baradiyya, de 20 anos, que havia sido jogado em um poço, próximo a Hebron, mais de um ano antes, depois de ela ter sido assassinada por seu tio em nome da “honra”. Mais tarde, no mesmo mês de maio, em resposta à comoção pública gerada pelo caso, o Presidente Abbas revogou todos os dispositivos legais que vinham permitindo aos homens obter redução de pena por assassinatos cometidos em nome da “honra”.

Pena de morte

Em Gaza, tribunais penais e militares sentenciaram à morte pelo menos oito pessoas depois de condená-las por “colaboração com Israel” ou outros crimes. Pelo menos três homens foram executados, um deles por pelotão de fuzilamento, em 4 de maio, e outros dois, pai e filho, por enforcamento, em 26 de julho. Todos haviam sido sentenciados mediante julgamentos injustos.

Na Cisjordânia, um tribunal militar sentenciou um homem à morte por assassinato e outros crimes. Não houve execuções.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos armados palestinos associados ao Fatah, ao Jihad Islâmico e à Frente Popular de Libertação da Palestina dispararam foguetes e morteiros indiscriminadamente contra o sul de Israel, matando duas pessoas e colocando em risco a vida de outras. A escala dos disparos de foguetes foi maior do que em 2010, mas bem menor do que durante a operação militar israelense “Chumbo Fundido”, em 2008-2009.

■ Daniel Viflic, de 16 anos, morreu depois que um ônibus escolar no qual viajava foi atingido por um míssil disparado de Gaza, em 7 de abril.

■ Vittorio Arrigoni, um ativista italiano, foi sequestrado e assassinado por islamistas, em Gaza, em 14 de abril.

As forças de segurança do Hamas mataram dois suspeitos durante uma incursão, em 19 de abril; quatro outros suspeitos foram acusados, e seu julgamento militar estava em andamento.

Impunidade

As autoridades do Hamas não investigaram supostos crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelo braço militar do Hamas e por outros grupos armados palestinos, em Gaza, durante a Operação “Chumbo Fundido”.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Cisjordânia em maio e novembro, e visitaram Gaza em novembro.

The Palestinian bid for UN membership and statehood recognition (MDE 21/003/2011)

Amnesty International's updated assessment of Israeli and Palestinian investigations into the Gaza conflict (MDE 15/018/2011)

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:	Asif Ali Zardari
Chefe de governo:	Yousuf Raza Gilani
Pena de morte:	retentionista
População:	176,7 milhões
Expectativa de vida:	65,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	87 por mil
Taxa de alfabetização:	55,5 por cento

Salmaan Taseer, o destemido governador do Punjab, e Shahbaz Bhatti, ministro para as Minorias (e único membro cristão entre os ministros de Estado), foram assassinados em janeiro e março, respectivamente, em razão de suas críticas às leis de blasfêmia. As forças de segurança continuaram envolvendo-se em violações, inclusive em desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais, especialmente no Baluquistão e no noroeste do país. Em maio, as forças estadunidenses mataram o líder da Al Qaeda, Osama bin Laden, em uma incursão em seu esconderijo na cidade de Abbottabad, no noroeste paquistanês. Autoridades do governo dos EUA acusaram

publicamente o Paquistão de apoiar o Talibã no Afeganistão. O Talibã paquistanês e outros grupos armados mataram civis em ataques intencionais e indiscriminados em todas as regiões do país. Karachi foi tomada por uma onda de assassinatos desencadeada por gangues rivais associadas a distintos grupos étnicos e políticos. Sentenças de morte continuaram a ser pronunciadas, mas não houve execuções. Um ano de sucessivas enchentes causadas pelas monções aumentou o número de desabrigados e os surtos de dengue por todo o país. A escassez crônica de energia provocou protestos violentos na maioria das grandes cidades e reprimiu a atividade econômica. Mulheres e meninas em áreas propensas a conflitos, no noroeste e no Baluquistão, enfrentaram sérias dificuldades de acesso à educação e a serviços de saúde.

Informações gerais

A situação de direitos humanos continuou precária, com agentes de segurança e da inteligência frequentemente sendo cúmplices em violações. As autoridades, em geral, não quiseram, ou não conseguiram, proteger mulheres, minorias étnicas e religiosas, jornalistas e outros grupos vulneráveis contra abusos, nem levar os responsáveis à Justiça. As promessas feitas por autoridades federais e provinciais de aprimorar o Estado de direito na província do Baluquistão, arruinada pela violência, tiveram pouco efeito. Elas incluíam maior supervisão sobre a polícia e o grupo paramilitar Corpo de Fronteiras, ampliação do recrutamento de pessoas da etnia balúchi para o serviço civil e maior participação da província no orçamento nacional.

Quase um milhão de pessoas continuaram desalojadas em consequência do persistente conflito entre as forças de segurança e o Talibã paquistanês, enquanto as comunidades que retornaram às regiões reconquistadas dos insurgentes queixaram-se da falta de segurança e de acesso a serviços básicos. Um sistema de justiça paralelo, baseado em uma interpretação estreita da lei islâmica (*sharia*), estabeleceu-se no distrito de Malakand, apesar da retirada do Talibã paquistanês, criando temores de que suas normas sociais severas venham a ser aplicadas. Em junho, o Presidente Zardari concedeu às forças de segurança do noroeste do país imunidade retrospectiva contra processos judiciais e amplos poderes de detenção e aplicação de penas

arbitrárias. Em 14 de agosto, o dia da independência do Paquistão, o presidente aprovou reformas históricas, estendendo o Decreto dos Partidos Políticos de 2002 às Áreas Tribais sob Administração Federal e introduzindo emendas na Regulamentação de Crimes de Fronteira – uma legislação da era colonial britânica que privava os residentes da região de muitos de seus direitos humanos e de garantias constitucionais. As reformas limitaram o poder do Estado de realizar detenções arbitrárias e de aplicar penas coletivas, concedeu às pessoas da região o direito de apelar judicialmente das decisões baseadas na referida regulamentação e permitiu aos partidos políticos operar nas áreas tribais.

Em 9 de junho, o Paquistão ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. Em setembro, o Paquistão retirou a maioria de suas reservas em relação ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e à Convenção contra a Tortura, mas manteve outras restrições problemáticas que impedem não muçulmanos de se tornarem primeiro-ministro ou presidente e negam às mulheres direitos iguais de herança.

Violações cometidas pelas forças de segurança

As forças de segurança e de inteligência agiram, em grande medida, com impunidade e foram acusadas de violações que incluem desaparecimentos forçados, tortura e mortes de civis, de jornalistas, de ativistas e de supostos membros de grupos armados em ataques indiscriminados e execuções extrajudiciais.

Execuções extrajudiciais

Os relatos de execuções extrajudiciais foram mais frequentes na província do Baluquistão, bem como no noroeste do país e em Karachi, atormentada pela violência.

■ Em 28 de abril, o ativista de direitos humanos Siddique Eido e seu amigo Yousuf Nazar Baloch foram encontrados mortos na área de Pargari Sarbat, no Baluquistão. Segundo testemunhas, eles foram sequestrados, enquanto viajavam com policiais, por homens vestidos à paisana acompanhados por paramilitares do Corpo de Fronteiras, em 21 de dezembro de 2010. Laudos do hospital informaram que seus corpos apresentavam ferimentos de bala e sinais de tortura.

■ Em 8 de junho, uma equipe de televisão filmou a execução extrajudicial de Sarfaraz Shah, realizada pelo grupo paramilitar Rangers em um parque de Karachi. Após a intervenção da Suprema Corte, o governo de Sindh exonerou oficiais graduados da segurança pública e, em 12 de agosto, o Tribunal Antiterrorismo sentenciou um Ranger à morte pelo assassinato. Cinco outros Rangers e um civil foram sentenciados à prisão perpétua. Todos apelaram das sentenças ao Tribunal Superior de Sindh.

■ Em 17 de maio, forças policiais e do Corpo de Fronteiras mataram cinco estrangeiros, em Quetta, entre eles uma mulher grávida, que eles alegaram ser homens-bomba. Um inquérito concluiu que as vítimas não estavam armadas, e dois policiais foram suspensos. Um jornalista que havia tirado fotos dos assassinatos teve de se esconder após receber ameaças de morte, e o médico que realizou as autópsias nas vítimas foi atacado e, mais tarde, assassinado por um grupo de homens não identificados. Segundo relatos, outras testemunhas foram ameaçadas por agentes da segurança.

Desaparecimentos forçados

O Estado não levou à Justiça os responsáveis por desaparecimentos forçados; a maioria das vítimas continuou desaparecida. Em março, o governo instituiu uma nova Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados, mas levou seis meses para indicar o ministro reformado da Suprema Corte, Javed Iqbal, para presidi-la. Desde o início dos trabalhos da comissão anterior, em março de 2010, mais de 220 das várias centenas de casos individuais denunciados haviam sido rastreados. Ambas as comissões foram criticadas por não protegerem testemunhas e por conduzirem investigações de forma inadequada, especialmente nos casos em que as forças de segurança do Estado e os serviços de inteligência foram implicados.

■ Em 13 de fevereiro, homens não identificados sequestraram Agha Zahir Shah, um advogado que representava familiares de supostas vítimas de desaparecimentos forçados, em Dera Murad Jamali, no Baluquistão, quando ele voltava para Quetta. Em 2 de julho, ele foi libertado em péssimas condições de saúde.

■ Muzaffar Bhutto, um dos líderes do partido político Jeay Sindh Muttaheda Mahaz, foi sequestrado em 25 de fevereiro, em Hyderabad, província de Sindh, por homens vestidos à paisana acompanhados de policiais. Seu paradeiro continuou desconhecido.

■ Em maio, os irmãos Abdullah e Ibrahim El-Sharkawi (de origem egípcia) desapareceram. Duas semanas mais tarde, sua família recebeu informações de que eles estavam presos, acusados de residência ilegal no país. Porém, um tribunal confirmou que eles eram cidadãos paquistaneses. Ibrahim foi libertado sob fiança, em 27 de junho, e Abdullah foi libertado em 29 de agosto. Ambos afirmaram que foram torturados e que sofreram maus-tratos em instalações de detenção secretas.

Abusos cometidos por grupos armados

O Talibã paquistanês instituiu civis como alvos e realizou ataques indiscriminados usando artefatos explosivos improvisados e homens-bomba. Muitos anciãos tribais foram vítimas de assassinatos seletivos. O Talibã também tentou assassinar uma série de políticos vinculados ao Partido Nacional Awami. Segundo o governo, 246 escolas (59 de meninas e 187 de meninos) foram destruídas e 763 foram danificadas (244 de meninas e 519 de meninos), na província de Khyber Pakhtunkhwa, em decorrência do conflito com o Talibã, privando milhares de crianças do acesso à educação. Ameaças de violência por parte do Talibã paquistanês impuseram severas restrições ao acesso a serviços de saúde, à educação e à participação na vida pública para mulheres e meninas.

■ Em 9 de março, um homem-bomba atacou o funeral da esposa de um líder antitalibã, matando 37 pessoas, nos arredores de Peshawar. O Tehrik-e-Taleban Pakistan (TTP) reivindicou a autoria do ataque.

■ Em 18 de julho, o TTP divulgou um vídeo mostrando militantes mascarados executando 16 policiais capturados, em resposta a uma filmagem anterior das forças paquistanesas executando insurgentes presos.

■ O TTP reivindicou a autoria de um atentado suicida à bomba, em 19 de agosto, que matou pelo menos 47 pessoas e feriu mais de 100 durante as preces da sexta-feira na mesquita da região tribal de Khyber.

■ Em setembro, insurgentes do Talibã paquistanês sequestraram 30 meninos, com idades entre 12 e 18 anos, em Bajaur, na fronteira com o Afeganistão, e atacaram uma van escolar na cidade de Peshawar, matando quatro crianças e o motorista.

Grupos nacionalistas no Baluquistão assassinaram membros de facções rivais, pessoas de etnia punjabi e membros das forças de segurança estatais. Além disso, reivindicaram responsabilidade pelos ataques à

infraestrutura de gás e eletricidade, os quais causaram grave escassez de energia na província.

Ataques sectários por parte do grupo armado Lashkar-e-Jhangvi e outros a muçulmanos xiitas resultaram em pelo menos 280 mortes e ferimentos.

■ Em 4 de janeiro, cinco crianças ficaram feridas em um ataque, com artefatos explosivos improvisados, contra um ônibus escolar que levava mais de 30 crianças, filhos de membros do Corpo de Fronteiras, no município de Turbat, no Baluquistão. Embora nenhum grupo tenha reivindicado responsabilidade, grupos da etnia balúchi foram acusados pelo ataque.

■ Em 25 de abril, pelo menos 15 pessoas, incluindo cinco crianças, foram queimadas vivas, quando assaltantes não identificados atearam fogo a um ônibus que rumava para Quetta, na área de Pirak, distrito de Sibi.

■ O grupo Lashkar-e-Jhangvi reivindicou autoria do assassinato – ao modo de execução – de 26 peregrinos xiitas, no distrito de Mastung, e de três familiares das vítimas, quando viajavam de Quetta para buscar os corpos de seus parentes, em 20 de setembro. Um ataque similar a peregrinos xiitas, em 4 de outubro, custou outras 14 vidas.

Karachi vivenciou um surto de violência quando gangues rivais, algumas ligadas a partidos políticos, entraram em conflito em disputa por território, matando 2 mil pessoas. As forças de segurança detiveram centenas de suspeitos, mas a Suprema Corte criticou os partidos políticos por incitarem a violência e criticou as autoridades por omitirem-se em deter muitos perpetradores conhecidos.

Liberdade de expressão

Pelo menos nove jornalistas foram assassinados durante o ano. Profissionais da imprensa foram ameaçados pelas forças de segurança, pelos serviços de inteligência, por partidos políticos e por grupos armados, por produzirem reportagens sobre os mesmos. As autoridades paquistanesas não levaram os responsáveis à Justiça nem proporcionaram proteção adequada aos jornalistas.

■ Em 13 de janeiro, o repórter da GeoNews, Wali Khan Babar, foi morto por assaltantes não identificados que dispararam contra ele de um carro em movimento, em Karachi, horas depois de ele fazer uma matéria sobre uma operação policial contra traficantes de drogas na cidade.

■ Em 29 de maio, Saleem Shahzad, do *Asia Times Online*, desapareceu da frente de sua casa em Islamabad, minutos depois de sair para uma entrevista

na televisão. Seu corpo foi encontrado na província de Punjab, dois dias depois. Ele havia feito uma matéria sobre a infiltração da Al Qaeda na marinha paquistanesa. Em outubro de 2010, ele havia informado seus colegas, em caráter privado, que havia recebido ameaças de morte da agência de inteligência Inter-Services, por reportagens semelhantes.

Discriminação – minorias religiosas

Grupos sectários continuaram a ameaçar as minorias ahmadi, cristã, hindu e xiita, bem como os praticantes sunitas moderados. Além disso, esses grupos incitaram a violência contra os que pediam reformas nas leis de blasfêmia vigentes no país. O Estado não impediu os ataques sectários contra minorias religiosas nem levou à Justiça os perpetradores da violência.

■ Em 25 de janeiro, um homem-bomba que tinha como alvo adoradores xiitas matou pelo menos 13 pessoas em Lahore. O grupo Fidayeen-e-Islam reivindicou responsabilidade pelo ataque.

■ Em junho, a Federação dos Estudantes do Paquistão Khatm-e-Nubuwwat distribuiu panfletos na cidade de Faisalabad, província de Punjab, listando membros proeminentes da comunidade ahmadi e pedindo por seu assassinato como um ato de “jihad”.

■ Em 24 de setembro, Faryal Bhatti, uma estudante cristã de 13 anos, de Abbottabad, foi expulsa da escola por soletrar de forma errada uma palavra urdu, o que resultou em uma acusação de blasfêmia. Sua família foi forçada a esconder-se.

■ Todos os suspeitos do ataque de agosto de 2009 a uma colônia cristã, em Gorja, província de Punjab, foram libertados sob fiança, depois que testemunhas se negaram a depor, temendo pela própria segurança.

O juiz que sentenciou o assassino de Salmaan Taseer à morte foi forçado a esconder-se em razão de ameaças de morte, enquanto os assassinos de Shahbaz Bhatti ainda estavam por ser levados à Justiça. A parlamentar Sherry Rehman retirou da Assembleia Nacional um projeto de lei de reforma da lei de blasfêmia, depois de receber ameaças de morte. Aasia Bibi, uma agricultora cristã sentenciada à morte por blasfêmia, em 2009, continuava detida enquanto tramitava seu recurso da sentença.

Violência contra mulheres e meninas

As mulheres enfrentaram discriminação na lei e na prática, bem como violência doméstica e pública. A

Fundação Aurat documentou 8.539 casos de violência contra mulheres, incluindo 1.575 assassinatos, 827 estupros, 610 incidentes de violência doméstica, 705 “crimes de honra” e 44 ataques com ácido. Em dezembro, o parlamento paquistanês, buscando enfrentar este problema, aprovou o Projeto de Lei de 2010 sobre Controle de Ácido e Prevenção de Crimes por Ácido e também o Projeto de Lei de 2008 de Prevenção de Práticas Anti-Mulheres (Emenda ao Código Penal), destinado a fortalecer e proteger as mulheres e a ampliar as penas para os perpetradores de violência baseada em gênero. Esta foi a primeira vez que os ataques com ácido e práticas como, por exemplo, casamentos forçados foram criminalizados no Paquistão.

■ Em 10 de setembro, quatro mulheres – todas professoras – foram atacadas com ácido por dois agressores mascarados, em uma motocicleta, quando deixavam uma escola mista, em Quetta, capital da província do Baluquistão. Uma das mulheres escapou sem lesões e duas outras foram liberadas do hospital com pequenas queimaduras, mas a quarta sofreu queimaduras graves, necessitando de uma grande cirurgia reparadora. As autoridades federais e provinciais deram atenção ao caso, mas os agressores ainda não foram levados à Justiça.

■ Em 15 de outubro, uma adolescente acusou 13 pessoas, inclusive três policiais, de raptá-la e de estuprá-la no cativeiro durante um ano, no distrito de Karak, na província de Khyber Pakhtunkhwa. Em 9 de dezembro, seu irmão foi morto a tiros quando deixava o tribunal distrital depois de uma audiência no processo criminal contra os acusados.

Pena de morte

Mais de 8 mil prisioneiros continuaram no corredor da morte. Segundo a Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, pelo menos 313 pessoas foram sentenciadas à pena capital, mais da metade delas por homicídio. Três pessoas foram sentenciadas à morte por blasfêmia. A última execução aconteceu em 2008.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Paquistão em julho e em novembro-dezembro. Consultores da Anistia Internacional mantiveram presença contínua no país.

“The bitterest of agonies”: End enforced disappearances in Pakistan (ASA 33/010/2011)

PARAGUAI

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Chefe de Estado e de governo:	Fernando Lugo Méndez
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	6,6 milhões
Expectativa de vida:	72,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	22,6 por mil
Taxa de alfabetização:	94,6 por cento

Houve avanços no sentido de resolver as reivindicações às terras dos índios Sawhoyamaxe e Kelyenmagategma; porém, outros povos indígenas continuaram sendo privados de seu direito a terras ancestrais. As autoridades tentaram prejudicar e deturpar o trabalho dos defensores dos direitos humanos.

Informações gerais

Em outubro, um estado de exceção de 60 dias foi declarado nos departamentos nortistas de Concepción e San Pedro, após dois ataques atribuídos ao Exército do Povo Paraguai (EPP), um grupo armado de oposição.

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos no Paraguai foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. Os Estados das Nações Unidas manifestaram suas preocupações relativas aos direitos dos povos indígenas, à impunidade, aos direitos das mulheres e à discriminação por raça, etnia e orientação sexual.

Após uma visita em março, o relator especial da ONU sobre a liberdade de religião ou crença expressou preocupação com as demoras na aprovação de leis antidiscriminatórias, com a não implementação de mecanismos de não discriminação, sobretudo na região do Chaco, e com a debilidade da presença e da capacidade das instituições do Estado.

Em maio, foi aprovado um mecanismo nacional para a prevenção da tortura, tal como requer o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

Direitos dos povos indígenas

Embora tenha havido progresso na resolução das reivindicações de terras de algumas comunidades indígenas, outras continuaram sendo privadas do direito a suas terras tradicionais.

■ Em setembro, cinco anos depois da Corte Interamericana de Direitos Humanos ter proferido sua sentença favorável, os Sawhoyamaxe firmaram um acordo com o governo e com os atuais proprietários das terras a fim de dar início ao processo de restituição das terras ancestrais da comunidade. O acordo estabelece que, até o fim do ano, um órgão do governo deverá comprar uma área de 14.404 hectares de terras de duas empresas com sede em Puerto Colón.

■ Em agosto, a reivindicação às terras dos Kelyenmagategma obteve o reconhecimento formal das autoridades com a transferência oficial da titulação de 8.700 hectares de terras. Isso permitiu que a comunidade recuperasse uma parte de seu território tradicional. O processo legal que reivindica parte de suas terras foi iniciado em 2000; desde então, a comunidade sofreu diversas ameaças e intimidações que nunca foram investigadas pelas autoridades.

Nem as reivindicações às terras dos índios Yakye Axa, nem as dos Xámok Kásek foram resolvidas. Com relação às investigações da suposta fumaça de comunidades indígenas com pesticidas na região de Itakyry, em 2009, não houve qualquer avanço significativo.

Em agosto, o Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial avaliou a situação do Paraguai. O Comitê recomendou que o país introduzisse reformas para garantir que o sistema de justiça proteja os direitos dos povos indígenas. Tais reformas deveriam incluir a adoção de mecanismos eficazes para apresentar queixas e ajuizar ações referentes a questões de terras; para concretizar a restituição de terras ancestrais; e para reconhecer plenamente, de modo coordenado e sistemático, os direitos às terras indígenas.

Defensores dos direitos humanos

As autoridades tentaram minar o trabalho dos defensores dos direitos humanos.

■ Em julho, advogados da Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY) impetraram um recurso de *habeas data* requerendo que o Procurador-Geral do Estado corroborasse as denúncias que fez à imprensa de que os advogados da CODEHUPY teriam mantido contato telefônico com o EPP. As alegações haviam sido feitas depois que o juiz Gustavo Bonzi, no final de junho, decidiu libertar 14 pessoas acusadas pelas autoridades de prestarem apoio ao EPP em um caso de sequestro, argumentando que a promotoria

não havia fornecido provas de seu envolvimento. Advogados da CODEHUPY que representavam seis dos acusados queixaram-se de que as garantias do devido processo haviam sido violadas nesses casos. O Tribunal de Processos contra Magistrados (JEM) pediu que o juiz Bonzi fosse suspenso por ter excedido sua autoridade ao libertar os 14 acusados. Porém, em agosto, o Tribunal de Recursos de Concepción revogou essa decisão. Uma ação de inconstitucionalidade contestando a decisão do Tribunal de Recursos ainda não havia sido julgada no fim do ano.

■ Quatro integrantes da *Iniciativa Amotocodie*, uma ONG que trabalha na proteção dos direitos de grupos indígenas Ayoreo que vivem isolados do contato humano na região do Chaco paraguaio, estavam sendo processados judicialmente por acusações tais como quebra de confiança. A organização começou a ser investigada depois de ter declarado publicamente sua oposição a uma expedição científica chamada *Dry Chaco 2010*, argumentando que a expedição poderia prejudicar os direitos de tribos indígenas isoladas. A investigação prosseguia no fim do ano. A expedição foi cancelada.

Impunidade

Em julho, Norberto Atilio Bianco, que, na década de 1970, foi médico do exército no centro de detenção clandestino Campo de Mayo, na Argentina, foi extraditado do Paraguai, pela segunda vez, para responder a um processo por apropriação de bebês nascidos de mulheres que haviam sido vítimas de detenções ilegais e desaparecimentos forçados.

Em setembro, autoridades informaram que os restos mortais encontrados dentro de uma cova em uma delegacia de polícia de Assunción podem pertencer a pessoas que foram vítimas de violações de direitos humanos sob o regime militar do General Alfredo Stroessner (1954-1989). O relatório da Comissão de Verdade e Justiça, publicado em agosto de 2008, afirmava que pelo menos 59 pessoas haviam sido executadas e que outras 336 detidas haviam sido vítimas de desaparecimentos forçados durante o período militar.

Tortura

Denúncias de tortura apresentadas por ao menos quatro recrutas da Academia Militar Francisco Solano López, em Capiatá, estavam sendo investigadas pela justiça militar.

Visitas/relatórios da AI

Paraguay: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Racial Discrimination (AMR 45/001/2011)

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado:	Aníbal António Cavaco Silva
Chefe de governo:	Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (sucedeu José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa em junho)
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	10,7 milhões
Expectativa de vida:	79,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	3,7 por mil
Taxa de alfabetização:	94,9 por cento

Houve pouca responsabilização pela tortura e outras formas de maus-tratos. Os ciganos foram discriminados no acesso à moradia. A violência doméstica continuou a causar grave preocupação.

Tortura e outros maus-tratos

Em fevereiro, foi divulgado na internet um vídeo que mostrava guardas prisionais usando uma arma de eletrochoque contra um detento da prisão de Paços de Ferreira, em setembro de 2010, supostamente para obrigá-lo a limpar a cela. O homem não parece ter oferecido resistência. Em abril, o ministro da Justiça emitiu uma diretiva proibindo o uso de armas de eletrochoque em circunstâncias semelhantes. O inquérito do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral dos Serviços Prisionais encontrava-se pendente no final do ano.

Em março, o Tribunal de Recursos de Évora confirmou um veredicto anterior que dava como provado que Leonor Cipriano tinha sido torturada sob custódia policial em 2004, mas que não era possível identificar os responsáveis. Leonor Cipriano ainda não tinha recebido qualquer compensação do Estado. Gonçalo de Sousa Amaral e António Fernandes Nuno Cardoso, oficiais superiores da Polícia Judiciária, tinham sido condenados a 18 e 27 meses de prisão, respectivamente, por alegarem falsamente que Leonor Cipriano tinha caído das escadas. Contudo,

ambas as penas foram suspensas dada a ausência de antecedentes penais dos agentes.

Em novembro e dezembro, realizaram-se audiências do julgamento de três policiais acusados de torturar Virgolino Borges sob custódia em março de 2000. Foi solicitado a Virgolino Borges que repetisse o seu testemunho, porque a gravação teria sido perdida devido a problemas técnicos.

Direito à moradia

Continuou a ser negado aos ciganos o direito a uma habitação adequada. Em novembro, o Comitê Europeu dos Direitos Sociais considerou, no âmbito do caso *Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos v. Portugal*, que a situação dos ciganos no que diz respeito à habitação em Portugal constituía uma violação do direito à moradia e a não discriminação. O Comitê considerou que muitos ciganos viviam em condições de habitação precárias, segregados do resto da população, e que o governo não lhes tinha proporcionado uma moradia adequada.

■ A remoção de um acampamento no Bairro da Torre, em Loures, nos arredores de Lisboa, estava marcada para 18 de outubro, mas foi suspensa pela Câmara de Loures. No acampamento, viviam 86 famílias, incluindo ciganos e migrantes da África subsaariana. O aviso de despejo havia sido enviado em março, mas não foi oferecido qualquer alojamento alternativo. Iniciou-se um processo de atribuição de casas a algumas famílias, incluindo pessoas com deficiência. A ordem de despejo continuava pendente no final do ano.

Violência contra mulheres e meninas

A violência doméstica continuou a ser uma grave preocupação. Em maio, o governo assinou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Segundo o Relatório de Monitorização da Violência Doméstica da Direção-Geral da Administração Interna, de agosto, a PSP e a GNR receberam 14.508 queixas de violência doméstica em 2011. Até 11 de novembro, a ONG UMAR havia registado 23 mortes e 39 tentativas de homicídio como resultado de violência doméstica desde o início do ano.

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:	Rainha Elizabeth II
Chefe de governo:	David Cameron
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	62,4 milhões
Expectativa de vida:	80,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	5,5 por mil

O protocolo para o Inquérito de Detentos foi publicado e ficou muito aquém das normas de direitos humanos. O governo confirmou a intenção de expandir seu programa de deportações com garantias, a fim de facilitar a devolução de indivíduos para países em que eles podem enfrentar um risco real de tortura. O Inquérito Baha Mousa criticou as forças armadas do Reino Unido por sérias violações dos direitos humanos de detentos. O Inquérito Rosemary Nelson criticou, de modo contundente, os órgãos do Estado por diversas omissões que poderiam ter evitado seu assassinato. Em março, foi estabelecida uma comissão para estudar a criação de uma Carta de Direitos (*Bill of Rights*) para o Reino Unido.

Segurança e combate ao terrorismo

Tortura e outros maus-tratos

Em julho, publicaram-se as atribuições e o protocolo para o Inquérito de Detentos. O Inquérito foi criado em 2010 para examinar denúncias de envolvimento do Reino Unido com violações dos direitos humanos de indivíduos detidos no exterior no contexto de operações de combate ao terrorismo. Temia-se que seu protocolo não seguisse as normas internacionais de direitos humanos, principalmente porque o governo teria a última palavra sobre a revelação ou não de evidências, o que comprometeria a independência e a eficácia do Inquérito. Advogados que representam indivíduos interessados em que seus casos sejam examinados pelo Inquérito confirmaram terem aconselhado seus clientes a não participarem. Dez ONGs anunciaram que não cooperariam, caso o Inquérito procedesse nas condições propostas.

O lançamento oficial do Inquérito foi adiado até a conclusão das investigações criminais sobre supostos

delitos cometidos por agentes dos serviços de informações britânicos.

Documentos descobertos em setembro, em Trípoli, na Líbia, indicavam que o Reino Unido estivera envolvido nas transferências ilegais de Sami Mustafa al-Saadi e de Abdel Hakim Belhaj para a Líbia, em 2004, apesar do risco bastante real de que fossem torturados ou submetidos a outros maus-tratos após retornarem. Posteriormente, ambos iniciaram ações civis por danos contra autoridades do Reino Unido, por seu suposto envolvimento nas violações de direitos humanos que eles sofreram, como torturas e outros maus-tratos.

No dia 3 de outubro, a Suprema Corte da Inglaterra e País de Gales julgou a legalidade das diretrizes fornecidas aos agentes dos serviços de inteligência sobre detenções e interrogatórios em operações no estrangeiro, bem como sobre compartilhamento de informações. A Corte determinou que as diretrizes fossem emendadas a fim de refletirem a proibição absoluta de encapuzar os detidos. Porém, rejeitou os argumentos de que eram ilegais os patamares de risco constantes nas diretrizes para avaliar se um detento estava ou não sendo submetido a tortura ou a outros maus-tratos.

Em dezembro, o governo escreveu às autoridades dos EUA solicitando que transferissem Yunus Rahmatullah para a custódia do Reino Unido, depois que a Corte de Apelações determinou a emissão de uma ordem de *habeas corpus* no seu caso. Yunus Rahmatullah fora capturado pelas forças britânicas no Iraque, em fevereiro de 2004, e entregue às forças estadunidenses, as quais o transferiram para o Afeganistão e, desde então, o mantiveram detido em Bagram, sem acusações.

Mudanças legais e de políticas

Em janeiro, o Ministério do Interior (*Home Office*) publicou sua revisão de cinco poderes referentes à segurança e ao combate ao terrorismo. Posteriormente, nesse mesmo mês, o período máximo de detenção provisória sem acusação, em casos de terrorismo, foi reduzido de 28 para 14 dias. Entretanto, em fevereiro, o governo publicou um projeto de lei permitindo que o período máximo fosse novamente estendido para 28 dias, em resposta a uma urgência futura não especificada.

■ Em 13 de julho, no caso *Al Rawi e outros v Serviços de Segurança e outros*, a Suprema Corte decidiu que os tribunais não poderiam determinar "procedimentos

com evidências sigilosas" – o que permitiria ao governo basear-se em evidências secretas durante sessões sigilosas nos tribunais – em ações civis por danos, sem os poderes legais para tanto.

Em outubro, em um relatório chamado de Livro Verde, o governo apresentou novas propostas legislativas sobre Justiça e Segurança. Algumas dessas propostas causaram preocupação. Entre elas, a ampliação do uso de evidências sigilosas nos trâmites de processos judiciais, inclusive em ações civis por danos, e medidas que, por razões de segurança nacional, restringiriam a capacidade das vítimas de violações dos direitos humanos de requererem a apresentação de evidências referentes a tais violações nos tribunais domésticos. Apesar disso, o Livro Verde incluía algumas propostas, embora limitadas, voltadas a reforçar a supervisão dos serviços de segurança e de inteligência.

Ordens de controle

Desde 14 de dezembro, nove indivíduos, todos eles cidadãos britânicos, encontravam-se sob ordens de controle.

A Lei de Prevenção ao Terrorismo de 2005, que dispunha sobre o regime de ordens de controle, foi anulada em dezembro. Ela foi substituída pela Lei sobre Medidas para Prevenção e Investigação do Terrorismo, que previa um novo regime de restrições determinadas administrativamente (TPIMs, na sigla em inglês), as quais podem ser impostas a uma pessoa suspeita de envolvimento em atividades relacionadas ao terrorismo. Tais restrições, apesar de serem um pouco menos abrangentes do que as aplicadas sob o regime de ordens de controle, ainda poderiam configurar privação de liberdade ou constituir restrições aos direitos de privacidade, de expressão, de associação e de reunião. Após um período de transição, as TPIMs devem substituir integralmente, até o início de 2012, o regime de ordens de controle. Além disso, o governo previu também uma versão "intensificada" das restrições administrativas, que poderia ser introduzida em circunstâncias futuras excepcionais, que não foram definidas, e nas quais as restrições mais severas previstas sob o atual regime de ordens de controle poderiam, então, ser impostas uma vez mais.

Deportações

O governo reafirmou sua intenção de desenvolver e de expandir seu programa de deportações com

garantias, a fim de facilitar a devolução de indivíduos considerados uma ameaça à segurança nacional para países em que poderão correr risco de tortura ou de outros maus-tratos.

Os procedimentos por meio dos quais essas deportações poderiam ser contestadas perante a Comissão Especial de Apelações sobre Imigração (SIAC, na sigla em inglês) permaneceram injustos por basearem-se amplamente em evidências sigilosas, não reveladas aos indivíduos envolvidos, nem ao advogado de sua escolha.

■ Em março, a Corte de Apelações manteve uma decisão da SIAC, de que M.S., um cidadão argelino, poderia ser deportado para a Argélia, uma vez que as garantias diplomáticas negociadas entre o Reino Unido e a Argélia seriam suficientes para atenuar quaisquer riscos que ele pudesse correr ao retornar. Em 2007, a SIAC havia constatado que M.S. não apresentava risco à segurança nacional. Porém, o governo continuou buscando meios alternativos para deportá-lo, baseando-se em garantias diplomáticas para facilitar o retorno.

■ Em julho, a Corte de Apelações permitiu recurso no caso de X.X., um cidadão etíope que, supostamente, apresentaria risco à segurança nacional. X.X. havia recorrido da decisão do governo de deportá-lo, argumentando que correria risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos, ou de ser submetido a um julgamento totalmente injusto caso fosse repatriado. Um dos motivos que justificou a concessão de recurso foi o fato de que o processo contra X.X. baseara-se em informações supostamente obtidas de indivíduos mantidos ilegalmente sob detenção incomunicável prolongada em centros de detenção não oficiais na Etiópia. Os advogados de X.X. argumentaram que evidências obtidas sob tais circunstâncias seriam inadmissíveis.

Forças armadas no Iraque

Em 17 de julho, a Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos julgou o caso *Al-Skeini e outros v Reino Unido*, relativo à morte de seis civis durante operações de segurança executadas por soldados britânicos no Iraque, em 2003. O Tribunal concluiu que a Convenção Europeia de Direitos Humanos, de fato, aplicava-se às operações do Reino Unido no Iraque àquela época, uma vez que o país constituía uma força de ocupação. Portanto, o Reino Unido tinha a obrigação de conduzir investigações

independentes e efetivas sobre as mortes. O Tribunal constatou que, em cinco dos seis casos, o Reino Unido não cumprira essa obrigação.

Ainda em 7 de julho, a Grande Câmara decidiu, no caso *Al-Jedda v Reino Unido*, que a detenção administrativa prolongada de Hilal Abdul-Razzaq Ali al-Jedda, por mais de três anos em um centro de detenção administrado pelas forças armadas britânicas no Iraque, violava seu direito à liberdade e à segurança. O Tribunal rejeitou o argumento do Reino Unido de que a resolução 1546 do Conselho de Segurança da ONU destituía o demandante do direito às proteções da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

■ No dia 8 de setembro, foi publicado o relatório do Inquérito Baha Mousa, referente à morte de Baha Mousa em uma unidade de detenção administrada pelo Reino Unido, em Basra, no Iraque, e ao tratamento dispensado a outros nove cidadãos iraquianos detidos junto com ele. O Inquérito chegou à conclusão inequívoca de que Baha Mousa morreu após um "episódio abominável de grave violência gratuita" e de que "não restava qualquer dúvida de que quase todos, senão todos, os detidos foram vítimas de graves abusos e maus-tratos". O relatório constatou ainda ter havido falha institucional do Ministério da Defesa, que não forneceu diretrizes claras e consistentes sobre o tratamento adequado dos detentos, fazendo que técnicas de interrogatório banidas pelo governo britânico em 1972 fossem usadas pelos soldados no Iraque. O Ministério da Defesa aceitou todas as recomendações feitas pelo Inquérito, com exceção de uma, e afirmou que tomaria todas as providências cabíveis para garantir que tais violações não mais se repetissem. Porém, os advogados que representam os demandantes, bem como organizações de direitos humanos, requereram que medidas adicionais fossem tomadas contra os responsáveis, inclusive por meio de ações penais.

Em 22 de novembro, a Corte de Apelações julgou o caso de Ali Zaki Mousa. A Corte concluiu que a Equipe sobre o Histórico de Denúncias do Iraque, criada para investigar denúncias de tortura e outros maus-tratos contra cidadãos iraquianos pelas forças armadas britânicas no Iraque, não fora suficientemente independente para satisfazer as obrigações investigatórias determinadas pela Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Forças policiais e de segurança

No dia 3 de maio, uma sentença de homicídio ilegal foi emitida pelo júri do inquérito sobre a morte de Ian Tomlinson durante as manifestações ocorridas na ocasião da reunião do G20, em Londres, em abril de 2009. O júri concluiu que Ian Tomlinson morreu devido a sangramento interno após ser golpeado com um bastão e derrubado no chão por um policial. Em consequência, a Procuradoria-Geral (*Crown Prosecution Service*) reverteu sua decisão de não indiciar por homicídio culposo o policial envolvido. O julgamento estava previsto para o início de 2012.

Ainda transcorria o inquérito sobre a morte de Azelle Rodney, fuzilado por agentes da Polícia Metropolitana, em 30 de abril de 2005.

Discriminação

Em setembro, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou preocupação com a discriminação e com a marginalização generalizadas de ciganos e nômades irlandeses (*travellers*), requerendo que o governo adotasse medidas urgentes e concretas a fim de melhorar seu acesso à educação, a serviços e a cuidados de saúde, ao emprego e a moradias adequadas.

■ Em outubro, entre 300 e 400 *travellers* irlandeses foram despejados à força de Dale Farm, em Essex, apesar dos apelos em contrário de uma série de órgãos e de peritos da ONU e do Conselho da Europa, de ONGs, da sociedade civil e de lideranças religiosas.

Prestação de contas corporativa

Em setembro, o CERD manifestou preocupação de que as operações estrangeiras de corporações multinacionais registradas no Reino Unido estivessem afetando adversamente os direitos humanos dos povos indígenas, e requereu que o governo adote medidas urgentes para garantir que as empresas britânicas respeitem os direitos humanos quando operam no exterior.

O Comitê também criticou um projeto de Lei sobre Assistência Jurídica, Julgamento e Punição para Infratores, o qual, se aprovado, restringiria a capacidade de demandantes estrangeiros de acessarem os tribunais britânicos para acionar judicialmente empresas multinacionais.

Irlanda do Norte

Prosseguiram os incidentes de violência paramilitar na Irlanda do Norte. No dia 2 de abril, o policial Ronan Kerr foi morto quando uma bomba colocada embaixo de seu carro explodiu. Dissidentes republicanos foram culpados pelo homicídio.

O Ouvidor da Polícia foi duramente criticado por sua falta de independência durante o processo de investigação sobre os casos históricos de transgressão policial em circunstâncias de homicídios ilegais. Ele anunciou que renunciaria ao cargo no início de 2012.

Em maio, a Suprema Corte proferiu um veredicto no caso *McCaughey & Anor*. O tribunal constatou que o inquérito sobre a morte de Martin McCaughey e Dessie Grew, alvejados e mortos por integrantes das forças armadas britânicas em 1990, deve cumprir com as obrigações procedimentais relativas ao direito à vida, tal como protegido pela Lei de Direitos Humanos de 1998.

■ Em fevereiro, anunciou-se que o relatório final do Inquérito Robert Hamill fora concluído. O documento, porém, não seria publicado até a conclusão das ações judiciais contra três indivíduos envolvidos no caso, acusados de obstruir o curso da justiça.

■ Em maio, foram publicadas as conclusões do inquérito sobre a morte de Rosemary Nelson, uma advogada morta no dia 15 de março de 1999 por uma bomba colocada embaixo de seu carro, em Lurgan, Irlanda do Norte. O relatório fez graves críticas aos órgãos do Estado, referentes a várias omissões de medidas que poderiam ter impedido o assassinato. Porém, não encontrou qualquer prova de algum ato ilícito cometido por um órgão do Estado e que tivesse diretamente facilitado sua morte.

■ Em outubro, o governo anunciou que havia designado um jurista para revisar toda a documentação disponível sobre a morte de Patrick Finucane, um advogado morto por paramilitares unionistas em 12 de fevereiro de 1989, com a cumplicidade de agentes do Estado. A decisão contrariou as promessas feitas anteriormente de que um inquérito público integral seria aberto. Além disso, foi duramente criticada por organizações de direitos humanos, uma vez que não constituiria uma investigação efetiva, independente, imparcial e completa, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. A família de Patrick Finucane deu início a procedimentos de revisão judicial para contestar a decisão.

Em setembro, o poder Executivo da Irlanda do Norte anunciou a proposta da abertura de um inquérito para investigar os históricos abusos institucionais contra crianças. No entanto, poderia haver atrasos no estabelecimento de uma base legal para o inquérito, o que poderá, no início, privá-lo dos poderes necessários para convocar testemunhas e produzir documentos.

Violência contra mulheres e meninas

Em março, o governo adotou um plano de ação interdepartamental sobre a violência contra mulheres e meninas. No mesmo mês, o ministro do Interior (*Home Secretary*) anunciou que seria tornado permanente um projeto piloto de apoio a vítimas de violência doméstica que, devido à insegurança de seu *status* migratório, carecem de acesso a fundos públicos. Porém, o projeto piloto abrangia somente mulheres com vistos matrimoniais, enquanto as que tinham outros tipos de visto ou as que tinham permissões de trabalho temporárias continuavam a ser privadas de serviços essenciais.

Temia-se que o plano de abolir os vistos que permitem aos trabalhadores domésticos imigrantes mudar de empregador depois de ter entrado no país pudesse deixar tais trabalhadores mais vulneráveis à exploração e, em alguns casos, ao tráfico de pessoas.

Refugiados e requerentes de asilo

As propostas de cortes no financiamento público para representação legal (assistência jurídica) causaram preocupação de que os fundos para assistência legal a questões de asilo e imigração, já quase inexistentes em certas partes do país, ficariam ainda mais escassos.

Prosseguiu a devolução forçada, para o Afeganistão e para o Iraque, de requerentes de asilo recusados, apesar do risco concreto de que sofressem abusos de direitos humanos.

■ A investigação criminal sobre a morte de Jimmy Mubenga, cidadão angolano que morreu em 2010 durante uma tentativa de expulsão forçada, ainda não havia sido concluída no fim do ano. Sua morte suscitou uma onda de apelos por mudanças no sistema de expulsões forçadas, devido a temores sobre o perigo das técnicas de controle e contenção aplicadas por empresas de segurança privadas em ações de expulsão forçada.

■ Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu, no caso *Sufi e Elmi v. Reino Unido*, que o repatriamento de dois cidadãos somalis para Mogadíscio, capital da Somália, seria uma violação do artigo 3º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, devido ao risco bastante real que eles correriam de sofrer maus-tratos, caso repatriados (veja a seção sobre a Somália, na edição *on-line* do *Informe 2012*).

Visitas/relatórios da AI

■ Current evidence: European complicity in the CIA rendition and secret detention programmes (EUR 01/001/2011)

■ The United Kingdom fails on diplomatic assurances: Amnesty International's preliminary response to the UK counter-terrorism review (EUR 45/001/2011)

■ United Kingdom: Joint NGO submission to chair of the Detainee Inquiry (EUR 45/002/2011)

■ United Kingdom: Submission to the Joint Committee on the draft Detention of Terrorist Suspects (Temporary Extension) Bills (EUR 45/004/2011)

■ United Kingdom/Northern Ireland: Inquiry into the killing of human rights defender and lawyer Rosemary Nelson finds serious omissions by state agencies (EUR 45/006/2011)

■ United Kingdom: Terrorism Prevention and Investigation Measures Bill: Control orders redux (EUR 45/007/2011)

■ United Kingdom: European Court criticizes UK for violating human rights in Iraq (EUR 45/009/2011)

■ United Kingdom: Detainee Inquiry terms of reference and protocol fall far short of human rights standards (EUR 45/011/2011)

■ United Kingdom: Dale Farm Travellers face forced eviction (EUR 45/013/2011)

■ United Kingdom/Northern Ireland: Deplorable government decision to renege on promise of public inquiry into Finucane killing (EUR 45/017/2011)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Chefe de Estado:	Joseph Kabila
Chefe de governo:	Adolphe Muzito
Pena de morte:	retencionista
População:	67,8 milhões
Expectativa de vida:	48,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	198,6 por mil
Taxa de alfabetização:	66,8 por cento

A impunidade para os crimes previstos no direito internacional persistiu na República Democrática do Congo (RDC), embora tenha havido alguma melhora. Forças de segurança do governo e grupos armados cometeram muitas violações de direitos humanos no leste do país. Nove soldados das forças armadas congolesas, incluindo um tenente coronel, foram condenados por crimes contra a humanidade, particularmente estupro, cometidos em 1º de janeiro na cidade de Fizi, em Kivu-Sul. Em fevereiro, eles foram sentenciados a penas de prisão, em um raro exemplo de pronta responsabilização de perpetradores perante a justiça. No entanto, as investigações sobre outros casos de estupro em massa cometidos por membros do exército nacional e por grupos armados estavam paralisadas. As eleições gerais foram maculadas por várias violações de direitos humanos, inclusive mortes ilegais e prisões arbitrárias por parte das forças de segurança. Defensores dos direitos humanos e jornalistas enfrentaram intimidações e restrições de suas liberdades de expressão e de associação.

Informações gerais

A residência presidencial e um acampamento militar em Kinshasa foram atacados, em 27 de fevereiro, em uma ação que o governo chamou de “golpe de Estado”. Uma onda de prisões arbitrárias seguiu-se ao ataque, voltada principalmente contra pessoas da província de Equateur.

A segunda eleição presidencial e legislativa realizada na RDC desde sua independência ocorreu em 28 de novembro. Em 5 de janeiro, uma emenda

constitucional mudou o sistema de eleições presidenciais, que passou de um processo de dois turnos de votação para um sistema de turno único, no qual vence o candidato com maior número de votos. Tal emenda, somada a problemas logísticos, como atrasos no calendário eleitoral e controvérsias sobre o recadastramento para as eleições, aumentou as tensões entre a coalizão da maioria presidencial e a oposição.

O exército nacional – Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) – seguiu com suas operações militares contra grupos armados estrangeiros nas regiões leste e norte da RDC, dentre os quais estão as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), o Exército de Resistência do Senhor (LRA) e as Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional de Libertação do Uganda (ADF/NALU), o que provocou novos deslocamentos de civis. Em janeiro, o exército nacional iniciou a retirada de tropas para treinamento e realocação, como parte de seu processo de reconfiguração. Isso levou à retomada, por parte de grupos armados, de áreas antes controladas pelas FARDC e à deserção de outros grupos recentemente integrados ao exército. As condições de segurança deterioraram-se nas regiões de Kivu-Sul e Kivu-Norte com a intensificação das atividades das FDLR, do grupo Mayi-Mayi Yakutumba e das Forças Nacionais de Libertação do Burundi (FNL). O plano de reconfiguração do exército e o decreto presidencial de 31 de dezembro de 2010 para distribuir postos dentro das FARDC criaram dificuldades adicionais ao processo já falimentar de integração de antigos grupos armados às FARDC.

Em 28 de junho, a resolução 1991 (2011) do Conselho de Segurança da ONU prorrogou até 30 de junho de 2012 o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). A resolução reiterou que futuras configurações da MONUSCO deveriam ser determinadas com base na evolução das condições de segurança em campo e no alcance de objetivos, tais como a melhoria da capacidade do governo de proteger a população. O mandato incluiu apoio técnico e logístico para as eleições e apoio continuado a um número limitado de operações militares das FARDC.

Abusos cometidos por grupos armados

Segundo relatos, grupos armados, incluindo LRA, FDLR, FNL, ADF/NALU e vários grupos Mayi-Mayi,

cometeram numerosos abusos de direitos humanos contra a população civil. Tais abusos incluem estupros, assassinatos, saques e sequestros, especialmente na antiga província Oriental e nas de Kivu-Sul e Kivu-Norte. Grupos armados Mayi-Mayi atacaram civis em protesto contra o governo apesar da política governamental de integrar grupos armados nacionais ao exército como forma de promover a cessação dos combates.

Segundo informes, o antigo grupo armado Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), integrado ao exército nacional em 2009, embora mantendo sua autonomia, foi responsável por violações de direitos humanos que incluem mortes ilegais e prisões arbitrárias. Disputas entre o exército e grupos armados pelo controle de áreas de mineração também agravaram as condições de segurança e induziram a novos abusos.

Conforme relatos, em maio, combatentes das FDLR sequestraram 48 pessoas e saquearam várias casas no território de Mwenga, em Kivu-Sul.

Durante todo o ano, o LRA sequestrou civis e os forçou a carregar bens saqueados na antiga província de Oriental. O LRA seguiu apresentando uma séria ameaça à população civil, forçando milhares de pessoas a fugir. Grupos armados também atacaram funcionários de organizações humanitárias em diversas ocasiões.

Homicídios ilegais

Os períodos que antecederam e se seguiram às eleições foram marcados por homicídios ilegais e por dezenas de prisões arbitrárias por parte das forças de segurança, dentre as quais a Guarda Republicana.

■ Em 4 de outubro, segundo relatos, o Mayi-Mayi Yakutumba emboscou um veículo da ONG congoleza *Eben-Ezer Ministry International*, matando sete pessoas, quatro das quais funcionárias da ONG, em Kalongwe, território de Fizi, em Kivu-Sul.

■ Desde dezembro de 2010, houve relatos de execuções sumárias, estupros e saques cometidos por soldados das FADRC e por agentes da polícia nacional (PNC) na comunidade Mbororo, nos territórios de Ango, Banda e Buta, na antiga província de Oriental.

■ Depois que o Presidente Kabila foi declarado vencedor do pleito eleitoral em 9 de dezembro, houve relatos de que as forças de segurança congoleesas teriam matado pelo menos 24 pessoas, a maioria delas em Kinshasa.

Violência contra mulheres e meninas

Estupro e outras formas de violência sexual seguem endêmicas, sendo cometidas tanto pelas forças de segurança do governo, incluindo a PNC, como por grupos armados. A violência sexual é, muitas vezes, acompanhada de outras formas de violações de direitos humanos, como saques e tortura. Embora tenham ocorrido alguns julgamentos, a impunidade continuou disseminada, e as vítimas frequentemente foram ameaçadas. Vítimas de estupros e de outros abusos sexuais não têm acesso à assistência e apoio adequados e continuaram a ser estigmatizadas. Homens submetidos a esses abusos são especialmente marginalizados.

■ Em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2011, segundo relatos, soldados das FADRC praticaram estupros e outros abusos sexuais em massa nas aldeias de Bushani e Kalambahiro, território de Masisi, em Kivu-Norte.

■ Em 1º e 2 de janeiro, soldados das FARDC cometeram inúmeros estupros e outros abusos sexuais na cidade de Fizi, em Kivu-Sul.

■ Em 27 de abril, um agente da PNC supostamente estuprou uma menina de 16 anos em Mbuji-Mayi, na província de Kasai Oriental.

■ Entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, combatentes das FDLR estupraram pelo menos 102 mulheres e uma menina durante ataques a aldeias nas províncias de Katanga e de Kivu-Sul.

■ Em junho, após conflitos entre o Mayi-Mayi Sheka e a *Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano*, membros de ambos os grupos armados, segundo informações, cometeram estupros em massa em Mutongo e nas aldeias vizinhas, no território de Walikale, em Kivu-Norte.

Crianças soldados

Os grupos armados e as FADRC seguiram recrutando e utilizando crianças, especialmente no leste do Congo, apesar de centenas delas terem sido libertadas. Crianças continuaram a ser sequestradas por grupos armados, particularmente o LRA e as FDLR, e usadas como combatentes, espãs, escravos sexuais ou carregadoras. Embora as FADRC tenham formalmente deixado de recrutar crianças em 2004, nenhum plano de ação foi adotado para afastar as crianças das forças armadas, como exigem as resoluções 1539 (2004) e 1612 (2005) do Conselho de Segurança da ONU.

Desalojados internos e refugiados

Estima-se que 1,57 milhão de pessoas continuem desalojadas na RDC, dentre as quais 1 milhão está nas regiões de Kivu-Sul e Kivu-Norte. As condições de vida continuavam precárias, tanto nos acampamentos quanto nas comunidades anfitriãs.

Em julho, a RDC, Uganda e o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, firmaram um acordo para a repatriação voluntária de 32 mil congoleses refugiados que vivem em Uganda.

Cidadãos e cidadãs congoleses continuaram a ser expulsos de Angola e enviados de volta à RDC. Segundo informes, algumas dessas pessoas sofreram violações de direitos humanos em Angola, incluindo estupro.

Tortura e outros maus-tratos

Tortura e outros maus-tratos foram cometidos por grupos armados e pelas forças de segurança governamentais, inclusive as FADRC, a polícia nacional, a Agência Nacional de Inteligência e a Guarda Republicana. As forças de segurança praticaram com frequência tortura e outros maus-tratos em instalações de detenção, após prisões arbitrárias. Funcionários de ONGs e da ONU continuaram a ter o acesso negado a muitas instalações; celas de detenção secretas e irregulares continuavam em uso.

Em julho, a RDC promulgou uma lei criminalizando a tortura. A implementação desta lei permanece um grande desafio, uma vez que os serviços de segurança continuam a praticar tortura e outros maus-tratos, inclusive em instalações de detenção clandestinas.

■ Entre 27 de julho e 1º de agosto, durante uma operação militar no território de Rutshuru, em Kivu-Norte, soldados das FADRC teriam prendido arbitrariamente 27 pessoas em represália, por suposta colaboração com as FDLR. De acordo com relatos, pelo menos oito delas foram submetidas à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, bem como a trabalho forçado.

■ Em 13 de abril, em Vusamba, território de Lubero, em Kivu-Norte, um homem detido pela PNC foi açoitado 40 vezes, antes de ser libertado, por não poder pagar os US\$40 exigidos para sua libertação.

Pena de morte

Tribunais militares continuaram a sentenciar à morte um grande número de pessoas, incluindo civis.

Nenhuma execução foi relatada. Em 23 de junho, quatro policiais foram sentenciados à morte por sequestrarem e assassinar um destacado defensor de direitos humanos (veja abaixo).

Impunidade

O sistema de justiça continuou, de um modo geral, incapaz de assegurar justiça e reparação às vítimas. A impunidade para as violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional, sejam do passado ou atuais, continuou generalizada, apesar de alguns julgamentos e condenações. Os suspeitos de crimes previstos na legislação internacional não foram afastados de seus cargos, nem levados à justiça. Falta de recursos, corrupção e interferências política e militar continuaram a paralisar os tribunais em todo o país. Dezenas de civis foram julgados por tribunais militares.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos submeteu um projeto de lei para instituir um tribunal especial, composto por membros congoleses e estrangeiros, com competência sobre genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O Senado rejeitou o projeto de lei em 22 de agosto.

■ Em 21 de fevereiro, o tribunal militar de Kivu-Sul, na cidade de Baraka, sentenciou nove oficiais das FADRC a penas de 10 a 20 anos de prisão por crimes contra a humanidade, inclusive estupros, cometidos durante um ataque na cidade de Fizi, em 1º e 2 de janeiro.

As investigações iniciadas em outros casos avançaram lentamente.

■ As investigações relacionadas ao estupro e abuso sexual sistemáticos de mais de 300 mulheres, homens, meninos e meninas, cometidos em julho e agosto de 2010, no território de Walikale, em Kivu-Norte, conduziram ao julgamento de oito suspeitos, dos quais apenas um encontrava-se detido. As audiências foram suspensas depois de iniciado o processo, em 1º de novembro, em razão da decisão do tribunal de transferir o julgamento para Walikale.

As investigações judiciais relativas a estupros e abusos sexuais em massa e outras violações de direitos humanos, cometidas por soldados das FADRC nas aldeias de Bushani e Kalambahiro, avançaram pouco.

Condições prisionais

As prisões seguem carecendo de recursos que assegurem aos detentos condições compatíveis com

os padrões mínimos internacionais. Muitos prisioneiros morreram em decorrência de condições precárias de detenção. Instalações deterioradas não permitem a efetiva separação entre mulheres e homens, nem a separação de detentos que aguardam julgamento daqueles já condenados. Fugas da prisão ocorreram em todo o país devido à limitação de recursos e à escassa infraestrutura.

Em 7 de setembro, 963 prisioneiros escaparam da prisão de Kasapa, em Lubumbashi, antiga província de Katanga, após um ataque armado. Entre os furtivos estava Gédéon Kyungu Mutanga, ex-comandante do grupo Mayi-Mayi, que fora condenado, em março de 2009, por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e terrorismo.

Defensores dos direitos humanos

Forças de segurança governamentais e grupos armados continuaram a atacar e a intimidar defensores dos direitos humanos, inclusive com ameaças de morte e prisões.

■ Em 28 de janeiro, segundo relatos, o presidente de uma ONG local que havia protestado contra a exploração ilegal de recursos naturais, facilitada pelas autoridades provinciais, foi detido na cidade de Gemena, província de Equateur. Conforme informado, sua ordem de prisão alegava como motivo o “incitamento à rebelião”.

■ Em 1º e 2 de fevereiro, o presidente e o vice-presidente da Associação Africana para a Defesa dos Direitos Humanos receberam ameaças de morte após uma coletiva de imprensa durante a qual criticavam a reforma constitucional do sistema de eleições presidenciais.

■ Em 23 de junho, o tribunal militar de Kinshasa/Gombe sentenciou à morte cinco policiais pelo sequestro e assassinato de Floribert Chebeya, um destacado defensor de direitos humanos, e pelo desaparecimento de seu motorista, Fidèle Bazana, em junho de 2010. Outras pessoas-chave supostamente envolvidas não foram investigadas.

Liberdade de expressão

As autoridades administrativas e os serviços de segurança impuseram restrições às liberdades de expressão e de associação. As forças de segurança governamentais reprimiram manifestantes com o uso da força, e choques ocorreram entre apoiadores de vários partidos políticos.

Jornalistas

Muitos jornalistas foram ameaçados, presos arbitrariamente, processados, intimidados, alertados por autoridades estatais a não noticiar determinados assuntos e, em alguns casos, assassinados em razão do trabalho realizado. Essas violações se intensificaram no contexto das eleições gerais.

Estações de rádio e canais de televisão receberam ordens oficiais de suspensão e suas dependências foram alvo de violência politicamente motivada.

■ Em 21 de junho, em Kirumba, Kivu-Norte, um jornalista de uma rádio comunitária foi morto a tiros por um homem não identificado, após comentários que ele teria feito sobre as condições de segurança na região.

■ Em 1º de setembro, um jornalista foi espancado por agentes da Unidade de Resposta Rápida da Polícia Congoleza ao cobrir uma manifestação de um partido de oposição, em Kinshasa/Gombe.

Justiça Internacional

O Tribunal Penal Internacional (TPI) estava prestes a emitir sentença, em janeiro de 2012, no caso de Thomas Lubanga, acusado de crimes de guerra relacionados ao recrutamento e uso de crianças menores de 15 anos para o grupo armado *União dos Patriotas Congolezes*, em Ituri.

■ Em janeiro, o caso de Callixte Mbarushimana, secretário das FDLR, foi transferido para o TPI, após sua prisão na França, em outubro de 2010. Em 16 de dezembro, a Câmara de Instrução do TPI não confirmou as acusações contra ele e ordenou sua imediata libertação. Em 20 de dezembro, a Câmara de Recursos do TPI negou o recurso do Promotor contra essa decisão. Callixte Mbarushimana foi libertado em 23 de dezembro e retornou à França, onde corria uma investigação sobre seu suposto envolvimento no genocídio em Ruanda, em 1994.

■ O julgamento de Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni, líderes das FDLR, teve início em maio, em Stuttgart, na Alemanha, onde estavam vivendo. Ambos foram acusados por crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

■ Em outubro, o presidente da RDC reiterou a recusa das autoridades de entregar Bosco Ntaganda ao TPI, que solicita sua prisão e rendição desde 2006 devido a acusações de crimes de guerra relacionados ao recrutamento e uso de crianças em conflitos armados.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Uma delegação da Anistia Internacional visitou a RDC em março, julho e novembro.

📄 Democratic Republic of the Congo: Human rights concerns in the run up to presidential election campaigns (AFR 62/002/2011)

📄 The time for justice is now: New strategy needed in the Democratic Republic of the Congo (AFR 62/006/2011)

📄 Democratic Republic of the Congo: From occasional outrage to sustained response – the need for the Human Rights Council to play a role in the areas of judicial reform and the fight against impunity (AFR 62/009/2011)

📄 Democratic Republic of the Congo: Colonel's rape conviction is first step on road to justice (PRE01/078/2011)

📄 DRC: Post-election intimidation through arrests must end (PRE01/634/2011)

RÚSSIA

FEDERAÇÃO RUSSA

Chefe de Estado:

Dmitry Medvedev

Chefe de governo:

Vladimir Putin

Penas de morte:

abolicionista na prática

População:

142,8 milhões

Expectativa de vida:

68,8 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos:

12,4 por mil

Taxa de Alfabetização:

99,6 por cento

Após os resultados das polêmicas eleições, em dezembro, ocorreram manifestações em todo o país, bem como prisões de centenas de manifestantes pacíficos. Ao longo de todo o ano, a liberdade de reunião foi frequentemente desrespeitada no que se refere a demandas políticas, ambientais, sociais e outras formas de protestos. Os meios de comunicação continuaram operando em um ambiente restrito. Membros de minorias religiosas enfrentaram perseguição, e persistiram as preocupações com o uso arbitrário da legislação contra o extremismo. Defensores de direitos humanos e jornalistas continuaram a sofrer pressões, e a maioria das investigações sobre agressões no passado não obteve progresso. Denúncias de tortura continuaram frequentes, apesar de algumas reformas superficiais na polícia. A situação da

segurança no norte do Cáucaso continuou instável, e sérios abusos de direitos humanos foram cometidos tanto pelos grupos armados quanto por agentes da segurança pública.

Informações gerais

Os altos preços do petróleo e os gastos significativos do governo para estimular a economia permitiram que a Rússia apresentasse taxas de crescimento relativamente altas ao final do ano. Contudo, as prioridades anunciadas pelo Estado para a continuidade da modernização, para o combate à corrupção e para reformas no sistema judiciário criminal mostraram poucos resultados tangíveis.

Após as eleições parlamentares marcadas por denúncias generalizadas e numerosos exemplos documentados de fraude eleitoral, o partido governista Rússia Unida retornou ao poder, em dezembro, com uma participação significativamente reduzida no total de votos.

Os resultados parecem indicar um clamor crescente por liberdades civis e políticas e por direitos sociais e econômicos, ao contrário da estabilidade prometida – e em grande parte cumprida – pela “dupla” Putin/Medvedev.

As manifestações que se seguiram às eleições cresceram a ponto de se tornarem as maiores já vistas no país desde o colapso da União Soviética. Os protestos aproveitaram o crescente engajamento cívico exibido ao longo do ano – por indivíduos, grupos de interesse e comunidades locais – em torno de questões como corrupção, redução das políticas de bem-estar social, abusos da polícia e meio ambiente.

A TV e outros meios de comunicação de massa continuaram a seguir a orientação oficial. Críticas públicas mais duras às autoridades estiveram, em sua maioria, confinadas aos meios de comunicação impressos de menor porte e à internet, que continua ganhando influência.

Liberdade de reunião

As autoridades continuaram a restringir a liberdade de reunião dos movimentos mais críticos da sociedade civil, mas algumas manifestações públicas, proibidas em anos anteriores, foram permitidas. Todavia, numerosos protestos foram proibidos, e várias pessoas envolvidas em manifestações políticas pacíficas foram detidas em diversas ocasiões – algumas de “forma preventiva” (a caminho dos

R

protestos) – sendo, frequentemente, sentenciadas à prisão administrativa.

Várias manifestações pacíficas espontâneas ocorreram em todo o país nos dias que se seguiram às polêmicas eleições parlamentares de 4 de dezembro. Mais de mil manifestantes foram presos e mais de cem foram sentenciados à prisão administrativa mediante processos que, frequentemente, violavam as normas para julgamentos justos. Protestos autorizados posteriormente, em 10 e 24 de dezembro, reuniram mais de 50 mil manifestantes em Moscou e dezenas de milhares em outras partes do país, terminando pacificamente.

Ativistas dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) continuaram a enfrentar perseguição e agressões. Tentativas de organizar passeatas do orgulho gay e pró-direitos LGBT, em Moscou e São Petersburgo, foram proibidas e rapidamente dispersas pela polícia.

■ Sergei Udaltsov, líder do movimento Frente de Esquerda, foi detido mais de uma dezena de vezes em Moscou quando tentava protestar pacificamente contra as políticas governamentais. Ele foi condenado diversas vezes por crimes administrativos como "desobediência a ordens legais de policiais" e terminou o ano detido, depois de ser preso, em 4 de dezembro, por participar nos protestos pós-eleitorais.

Liberdade de expressão

O controle estatal sobre as redes de televisão e outros meios de comunicação de massa permaneceu forte. A importância da internet como forma alternativa de informação e fórum para a troca de comentários e opiniões continuou a crescer. Embora a internet continue sendo relativamente livre de interferência estatal, muitos sites e blogs famosos que estavam noticiando abusos eleitorais foram derrubados por ataques, tanto antes como logo depois das eleições parlamentares de dezembro.

Jornalistas continuaram sofrendo ameaças e agressões físicas por escrever sobre temas politicamente delicados, como a corrupção. Poucas vezes esses ataques foram efetivamente investigados ou resultaram em processos.

A legislação antiextremismo foi frequentemente utilizada de forma arbitrária para tomar medidas drásticas contra aqueles que são críticos às autoridades. Em resposta, a Suprema Corte emitiu

um acórdão, em junho, estabelecendo que a crítica a autoridades governamentais ou a políticos não constitui incitamento ao ódio sob a legislação contra o extremismo. Minorias religiosas como grupos muçulmanos não tradicionais e Testemunhas de Jeová continuaram enfrentando perseguição. Leis banindo "propaganda de homossexualidade entre menores" foram adotadas na região de Arkhangelsk. Um avanço foi a descriminalização da lei da difamação, ocorrida ao final do ano.

■ Em 15 de dezembro, o proeminente jornalista Khadzhimurad Kamalov, fundador e editor do semanário independente daguestanês *Chernovik*, famoso por suas reportagens críticas, foi assassinado a tiros na saída de seu escritório, em Makhachkala, no Daguestão. Durante anos, os funcionários do *Chernovik* vinham sofrendo intimidação e perseguição por parte das autoridades locais.

■ A investigação sobre o violento ataque sofrido pelo jornalista Oleg Kashin, em novembro de 2010, não surtiu qualquer resultado até o final do ano, a despeito das promessas de funcionários russos de alto escalão de levar os criminosos a responder perante a Justiça.

■ Durante o ano, vários seguidores do teólogo turco Said Nursi foram acusados de filiação à organização Nurdzhular, considerada extremista e proibida na Rússia. Alguns foram sentenciados à prisão. Os acusados alegam que nunca ouviram falar da organização.

■ Em dezembro, Aleksandr Kalistratov, que é Testemunha de Jeová, foi absolvido pela Suprema Corte da República de Altai de incitamento ao ódio contra outros grupos religiosos. Ele havia sido condenado, em outubro, por um tribunal de instância inferior, por distribuir panfletos sobre as Testemunhas de Jeová.

Defensores dos direitos humanos

Regulamentos restritivos impostos às ONGs em anos anteriores foram parcialmente abrandados, e uma decisão do Superior Tribunal de Arbitragem suprimiu algumas restrições ao financiamento internacional para as ONGs. Entretanto, defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram a enfrentar perseguição e ameaças, inclusive por parte de agentes cujos delitos foram por eles expostos. A maioria das investigações sobre casos passados de assassinatos e de agressões físicas de defensores de direitos humanos, jornalistas e advogados continua parada ou pouco avançou.

■ Em junho, um tribunal de Moscou absolveu Oleg Orlov, responsável pelo centro de direitos humanos Memorial, do crime de difamação. O presidente da República da Chechênia, Ramzan Kadyrov, apontado por Oleg Orlov como responsável pelo assassinato de Natalia Estemirova, apelou contra a decisão, mas a ofensa de calúnia foi descriminalizada posteriormente, e as acusações foram retiradas.

■ Em julho, um grupo de defensores dos direitos humanos publicou um relatório sobre o assassinato de sua colega, Natalia Estemirova, em julho de 2009. O informe chamava a atenção para numerosas omissões e inconsistências da investigação oficial e concluía que pistas ligando o homicídio a agentes chechenos da segurança pública não foram plenamente investigadas. Após esta publicação, o Chefe do Comitê de Investigação prometeu que todas as possíveis vinculações com o assassinato seriam exploradas, mas não revelou qualquer outra informação até o fim do ano.

■ Uma nova investigação sobre o assassinato da jornalista Anna Politkovskaya, em 2006, levou à prisão, em junho e agosto, de dois novos suspeitos, um deles pelo assassinato. Dois outros, incluindo um dos absolvidos em 2009, continuam a cumprir pena por outros crimes.

■ Em maio, um tribunal de Moscou condenou dois ativistas de extrema-direita (um à prisão perpétua e outro a 18 anos de prisão) pelo assassinato do advogado Stanislav Markelov e da jornalista Anastasia Baburova, em janeiro de 2009.

Tortura e outros maus-tratos

A nova lei relativa à polícia, que entrou em vigor em março, introduziu a avaliação formal de todos os policiais e reduziu seu número. Todavia, não foram adotados novos dispositivos substanciais para fortalecer a prestação de contas pela polícia ou para combater a impunidade por violações cometidas por agentes da segurança pública, e os benefícios da lei continuaram difíceis de alcançar. Denúncias de tortura e de outras formas de maus-tratos permaneceram generalizadas; porém, poucas vezes foram efetivamente investigadas. Laudos de lesões foram comumente desconsiderados sob o argumento de que os ferimentos resultaram do uso legítimo da força. Foram poucos os processos instaurados contra os denunciados. A negação de acesso a cuidados médicos adequados durante a custódia foi

amplamente denunciada e supostamente usada como forma de extrair confissões. Prisioneiros condenados frequentemente alegaram terem sido submetidos à violência, tanto por agentes prisionais quanto pelos demais internos, logo depois de chegarem à prisão.

■ O julgamento de dois policiais acusados de abuso de poder, inclusive em relação à detenção ilegal e à tortura de Zelimkhan Chitigov, em abril de 2010, começou em setembro. Trata-se do primeiro caso desse tipo a chegar aos tribunais na Inguchêtia. Segundo informações, muitos dos que testemunharam contra os dois policiais foram submetidos a uma campanha de pressão e intimidação.

■ Armen Sargsyan foi detido em Orenburg, em 18 de novembro, como suspeito em um caso de roubo, e morreu horas depois, segundo a polícia, de um ataque cardíaco. A família apresentou fotos de seu cadáver mostrando ferimentos na cabeça e em outras partes do corpo. No final do ano, dois policiais foram presos por envolvimento nessa morte, outros dois estavam sob investigação, e vários comandantes sofreram medidas disciplinares.

Julgamentos injustos

Apesar das atuais tentativas para melhorar a eficiência e a independência do Judiciário, denúncias de interferência política, corrupção e conluio de juízes, promotores e agentes encarregados de fazer cumprir a lei continuaram resultando em frequentes denúncias de julgamentos injustos.

■ Em maio, o Tribunal da Cidade de Moscou manteve a segunda condenação de Mikhail Khodorkovsky e Platon Lebedev. Suas reiteradas condenações baseadas em acusações que quase não se distinguem daquelas de julgamentos anteriores, após procedimentos judiciais profundamente viciados, levaram a Anistia Internacional a considerá-los prisioneiros de consciência. Apesar de suas extensas penas de prisão, ambos os homens qualificavam-se para a liberdade condicional no final de 2011. No entanto, tiveram o pedido negado.

Insegurança no norte do Cáucaso

A situação de segurança no norte do Cáucaso continua instável e irregular. Grupos armados continuaram a ter como alvo funcionários da justiça e policiais, com os civis ficando em meio ao fogo cruzado e, algumas vezes, sendo deliberadamente

atacados. As operações das forças de segurança em toda a região foram frequentemente acompanhadas de sérias violações de direitos humanos. Ocorreram denúncias de intimidação de testemunhas e de perseguição e assassinato de jornalistas, ativistas de direitos humanos e advogados.

Chechênia

A rápida reconstrução da Chechênia, após o conflito, continuou contando com grande volume de recursos federais, embora o desemprego permaneça sendo um problema. A atividade de grupos armados declinou em comparação com outras regiões do norte do Cáucaso. As operações de manutenção da lei continuaram originando denúncias de sérias violações de direitos humanos. Em uma carta para a ONG de direitos humanos *Comitê Interregional contra a Tortura*, um promotor sênior da Chechênia reconheceu que as investigações sobre desaparecimentos forçados naquela república são ineficazes.

A comunidade local de direitos humanos prosseguiu com uma ferida aberta por conta do assassinato não resolvido de Natalia Estemirova, em 2009. Além disso, enfrentou intimidação e perseguição.

■ Em 9 de maio, o mecânico de automóveis Tamerlan Suleimanov foi sequestrado, sob a ameaça de arma de fogo, de seu local de trabalho, em Grozny, por diversos homens que se acredita serem policiais. Segundo informações, testemunhas forneceram um relato completo do incidente às autoridades. Um inquérito foi aberto em 18 de maio, mas o caso permanecia sem solução.

■ Em junho, Supian Baskhanov e Magomed Alamov, ambos do *Comitê Interregional contra a Tortura*, foram detidos após um piquete, oficialmente autorizado, contra a tortura em Grozny. Eles receberam reiteradas ameaças informais por parte de policiais locais contra seu reconhecido trabalho em favor dos direitos humanos.

■ Prosseguiu a investigação sobre a detenção secreta e denúncias de tortura de Islam Umarpashaev por policiais, durante quatro meses, a partir de dezembro de 2009. Segundo informações, sua família e o grupo de agentes federais de investigação receberam ameaças diretas de um policial checheno. A polícia local recusou-se sistematicamente a cooperar com a investigação, e os suspeitos continuaram exercendo suas funções.

■ Durante o ano, as autoridades da Chechênia

despejaram mais de cem famílias, desalojadas durante o conflito, de acampamentos temporários em Grozny. Muitos dos expulsos foram notificados com apenas 48 horas de antecedência e não receberam oferta de acomodações alternativas. Alguns denunciaram terem sido forçados por homens armados a assinar declarações de que estavam saindo voluntariamente do local.

O ressurgimento das "tradições chechenas", ativamente promovido pelo presidente da República da Chechênia, Ramzan Kadyrov, resultou em um aumento das desigualdades de gênero e da vulnerabilidade de mulheres e meninas à violência doméstica e sexual.

■ Zarema (nome alterado) disse à Anistia Internacional que por vários anos foi sistematicamente submetida à violência sexual por um parente próximo. Ela se casou em 2010 e mudou-se para Grozny, mas seu marido a agride. Em junho de 2011, ela tentou se mudar para a casa de sua avó, mas seus irmãos a devolveram ao marido. Zarema buscou a ajuda do Muftiato (autoridade espiritual muçulmana) e da comissão governamental para resolver conflitos familiares, mas ambos disseram a ela para obedecer a seu marido. No final de 2011, em estado adiantado de gravidez, ela deixou sua casa e se escondeu fora da Chechênia, com medo de que, após o parto, o marido a devolvesse a seus irmãos, que haviam prometido matá-la.

Daguestão

Grupos armados continuaram a atacar agentes de segurança, membros das administrações locais e figuras públicas proeminentes, incluindo mulás que pregam o Islã tradicional. Operações de manutenção da lei resultaram em várias denúncias de desaparecimentos forçados, de execuções extrajudiciais e de tortura. Violações passadas, nas quais agentes de segurança do Estado estariam implicados, não foram prontamente investigadas nem deram origem a processos.

■ Em 26 de agosto, os irmãos Zaur e Kamilpasha Gasanov e seu pai, Murad, foram detidos enquanto estavam trabalhando, no território vizinho de Stavropol. O pai foi libertado, e Kamilpasha, segundo informações, foi agredido e então expulso da cidade no mesmo dia. Zaur Gasanov permaneceu sob custódia, suspeito de estar envolvido em um ataque contra a polícia, e foi transferido para o Daguestão, onde, segundo denúncias, foi agredido e submetido a

choques elétricos. Inicialmente, foi impedido de encontrar-se com seu advogado, supostamente com o pretexto de que este possuía barba e, portanto, poderia ser membro de um grupo armado.

■ Em maio, três policiais, acusados de torturar Makhmud Akhmedov, de 14 anos de idade, em julho de 2010, tiveram suas sentenças de prisão suspensas. A família queixou-se ao tribunal de que havia sido perseguida e intimidada durante as investigações e audiências do tribunal e que considerava as sentenças demasiadamente brandas. Após uma revisão judicial, o caso foi reaberto para investigações adicionais.

Inguchétia

A situação da segurança na Inguchétia parecia ter melhorado de forma significativa no início do ano. Contudo, ataques de grupos armados e denúncias de sérias violações de direitos humanos por agentes de segurança, particularmente desaparecimentos forçados, aumentaram nos últimos meses.

■ Ilez Gorchkhanov desapareceu, em 21 de março, durante uma viagem de carro. Testemunhas relataram tê-lo visto sendo sequestrado por aproximadamente 15 homens armados e mascarados, no centro de Nazran. As autoridades da Inguchétia negam ter qualquer envolvimento no sequestro. O corpo de Ilez Gorchkhanov foi encontrado em 19 de abril.

■ Em 23 de março, cerca de 80 manifestantes bloquearam uma estrada em Nazran, exigindo a verdade sobre o destino de Ilez Gorchkhanov e exigindo o fim dos desaparecimentos forçados; a polícia os dispersou. Mais tarde, no mesmo dia, o ativista da sociedade civil Magomed Khazbiev e seus dois irmãos foram presos em sua casa em Nazran, por "desobedecerem a ordens policiais" durante o referido protesto. Magomed Khazbiev disse que foi agredido; a cobertura da CCTV o mostrou sendo trancado no porta-malas de um carro por policiais mascarados durante sua prisão.

Cabardino-Balcária

Em fevereiro, dois ataques de grupos armados contra alvos civis, em um *resort* turístico na região de Elbrus, resultaram em três mortes. Dezenas de suspeitos de serem membros do grupo armado foram mortos nas operações de segurança que se seguiram e muitos foram presos. Ocorreram repetidas denúncias de desaparecimentos forçados e de tortura por parte de agentes de segurança.

■ A família de Murat Bedzhiev relatou seu desaparecimento em Tynryauz, em 25 de junho. As

autoridades, inicialmente, negaram sua prisão, mas a admitiram dois dias depois. Um relatório do hospital local confirmou que uma ambulância foi chamada três vezes ao centro de detenção para atendê-lo, entre 27 e 28 de junho, e documentou contusões e sérios ferimentos na cabeça.

Ossétia do Norte

Houve incidentes esporádicos de violência. Forças de segurança local e federal situadas na Ossétia do Norte lançaram operações de segurança nessa república e na vizinha Inguchétia, as quais resultaram, segundo informações, em numerosas violações de direitos humanos.

■ Em 18 de março, no vilarejo de Chermen, os adolescentes Ruslan Timurziev e Imeir Dzaurov teriam sido agredidos a coronhadas de fuzil, por aproximadamente 15 militares, na frente de diversas testemunhas. Os militares passavam pelo vilarejo em duas minivans; eles saíram dos carros e urinaram próximo a uma residência privada. Os adolescentes protestaram e os militares os agrediram tão violentamente que eles precisaram de atendimento hospitalar. Seus parentes apresentaram repetidas queixas às autoridades, mas sem sucesso.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Anistia Internacional visitaram a Federação Russa em maio e junho de 2011.

📄 Briefing to the Human Rights Committee on follow-up to the concluding observations on Russia's sixth periodic report under the International Covenant for Civil and Political Rights (EUR 46/007/2011)

📄 Beaten up for speaking out: attacks on human rights defenders in the Russian Federation (EUR 46/038/2011)

SÍRIA

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Chefe de Estado:	Bashar al-Assad
Chefe de governo:	Muhammad Naji al-Otri
Pena de morte:	retencionista
População:	20,8 milhões
Expectativa de vida:	75,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	16,2 por mil
Taxa de alfabetização:	84,2 por cento

Forças do governo usaram força letal ou de outra forma excessiva contra manifestantes pacíficos que saíram às ruas em número sem precedentes para exigir reformas políticas e a queda do regime. O padrão e a magnitude dos abusos cometidos pelo Estado podem ter constituído crimes contra a humanidade. Mais de 4.300 pessoas teriam morrido durante os protestos ou por motivos relacionados, bem como durante os funerais de manifestantes, a maioria dos quais parece ter sido morta por disparos das forças de segurança, inclusive de franco-atiradores. Tanques de guerra foram usados em operações militares em áreas residenciais. Membros das forças de segurança também foram mortos, alguns porque teriam se recusado a atirar nos manifestantes, outros em ataques de soldados desertores ou de outros indivíduos que se uniram aos adversários do governo. Alguns dos presos foram libertados mediante anistias; porém, milhares de pessoas foram detidas por causa dos protestos, muitas mantidas incomunicáveis e torturadas. Pelo menos 200 detentos teriam morrido sob custódia em circunstâncias suspeitas; muitos aparentavam terem sido torturados. As autoridades não realizaram investigações independentes sobre denúncias de homicídios ilegais, torturas e outras sérias violações dos direitos humanos que a forças de segurança cometeram com impunidade. A repressão forçou milhares de sírios ao desalojamento; muitos fugiram para países vizinhos. Sentenças de morte continuaram a ser impostas e execuções, segundo informações, continuaram a ser efetuadas.

Informações gerais

Pequenas manifestações pró-reforma, que começaram em fevereiro, transformaram-se em extensos protestos em meados de maio, depois que,

em Deraa, as forças de segurança usaram a força de modo brutalmente excessivo contra pessoas que demandavam a libertação de crianças detidas. Os protestos se alastraram rapidamente, e as forças do governo tentaram suprimi-los com força bruta, inclusive usando franco-atiradores para disparar contra multidões pacíficas, enquanto alegavam que obscuras "gangues armadas" seriam responsáveis pela violência.

Em resposta aos protestos, o presidente Bashar al-Assad anunciou uma série de reformas. Em abril, ele suspendeu o estado de emergência que vigorava continuamente em todo o país desde 1963; extinguiu o notoriamente injusto Supremo Tribunal de Segurança do Estado, que havia encarcerado milhares de críticos e adversários do governo; além de decretar que determinados integrantes da minoria curda recebessem a cidadania síria, embora excluindo outros que permaneceram apátridas. Entretanto, ao mesmo tempo, ele emitiu um decreto permitindo a detenção sem acusação ou julgamento por um período de até dois meses. Uma nova lei sobre reuniões pacíficas foi adotada, prevendo que apenas manifestações com a "devida licença" prévia das autoridades seriam consideradas legais. Em março, junho e novembro, o Presidente concedeu cinco diferentes tipos de anistia para distintas categorias de presos. Entre os libertados, estavam prisioneiros de consciência e pessoas detidas durante os protestos. Porém, a grande maioria desses detentos seguia encarcerada. Em agosto, foram adotadas leis referentes aos novos partidos políticos, às eleições e à mídia. Apesar de oferecerem certo grau de liberalização, nenhuma das reformas proporcionou garantias efetivas à liberdade de expressão e de associação.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma missão investigativa que, em agosto, concluiu que crimes contra a humanidade podem ter sido cometidos na Síria. Em agosto, o Conselho criou uma Comissão de Inquérito Internacional Independente; em 23 de novembro, essa Comissão expressou grave preocupação de que os militares e as forças de segurança sírias houvessem cometido crimes contra a humanidade, tais como "homicídios, torturas, estupro e outras formas de violência sexual; prisões ou outras formas de privação severa da liberdade; e desaparecimentos forçados". As autoridades sírias recusaram-se a

permitir a entrada no país tanto do Conselho quanto da Comissão, bem como da maioria dos meios de comunicação internacionais e das organizações de direitos humanos independentes.

No Conselho de Segurança da ONU, a Rússia, a China e outros Estados bloquearam uma proposta de resolução condenando os crimes e outros abusos cometidos na Síria. Porém, os EUA, a UE e a Liga dos Países Árabes (Liga Árabe) impuseram sanções: a partir de abril, os EUA prorrogaram as sanções contra a Síria, as quais vigoravam desde 2004; em maio, a UE impôs sanções seletivas contra líderes sírios, as quais foram depois ampliadas; em novembro, a Liga Árabe primeiro suspendeu a Síria e depois impôs sanções econômicas, quando o governo descumpriu a promessa que fez à Liga de retirar as forças armadas das cidades sírias, de interromper a violência e de libertar as pessoas presas por ligação com os protestos. No fim de dezembro, a Liga Árabe enviou observadores para monitorar o cumprimento das promessas do governo.

Uso excessivo da força e execuções extrajudiciais

Forças do governo recorreram repetidamente à força letal e excessiva contra manifestantes pacíficos e outros. Aparentemente, muitas pessoas foram alvejadas por franco-atiradores quando participavam de grandes manifestações ou de funerais de pessoas mortas em dias anteriores. Tanques e outros veículos militares blindados foram enviados a Deraa, Homs e outros lugares, e abriram fogo em áreas residenciais. No governadorado de Idleb, noroeste da Síria, aplicou-se uma política de "terra arrasada". O governo tentou justificar sua repressão brutal alegando estar sendo atacado por gangues armadas, mas não conseguiu produzir evidência alguma disso até o fim do ano. Para reagir à contínua repressão, uma resistência armada começou a tomar forma, constituindo-se, em parte, por soldados desertores do exército que passaram a combater o governo. Até o fim do ano, mais de 4.300 pessoas – segundo a ONU, mais de 5.000 – teriam sido mortas em função dos protestos e revoltas, muitas delas manifestantes desarmados ou expectadores que não apresentavam qualquer ameaça às forças de segurança ou a outras pessoas. O número de feridos foi muito mais alto.

■ Na cidade de Deraa, há informações de que as forças de segurança mataram pelo menos quatro

pessoas a tiros, no dia 18 de março, quando elas participavam de uma manifestação contra a detenção de crianças acusadas de escreverem frases contra o governo em um muro. Pelo menos outras sete pessoas teriam sido mortas em 23 de março, quando as forças de segurança atacaram a mesquita de Omari, nessa cidade, onde os manifestantes se refugiaram em busca de proteção. Uma dessas pessoas, Ashraf Abd al-Aziz al-Masri, foi ferido na perna. Depois disso, teria sido executado com um tiro à queima roupa na cabeça por um membro das forças de segurança a quem ele havia pedido ajuda.

■ Em Jisr al-Shughur, atiradores especiais das forças de segurança teriam matado até 25 pessoas que participavam do funeral de Basel al-Masri, em 4 de junho, tendo ferido várias outras, inclusive um paramédico do Crescente Vermelho que socorria um homem ferido.

■ Em Homs, no dia 19 de julho, cerca de 15 pessoas teriam sido mortas a tiros quando participavam do enterro de 10 manifestantes mortos no dia anterior, entre os quais Rabee Joorya. Sua mãe e irmãos estavam entre os participantes assassinados.

■ Em Hama, Khaled al-Hamedh teria morrido quando, segundo informações, no dia 31 de julho, soldados atiraram nele pelas costas quando ele se encaminhava para um hospital; em seguida, um tanque do exército teria passado por cima de seu corpo.

■ Em Dayr al-Zor, Muhammad al-Mulaa Esa, de 14 anos, teria sido morto a tiros por um membro das forças de segurança, em 13 de novembro, quando se recusou a obedecer a uma ordem para que ele e seus colegas de aula participassem de uma passeata em apoio ao governo.

Ataques contra feridos e trabalhadores da saúde

Manifestantes feridos que buscavam cuidados médicos em centros de saúde arriscavam-se a ser presos e a sofrer abusos, tais como recusa de atendimento. Médicos e funcionários hospitalares também se arriscavam a ser presos e perseguidos caso participassem ou apoiassem os protestos, ou se auxiliassem manifestantes feridos sem denunciá-los às autoridades; há informações de que diversos trabalhadores da saúde teriam sido mortos por tratarem manifestantes feridos.

■ Sakher Hallak, um médico que administrava uma clínica para tratamento de distúrbios alimentares, foi

preso em 25 de maio e teria morrido dois dias mais tarde, enquanto detido no Departamento de Segurança Criminal de Aleppo. Seu corpo foi devolvido com costelas, braços e dedos quebrados, olhos arrancados e genitais mutilados. É possível que o motivo de sua perseguição tenha sido uma petição que ele assinou apelando para que os médicos pudessem tratar de todos os feridos, inclusive dos manifestantes, e o fato de ele ter viajado recentemente aos EUA.

■ O corpo de Maaz al-Fares, diretor administrativo do Hospital Nacional de Taldo, no governadorado de Homs, foi devolvido a sua família, em 24 de novembro, depois que ele morreu em custódia, ao que parece, em consequência de tortura.

Repressão às diferenças de opinião

As liberdades de expressão, de associação e de reunião continuaram sendo severamente restringidas, apesar da suspensão do estado de emergência e da promulgação de leis presumidamente voltadas a consentir manifestações pacíficas e registro de partidos políticos. As forças de segurança prenderam milhares de pessoas por ligações com os protestos, algumas durante as manifestações e outras durante batidas policiais domiciliares de porta em porta ou em diligências coletivas. Centenas, possivelmente milhares, de pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados e foram mantidas incomunicáveis em centros de detenção oficiais e provisórios, tais como ginásios de esportes. Em todos esses locais, predominavam a tortura e outros abusos.

Entre os detidos estavam ativistas e dissidentes políticos, jornalistas, blogueiros, imãs, soldados que se recusaram a atirar nos manifestantes e ativistas de direitos humanos, alguns dos quais tiveram que se esconder para evitar serem presos. Dos detidos, centenas foram soltos depois de julgados em tribunais penais ou militares, ou com base em anistias concedidas pelo Presidente Assad. Porém, outros milhares permaneciam encarcerados no fim do ano.

■ O ativista de direitos humanos Mohammed Najati Tayyara, de 65 anos, foi preso por agentes da Segurança Política em Homs, no dia 12 de maio, acusado de disseminar "notícias falsas que poderiam debilitar a moral nacional". Isso ocorreu depois de ele conceder entrevistas aos meios de comunicação sobre os abusos cometidos pelas forças de segurança contra

os manifestantes. Em agosto, um juiz ordenou que ele fosse posto em liberdade provisória; porém, agentes do serviço de informações da Força Aérea o detiveram incomunicável por 11 dias, durante os quais ele foi espancado. No fim de 2011, ele continuava detido em condições severas no Presídio Central de Homs.

■ A ativista pelos direitos das mulheres Hanadi Zahlout foi detida incomunicável por dois meses, após ser presa em Damasco, no dia 4 de agosto. Depois disso, foi transferida para a prisão de Adra, a fim de ser julgada junto com outras seis pessoas por acusações tais como "incitar protestos". Ela foi libertada em 4 de dezembro.

■ O jornalista Adel Walid Kharsa foi preso por agentes da Segurança do Estado, no dia 17 de agosto, por suas reportagens anônimas sobre a repressão estatal aos manifestantes. Ele foi mantido incomunicável por cinco semanas, depois das quais foi solto sem acusações. Porém, no dia 31 de outubro, foi novamente detido pelos serviços de Inteligência Militar. Vítima de desaparecimento forçado, ele continuava detido incomunicável no fim de 2011.

■ O ativista de direitos humanos Mohamed Iyyad Tayyara foi levado de sua casa em Homs, por soldados, no dia 28 de agosto, aparentemente por ter relatado violações de direitos humanos, sendo mantido em um local de detenção secreto até o início de dezembro, quando foi transferido para o presídio Central de Homs.

■ O escritor curdo Hussein Essou permanecia detido no fim do ano após ter sido preso em Al Hasakah, no dia 3 de setembro, por ter declarado seu apoio às manifestações pró-reforma.

Muitos dissidentes e ex-presos continuaram sendo impedidos de viajar ao exterior com base em proibições administrativas que eles não tinham meios para contestar. Cidadãos sírios que vivem no estrangeiro e que demonstraram solidariedade aos manifestantes foram vigiados e hostilizados por funcionários de embaixadas e por outros indivíduos. Alguns de seus parentes na Síria também foram alvos de abusos em represália a suas atividades.

■ Mustafa Kheder Osso, presidente da Organização Curda para a Defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Públicas na Síria, uma entidade não autorizada, estava sofrendo medidas disciplinares da Ordem dos Advogados da Síria depois de, em julho, ter-se juntado aos protestos que pediam a libertação de presos políticos e de ter concedido entrevistas aos meios de comunicação. As medidas disciplinares

ameaçavam sua possibilidade de continuar atuando profissionalmente como advogado.

■ O advogado de direitos humanos Anwar al-Bunni foi impedido de viajar ao exterior durante todo o ano de 2011.

■ Os pais do pianista e compositor Malek Jandali, residente nos EUA, foram espancados por homens armados em sua casa, em Homs, quatro dias depois de seu filho ter feito uma manifestação de solidariedade aos protestos na Síria, em julho, nos EUA. Disseram ao seu pai que: "Isso é o que acontece quando seu filho zomba do governo".

Presos libertados

Diante dos protestos e das preocupações internacionais, o Presidente Assad concedeu cinco diferentes anistias que incluíam entre seus beneficiários prisioneiros de consciência, pessoas detidas por ligações com os protestos e membros da proscrita Irmandade Muçulmana. Segundo os meios de comunicação estatais da Síria – porém, sem confirmação de outras fontes – as duas últimas anistias, ambas em novembro, propiciaram a libertação de mais de 1.700 pessoas que haviam sido detidas durante os protestos.

■ O veterano advogado de direitos humanos Haytham al-Maleh, de 80 anos, foi libertado na primeira anistia, em março. Ele cumpria uma pena de três anos de prisão, imposta em 2010, após um julgamento injusto.

■ O advogado de direitos humanos Muhannad al-Hassani foi libertado, na anistia de junho. Preso em julho de 2009, ele foi sentenciado a três anos de prisão, em junho de 2010, após um julgamento injusto.

■ O ativista político Kamal al-Labwani, fundador da União Democrática Liberal, um partido político não autorizado, foi libertado em 15 de novembro, depois de ter cumprido 6 dos 12 anos de prisão a que fora sentenciado, quando sua pena foi reduzida pela metade com a anistia de 31 de maio.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos contra detidos foram praticados intensamente e com impunidade pelas forças de segurança, como meio de obter informações, forçar "confissões" e punir e aterrorizar as pessoas suspeitas de se oporem ao governo. Algumas vítimas temiam sofrer represálias caso suas identidades fossem reveladas.

■ Um homem detido em Baniyas, em abril, afirmou ter

sido encarcerado por três dias, sem comida, nem água potável, período em que ele e outros indivíduos foram espancados pelas forças de segurança, que os golpeavam nos ombros e no pescoço com as coronhas dos fuzis, tiravam suas roupas e os surravam com paus e cabos, fazendo-os lamberem seu próprio sangue do chão.

■ Um homem contou ter sido espancado até perder a consciência, torturado com choques elétricos e ameaçado de ter o pênis cortado, quando foi detido, em maio, pela Inteligência Militar em Homs. Ele, então, concordou em imprimir suas digitais em papéis que não leu, pois estava vendado.

■ Em Damasco, um homem foi açoitado, dependurado, privado de sono e teve água gelada constantemente derramada sobre seu corpo nu após ter sido preso, em maio, e mantido sob custódia de agentes da Segurança do Estado em Damasco. Quando ele adoeceu, negaram-lhe tratamento médico.

Mortes sob custódia

A incidência crescente de tortura refletiu-se em um aumento repentino das mortes em detenção, com o registro de pelo menos 200 pessoas mortas sob custódia depois de detidas em função dos protestos. Em muitos casos, as evidências disponíveis indicavam a aplicação de tortura ou de outros maus-tratos como provável causa da morte. Nenhum responsável foi levado à Justiça. Algumas das vítimas eram crianças.

■ O corpo de Tariq Ziad Abd al-Qadr, preso em 29 de abril, foi devolvido a sua família em Homs, no mês de junho, e, conforme uma gravação em vídeo feita na época, apresentava inúmeras lesões. Seu corpo tinha marcas que aparentavam serem queimaduras causadas por eletricidade no pescoço e no pênis, tinha queimaduras em outras partes do corpo, tinha marcas que pareciam causadas por açoitamento e tinha ferimentos com faca nas laterais do corpo. Parte de seu cabelo havia sido arrancada. Um documento, que se acredita ter sido emitido pelo Hospital Nacional, apontava como causa da morte um "tiro no peito", apesar de não haver evidências de qualquer ferimento causado por bala.

■ Thamer Mohamed al-Shari, de 15 anos, desapareceu no dia 29 de abril, quando as forças de segurança efetuavam disparos e prisões em massa de manifestantes próximo de Deraa. Posteriormente, um detido que havia sido solto afirmou tê-lo visto sendo

brutalmente espancado por interrogadores em um centro de detenção do serviço de informações da Força Aérea em Damasco, apesar de ele estar ferido no peito por arma de fogo. Seu corpo teria sido devolvido à família no dia 6 de junho.

■ Em setembro, um casal identificou um corpo mutilado e desfigurado como sendo o de sua filha desaparecida, Zaynab al-Hosni, tendo, depois disso, realizado seu funeral. No dia 4 de outubro, Zaynab al-Hosni foi mostrada na televisão estatal. As autoridades tentaram fazer uso do caso para minar a credibilidade das informações internacionais sobre as violações de direitos humanos na Síria. Porém, o destino e o paradeiro de Zaynab al-Hosni seguia desconhecido, assim como a identidade da mulher cujo corpo mutilado foi sepultado e as circunstâncias de sua morte.

As autoridades anunciaram que investigariam somente dois casos de mortes sob custódia, o de Hamza Ali al-Khateeb, de 13 anos, e o do médico Sakher Hallak (veja acima), uma vez que foram bastante divulgadas as denúncias de que tenham sido torturados. Em ambos os casos, há informações de que as investigações – que, ao que parece, não foram nem independentes nem imparciais – absolveram as forças de segurança.

Impunidade

Com exceção das problemáticas investigações sobre as duas supostas mortes em custódia, as autoridades não investigaram os muitos homicídios ilegais, torturas e outros sérios abusos cometidos pelas forças de segurança, nem fizeram os responsáveis prestarem contas. Ademais, nada fizeram para investigar e responsabilizar os indivíduos que, em anos anteriores, cometeram graves violações, tais como os milhares de desaparecimentos forçados e os homicídios de internos do presídio militar de Saydnaya, em 2008.

■ A família de Tahsin Mammo soube, por acaso, em 2011, que ele estava entre os internos mortos em 2008, no presídio de Saydnaya. Prisioneiro de consciência, ele havia sido preso, em janeiro de 2007, junto com outros quatro indivíduos da minoria curda yazidi. Desde julho de 2008, sua família não tinha qualquer notícia dele.

Discriminação – curdos

Integrantes da minoria curda, que constitui cerca de 10 por cento da população, continuaram a ser

discriminados com base em sua identidade, inclusive sofrendo restrições legais ao uso de sua língua e sua cultura. Além disso, todos eles vinham sendo privados de cidadania, até que o Presidente Assad emitiu o Decreto Nº 49, de 7 de abril, conferindo nacionalidade síria aos curdos *ajanib* ("estrangeiros"), mas não àqueles conhecidos como *maktoumeen* ("ocultos", que significa, na verdade, não registrados), que vivem, principalmente, no governadorado de Al Hasakah. Ativistas que defendem os direitos dos curdos continuaram sendo presos e encarcerados.

■ Os poetas em língua curda Omar Abdi Ismail, Abdussamad Husayn Mahmud e Ahmad Fatah Ismail foram sentenciados, cada um deles, a quatro meses de prisão, em fevereiro, depois de um juiz condená-los por "incitação de disputas raciais e sectárias", por eles terem organizado um festival de poesia curda em 2010.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a ser discriminadas tanto na lei quanto na prática. Além disso, continuaram a sofrer atos de violência motivados por seu gênero, inclusive homicídios e outros crimes graves cometidos contra elas, geralmente por parentes homens que alegam publicamente defenderem a "honra" da família. No dia 3 de janeiro, o Presidente Assad emendou, por decreto, o Código Penal, aumentando a punição mínima para homicídio e outros crimes violentos cometidos contra mulheres em nome da "honra da família", que passou de dois anos para cinco e sete anos. O decreto também impôs uma pena de, no mínimo, dois anos de prisão para estupro e outras agressões sexuais. Anteriormente, os responsáveis se livravam de qualquer processo ou punição caso casassem com a vítima.

Pena de morte

Sentenças de morte continuaram a ser impostas. Houve relatos não confirmados de execuções; porém, as autoridades sírias não divulgaram informação alguma a esse respeito.

Visitas/relatórios da AI

🚫 O governo não permitiu que a Anistia Internacional entrasse na Síria em 2011.

📄 Syria: End human rights violations in Syria – Amnesty International Submission to the UN Universal Periodic Review, October 2011 (MDE 24/034/2011)

- Deadly detention: Deaths in custody amid popular protest in Syria (MDE 24/035/2011)
- Syria: The long reach of the Mukhabaraat – violence and harassment against Syrians abroad and their relatives back home (MDE 24/057/2011)
- Health crisis: Syrian government targets the wounded and health workers (MDE 24/059/2011)
- UN General Assembly should condemn the violence in Syria (MDE 24/082/2011)

SRI LANKA

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA

Chefe de Estado e de governo:	Mahinda Rajapaksa
Pena de morte:	abolicionista na prática
População:	21 milhões
Expectativa de vida:	74,9 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	14,7 por mil
Taxa de alfabetização:	90,6 por cento

O governo continuou a deter arbitrariamente, a torturar ou a submeter pessoas a maus-tratos e a desaparecimentos forçados. Ademais, não tomou medidas para enfrentar a maioria dos casos de impunidade para as violações de direitos humanos e do direito humanitário. O governo recusou-se a reconhecer repetidas denúncias de crimes de guerra cometidos por ambos os lados no conflito encerrado em 2009, levando a Anistia Internacional a reiterar seus apelos por uma investigação internacional independente.

Informações gerais

O Sri Lanka continuou a contar com leis de segurança e com um aparato militar que perpetuam as violações de direitos humanos. O país resistiu aos esforços para ampliar a transparência governamental ao impedir a aprovação de um projeto de lei sobre Direito à Informação proposto, em junho, pela oposição. O país continuou propenso à violência política, e os esforços para a reconciliação étnica tiveram pouco resultado. Em 30 de agosto, o Sri Lanka suspendeu o Estado de Emergência, que vigorou, quase permanentemente, por décadas; porém, manteve vigente a Lei de Prevenção do

Terrorismo (LPT). O governo introduziu novas regulamentações relativas à LPT para: manter a proibição à organização Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Tigres Tâmeis); manter a autorização de detenção de supostos membros dos Tigres Tâmeis sem acusação ou julgamento; e manter sob controle militar as Zonas de Segurança Máxima. O exército foi destacado para realizar policiamento civil, e a Força Tarefa Especial (uma unidade de comando policial de elite que possui um histórico de abusos) esteve ativa em toda a ilha. O exército restringiu a liberdade de associação e de reunião nas regiões norte e leste do país, exigindo permissão prévia até mesmo para celebrações familiares. As forças de segurança exigiram que os tâmeis residentes nessas áreas registrassem todas as pessoas que vivem no domicílio, apesar do acórdão de um tribunal ter declarado essa prática discriminatória.

Desalojados internos

Quase 400 mil pessoas desalojadas em razão do conflito retornaram ao norte do país até o final de 2011; porém, muitas delas continuaram a viver em condições inseguras, em habitações precárias e com acesso limitado a serviços de saúde e à educação. Cerca de 16 mil pessoas continuavam em acampamentos administrados pelo governo. As autoridades planejavam pôr fim aos acampamentos para desalojados que ainda restavam, bem como realocar cerca de 5.500 pessoas das áreas que permaneciam sob controle militar em Mullaitivu para uma área remota, de difícil sobrevivência, em Kombavil. Defensores das pessoas desalojadas manifestaram-se temerosos de que a realocação não fosse voluntária.

Violações por grupos armados aliados ao governo

Gangues ligadas às forças de segurança e aos partidos políticos alinhados ao governo, entre eles o Partido Democrático do Povo Eelam, os Tigres de Libertação do Povo Tâmil e o Partido da Liberdade do Sri Lanka, foram acusados de saques, sequestros, estupros, assaltos e assassinatos em Jaffna, na região leste do país, e, cada vez mais, em outras regiões. As vítimas eram ativistas políticos, pessoas desalojadas que retornavam à região e ex-membros dos Tigres Tâmeis.

Desaparecimentos forçados

Continuaram as denúncias de desaparecimentos forçados, enquanto milhares de casos ocorridos em anos anteriores permaneceram sem solução. O governo não ratificou a Convenção Internacional contra os Desaparecimentos Forçados.

Em janeiro, testemunhas apresentaram-se perante a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação do Sri Lanka, nas cidades de Mannar e Madhu, tentando localizar entes queridos que elas viram render-se ao exército em maio de 2009.

■ Em 30 de junho, centenas de manifestantes na capital, Colombo, reivindicavam informações sobre o destino e o paradeiro de familiares desaparecidos, os quais acreditavam terem sido sequestrados por esquadrões governistas. Do mesmo modo, 1.300 pessoas buscaram, em junho, os recém-instituídos centros de informação do Departamento de Investigação Terrorista, buscando informações sobre parentes desaparecidos que se acreditava estarem sob custódia do governo; poucas dessas pessoas conseguiram respostas.

O Departamento de Polícia do Sri Lanka informou, em julho, que 1.700 pessoas haviam sido sequestradas desde 2009, a maioria delas para obtenção de resgate.

Prisões e detenções arbitrárias

Em novembro, o governo reconheceu que 876 adultos continuavam em detenção administrativa sob a LPT; quase todos eram tâmeis, sendo 845 homens e 18 mulheres. Esses detidos estavam entre os cerca de 12 mil supostos membros dos Tigres Tâmeis que se renderam, ou foram capturados pelo exército, e ficaram detidos por meses ou anos, sem acusação, no período que se seguiu ao término do conflito. Pessoas detidas para “reabilitação” foram libertadas aos poucos, em grupos (cerca de mil continuavam presas ao final do ano). Os que foram libertados continuavam sob vigilância do exército e, segundo relatos, eram hostilizados pelas autoridades.

■ Em 23 de agosto, soldados atacaram e prenderam uma centena de rapazes de Navanthurai, uma aldeia no distrito de Jaffna. Antes disso, os moradores haviam protestado contra a proteção militar dada aos “demônios engraxados” (forasteiros misteriosos, às vezes descritos como tendo seus rostos cobertos de graxa ou tinta, que se acredita atacarem a população civil, especialmente as mulheres). Mais de 50 petições

foram apresentadas ao tribunal de Jaffna por residentes da aldeia, que denunciavam que seus direitos haviam sido violados pelas retaliações das forças de segurança no incidente dos “demônios engraxados”.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos contra supostos criminosos e contra pessoas detidas por suspeita de vinculação com os Tigres Tâmeis continuaram generalizados, apesar da legislação que proíbe a tortura. Estupro e outras formas de violência de gênero que equivalem à tortura não tiveram a devida atenção por parte das autoridades. A violência sexual continuou amplamente subnotificada e, quando havia denúncias, essas raramente foram investigadas.

Uso excessivo da força

Em 30 de maio, a polícia disparou usando munição real e lançou bombas de gás lacrimogênio contra trabalhadores e sindicalistas que protestavam em uma das mais importantes zonas de exportação do país. Segundo informações, centenas de manifestantes e de policiais ficaram feridos; Roshan Chanaka, de 21 anos, foi morto. O presidente Rajapaksa ordenou a abertura de um inquérito. O inspetor-geral da Polícia renunciou depois do incidente, e diversas outras autoridades policiais de alto escalão foram transferidas.

Morte sob custódia

Continuaram a ocorrer mortes sob custódia policial, muitas delas em circunstâncias suspeitas. A polícia afirmou, em diversas ocasiões, que as vítimas foram mortas quando tentavam escapar.

■ A polícia afirmou que Asanka Botheju afogou-se no rio Kelaniya, em Colombo, em 30 de agosto, quando foi levado para identificar um esconderijo de armas. Ele estivera detido ilegalmente por 19 dias.

■ Gayan Saranga, da cidade de Dompe, morreu em 29 de setembro. A polícia declarou que ele caíra de um veículo policial quando era levado para reconhecer alguns bens que haviam sido roubados. Testemunhas informaram que ele foi torturado na delegacia de polícia.

■ Quatro policiais de Angulana receberam sentenças de morte, em agosto, pelo homicídio de dois jovens, em 2009, que estavam sob sua custódia.

Omissão em prestar contas

O governo deixou de investigar, de forma adequada, ou de processar a maior parte das denúncias de violações de direitos humanos e do direito humanitário, inclusive aquelas cometidas durante o estágio final do conflito armado. Além disso, recusou-se a reconhecer as conclusões do Comitê de Especialistas sobre Prestação de Contas no Sri Lanka, indicado pelo secretário-geral da ONU.

O Comitê concluiu que havia denúncias procedentes de que crimes de guerra e crimes contra a humanidade haviam sido cometidos por ambos os lados no conflito. Concluiu também que a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação, alardeada pelas autoridades como um mecanismo suficiente de prestação de contas para lidar com os eventos do período de guerra, foi “extremamente falha” e não foi suficientemente independente ou imparcial. O comitê recomendou ao secretário-geral estabelecer uma investigação independente sobre as denúncias e ordenar uma revisão das ações das Nações Unidas relativas ao Sri Lanka. O Conselho de Direitos Humanos da ONU não adotou medidas referentes a essas recomendações.

O relatório final da Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação, tornado público em 16 de dezembro, reconheceu o problema das graves violações de direitos humanos no Sri Lanka, mas não abordou de forma satisfatória as denúncias de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade cometidos durante o estágio final do conflito. A comissão aceitou acriticamente as respostas do governo, reforçando, assim, a necessidade de uma investigação internacional independente.

As autoridades do Sri Lanka, entre elas o Presidente e altos diplomatas, enfrentaram denúncias em tribunais da Suíça, Alemanha e EUA, que os responsabilizavam por assassinatos, tortura e ataques militares a civis.

■ Em outubro, a polícia australiana foi chamada a investigar denúncias de crimes de guerra contra o Alto Comissário do Sri Lanka em Canberra. Na Holanda, cinco supostos membros dos Tigres Tâmeis foram condenados por arrecadação ilegal de fundos para o grupo, mas foram absolvidos da acusação de filiação a uma organização terrorista e, por extensão, da responsabilidade pelo recrutamento de crianças soldados e por assassinatos, fatos que haviam sido alegados pela acusação.

■ O ex-comandante do exército, Sarath Fonseka, foi sentenciado, em novembro, a três anos de prisão por incitação ao ódio. Ele alegou que o secretário de Defesa do Sri Lanka havia ordenado a morte de todos os oficiais dos Tigres Tâmeis rendidos ao final da guerra.

■ Em um raro caso de processo contra militares por violação de direitos humanos, três soldados acusados de estuprar e matar uma jovem, no norte do Sri Lanka, em 1996, foram sentenciados à morte em um tribunal do país, em 30 de março; eles apelaram imediatamente das condenações.

Defensores dos direitos humanos

A supressão das divergências pacíficas continuou rotineira. Defensores dos direitos humanos que se engajaram em movimentos internacionais, ou que interagiram com ONGs internacionais ou com diplomatas, foram retratados na mídia estatal como traidores, sendo submetidos a ameaças e a campanhas de difamação.

■ Em 22 de agosto, Perumal Sivakumara, do distrito de Puttalam, morreu depois de ser espancado por policiais da Força Tarefa Especial. Não houve investigação sobre o caso.

■ Um corpo, que se acredita ser do defensor dos direitos humanos Pattani Razeek, desaparecido desde fevereiro de 2010, foi exumado, em julho de 2011, do terreno de uma casa parcialmente construída, na região leste do Sri Lanka. Dois suspeitos, que têm laços com um ministro do governo, foram presos depois de meses de inação governamental.

■ Os ativistas políticos Lalith Kumar Weeraraj e Kugan Muruganathan desapareceram em 9 de dezembro, em Jaffna, enquanto organizavam uma manifestação para pedir a libertação de pessoas mantidas presas, sem acusação, desde o final da guerra. Colegas afirmam que eles foram sequestrados por militares.

Liberdade de expressão – jornalistas

As autoridades atacaram e censuraram funcionários e veículos da imprensa, além de se omitirem em prestar contas pelos ataques a jornalistas. Em 7 de novembro, o governo bloqueou determinados sites na internet cujo conteúdo foi considerado “ofensivo” à imagem do Sri Lanka e anunciou que qualquer site que exibisse informação sobre o país deveria registrar-se junto ao Ministério da Comunicação e Informação sob o risco de, em não fazendo o registro, sofrer ação jurídica.

■ Bennet Rupasinghe, editor de notícias do site *Lanka E News*, foi preso, em 31 de março, e acusado de ameaçar um indivíduo suspeito de estar ligado a um ataque incendiário à sede do site. Em abril, ele foi libertado mediante fiança. Em outubro, o site foi bloqueado no Sri Lanka depois de noticiar que Baratha Lakshman Premachandra, um político do partido governista, fora morto a tiros, juntamente com outras quatro pessoas, durante uma briga com outro político do mesmo partido.

■ No final de julho, Gnanasundaram Kuhanathan, editor de notícias do jornal *Uthayan*, de Jaffna, foi atacado por homens não identificados empunhando barras de ferro, sendo abandonado em condições críticas.

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de governo:

Omar Hassan Ahmed al-Bashir

Pena de morte:

retencionista

Os dados do país cobrem o Sudão do Sul e o Sudão:

População: **44,6 milhões**

Expectativa de vida: **61,5 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos: **108,2 por mil**

Taxa de alfabetização: **70,2 por cento**

Grandes transformações ocorreram no Sudão, uma vez que o Sudão do Sul separou-se, em 9 julho, após um referendo que decidiu a sua autodeterminação.

Ao fim do ano, continuavam em andamento as negociações de acordos pós-independência sobre a divisão do petróleo, demarcações de fronteiras e cidadania. O conflito em Darfur ampliou-se e irrompeu em Abyei, no Cordofão do Sul e no Nilo Azul, acarretando a fuga de centenas de milhares de civis daquelas áreas. O Serviço Nacional de Informações e Segurança (SNISS) e outros órgãos da administração pública continuaram a cometer violações dos direitos humanos de pessoas vistas como críticas do governo, por elas exercerem seus direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião.

Informações gerais

Um referendo para decidir sobre a autodeterminação do Sudão do Sul foi realizado em 9 janeiro, conforme estipulado pelo Acordo de Paz Global de 2005, assinado entre o Partido do Congresso Nacional (NPC), no poder, e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), ex-grupo armado de oposição sulista. O resultado da votação mostrou que 98,83 por cento dos cidadãos do Sudão do Sul eram a favor da independência.

Um referendo para determinar se Abyei pertenceria ao Sudão ou ao Sudão do Sul, programado também para 9 de janeiro, foi adiado por tempo indeterminado devido à falta de consenso quanto à elegibilidade de eleitores dos dois principais grupos étnicos: misseryia, grupo semi-nômade do norte, e ngok dinka, grupo étnico do sul.

Consultas populares foram programadas também no Cordofão do Sul e no Nilo Azul, as quais podem vir a determinar um nível de autonomia para ambos os estados dentro do Sudão. Em 17 de maio, Ahmed Mohammed Haroun, candidato do Partido do Congresso Nacional, foi eleito governador do Cordofão do Sul, apesar das denúncias de fraude eleitoral feitas pelo SPLM. Ahmed Haroun era procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade em Darfur. Depois da independência do Sudão do Sul, o SPLM passou a ser conhecido no Sudão como SPLM-Norte (SPLM-N).

Até o fim do ano, nenhum progresso substancial havia sido alcançado no que tange ao processo de paz em Darfur. A permanente situação de insegurança na região impediu que as partes interessadas em Darfur fossem consultadas.

O mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) terminou em 9 de julho. Em 29 de julho, o mandato da missão conjunta das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID) foi prolongado por mais um ano. Em 23 de setembro, em sua 18ª sessão, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou o resultado da Revisão Periódica Universal do Sudão. O mandato do perito independente sobre a situação dos direitos humanos no Sudão foi renovado por um ano no Conselho, em 29 de setembro.

Em 7 de agosto, o Movimento por Justiça e Igualdade (JEM), a facção Minni Minawi do Exército de Libertação do Sudão (SLA-M), a facção Abdul

Wahid do Exército de Libertação do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão Norte (SPLM-N) anunciaram a formação de uma aliança contra o Partido do Congresso Nacional, o qual governa o país. Em 24 de dezembro, Khalil Ibrahim, líder do JEM, foi morto pelas Forças Armadas do Sudão (SAF) durante uma ofensiva no estado do Cordofão do Norte.

Justiça internacional

O governo continuou a não cooperar com o TPI a respeito das ordens de prisão emitidas contra o Presidente al-Bashir em 2009 e em 2010, bem como a respeito dos mandados contra Ahmed Haroun, governador do Cordofão do Sul, e Ali Mohammed Ali Abdelrahman (conhecido como Ali Kushayb), ex-líder da milícia Janjaweed, em 2007. Em 2 de dezembro, o procurador chefe do TPI solicitou mais um mandado de prisão contra o ministro da Defesa, Abdelrahim Mohamed Husseinem.

Em janeiro, a União Africana (UA) reafirmou sua decisão de não cooperar com o TPI no que diz respeito à prisão do Presidente al-Bashir; porém, mesmo com a invocação do artigo 16 do Estatuto de Roma, não obteve apoio suficiente para seu pedido de que o Conselho de Segurança da ONU adiasse o caso por 12 meses. Em julho, a UA reiterou seu apoio a países que não haviam prendido o Presidente al-Bashir. Em dezembro, o juízo de instrução do TPI alertou o Conselho de Segurança da ONU e os signatários do Estatuto de Roma sobre o fato de que o Maláui e o Chade não prenderam o Presidente al-Bashir.

Conflito armado – Darfur

No decorrer de todo o ano, os abusos dos direitos humanos continuaram a multiplicar-se por todo o Darfur. Forças do governo, como a Polícia Central de Reserva e a Força Popular de Defesa (PDF), e as milícias aliadas ao governo realizaram vários ataques, inclusive bombardeios aéreos. Ataques terrestres, dentro e nos arredores de cidades e vilarejos, também foram realizados por grupos armados da oposição, inclusive em acampamentos para deslocados internos (PDIs). Houve mortos e feridos entre civis, além de saques e destruição de propriedades. Em 27 de maio, o Coordenador Humanitário da ONU declarou que mais de 70 mil pessoas estavam deslocadas desde dezembro de 2010 em virtude dos conflitos.

Entre dezembro de 2010 e junho de 2011, uma luta entre o governo e os grupos armados da oposição irrompeu no Darfur do Norte, inclusive nas áreas entre as cidades de Khor Abeche, Abu Zerega e Tabit. Segundo informações, mais de oito vilarejos foram destruídos e dezenas de milhares de pessoas fugiram.

O governo restringiu severamente o acesso da UNAMID e de organizações humanitárias, impedindo-as de conduzir monitoramento e de prestar serviços essenciais aos cidadãos.

Em fevereiro, o governo suspendeu por um mês as operações da organização Catholic Relief Services no Darfur Ocidental. Ainda em fevereiro, a organização humanitária médica *Médecins du Monde* foi expulsa de Darfur do Sul, supostamente acusada de “espionagem”. Funcionários locais e internacionais de organizações humanitárias e da UNAMID foram presos e detidos.

As forças de segurança conduziram operações de cerco e busca em acampamentos para pessoas deslocadas em áreas povoadas por membros do grupo étnico zaghawa, tidos como apoiadores do SLA-M. Em 23 de janeiro, as forças do governo tomaram de assalto o acampamento para PDIs de Zamzam, onde prenderam mais de 80 pessoas – incluindo três mulheres – e saquearam as casas. Nenhum aviso prévio foi dado à UNAMID, em violação do Acordo sobre o Status da Força, que estipula uma consulta entre o governo e a UNAMID em ações envolvendo acampamentos de deslocados.

Estupros e outros abusos sexuais contra mulheres e meninas deslocadas continuaram a ser cometidos por membros das forças do governo e milícias aliadas. Em 13 de janeiro, seis meninas e mulheres deslocadas foram estupradas perto de Tawilla, Darfur do Norte, por dois supostos membros de milícias aliadas ao governo. Em 22 de março, policiais armados sequestraram quatro mulheres dentro de suas residências, perto de Shangil Tobaya, violentando uma delas e batendo em todas as quatro. Em 1º de outubro, em incidentes separados, milícias aliadas ao governo sequestraram e violentaram repetidamente duas meninas, com idades de 12 e 14 anos, na região de Kabkabiya, em Darfur do Norte.

■ Três funcionários da UNAMID foram presos por agentes do NISS. Em 27 de abril, o oficial para assuntos civis Idris Yousef Abdelrahman foi preso no Nyala, Darfur do Sul. Ele foi liberado em 20 de julho,

tendo sido retiradas todas as acusações contra ele. Em 6 de maio, Hawa Abdallah Mohamed, ativista comunitária e tradutora da UNAMID, foi presa no acampamento para desalojados Abu Shouk, no Darfur do Norte, acusada de "evangelizar" crianças no local e de ter conexões com um grupo armado da oposição. Ela foi liberada em 13 de julho. Em 3 de setembro, um funcionário foi preso em El Fasher, no Darfur do Norte, e liberado sem acusações em 8 de outubro.

Conflito armado – áreas de transição

Em 21 de maio, as Forças Armadas do Sudão invadiram a cidade de Abyei. Os ataques por parte das forças armadas e de milícias por elas apoiadas obrigaram toda população da cidade e de vilarejos circunvizinhos, mais de 100 mil pessoas, a refugiarem-se no Sudão do Sul. O ataque aconteceu depois de uma série de combates entre as forças armadas e o Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA), entre janeiro e maio. As residências e escritórios de ONGs foram saqueados e queimados pela milícia aliada às forças armadas. Por vários dias, a UNMIS teve seu acesso à cidade de Abyei negado pelas forças armadas, o que limitou sua ação na proteção da população civil. Em 27 de junho, foi estabelecida uma nova Missão de Manutenção da Paz em Abyei (UNISFA), segundo a resolução 1990 do Conselho de Segurança da ONU, na sequência de um acordo entre o NCP e o SPLM, na Etiópia, para desmilitarizar Abyei e permitir que até 4.200 tropas etíopes monitorassem a área. No final do ano, as forças armadas e o SPLA não haviam retirado suas tropas por completo, e as populações da cidade de Abyei e da maioria dos vilarejos circunvizinhos permaneciam desalojadas no Sudão do Sul, tendo acesso precário a abrigos, alimentos e outros serviços básicos. O mandato da UNISFA foi prorrogado em 27 de dezembro.

Um conflito entre as forças armadas e o grupo armado de oposição Movimento Popular de Libertação do Sudão Norte (SPLM-N) eclodiu no Cordofão do Sul, em 5 junho. O governo sudanês realizou bombardeios aéreos de forma repetida e indiscriminada, matando e ferindo civis. Um relatório publicado em agosto pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos detalhou matanças, destruição e saques em massa de propriedades de civis, além de outras denúncias que poderiam corresponder a crimes de guerra e a crimes contra a humanidade.

Em 1º de setembro, o conflito alastrou-se para o estado do Nilo Azul. O Presidente al-Bashir declarou estado de emergência, no dia seguinte, substituindo Malik Aggar, governador afiliado ao SPLM-N, por um governador militar.

As pessoas desalojadas pelo conflito – mais de 300 mil do Cordofão do Sul e mais de 55 mil do Nilo Azul – foram forçadas a procurar refúgio em outras áreas, dentre elas na região oeste da Etiópia, Yida, no estado de Unity do Sudão do Sul, e no estado do Alto Nilo. Em 8 e 10 de novembro, as forças armadas bombardearam as regiões do Alto Nilo e Yida.

O governo sudanês negou o acesso a organizações internacionais humanitárias e de direitos humanos no decorrer de todo o ano.

Conflito armado – Sudão do Sul

Prosseguiu a violência intercomunitária no Sudão do Sul. A alta prevalência de armas de pequeno porte exacerbou os conflitos e os abusos dos direitos humanos contra civis por parte de grupos armados da oposição e de forças do governo.

■ Em 9 e 10 de fevereiro, um conflito entre o SPLA e forças leais ao general George Athor Deng, líder de um grupo armado de oposição, irrompeu no condado de Fangak, estado de Juncáli. Pelo menos 154 civis foram mortos e 20 mil pessoas ficaram desalojadas. Outros embates ocorreram em 12 de março na cidade de Malakal, no Alto Nilo.

■ Em 23 de abril, o SPLA e as forças leais ao líder armado de oposição Gabriel Tanginye entraram em confronto na vila de Kaldak, no estado de Juncáli. Com a destruição de suas residências, cerca de 15 mil pessoas foram forçadas a procurar abrigos.

Refugiados e migrantes

Mais de 300 requerentes de asilo e refugiados da Eritreia foram forçados a retornar, em 17 de outubro, apesar de um acordo entre as autoridades sudanesas e o ACNUR, a agência de refugiados da ONU, para que eles tivessem permissão de requerer asilo no Sudão e para que a alguns fosse concedido o *status* de refugiados.

■ Em 25 julho, um requerente de asilo de 23 anos morreu, e outro, de 17, ficou gravemente ferido após saltar de um caminhão que os levava, à força, de volta para fronteira com a Eritreia.

Liberdade da associação e de reunião

Entre os meses de janeiro e abril, bem como em outubro, milhares de pessoas, em todo o norte do Sudão, protestaram contra o elevado custo de vida e em prol da democracia. A polícia e o NISS prenderam centenas de ativistas, além de membros e apoiadores do partido de oposição. Alguns foram detidos em regime incomunicável e submetidos à tortura e outras formas de maus-tratos. Em setembro, o SPLM-N foi proscrito, seus escritórios foram fechados e, ao que consta, mais de 200 de seus membros foram presos.

■ Mais de 70 pessoas foram presas em Cartum, em 30 de janeiro, a fim de que não participassem de protestos. Segundo informações, Mohamed Abdelrahman foi maltratado sob custódia da polícia, e há denúncias não confirmadas de que ele morreu no hospital, no dia seguinte. Não foram conduzidas investigações.

■ Cerca de cem pessoas foram presas, em 20 de abril, na esteira dos protestos na universidade do Nyala, em Darfur do Sul. Todas haviam sido soltas até setembro.

■ Em 25 de junho, Bushra Gamar Hussein Rahma, ativista pelos direitos humanos e membro do SPLM-N, foi preso na cidade de Omdurman. Um juiz requisitou a sua liberação em 14 de agosto, mas ele foi imediatamente preso de novo pelo NISS. Ao final do ano, ele permanecia preso sem acusação nem acesso a advogados.

■ Em 2 de setembro, Abdelmoniem Rahama, ativista, poeta e membro do SPLM-N, foi preso na cidade de Ed Damazin. No final do ano, ele permanecia preso sem acusação nem acesso a advogados.

Liberdade da expressão

Os jornais continuaram sujeitos a fechamento e censura; jornalistas sofreram perseguições e, em alguns casos, foram presos, correndo risco de tortura e outros maus-tratos.

■ Em 31 de janeiro, o jornal da oposição *Ajrass al-Hurriya* foi proibido pelo NISS, e os jornais *Al Sahafa* e *Al Midan* tiveram todas ou algumas de suas edições impedidas de circular. Arrochos similares foram impostos à imprensa em agosto e setembro.

■ O jornal quinzenal *Juba Post* foi fechado temporariamente pelos agentes da segurança no Sudão do Sul em 30 de março, após a publicação de um artigo declarando que forças leais a George Athor, líder de um grupo de oposição armado, atacariam Juba antes de julho. O responsável pela distribuição do

jornal foi momentaneamente detido, no aeroporto de Juba, em 31 de março.

■ Em 9 de julho, o Conselho Nacional de Imprensa e Publicações revogou as licenças de seis jornais, que pertenciam, em parte, a sudaneses do sul.

■ Dez jornalistas enfrentavam acusações relativas a sua atuação no caso Safia Ishag Mohamed, uma mulher que, em janeiro, sofreu abuso sexual por parte de oficiais do NISS. Em 5 de julho, Fatima Ghazali foi sentenciada a um mês de detenção, enquanto seu editor, Saad-al Din Ibrahim, foi multado. Em 25 de julho, Amal Habani foi sentenciada a um mês de prisão.

■ Abuzar Al Ameen, editor adjunto do jornal *Rai al Shaab* foi libertado sob fiança em 22 de agosto. Ele havia sido preso por agentes do NISS, em 15 de maio de 2010, e sentenciado a cinco anos de prisão por “comprometer a Constituição” e “publicar notícias falsas”, em função de artigos sobre as eleições parlamentares e presidenciais de abril de 2010, e por causa de denúncias de que uma fábrica de armas iraniana estaria sendo construída no Sudão.

Pena de morte

Sentenças de morte continuaram a ser proferidas no sul e norte do Sudão, inclusive contra adolescentes. Pelo menos sete execuções foram levadas a cabo.

Visitas/relatórios da AI

📄 Sudan: Southern Kordofan civilians tell of air strike horror (AFR 54/028/2011)

📄 Sudan: Activist remains in detention without trial (AFR 54/035/2011)

📄 Sudan: Government crackdown on activists and political opponents (AFR 54/036/2011)

📄 Sudan: Death sentences upheld (AFR 54/037/2011)

📄 Sudan: Poet remains in incommunicado detention (AFR 54/039/2011)

📄 Sudan-South Sudan: Destruction and desolation in Abyei (AFR 54/041/2011)

SUDÃO DO SUL

REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL

Chefe de Estado e de governo:

Salva Kiir Mayardit
retencionista

Pena de morte:

Os dados do país cobrem o Sudão do Sul e o Sudão:

População: **44,6 milhões**

Expectativa de vida: **61,5 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos: **108,2 por mil**

Taxa de alfabetização: **70,2 por cento**

O Sudão do Sul transformou-se em um país independente em 9 de julho, seis meses após o referendo estabelecido no Acordo de Paz Global de 2005. As negociações com o Sudão quanto à divisão do petróleo, à cidadania e à demarcação de fronteiras continuaram. O conflito armado e a violência intercomunitária provocaram matanças, desalojamentos em massa e destruição de propriedades. As forças de segurança prenderam e detiveram arbitrariamente jornalistas, membros de grupos de oposição e manifestantes. O influxo de sudaneses do sul que se refugiaram ou retornaram do Sudão continuou alto.

Informações gerais

A Constituição de Transição da República do Sudão do Sul (Constituição Transicional) foi adotada pela Assembleia Legislativa do Sudão do Sul e entrou em vigor em 9 de julho por um período temporário indeterminado. Uma provisão dentro da Constituição Transicional permitiu a integração de membros sulistas do Parlamento do Sudão à Assembleia Legislativa do Sudão do Sul.

A missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS) passou a operar em 9 de julho, por um período inicial de um ano. No mesmo mês, o Sudão do Sul tornou-se membro da Organização das Nações Unidas e da União Africana.

Líderes de grupos armados de oposição assinaram acordos de cessar-fogo com o governo, e mais de 1.500 combatentes aguardavam sua integração ao Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA). Em 23 de julho, o líder do grupo armado de oposição Gatluak Gai foi morto em circunstâncias polêmicas três dias após ter assinado um acordo, negociado pelas autoridades locais do estado de Unity. No início de agosto, Peter Gadet, ex-líder do

Exército/Movimento para a Libertação do Sudão do Sul (SSLM/A), assinou um acordo com o governo, embora facções dissidentes de seu grupo continuassem atuando sob o SSLM/A. Gabriel Tanginye, líder de um grupo armado de oposição, e dois de seus vice-líderes remanesceram sob prisão domiciliar na capital, Juba, imposta em abril, após as lutas entre suas forças e o SPLA no Alto Nilo e em Juncáli. Até o fim do ano, nenhuma acusação havia sido feita contra eles.

■ Em 4 de novembro, Peter Abdul Rahaman Sule, líder do grupo de oposição Frente Democrática Unida, foi detido no estado de Equatória Ocidental supostamente por recrutar jovens. Ao final do ano, ele permanecia preso sem acusação.

■ Em 19 de dezembro, George Athor, líder do grupo armado de oposição Movimento Democrático do Sudão e do Exército do Sudão do Sul, seu braço militar, foi morto pelo SPLA no condado de Morobo, Sudão do Sul.

Conflito armado

A luta entre o SPLA e os grupos armados de oposição resultou em abusos dos direitos humanos da parte de todos os envolvidos, incluindo matanças ilegais de civis, saques e destruição de propriedades. Grupos armados de oposição usaram minas antitanque ao longo das principais estradas, causando mortes e ferimentos de civis.

■ Em 8 de outubro, 18 civis, incluindo quatro crianças, foram mortos quando um ônibus passou por cima de uma mina antitanque, na estrada entre as cidades de Mayom e Mankien. Em 29 de outubro, um grupo armado de oposição dissidente do SSLM/A entrou em confronto com o SPLA em Mayom, estado de Unity. O SPLA relatou um saldo de 15 civis mortos e 18 feridos.

■ Em 16 de novembro, um grupo armado de oposição, que se acredita ser leal a George Athor, atacou três vilarejos no condado de Pigi, estado de Juncáli, queimando e saqueando propriedades. Quatro civis teriam sido mortos e muitos outros fugiram.

Violência entre comunidades

Uma série de ataques de retaliação ocorreu entre os dois grupos étnicos de Juncáli, lou nuer e murle. Em 15 de junho, o grupo lou nuer atacou o murle no condado de Pibor, onde diversos vilarejos foram saqueados e queimados, deixando mais de 400 pessoas mortas. Em 18 de agosto, o grupo murle lançou um ataque contra o lou nuer no condado de

Uror, em decorrência do qual mais de 600 pessoas teriam sido mortas e mais de 200 ficaram desaparecidas. Sete vilarejos foram destruídos. Segundo estimativas da ONU, cerca de 26 mil pessoas foram desalojadas em decorrência dos confrontos. Um funcionário dos Médicos sem Fronteiras (MSF) foi morto. A clínica e o ambulatório do MSF foram saqueados e queimados. O armazém do Programa Alimentar Mundial também foi saqueado no mesmo incidente. A partir de 31 de dezembro, membros armados do lou nuer atacaram o murle na cidade de Pibor, onde saquearam a clínica do MSF e queimaram casas de civis. Dezenas de milhares de pessoas ficaram desalojadas, e centenas foram mortas durante o ataque.

Em 17 de setembro, conflitos intercomunitários no condado de Mayiandit, estado de Unity, na divisa com o estado de Warrap, levaram 46 pessoas à morte e deixaram 5 mil desalojadas.

Liberdade da expressão e de reunião

As forças de segurança hostilizaram e prenderam arbitrariamente jornalistas, membros de grupos da oposição e manifestantes, por criticarem o governo.

■ No dia 23 de agosto, em Kuacjok, estado de Warrap, o parlamentar Dominic Deng Mayom Akeen foi preso e agredido por agentes de segurança armados. Ele foi detido por um dia em função de uma declaração feita à imprensa sobre a falta de alimentos.

■ Em 30 de setembro, Nhial Bol, redator-chefe do jornal *Citizen*, foi preso e detido brevemente pela polícia após publicar um artigo denunciando corrupção da parte de um ministro do estado de Warrap após o fechamento dos escritórios de uma companhia de petróleo chinesa e a prisão de seu gerente geral.

■ Em 4 de outubro, os estudantes da escola secundária de Wau, no estado de Bahr al Ghazal Ocidental, protestaram pacificamente contra o aumento dos preços dos alimentos e os baixos salários dos professores. As forças de segurança responderam com tiros e bombas de gás lacrimogêneo. Pelo menos sete pessoas, incluindo estudantes, foram presas e, no fim do ano, elas permaneciam em detenção na prisão de Wau; duas pessoas morreram em função de ferimentos causados por tiros disparados pelas forças de segurança.

■ Ngor Garang e Dengdit Ayok, respectivamente editor-chefe e repórter do jornal *The Destiny*, foram presos, separadamente, no início de novembro, por

membros dos serviços de segurança nacional. Segundo consta, Ngor Garang foi espancado na prisão. Ambos foram soltos em 18 de novembro. Acredita-se que a prisão dos dois estaria relacionada a um artigo que criticava o presidente.

Tortura, outros maus-tratos e desaparecimentos forçados

As forças da segurança, inclusive o Serviço Policial do Sudão do Sul (SSPS), perseguiram, prenderam, torturaram e maltrataram pessoas, dentre as quais funcionários da ONU e de ONGs. Alguns indivíduos foram submetidos a desaparecimentos forçados. Em 26 de julho, o presidente requisitou a dissolução do departamento especial do serviço nacional de informações e segurança do Sudão do Sul, assim como do seu setor de segurança pública. O general Marial Nour Jok, ex-diretor de segurança pública e investigação criminal, foi preso e detido, em 30 de julho, após denúncias de que ele participou no estabelecimento de centros de detenção ilegais e em casos de tortura e corrupção.

■ O paradeiro de John Louis Silvino, arquiteto do Ministério da Habitação, continua desconhecido desde o seu desaparecimento, em 25 de março.

■ Em outubro, quatro policiais foram presos e enfrentaram julgamento após a tortura de Jackline Wani, de 17 anos, conduzida por policiais do Departamento de Investigação Criminal após acusações de roubo, em 13 de junho.

Refugiados e desalojados internos

Cidadãos do Sudão do Sul que residiam no Sudão antes da independência continuaram a retornar, por terem perdido o direito à cidadania do Sudão. Até o fim do ano, mais de 10 mil pessoas permaneciam em acampamentos para desalojados, no posto de trânsito de Kosti, no Sudão, a espera do retorno ao Sudão do Sul.

A partir de junho, houve um grande influxo de refugiados do Sudão, após a erupção de conflitos entre as Forças Armadas Sudão (SAF) e o grupo armado de oposição Exército de Libertação Popular do Sudão Norte (SPLA-N).

Pena de morte

Mais de 150 prisioneiros estavam no corredor da morte. Pelo menos cinco pessoas foram executadas: uma em agosto, na prisão de Juba, duas em 11 de

novembro e outras duas em 21 de novembro, na prisão de Wau.

Visitas/relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Sudão do Sul em fevereiro/março, abril, agosto/setembro e novembro/dezembro.

South Sudan: A human rights agenda (AFR 65/001/2011)

South Sudan: Two journalists arrested (AFR 65/003/2011)

Sudan-South Sudan: Destruction and desolation in Abyei (AFR 54/041/2011)

TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE

Chefe de Estado: **José Manuel Ramos-Horta**

Chefe de governo: **Kay Rala Xanana Gusmão**

Penal de morte: **abolicionista para todos os crimes**

População: **1,2 milhão**

Expectativa de vida: **62,5 anos**

Mortalidade de crianças até 5 anos: **56,4 por mil**

Taxa de alfabetização: **50,6 por cento**

Continuam livres os perpetradores de graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia do Timor-Leste. Houve denúncias de violações dos direitos humanos, inclusive maus-tratos, pelas forças de segurança. Os níveis de violência doméstica permaneceram elevados.

Informações gerais

Em fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU estendeu por mais um ano o mandato da Missão Integrada da ONU no Timor-Leste (UNMIT). Nesse mesmo mês, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários visitou o país. Em outubro, a situação dos direitos humanos no Timor-Leste foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. Diversos Estados observaram que perpetradores de violações dos direitos humanos seguem impunes. O Timor-Leste concordou em examinar os apelos feitos por cinco Estados para que o país implementasse as recomendações da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR).

Impunidade

Apesar das investigações que vêm sendo conduzidas pela Unidade dos Crimes Graves, a impunidade por violações dos direitos humanos persistia. As vítimas, suas famílias e as ONGs timorenses continuaram a pedir justiça para as violações cometidas pelas forças de segurança indonésias entre 1975 e 1999. Ainda assim, o governo seguiu promovendo a reconciliação com a Indonésia à custa da justiça. Acredita-se que a maioria dos indivíduos acusados de violações de direitos humanos encontre-se livre na Indonésia.

■ Em julho, Valentim Lavio, ex-integrante da milícia Besi Merah Putih, foi sentenciado a nove anos de prisão pelo Tribunal Distrital de Dili. Ele foi acusado de crimes contra a humanidade na forma de homicídio, cometidos no período posterior ao referendo de independência de 1999. Embora seu recurso tenha sido indeferido no dia 26 de setembro, as autoridades confirmaram que, no fim do ano, ele continuava livre, tendo fugido para a Indonésia.

Um Memorando de Entendimento entre o Provedor (*Ombudsman for Human Rights and Justice*) e a Comissão de Direitos Humanos da Indonésia sobre a implementação das recomendações da CAVR e da Comissão da Verdade e da Amizade (CVA) entre a Indonésia e o Timor-Leste expirou em janeiro e foi renovado em novembro. Nenhum progresso foi registrado (veja a seção sobre a Indonésia).

O esperado debate sobre dois projetos de lei que criam um Programa Nacional de Reparações e um Instituto Público da Memória, com mandato para implementar as recomendações da CAVR e da CVA, foi adiado pelo parlamento, em fevereiro, e não havia acontecido até o fim do ano.

Forças policiais e de segurança

Em março, a ONU transferiu integralmente a responsabilidade pelas operações policiais no país para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Houve denúncias de violações dos direitos humanos, inclusive maus-tratos, cometidas por policiais e por militares.

Violência contra mulheres e meninas

Casos de violência doméstica foram levados aos tribunais com base na Lei contra a Violência Doméstica de 2010. Entretanto, a incidência desse tipo de violência continuou alta. Alguns casos ainda eram resolvidos por meio de mecanismos de justiça

tradicionais (comunitários) que restringiam o acesso das vítimas à justiça.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Timor-Leste em fevereiro e novembro.

📄 Timor-Leste: Justice delayed, justice denied - Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review, October 2011 (ASA 57/003/2011)

VENEZUELA

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado e de governo:	Hugo Chávez Frías
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	29,4 milhões
Expectativa de vida:	74,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	17,5 por mil
Taxa de alfabetização:	95,2 por cento

Defensores dos direitos humanos foram ameaçados, e ações judiciais por razões políticas continuaram a ser usadas contra críticos do governo. Os mecanismos de prestação de contas para garantir a justiça e servir como dissuasores efetivos dos abusos policiais permaneceram frágeis. Em um sistema penitenciário severamente superlotado, graves episódios de violência resultaram em várias mortes.

Informações gerais

A violência criminal e policial continuou sendo um grave problema nas cidades venezuelanas. Em maio, o governo criou uma Comissão Presidencial para o Controle de Armas, Munições e para o Desarmamento, a fim de lidar com a proliferação de armas de pequeno porte que abastecem a violência. Em novembro, o Presidente Chávez ordenou que as tropas da Guarda Nacional saíssem às ruas para enfrentar uma onda de crimes violentos.

Houve constantes protestos sociais no país. O Observatório de Conflitos Sociais da Venezuela registrou a ocorrência de 497 protestos, somente no mês de setembro, por uma variedade de questões, tais como direitos trabalhistas e segurança pública.

Em outubro, a situação dos direitos humanos na Venezuela foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. Os Estados manifestaram suas preocupações com relação a uma série de tópicos, como a independência do Judiciário, ameaças e hostilidades contra defensores dos direitos humanos, condições prisionais, liberdade de expressão e impunidade.

Em outubro, o Tribunal Supremo de Justiça violou obrigações internacionais juridicamente vinculantes ao desconsiderar uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinava a suspensão da proibição de que o político opositor Leopoldo López concorresse às eleições.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos foram ameaçados e submetidos a acusações infundadas de autoridades do governo e da mídia estatal. Organizações de direitos humanos temiam que a falta de definição do que sejam "direitos políticos" na Lei de Defesa da Soberania Política e da Autodeterminação Nacional, aprovada pela Assembleia Nacional em dezembro de 2010, pudesse impedir seu trabalho. A lei proíbe as organizações que se considera trabalharem em defesa de direitos políticos de receberem financiamento internacional.

■ Em junho, Humberto Prado Sifontes, diretor do Observatório Venezuelano de Prisões, foi submetido a uma campanha de intimidações e a ameaças de morte após de ter pedido que o governo lidasse de modo pacífico com uma rebelião na penitenciária de El Rodeo. Depois que ministros do governo e os meios de comunicação oficiais fizeram acusações contra ele, um blog divulgou seus dados pessoais e uma nota em que avisava: "A seguir, dados familiares [...] para que o povo o julgue. Pena Capital". Sua esposa recebeu um telefonema anônimo dizendo que ele seria "o próximo a cair".

Forças policiais e de segurança

Houve constantes denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pela polícia, inclusive homicídios ilegais e tortura. A maioria desses abusos não foi devidamente investigada, e poucas ações foram ajuizadas, se é que alguma foi.

■ Em maio, Juan José Barrios foi assassinado por dois homens encapuzados em Guanayén, estado de

Aragua. Ele foi o sétimo membro da família Barrios a ser morto em circunstâncias que sugerem o envolvimento de agentes da polícia estadual de Aragua. Em janeiro, Néstor Caudi Barrios, que havia testemunhado a execução de Narciso Barrios em 2003, foi deixado com lesões permanentes após ser atingido por tiros disparados por dois homens que passaram em motocicletas. Até o fim do ano, nenhum progresso havia sido alcançado na investigação desses dois atentados.

■ Em janeiro, Daniel Antonio Núñez e sua filha de 16 anos, Francis Daniela Núñez Martínez, foram agredidos fisicamente e ameaçados por policiais do Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) de Caracas, no que pareceu ter sido uma tentativa de intimidá-los para que não prestassem depoimento como testemunhas de uma troca de tiros ocorrida próximo a sua casa.

■ Em fevereiro, a ex-esposa e as filhas pequenas do policial Jonny Montoya receberam ameaças de morte. Ele havia se queixado da corrupção crescente na Polícia Municipal de Caracas sob o comando de seu ex-superintendente-chefe.

Repressão às diferenças de opinião

Ações judiciais de natureza política continuaram a ser usadas contra críticos do governo.

■ Em fevereiro, Rubén González, secretário-geral do Sintraferrominera, o sindicato dos trabalhadores da empresa mineradora de ferro estatal CVG Ferrominera Orinoco, foi condenado por crimes como incitamento à delinquência e conspiração, por ter organizado uma greve em 2009. Ele foi sentenciado a sete anos de prisão. Três dias depois, o Tribunal Supremo de Justiça ordenou sua libertação condicional.

■ Em julho, Oswaldo Álvarez Paz, membro de um partido de oposição e ex-governador do estado de Zulia, foi condenado em um tribunal penal de Caracas por disseminar "informações falsas", depois de ter feito críticas ao governo, transmitidas pela TV Globovisión em março de 2010. Ele foi sentenciado a dois anos de prisão. Posteriormente, o juiz permitiu que sua pena fosse cumprida em liberdade condicional.

Independência do Judiciário

Persistiam as preocupações relativas à independência e à imparcialidade do Judiciário.

■ Em fevereiro, a juíza María Lourdes Afiuni, detida de modo arbitrário em dezembro de 2009 depois de ter

concedido liberdade condicional ao banqueiro Eligio Cedeño, foi colocada sob prisão domiciliar. Ela passou mais de um ano presa, período em que recebeu ameaças e foi privada de cuidados médicos. A juíza Afuni recusou-se a entrar no tribunal em protesto contra violações do devido processo. Em dezembro, sua prisão domiciliar foi estendida por mais dois anos.

Condições prisionais

A violência continuou endêmica dentro das prisões cronicamente superlotadas. Em junho, confrontos entre gangues rivais na prisão de El Rodeo causaram a morte de, aproximadamente, 27 presos.

Em julho, a ministra dos Serviços Penitenciários anunciou planos de libertar 40 por cento da população carcerária a fim de diminuir a superlotação. Em novembro, ela ameaçou publicamente exonerar os juízes que estavam impedindo seu projeto de acelerar os processos de presos acusados de infrações de menor gravidade. O Observatório Venezuelano de Prisões informou que, em 2010, apenas um quarto da população carcerária havia sido sentenciado; os demais estavam sendo julgados, aguardando uma audiência preliminar ou sendo investigados.

Liberdade de expressão

Houve novas restrições à liberdade de expressão. Em outubro, a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), o órgão público regulador das telecomunicações, impôs uma pesada multa à rede Globovisión por violação da Lei de Responsabilidade Social no Rádio, Televisão e Meios Eletrônicos. A TV foi acusada de fazer "apologia ao delito" e de promover "o ódio por razões políticas", devido à cobertura que fez da rebelião na penitenciária de El Rodeo. Em novembro, a Globovisión, cujos jornalistas já haviam sofrido ameaças e ataques anteriormente, e que já enfrentava outras investigações administrativas, recorreu da decisão. No fim do ano, o recurso ainda não havia sido julgado.

■ Leocenis García, editor do jornal semanal *Sexto Poder*, foi preso, em agosto, acusado de insultar funcionários públicos e de cometer ofensas públicas baseadas em gênero, por ter publicado, no mês de agosto, um artigo acompanhado de uma fotomontagem satirizando funcionárias de alto escalão do governo. Em novembro, ele foi libertado condicionalmente.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas continuou disseminada. Apesar das medidas adotadas nos últimos anos, as autoridades ainda não elaboraram um plano de ação para lidar com a violência contra as mulheres, nem o regulamento para implementar a Lei Orgânica de 2007 sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre da Violência.

Visitas/relatórios da AI

▣ Venezuela: Human rights guarantees must be respected – a summary of human rights concerns (AMR 53/007/2011)

ZIMBÁBUE

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

Chefe de Estado e de governo:

Robert Mugabe
retencionista

Pena de morte:

População:

12,8 milhões

Expectativa de vida:

51,4 anos

Mortalidade de crianças até 5 anos:

89,5 por mil

Taxa de alfabetização:

91,9 por cento

O ambiente de discórdia e desconfiança dentro do governo de unidade nacional (GUN) continuou a dificultar que o Acordo Político Global produzisse resultados essenciais. Tal situação provocou sérios atrasos na elaboração de uma nova Constituição e na implementação das reformas eleitorais, de segurança e dos meios de comunicação que possibilitariam a realização de eleições. Integrantes das forças de segurança continuaram a exercer pressão sobre os dois partidos do Movimento por Mudança Democrática (MDC), ordenando a prisão de importantes membros do partido ou perturbando ilegalmente suas atividades políticas. Defensores dos direitos humanos foram presos, detidos e torturados sob custódia da polícia, principalmente na esteira dos protestos no Oriente Médio e no norte da África. A polícia continuou a atuar de modo partidário, não tomando as devidas providências contra os membros do partido do Presidente Mugabe, o ZANU-PF, quando eles hostilizaram, intimidaram ou espancaram pessoas que presumiam ser adversários políticos.

Informações gerais

O GUN não conseguiu concluir o processo de elaboração de uma nova Constituição, que já transcorria com mais de um ano de atraso. A demora devia-se, principalmente, à falta de financiamento do processo de preparação da Constituição e às brigas entre os partidos que compunham o governo de unidade. O Partido da União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF) continuou resistindo à realização das reformas no sistema de segurança e no setor de comunicações acordadas como parte do Acordo Político Global, assinado pelos três principais partidos, em setembro de 2008, e que levou à formação do governo de unidade em fevereiro de 2009. No dia 24 de novembro, a Autoridade de Telecomunicações do Zimbábue concedeu licenças de telerrádiodifusão comercial para os grupos de mídia AB Communications e Zimbabwe Newspapers Group, ambos controlados pelo Estado. Os dois grupos de comunicação eram considerados próximos ao ZANU-PF.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), por meio do presidente Jacob Zuma, da África do Sul, continuou a mediar a relação entre o ZANU-PF e os dois partidos MDC, que haviam acordado um roteiro para a realização de eleições. No entanto, a implementação dos acordos foi novamente prejudicada por suspeitas e desconfianças nos níveis mais altos do governo. Em junho, o brigadeiro-general Douglas Nyikayaramba causou alarme ao ser citado no jornal *Herald*, controlado pelo Estado, ao afirmar que o ZANU-PF e as forças de segurança estavam alinhados e que o primeiro-ministro, Morgan Tsvangirai, era uma ameaça à segurança.

Em 31 de março, o órgão tripartite sobre Cooperação em Políticas, Defesa e Segurança da SADC (*Organ Troika on Politics, Defence and Security Cooperation*) pediu o fim da violência no Zimbábue, inclusive das prisões e intimidações de oponentes políticos do ZANU-PF.

As notícias sobre uma possível eleição em 2011, circuladas principalmente pelo Presidente Mugabe e por membros do ZANU-PF, fizeram aumentar as tensões em meio às comunidades das áreas rurais e periferias urbanas. Em 2008, elas foram as mais afetadas pela violência patrocinada pelo Estado. Houve denúncias de hostilidades e intimidações de apoiadores do ZANU-PF contra supostos adversários. Em algumas áreas, essa situação provocou confrontos

interpartidários. Entretanto, ao que parece, a polícia prendeu apenas os adversários do ZANU-PF, o que cria a percepção de que os apoiadores do ZANU-PF estão acima da lei.

Durante os preparativos para o congresso do partido de Morgan Tsvangirai, o MDC-T, em Bulawayo, em abril, alguns membros do partido envolveram-se em confrontos violentos na disputa por cargos. Embates similares dentro do MDC-T foram também registrados nos congressos provinciais de Manicaland, Masvingo, Bulawayo e Midlands.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

A polícia usou a Lei de Segurança e Ordem Pública para prejudicar as atividades políticas dos dois MDC. Durante todo o ano, os policiais continuaram a interferir nas atividades desses partidos, impedindo suas reuniões ou omitindo-se em agir quando apoiadores do ZANU-PF tentavam perturbar as reuniões. Em algumas situações, a polícia usou força excessiva, ou ameaçou usá-la, para impedir a realização de encontros do MDC que haviam sido sancionados pelos tribunais; nenhum encontro do ZANU-PF foi impedido pela polícia. Nas situações de violência interpartidária, a polícia raramente prendeu apoiadores do ZANU-PF.

Uma gangue ligada ao ZANU-PF, denominada Chipangano, cometeu abusos dos direitos humanos com total impunidade, em Mbare, onde a gangue tem sua base, e em outras partes de Harare. No dia 23 de julho, eles invadiram o prédio do Parlamento, interromperam uma audiência pública sobre um projeto de lei da Comissão de Direitos Humanos do Zimbábue e espancaram diversas pessoas; entre elas, um parlamentar e um jornalista. Apesar da presença da polícia no local, ninguém foi preso. Em outubro, nas cidades de Marondera e Mutare, grupos de militantes do ZANU-PF interromperam as sessões de consulta pública que estavam sendo conduzidas pelo Parlamento a respeito de um projeto de Lei sobre Reforma Eleitoral, o que atrasou ainda mais o processo de reforma eleitoral.

■ No dia 21 de janeiro, a Anistia Internacional testemunhou os apoiadores do ZANU-PF, os quais faziam uma manifestação na prefeitura de Harare, espancaram membros da população na presença da polícia antidistúrbio. Eles espancaram um estudante secundarista por ele ter tirado uma fotografia e

espancaram e despiram uma jovem que vestia uma camiseta do MDC-T. Os dois ficaram gravemente feridos e precisaram de tratamento médico. A polícia não interveio para interromper a violência.

■ Em fevereiro, 23 camponeses do distrito de Nyanga, província de Manicaland, e Douglas Mwonozora, deputado provincial pelo MDC-T, foram presos e mantidos sob custódia. Eles foram acusados de provocar violência pública após confrontos entre militantes do ZANU-PF e do MDC-T. Nenhum membro do ZANU-PF foi preso. Os 24 detidos foram soltos mediante o pagamento de fiança; porém, o estado utilizou o artigo 121 da Lei de Processos e Provas Penais para anular a ordem de fiança e prorrogar a detenção por mais sete dias. O artigo 121 da lei já havia sido utilizado no passado para prolongar o período de detenção de pessoas tidas como adversárias do ZANU-PF.

■ Em 10 de julho, o professor Welshman Ncube, dirigente do MDC (o menor dos dois MDCs), e diversos integrantes da executiva do partido foram detidos em Hwange, após serem parados em um posto de controle policial. Depois de algumas horas, eles foram soltos sem acusações.

■ A polícia da província de Matabeleland Norte impediu a realização de dois comícios do MDC-T, em Lupane e Victoria Falls, em 29 e 30 de outubro, respectivamente. Morgan Tsvangirai iria discursar nos dois comícios.

■ No dia 6 de novembro, militantes do ZANU-PF interromperam um comício do MDC-T programado para acontecer no Estádio Chibuku, na cidade de Chitungwiza, quando teriam atacado participantes. A violência alastrou-se, e o evento foi cancelado. A polícia, que havia sido notificada sobre o comício, apesar de estar presente, não realizou qualquer prisão. Após o incidente, um porta-voz da polícia afirmou que a instituição não mais policiaria as atividades políticas do MDC-T. Tal decisão efetivamente impedia o MDC-T de realizar comícios, a fim de não colocar o público em perigo. No entanto, posteriormente, a polícia esteve presente a um comício do MDC-T realizado no mesmo estádio, permitindo, assim, que o evento acontecesse.

Prisões e detenções arbitrárias

Persistiram as prisões de altos dirigentes dos partidos MDC por motivos políticos. Dezenas de correligionários do MDC também foram presos; alguns passaram vários meses detidos por acusações

de natureza política. Prisões similares, em anos anteriores, acabaram em absolvição ou em retirada das acusações.

■ No dia 10 de março, o ministro do Desenvolvimento Energético e Elétrico, Elton Mangoma, pertencente ao MDC-T, foi preso sob acusações forjadas de corrupção. Posteriormente, ele foi absolvido em tribunal.

■ No dia 14 de abril, Moses Mzila, ministro do Apaziguamento e Reconciliação Nacional, integrante do MDC, foi preso por supostamente não ter notificado a polícia sobre um encontro realizado no dia anterior em Lupane, Matabeleland Norte. No mesmo dia, um religioso católico romano, o padre Marko Mabutho Mnkandla, foi preso por celebrar uma missa em memória das vítimas e sobreviventes de *Gukurahundi*, como são conhecidas as atrocidades cometidas pelas forças de segurança do Estado em Matabeleland na década de 1980.

■ Em junho, Jameson Timba, ministro do Gabinete do Primeiro-Ministro, foi preso depois de, supostamente, ter escrito em um jornal local que o Presidente Mugabe havia mentido com relação ao resultado da Cúpula da SADC, realizada em Joanesburgo no início daquele mês.

■ Mais de 25 pessoas foram presas em função de um incidente no bairro de Glen View, em Harare, no dia 29 de maio, quando o policial Petros Mutedza foi linchado por uma multidão. Sem conduzir as devidas investigações, a polícia emitiu declarações culpando os apoiadores do MDC-T e lançando uma campanha de repressão aos apoiadores do partido naquela área. Alguns dos presos foram torturados sob custódia da polícia. Sete tiveram negada a possibilidade de fiança e, no fim do ano, continuavam presos provisoriamente. Cynthia Manjoro, uma defensora dos direitos humanos, foi presa com base em informações de que seu carro teria sido visto nas proximidades do local onde ocorreram os atos de violência. Ela não estava presente na área naquele momento, nem é filiada ao MDC-T.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar prisões arbitrárias, detenções ilegais, acusações politicamente motivadas e até tortura sob custódia policial. Ativistas comunitários enfrentaram hostilidades e intimidações de membros do ZANU-PF devido ao seu trabalho ligado aos direitos humanos. Tais ameaças e intimidações aumentaram quando o

ZANU-PF começou a fazer pronunciamentos sobre possíveis eleições em 2011.

Em 19 de fevereiro, Munyaradzi Gwisai e outros 44 ativistas foram presos pela polícia em Harare quando realizavam um encontro para discutir as implicações dos protestos ocorridos no Egito e na Tunísia. Eles foram detidos além das 48 horas permitidas por lei e, apenas alguns minutos antes de serem levados a um tribunal, em 23 de fevereiro, foram informados de que seriam acusados de traição. Eles foram privados de tratamento médico e de acesso a seus advogados; alguns denunciaram terem sido torturados pela polícia. No dia 7 de março, 39 dos ativistas foram absolvidos. Embora as acusações de traição tenham sido retiradas em julho, eles continuaram a ser acusados de "conspiração para cometer violência ou para incitar a violência entre a população ou participar de aglomeração com a intenção de promover a violência pública, por perturbação da paz e por fanatismo".

Em 28 de fevereiro, sete integrantes das organizações ativistas Mulheres do Zimbábue Levantem (WOZA) e Homens do Zimbábue Levantem (MOZA) foram presos em Bulawayo. Eles teriam sido torturados na Delegacia Central de Polícia da cidade. Dois dias depois, foram soltos mediante o pagamento de uma fiança de 50 dólares, sob ordens de apresentarem-se à polícia duas vezes por semana.

Em 1º de março, outras 14 ativistas da WOZA foram presas em Bulawayo ao participarem de encontros para debater questões sociais. Elas foram soltas no mesmo dia, sem acusações.

Despejos forçados

O governo fracassou em proporcionar educação aos milhares de crianças atingidas pelos despejos forçados em massa ocorridos em 2005, conhecidos como Operação Murambatsvina. Em Hopley e Hatcliffe Extension, dois assentamentos criados pelo governo para realojar as vítimas dos despejos em Harare, mais de 2 mil crianças frequentavam escolas primárias não registradas, em instalações inadequadas, sem professores capacitados ou material escolar. Mais de seis anos após os despejos forçados, a maioria das vítimas teve sua condição de pobreza agravada devido à incapacidade do governo de encontrar soluções efetivas para a situação.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

Prosseguiu a perseguição com base na orientação sexual das pessoas.

■ No dia 20 de outubro, Lionel Girezha, de 27 anos, e Ngonidzashe Chinya, de 28 anos, foram presos no bairro de Mbare, em Harare, e acusados de "sodomia". Ambos os homens negaram as acusações. Antes de serem presos, eles foram espancados pelas pessoas que os denunciaram à polícia. Quando o julgamento teve início, militantes do ZANU-PF ligados à gangue Chipangano hostilizaram e ameaçaram com violência os advogados que representavam pessoas suspeitas de serem homossexuais. A polícia omitiu-se de proteger os advogados, que recorreram à Corte Superior para que o local do julgamento fosse transferido para Mbare.

Em outubro, em uma entrevista à rede BBC, Morgan Tsvangirai afirmou apoiar os direitos dos homossexuais. Ele foi criticado pelos meios de comunicação sob controle estatal, que tentaram politizar a declaração e incitar o ódio contra homossexuais.

Visitas/relatórios da AI

🚗 A Anistia Internacional visitou o Zimbábue em janeiro, agosto, setembro, outubro e novembro-dezembro.

📄 Zimbabwe: Briefing to the pre-session working-group of the UN Committee on the Elimination of Discrimination Against Women – 51st Session (AFR 46/014/2011)

📄 Zimbabwe: Continued clampdown on dissent – Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review, March 2011 (AFR 46/016/2011)

📄 Left behind: The impact of Zimbabwe's mass forced evictions on the right to education (AFR 46/019/2011)



Policial grego da tropa de choque chuta uma manifestante em meio aos confrontos na Praça Sintagma, em Atenas, 15 de junho de 2011. Durante um grande comício contra as medidas de austeridade, manifestantes se defrontaram com a polícia.



INFORME 2012 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O *Informe 2012* da Anistia Internacional, em sua versão integral, documenta o estado dos direitos humanos em 155 países e territórios em 2011. Para esta edição em língua portuguesa, selecionamos 41 países em que a ação dos brasileiros poderá fazer uma diferença vital.

No decorrer de 2011, as demandas por direitos humanos ecoaram pelo planeta. O ano começou com protestos naqueles países em que as liberdades de expressão e de reunião eram rotineiramente reprimidas. No fim do ano, porém, o descontentamento e a indignação com o fracasso dos governos em assegurar justiça, segurança e dignidade humana já haviam chegado às mais diversas partes do globo.

Do Cairo a Nova York, essas manifestações foram marcadas por um traço comum: a rapidez com que os governos agiram para impedir a realização de protestos pacíficos e para silenciar as vozes dissidentes. As pessoas que saíram às ruas mostraram uma coragem extraordinária diante da repressão, quase sempre feroz, e da prevalência da força letal.

Em um ano de revoltas, transições e conflitos, muitas pessoas ainda são privadas dos seus direitos mais básicos. Enquanto as demandas por melhor governança e maior respeito aos direitos humanos não param de crescer, este relatório mostra que os líderes mundiais ainda deverão provar que estão à altura do desafio.

